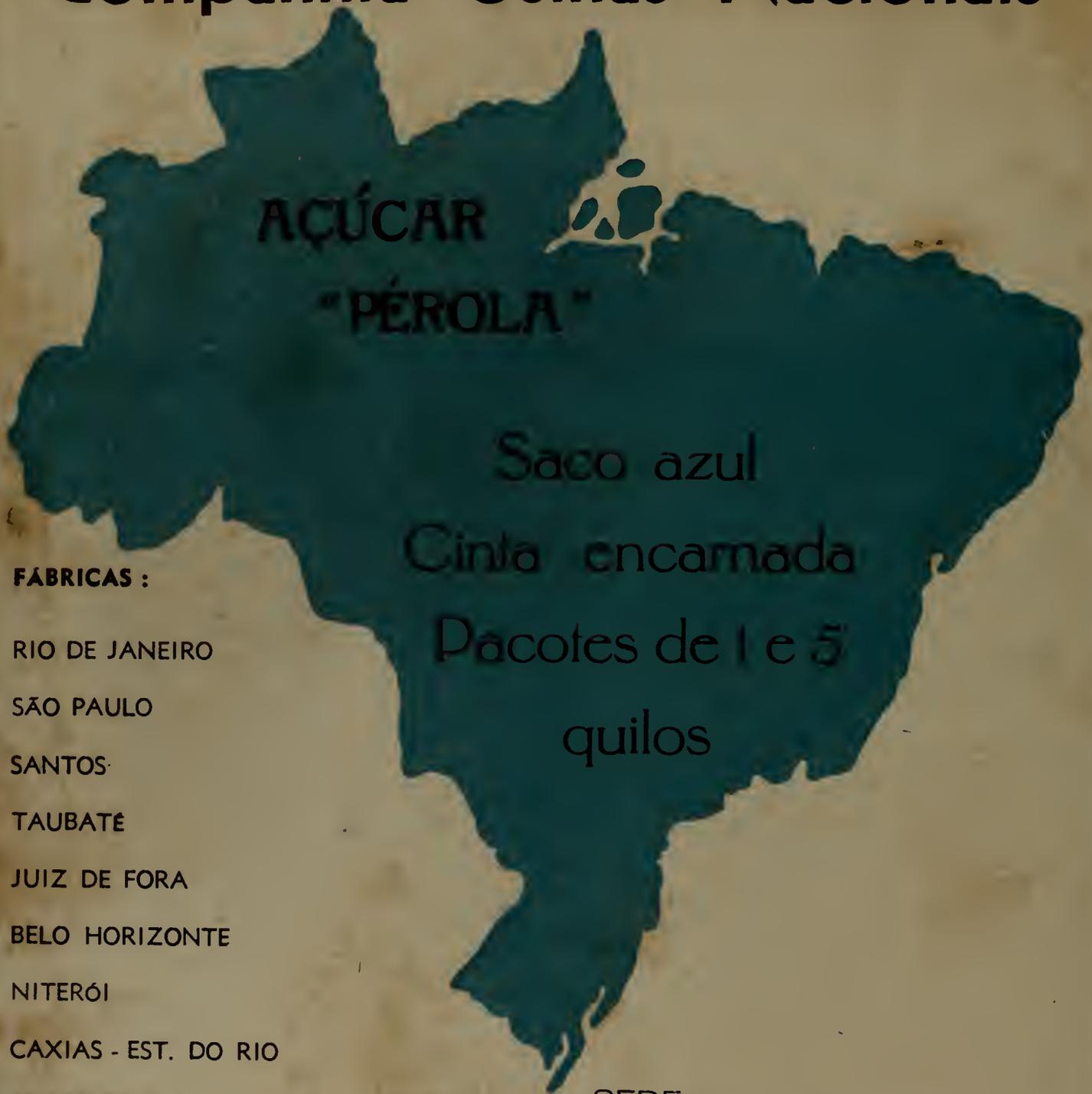




# Companhia Usinas Nacionais



AÇÚCAR

“PÉROLA”

Saco azul

Cinta encarnada

Pacotes de 1 e 5

quilos

**FÁBRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

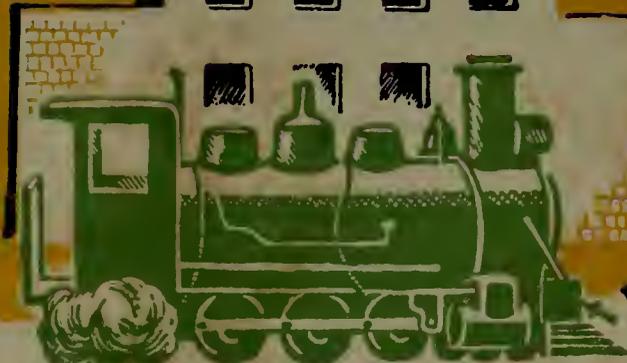
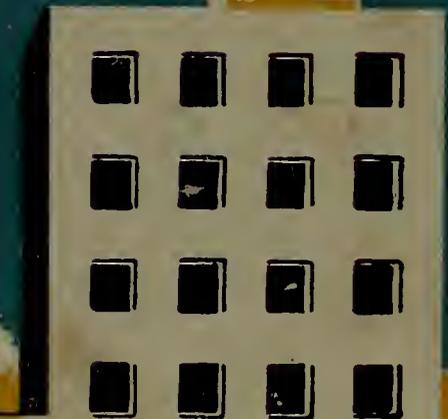
RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS “USINAS”

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Wernick

# BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXVI      OUTÚBRO — 1945      N.º 4

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas  
Aos sábados : de 9 às 12 horas

## COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil  
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda  
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura  
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação  
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya

Antônio Corrêa Meyer

José Rufino Bezerra Cavalcanti

José Carlos Pereira Pinto

} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguzeiros

Aderbal Carneiro Novais

Cassiano Pinheiro Maciel

Joaquim Alberto Brito Pinto

} Representantes dos fornecedores

## S U P L E N T E S

Arnaldo Pereira de Oliveira

Gustavo Fernandes Lima

João Carlos Belo Lisboa

Luis Dias Rollemberg

} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguzeiros

João de Lima Teixeira

João Soares Palmeira

José Pinheiro Brandão

} Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço telegráfico: — COMDECAR

**Fones** { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192;  
Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e  
23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos,  
43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Ge-  
rência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia,  
23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249;  
Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798;  
Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

## DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderêço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió

BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte

PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos

SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo

SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

## DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Loge, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇOIS. UBIRAMA.

# BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de  
Títulos e Documentos e no D. N. I.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — Miguel Costa Filho.

Redator principal — Joaquim de Melo.

Redatores — Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira  
de Melo e João Antônio Mesplé.

Assinatura (anual), para o Brasil . . . . .	Cr\$ 25,00
Assinatura (anual), para o exterior . . . . .	Cr\$ 35,00
Número avulso (do mês) . . . . .	Cr\$ 3,00

Vendem-se coleções a partir do 8.º volume, encadernadas, por semestre.  
Acham-se esgotados os números de janeiro e fevereiro de 1944. Vende-se  
também o número especial com o índice alfabético e remissivo do  
1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do  
Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.

We ask for exchange.

On demande l'échange.

Pidese permuta.

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.<sup>a</sup> - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

# SUMÁRIO

POLÍTICA AÇUCAREIRA . . . . .	3
DIVERSAS NOTAS — Transporte de açúcar — Distribuição de álcool . . . . .	7
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. . . . .	8
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. . . . .	10
ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A. . . . .	15
EDITAIS DO I. A. A. . . . .	22
O REGIME DAS CHUVAS EM PERNAMBUCO . . . . .	26
VELHAS E NOVAS VARIEDADES CULTIVADAS NO HAVAI . . . . .	26
QUOTAS DE FORNECEDORES JUNTO ÀS USINAS DE SÃO PAULO — Dalmiro Almeida . . . . .	30
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS PLANTADORES DE CANA . . . . .	32
A SITUAÇÃO DO AÇÚCAR . . . . .	34
“CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR” E “IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR” . . . . .	34
QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I. A. A. . . . .	36
A DIETA DA RAPADURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO — Raimundo Estrêla . . . . .	40
A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL . . . . .	42
O PROBLEMA MUNDIAL DO AÇÚCAR . . . . .	44
CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL . . . . .	46
ESCOLAS DE MECÂNICOS . . . . .	50
A CRISE DE AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS . . . . .	52
CAUSAS FUNDAMENTAIS DA ATUAL ESCASSEZ DE AÇÚCAR — John C. Gardner . . . . .	55
PROGRESSO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DO BRASIL . . . . .	59
O PERU COMO EXPORTADOR DE AÇÚCAR . . . . .	60
A UNIÃO SOVIÉTICA RESTAURA SUA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA . . . . .	62
A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA AUSTRALIANA NO APÓS-GUERRA . . . . .	64
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO . . . . .	65
PROCESSO “AMATOS” — PARA FERMENTAÇÕES ALCOÓLICAS IN- DUSTRIAS CONTÍNUAS — Anibal R. Matos . . . . .	66
O ROTARY CLUBE DE CAMPOS E O I. A. A. . . . .	69
MECANIZAÇÃO DA LAVOURA . . . . .	70
INVESTIGAÇÕES SOBRE O AÇÚCAR . . . . .	70
ATIVIDADES DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BARBADOS . . . . .	72
FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro . . . . .	74
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basilio de Magalhães . . . . .	78
AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRAS NO SÉCULO XVIII — José Honório Rodrigues . . . . .	81
OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego OS ENGENHOS ALAGOANOS DURANTE O DOMÍNIO HOLANDÊS — Manuel Diégues Júnior . . . . .	88
O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERÍODO “O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL” — Jerônimo de Viveiros . . . . .	90
CONCURSO DE MONOGRAFIAS . . . . .	98
A GUERRA DOS ENGENHOS — Mário Sete . . . . .	99
PURIFICAÇÃO DO CALDO . . . . .	100
HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA COOPERATIVA DE USINEIROS DE PERNAMBUCO . . . . .	102
“JEEPS” NA AGRICULTURA . . . . .	104
BIBLIOGRAFIA . . . . .	105
CENTRO AÇUCAREIRO ARGENTINO . . . . .	106
BALANCETE DO I. A. A. (Em 31 de agosto de 1945) . . . . .	106
ORÇAMENTO DO I. A. A. (Posição em 31 de agosto de 1945) . . . . .	107

# BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do  
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXVI

OUTUBRO — 1945

N.º 4

## POLÍTICA AÇUCAREIRA

O “Jornal de São Paulo”, edição de 28 de setembro último, publica declarações que lhe foram prestadas, em entrevista especialmente solicitada, pelo Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Transcrevemos, a seguir, a publicação saída naquele órgão de imprensa da Capital paulista :

“Respondendo inicialmente a uma pergunta, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho frisou que a produção atual da indústria brasileira atinge o limite anual de 15 milhões de sacos. Essa produção, em absoluto, não corresponde às exigências do consumo interno, que vai para mais de 16 milhões. A necessidade de se aumentar a produção é notoriamente indispensável, para que se evitem de modo puro e simples “deficits” contínuos e lastimáveis para a economia doméstica do brasileiro. Exatamente por isso, isto é, para que não nos enveredemos por êsses caminhos, cujas conseqüências seriam inegavelmente desastrosas, a autarquia controladora da produção do açúcar, em nosso país, vem tomando medidas sérias capazes de fazer face à eventualidade.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho esclareceu que o aumento da produção se fará inevitavelmente. Necessitamos, desde logo, reequipar a nossa indústria açucareira. Em geral, as máquinas de que nos valem, são já obsoletas e desgastadas pelo uso intenso e contínuo de vários anos de exploração industrial. Não correspondem às necessidades atuais, mormente se se levar em conta, positivamente, a produção em larga escala, para o consumo interno e para a exportação. O reequipamento da indústria açucareira, portanto, é dos pontos básicos e culminantes,

na reorganização e aproveitamento intenso das fontes brasileiras de produção.

— O Sr. Barbosa Lima acrescenta que, em geral, é lento o ritmo que se processa para a fabricação do açúcar nas indústrias nacionais. E' fator contraproducente. Uma indústria deve produzir em menos de 120 dias, isto é, dar vazão à safra no espaço de tempo estritamente controlado, impedindo-se, destarte, a coincidência do processo industrial por excelência com outros aspectos da exploração do produto. Acentua-se mais uma vez, então, a inelutável necessidade que temos de reorganizar sem perda de tempo o equipamento das indústrias açucareiras do país. Quotas de produção, para isso, serão asseguradas ao industrial, que as terão liberadas, sem quaisquer dificuldades. São Paulo, por exemplo, em dado momento de sua atividade explorativa, teve necessidade de aumento de quota de produção. Esse direito foi reconhecido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Desde de 1939, portanto, êste importante Estado teve seu direito de mais produzir reconhecido, assegurando-se-lhe, então, liberação de maior quota de produção.

— Diante da imperativa necessidade de novas maquinarias, sem o que não teremos aumentada nossa produção de açúcar, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho esclareceu que existe uma Comissão nomeada pela direção da autarquia que dirige, para o fim exclusivo de estudar as condições e as possibilidades do reequipamento rápido da indústria. Essa Comissão trabalha ativamente. E' possível que dentro de pouco tempo tenhamos o resultado de seus trabalhos. Acresce notar que essa Comissão é composta de produtores de açúcar, conhecedores, portanto, das dificuldades que os embaraçam na questão da industrialização do açúcar. Não encontrarão obs-

táculos, em tais condições, que os possam barrar na elaboração de um trabalho honesto e eficiente relativo ao reequipamento da indústria nacional de açúcar.

— Sobre a aquisição da maquinaria indispensável, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho adiantou que essa aquisição não será feita diretamente pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Mas se-lo-á, naturalmente, por intermédio da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil. O I. A. A. trabalhará, porém, junto a esta organização bancária, no sentido de facilitar aquisições de maquinarias por parte dos produtores brasileiros de açúcar. Também não está fora da cogitação da autarquia a sua intercessão junto ao mesmo estabelecimento, para facilitar crédito aos produtores destinado à reorganização técnica da indústria açucareira, crédito êsse a longo prazo e juros baixos, cuja cobertura se fará com as próprias economias advindas com a venda do produto.

— O Sr. Barbosa Lima Sobrinho disse a seguir que as perspectivas da questão açucareira se apresentam melhores para a próxima safra. Conseguiremos satisfazer plenamente as necessidades do consumo interno, obtendo-se ainda um excesso. Os últimos anos não foram dos mais promissores para a economia açucareira, não só em nosso país, mas em todos os países produtores. Houve uma queda geral da produção mundial.

Teremos, destarte, se alguma sêca como a que atingiu os canaviais do Norte não sobrevier, produção sensivelmente mais acentuada que a dos anos anteriores. A safra de Campos, por exemplo, atingirá a 4 milhões de sacos. Minas produzirá, êste ano, 600 mil sacos, com tendências acentuadas de aumento de produção. O Norte, por seu turno, alcançará 1 milhão a mais no cômputo de sua produção normal. Como vê, — comentou —, as perspectivas não são más.

— Para encerrar a palestra, perguntamos se não sobrava um pouquinho de açúcar para São Paulo. O Sr. Barbosa Lima Sobrinho confirmou as notícias veiculadas não faz muitos dias pelos jornais paulistas, sobre 300 mil sacos que estavam destinados para cá. — A questão é puramente de transporte — acrescentou. São Paulo tem para receber 300 mil sacos de açúcar, efetivamente: 100 mil de Sergipe e 200 mil de Campos. A dificuldade está em que no pôrto sergipano

não podem ancorar navios de maior calado, impedindo-se, assim, se escoar com rapidez o açúcar depositado em seus armazéns. Mais fácil é a carga de Campos. É outra questão de transporte. A Coordenação, aliás, prometeu destinar vagões especiais para o transporte desses 200 mil sacos para São Paulo. É necessário que o faça, mesmo. Poderá, em tais condições, dentro de pouco tempo, com um serviço bem organizado, rápido e eficiente, dar a São Paulo os 200 mil sacos que lhe pertencem, depositados em estabelecimentos de Campos”.

\*  
\* \* \*

Respondendo a um suelto publicado no “Correio da Manhã”, desta Capital, número de 2 do corrente, a direção do Instituto do Açúcar e do Alcool enviou àquele jornal o seguinte comunicado :

“Suelto publicado ontem no “Correio da Manhã” estranha que se mantenha o preço de álcool e pergunta :

“Por que se hão de impor preços de guerra para um produto abundante em tempo de paz ? Por que os donos do Instituto, proprietários quase exclusivos das Usinas Nacionais, únicos e privativos refinadores do açúcar no Distrito Federal, maiores atacadistas do álcool, hão de extorquir dos hospitais, dos laboratórios, das indústrias e do povo em geral, mais um cruzeiro acima do preço fixado por litro de álcool-industrial, numa época em que o artigo transborda nos centros abastecedores ?”.

O suelto não diz que dentro do cruzeiro a que se refere estão incluídas as despesas de frete, retôrno de vasilhame, faturamento, etc., na importância de 25 centavos, o que reduz a 75 centavos o recolhimento ao Instituto, havendo possibilidade de redução nesse recolhimento, para fazer face a novas despesas, sem elevação de preço para o consumidor. Êsse recolhimento atende a despesas com o álcool carburante, que é entregue às companhias de gasolina pelo preço da usina, ficando com o Instituto os ônus do transporte e da entrega do álcool. Atende também às bonificações que visam assegurar a paridade de preço entre o açúcar e o álcool produzido diretamente da cana, sem aumento de

preço do álcool carburante, de acôrdo com a orientação que pareceu mais conveniente à política de amparo à indústria álcooleira autônoma. Atende, por fim, às despesas de desidratação do álcool baixo aproveitado como carburante. Tôda a receita proveniente dêsse recolhimento reverte integralmente em proveito do produtor, não se incorporando nenhuma parcela de tal renda aos recursos ordinários do Instituto.

Obedece a distribuição dessa receita aos planos elaborados e aprovados pelos próprios representantes dos produtores e por êles executados e fiscalizados.

Não compreendemos também a referência à Companhia Usinas Nacionais, que recolhe à Caixa do Álcool aquela mesma taxa, como qualquer outro distribuidor de álcool, obrigando-se a vender o álcool recebido pelos preços tabelados e que são os mesmos a que estão sujeitos os demais distribuidores. Também não cabe à Companhia Usinas Nacionais a situação de "únicos e privativos refinadores do açúcar no Distrito Federal". Continua a ter apenas a percentagem de distribuição do refinado, que lhe cabia antes do racionamento e quando era livre a concorrência de refinadores no mercado carioca".

\*  
\*      \*

Com o objetivo de combater o "câmbio negro" ou quaisquer irregularidades na venda do açúcar no Distrito Federal, informa "A Noite", em edição de 27 de setembro último, que o Sr. Renato Meira Lima, Diretor do Departamento de Fiscalização da Prefeitura e que dirige o Serviço de Racionamento, solicitou ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, informações sôbre se havia necessidade de manter o atual racionamento, bem como sôbre a possibilidade da aumento da quota atual ou a liberação da venda daquele gênero de primeira necessidade.

O Instituto, pela palavra de seu Presidente, esclareceu ao Diretor do Departamento de Fiscalização que se torna necessária a continuação do estado atual, a não ser com o aumento do preço do quilo do açúcar, vendido no Rio pelo preço mais baixo, em todo o país.

E informou o Sr. Barbosa Lima Sobri-

nho, em amplo e detalhado estudo, que transcrevemos, por interessar profundamente à população carioca :

"No exame da questão, cabe observar, inicialmente, que o racionamento do açúcar teve lugar como medida de previdência, determinada pela irregularidade dos transportes trazida pela guerra. Se bem que essa irregularidade tenda a desaparecer, ainda subsiste em grau considerável.

Sabe-se que o Distrito Federal é abastecido com açúcar procedente de Campos e do Nordeste. Por um lado, o transporte marítimo está hoje quase normalizado, facilitando as entradas do produto de procedência nordestina. Mas, por outro lado, o tráfego da E. F. Leopoldina torna cada vez mais difícil o escoamento da safra fluminense. Aquela Companhia só dá vazão a cêrca de 150.000 sacos por mês, enquanto as necessidades são superiores a 300.000 sacos. Esse fato assume maior gravidade ao se ter em vista que a ferrovia é meio único de escoamento de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, exceção feita do pequeno volume de 20 a 30.000 sacos que as condições de navegação a custo permitem transportar por via marítima, através do pôrto de São João da Barra.

Aspecto relevante na questão do abastecimento de açúcar do Distrito Federal é o dos preços. Atualmente, o consumidor carioca paga o açúcar no varejo aos seguintes preços :

Tipo extra . . . . .	Cr\$ 2,20
Tipo primeira . . . . .	Cr\$ 1,70

Essas cotações são preferenciais, tendo a Capital Federal regime absolutamente excepcional e de privilégio em face dos demais centros consumidores. Não fôra isso, o carioca estaria pagando muito mais pelo açúcar de consumo doméstico. É o que nos revelam os seguintes dados :

Preço do saco de açúcar cristal na usina, em Campos . . . . .	Cr\$ 106,00
Frete e outras despesas até ser pôsto na refinaria do Distrito Federal . . . . .	Cr\$ 19,50
Margem para refinação e distribuição aos varejistas . . . . .	Cr\$ 25,50
Margem do varejista . . . . .	Cr\$ 6,00
	Cr\$ 157,00

Êsse, o preço pelo qual seria vendido o tipo extra, que corresponde a Cr\$ 2,616 por quilo. O de primeira, tendo uma despesa de refinação menor em Cr\$ 5,00, seria de Cr\$ 152,00 o saco ou Cr\$ 2,533 por quilo.

Comparando êsses preços com os em vigor teremos :

Tipos e preços por kg: Extra sob o regime vigente Cr\$ 2,20, nas condições dos demais mercados Cr\$ 2,616, diferença Cr\$ 0,416; Primeira, sob o regime vigente Cr\$ 1,70, nas condições dos demais mercados Cr\$ 2,533, diferença Cr\$ 0,833.

Essas diferenças exprimem a vantagem concedida ao consumidor carioca. São aproximadamente Cr\$ 30,00 por saco, na média dos dois tipos, levado em consideração que o consumo do Extra tem lugar em proporção muito maior que o do primeiro.

Para cobrir êsse encargo, o Instituto utiliza cerca de Cr\$ 26.000,00 arrecadados nos diversos centros produtores em forma de taxa adicional sobre os preços estabelecidos para os produtores e ainda contribui, por ano, com, aproximadamente, Cr\$ 10.000.000,00 de suas próprias reservas.

Na vigência dêsse regime, torna-se óbvio que a cessação do racionamento (alínea "c" dos quesitos formulados), com o conseqüente crescimento do consumo, importaria em aumento dos encargos que já oneram tão consideravelmente a chamada quota do Distrito Federal. Isso, não somente pela expansão dos volumes dados a consumo como, também, senão principalmente, pela evasão de açúcar, adquirido a preços menores, que se verificaria, daqui para outros centros, onde não existem preços de sacrifício.

A hipótese do aumento da quota (alínea "b", dos quesitos formulados) também traria como resultado uma agravação de despesas, que não poderia ser suportada pela receita destinada a cobrir os encargos da quota do Distrito Federal.

Essas considerações tornam claro :

1.º — que a possibilidade de extinção do racionamento do açúcar no Distrito Federal só poderia ser examinada concomitantemente com a da extinção do regime de preços de sacrifício, a menos que corresse por conta da Prefeitura os aumentos de encargos que estimamos em dez milhões de cruzeiros por ano;

2.º — que o aumento da quota de racionamento, majorando os volumes de sacrifício, só poderia ter lugar mediante uma compensação nos preços, suficiente para neutralizar o encargo decorrente da majoração daqueles volumes.

Essas, as informações que me cabe prestar em atenção ao ofício de V. S.<sup>a</sup>.

Permita-me que aproveite o ensejo para expor aqui o assunto que teríamos tratado pessoalmente por ocasião da visita que V. S.<sup>a</sup> prometeu fazer. E' questão também relacionada com o racionamento do açúcar.

Em ofício de 20 de agosto p. p., que por cópia, anexamos ao presente, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Rio de Janeiro, órgão representativo da indústria de refinação, sugere modificações tendentes a melhorar o sistema pelo qual se abastecem os estabelecimentos varejistas. Nesse documento, reclama-se subvenção para o excesso, verificado no período de seis meses, de 33.104 sacos distribuídos para consumo da Capital Federal. Trata-se de volume excedente da quota que o I.A.A. destinou a êsse fim.

Se considerarmos como sendo de dois milhões de habitantes a atual população do Distrito Federal (o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou a população existente a 1-1-45 em 1.941.700 habitantes) o consumo doméstico total, a dois quilos por mês e por pessoa, seria de 48.000.000 de quilos ou 800.000 sacos. Comparada essa quantidade com os 1.056.000 sacos que o Instituto pôs à disposição dos refinadores, para consumo doméstico, resulta uma diferença considerável, de 256.000 sacos ou 30,9%.

Feitos os cálculos, tomando-se os referidos 2.000.000 de habitantes como população do Distrito Federal e considerando-se o suprimento anual de 1.056.000 sacos para consumo doméstico, apura-se que o abastecimento não está sendo feito à razão de 24 quilos por pessoa e por ano, como se estabeleceu oficialmente, mas na base de 31,68 kg, o que em vez de representar dois quilos por mês, significa dois quilos seiscentas e quarenta grammas (2,640 kg), mensalmente e por pessoa.

Êsse fenômeno, por si mesmo, exige medidas no sentido de serem apuradas as suas causas.

Não se deve deixar de mencionar que o excesso de 256.000 sacos com a diferença de

## DIVERSAS NOTAS

### TRANSPORTE DE AÇÚCAR

Na sessão ordinária efetuada pela Comissão Executiva do I. A. A., em 29 de agosto último, o Gerente do Instituto prestou informações que demonstram a precariedade do transporte do açúcar da safra fluminense. Sendo necessário transportar mais de 300.000 sacos mensais, indispensáveis ao suprimento dos diversos mercados brasileiros — entre os quais o do Distrito Federal, o de São Paulo, o do Paraná, o de Santa Catharina e o do Rio Grande do Sul — conta a produção fluminense com meios de transporte que não atingem a 200.000 sacos.

A Leopoldina Railway, em carta de 10/8/45, à Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda., declarou que o transporte de açúcar do Estado do Rio vem sendo efetuado com todo o esforço, tanto assim que no mês de julho último transportou para esta Capital, Niterói e Duque de Caxias, 149.527 sacos de açúcar, contra 131.552 sacos, apenas, em julho de 1944. Em junho de 1945 foram carregados 318 vagões, contra apenas 152 em junho de 1944. Estão sendo tomadas providências no sentido de serem enviados vagões para Campos, destinados ao escoamento do açúcar dali.

Declarou aquêle funcionário do Instituto que, no mês em curso, o Instituto já havia dirigido novo ofício à Leopoldina Railway, frisando a necessidade do incremento dos transportes, para atender à situação do suprimento aos mercados já referidos.

Informou ainda o Gerente que o Instituto tinha oficiado à Comissão de Marinha Mercante, apelando para os transportes marítimos do açúcar fluminense, pelo pôrto de São João da Barra. Em resposta, recebeu o Instituto aviso da Comissão de Marinha Mercante de que iam ser postos no serviço de

transporte de açúcar do Estado do Rio, pelo pôrto de São João da Barra, nove navios — “Floco”, “Soares”, “Santelmo”, “Rosário”, “Muniz Freire”, “Mandiba”, “Ideal”, “São Domingos” e “Belmonte” — com uma capacidade total de carga, de 17.285 sacos de açúcar. Desses navios, os primeiros sete, com capacidade para 11.115 sacos, conduziriam açúcar para o pôrto do Rio de Janeiro, e os dois restantes, com capacidade para 6.170 sacos, fariam escala para o pôrto de Paranaguá. Dada a possibilidade máxima de duas viagens por mês, êsses navios poderiam escoar mensalmente 34.000 sacos de açúcar da produção fluminense.

O escoamento do açúcar do Estado do Rio, aproveitados os meios de transporte existentes, não atingirá, pois, como já acima foi dito, nem a 200.000 sacos por mês, embora a necessidade de suprimento exceda de 300.000 sacos.

Referiu-se ainda o Gerente ao caso do transporte do açúcar de Sergipe, cuja situação é cada vez mais séria. O açúcar de Sergipe, destinado para os mercados do Sul, não pode ser embarcado, por falta de transporte marítimo pelo pôrto de Aracaju, havendo também escassez de transporte pela Estrada de Ferro, para o pôrto do Salvador, de onde seria carregado para os seus destinos. À falta dêsses transportes, o açúcar de Sergipe se vai cingindo ao consumo local e em zonas próximas, atendidas por meio de transportes próprios, que não servem aos mercados do Sul.

### DISTRIBUIÇÃO DE ALCÓOL

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool recebeu, datado de 16/8/45, um ofício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, comunicando que, em reunião de sua Diretoria, o Sr. Luís Vicente

preço de Cr\$ 30,00 por sacco, importa em Cr\$ 7.680.000,00, quantia que, pelo menos esta, poderia deixar de ser exigida nos centros produtores para subsídio da quota do Distrito Federal.

Em face dessas observações, acho necessária a revisão do atual processo de distri-

buição de açúcar aos estabelecimentos varejistas, podendo servir de ponto de partida as sugestões do Sindicato da Indústria do Açúcar.

Para os estudos que V. S.<sup>a</sup> julgue oportuno realizar, ponho à disposição dêsse Serviço a colaboração dêste Instituto”.

## RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

**RESOLUÇÃO — N.º 113 — De 4 de setembro de 1945**

**ASSUNTO — Torna extensiva ao Estado do Ceará a tabela de pagamento de cana do Estado de Santa Catarina**

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto-Lei n.º 4.733; de 23 de setembro de 1942, resolve :

Art. 1.º — Até ulterior deliberação, o pagamento de canas fornecidas às usinas do Estado do Ceará será realizado segundo as normas constantes da tabela baixada, para o Estado de Santa Catarina, pela Resolução n.º 73/43, de 9 de novembro de 1943.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

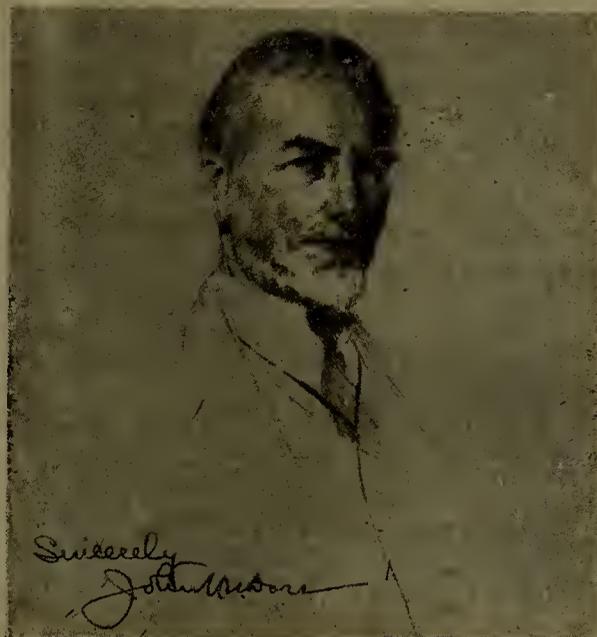
**Barbosa Lima Sobrinho — Presidente**

Casserino, seu representante junto ao I. A. A., teve oportunidade de fazer minucioso relatório das atividades desenvolvidas pela Delegacia Regional desta autarquia em São Paulo, no tocante aos trabalhos da distribuição do álcool industrial, na safra 1944/45. Ficou constatado pela Federação que os serviços de racionamento e distribuição do ál-

cool, de 1/6/44 a 30/7/45, se processaram com a devida regularidade, tendo sido os mais auspiciosos os resultados obtidos.

Por proposta do Diretor Morvan Dias de Figueiredo, foi inserto na ata dos trabalhos da reunião da Federação um voto de louvor ao I. A. A. por aquêles serviços prestados à indústria de São Paulo.

# JOHN VAN NOSTRAND DORR



## ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

## OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORR/CO	Indústria	Produção diária
OURO	95%	Açúcar	20.000 toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800 "
COBRE	93	FOSFATOS	14.000 "
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000 "
ZINCO	85	CIMENTO	3.200 "
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000 "
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500 "

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCREVAM A

**DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY**

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

## 52.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Voto de pesar** — Aprova-se um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco José Pinto, líder da lavoura fluminense.

**Expediente** — Constou do seguinte: ofício do Secretário Geral do Ministério do Exterior, enviando cópia de um ofício da Embaixada do Brasil, em Assunção a respeito do fornecimento de açúcar argentino ao Paraguai; carta da organização uruguaia ANCAP, agradecendo a recepção feita ao seu Secretário Geral, Sr. Tochetti Lespade.

**Congresso de Química** — E' lida uma carta do Sr. Aníbal Ramos de Matos, prestando informações sobre os trabalhos do 4.<sup>o</sup> Congresso de Química do Brasil, realizado em São Paulo. Dá-se vista da carta ao Sr. Moacir Pereira.

**Processo administrativo** — Em face dos resultados do inquérito administrativo Ranulfo Inácio da Silva, resolve-se aplicar ao mesmo a pena de demissão por abandono de emprego.

**Distribuição de álcool** — E' lido um ofício do Conselho Nacional do Petróleo, comunicando ter enviado à Comissão de Racionamento de Minas Gerais instruções sobre a quantidade de álcool carburante a ser utilizada naquele Estado.

**Alcool para consumo próprio** — Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos, considerando isento do recolhimento da taxa à Caixa do Alcool o álcool produzido pela Cia. Rhodia Brasileira para consumo próprio.

**Fabrico de aguardente** — De acordo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, autoriza-se a Usina Conceição, Mato Grosso, a fabricar aguardente na sua destilaria de álcool.

**Auxílios e denativos** — Aprova-se a prestação de contas da S. A. Usina Coruripe sobre a apli-

cação da importância de 50 mil cruzeiros, doada pelo I. A. A. para a desobstrução do rio Coruripe.

— Dá-se vista ao Sr. J. Bezerra Filho do memorial do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, solicitando uma subvenção do I. A. A.

**Exportação de açúcar** — O Sr. Presidente manda ler um ofício do Itamarati, comunicando ter sido convocada uma sessão do Conselho Internacional do Açúcar para deliberar sobre a renovação do Acôrdio Internacional do Açúcar por mais um ano.

**Fornecimento de cana** — Em face das explicações prestadas pelos Srs. Antônio Corrêa Meyer e Cassiano Pinheiro Maciel, manda-se arquivar o ofício do procurador regional de São Paulo, informando que as Usinas Junqueira mantêm empregados armados nas balanças de receber canas.

**Limitação** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto indaga da situação das usinas de menos de 20.000 sacos de limite, que não conseguiram completar suas quotas antecipadas de produção em safras anteriores. Pedira o Sr. Presidente fôsse feita uma emenda ressaltando a hipótese de fábricas que se estavam reaparelhando e, portanto, em condições de absorver todo o limite que lhes fôsse atribuído. Esclarecido que no Estado do Rio, todas essas usinas ultrapassaram seu limite efetivo e, assim, não incidem na restrição da nova Resolução aprovada pela Comissão Executiva, o Sr. José Carlos Pereira Pinto se declara satisfeito.

**Quota do Distrito Federal** — Em requerimento de 8/8/45, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado da Paraíba pede a inclusão dos usineiros da Paraíba entre os dos Estados que contribuem para a quota do Distrito Federal, mediante a redução da taxa adicional de dois cruzeiros para um cruzeiro. Em parecer, que é aprovado, a Gerência opina pela manutenção da taxa adicional de Cr\$ 2,00, continuando isentas as usinas paraibanas da contribuição à quota do Distrito Federal.

**Tabelamento de canas** — A Cia. Usina Cambaíba, de Campos, em carta de 26 de julho p. passado, pede informações sobre o preço a ser pago por carro de cana pelos usineiros do Estado do Rio. Declara a Usina Cambaíba não ter figurado entre as que teriam pleiteado a tabela única de Cr\$ 112,00 por carro de cana, indicando, na carta referida, os motivos dêsse seu procedimento. Em parecer, que é aprovado, opina a Seção de Estudos Econômicos por que se comunique à Cia Usina Cambaíba, no sentido de que encaminhe a mesma ao respectivo órgão de classe qualquer consulta ou recomendação, a respeito da matéria em apreço, em virtude de estar afeta às enti-

dades das classes interessadas a solução definitiva do assunto.

— Em carta de 30/7/45, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais pede que seja extensivo àquele Estado o dispositivo do art. 14. § 2.º, letra a, da Resolução n. 109-45, que autoriza o desconto de Cr\$ 3,00 no preço do saco de açúcar, como compensação pelo aumento com salários e fretes ferroviários da cana. A Seção de Estudos Econômicos opina pelo indeferimento, dando-se vista do respectivo parecer ao Sr. Belo Lisboa.

**Montagem de fábricas** — Em carta de 23/5/45, dirigida à Coordenação da Mobilização Econômica, a The New England Industries, Inc., de New York, consulta sobre a possibilidade da instalação de uma refinaria de açúcar no Brasil, sendo a produção vendida nos mercados brasileiros, e nos do sul e norte americanos. O parecer da Gerência a respeito é aprovado, devendo, entretanto, ser feita a comunicação à C. M. E., com restrições que serão indicadas, na ocasião, pelo Sr. Presidente.

— A Associação Rural de Leopoldina, em Leopoldina, Minas Gerais, em carta de 7/6/45, alegando a conveniência da fundação, ali, de uma usina de açúcar, solicita uma quota de produção de 30.000 sacos de açúcar, por não concordarem todos os baguezeiros daquela zona em ceder as suas quotas para formarem uma usina, por meio de cooperativismo. Em parecer, que é aprovado, conclui a Seção de Estudos Econômicos que se responda à Associação Rural de Leopoldina, sugerindo a formação de uma usina, mediante a incorporação das quotas dos atuais engenhos, segundo a forma de cooperativa ou a simples transformação dos engenhos em usinas, com a observância do disposto no art. 54 do Estatuto da Lavoura Canavieira, tudo na forma do art. 171 do mesmo Estatuto.

**Inscrição de fábricas — De Rapadura** — Joaquim Ambrósio Borges — São Paulo — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 27/6/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de Joaquim Ambrósio Borges, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro, constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Joaquim de Carvalho, Joaquim Estevão de Oliveira, Joaquim Lúcio da Silva, Joaquim Procopio de Melo, Joaquim Silvério de Figueiredo, José Antônio da Cunha, José Antônio da Fonseca, José Antônio Magalhães, José Batista dos Reis, José Cardoso de Almeida, José Cardoso de Siqueira, José Emboaba dos Santos, José Honorato de Moraes, José Joaquim Soares, José Jorge dos Santos, José Luís Mendes Ribeiro, Eurípedes de Almeida Rios, José Luís de Moraes, José Marcelo dos Santos, José Mariano da Silva, José Martins de Castro, José Nunes de Miranda, José Paulo da Silva, José Paulino Simões, José Pedro de Faria Sobrinho, José Pires dos Santos, José Pinto Cardoso, José Pinto da Fonseca, José Sebastião Gonçalves

— suc. de Álvaro da Rocha Gomes e de Mateus e José Romeiro Costa Pinto, José da Silva Pinto, Bernardino Lopes Figueira, José Delfino Filho, Joaquim Antônio Moreira, Linário José Ferreira, Luís Antunes de Camargo, Luís Marcos dos Santos, Luís Teixeira Filho, Luís Vieira Marcondes, Manuel Geraldo da Silva, Manuel Leme do Prado, Manuel Luís Higinio, Manuel Oca, Manuel Pinto, Marcilio Cardoso de Almeida, Marcolino Cubas de Siqueira, Maria Antônia da Conceição, Maria Leme de Siqueira, Maria das Dores de Brito, Maria Lúcia, Maria Estela e Júlio Arantes do Amaral, Martiniano Neves Santana, Mário Luís Stefaneli, Mateus Carvalho de Lima, Miguel José dos Santos, Miguel Leme dos Santos, Narciso Esmério da Silva, Nicácio Augusto Ribeiro, Ormílio Manuel de Oliveira, Ovídio Clemente da Mota, Paulino Bento Ribeiro, Pedro Diogo de Faria, Pedro Marcondes, Pedro Maximino de Sousa, Pedro de Miranda Carvalho, Pedro Nunes de Almeida, Pedro de Sousa Franco, Pedro Sultônio de Aguiar, Ramiro Rodrigues Sant'Ana, Romualdo Martins de Arruda, Roque José da Silva, Rosendo Gonçalves, Sabino Leme da Silva, Salvador José de Araújo, Salvador Pinto de Moraes, Salvador Pires de Moraes, Sebastião Antônio de Sousa, Sebastião Antônio Tobias, Sebastião Estevam da Silva, Sebastião Luís de Carvalho, Sebastião Mariano dos Santos Inocência, Sebastião de Sousa Batista (Herds.), Sebastião Valério, Sebastião Vieira de Faria, Serafim Rodrigues de Sousa, Simão Procópio Ferreira, Valter Volpon, Virgilino Firmino, Tobias de Paula Silveira.

— Joaquim Felix Moreira — Minas — Manda-se inscrever.

— Francisco Cardoso de Moraes — São Paulo — Manda-se arquivar.

**Fábrica de rapadura e aguardente** — Leôncio Leme — São Paulo — Deferido.

— Comercial e Industrial Fett Ltda. — São Paulo — Deferido.

**Modificação de espécie** — Franklin Furtado de Oliveira — Minas Gerais — Deferido.

### 53.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Castro Avezado, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Preços legais** — Por decisão da Comissão Executiva, tomada em sessão de 12/10/44, foi determinado o arquivamento do processo em epígrafe, de interesse da Cia. Usina Cambaíba, de Campos, Estado do Rio de Janeiro, relativo à inobservância das "Tabelas de Preços do Açúcar". Voltando o assunto a debate, a C. E., de acordo com o parecer do Sr. Pereira Pinto, resolve manter o despacho anterior.

**Inscrição de fábrica de rapadura** — Sebastião Matos — Ceará — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 30/7/45, exarado no processo em epigrafe, de interesse de Sebastião Matos, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Pedro Bento de Araújo, Pedro Correia, Pedro Fernandes da Silva (Herds.), Pedro Marques de Melo, Pedro Marques de Vasconcelos, Pedro Martins, Pedro Nunes da Silva, Pedro Paulino de Oliveira, Pedro Pereira de Araújo, Pedro Raimundo de Oliveira, Pedro Venâncio Pereira, Profiro de Araújo Chaves, Raymundo Alexandre do Vale, Raimundo Ferreira do Vale, Raimundo Gomes de Araújo, Raimundo Lopes Bezerra, Pedro Bartolomeu de Arruda, Raimundo Luís Mourão, Raimundo Mariano de Azevedo, Raimundo Saraiva da Silva, Raimundo Vieira da Silva, Roberto Alves de Almeida, Sabino da Costa Gadelha (Herds.), Salustiano Rodrigues Carneiro, Saturnino Feliz de Souza, Sebastião Fernandes, Pedro Alves da Silva, Pastora de Holanda Cavalcanti, Otílio Ribeiro do Amaral, Olímpio Alves Lima, Olavo Sampaio Cavalcanti, Odulfo Alves de Carvalho, Miguel Paulino, Miguel Marinho, Mariano José de Almeida Pinto, Mariano da Costa Madureiro, Maria Rodrigues Freire, Maria Pimenta de Oliveira Sampaio, Maria Barbosa Cavalcanti, Maria dos Anjos Lima, Manuel Teodoro da Silva, Manuel de Sousa Barros, Manuel Silvério Esmeraldo, Manuel Rodrigues Malheiro, Gregório Pereira de Sousa, Gonçalves Duarte Oliveira Peixoto, Georgina Teixeira da Silva, Gabriel José Arcanjo, Zeferino Francisco de Araújo, Vitor de Paula Rodrigues, Vicente Ferreira de Paula, Vicente Alves Ferreira, Venâncio Bezerra do Vale, Valdetrude Correia Fontenele, Trajano Moita, Tomaz Joaquim de Sousa, Tomaz Ferreira de Aguiar, Tomaz Clarindo, Tancredo Nunes de Menezes, Sebastião Matos, José Izeldio de Sousa, Miguel Alexandre Gonçalves, José Gomes Vieira, José Furtado Filho, José Ferreira Passos, José Alfredo da Silveira, Joaquim Malaquias Alves, Joaquim Bernardino, João Vieira de Siqueira, João Vieira, João Soares de Oliveira, João Secundo Vieira, João Pereira Martins, João Pereira da Costa, João Damasceno e Vasconcelos, João Costa, João Batista Pereira, Jesuino Patrício de Sousa, Jacob Ribeiro, Irmã Dionísia I. C., Horácio Rodrigues Veras, Gustavo Epifânio de Oliveira, Guilherme Vaz de Aguiar, Guilherme Martins Ribeiro, Leocádio Fernandes, Ladislau Ferreira, Juvenal Gonçalves de Aragão, José Ximenes de Melo, José Vicente Alcantara, José Rufino Magalhães, Francisco Pereira de Brito, Francisco Marcos Ferreira, Francisco Machado Portela, Francisco Pereira Passos, Francisco Evaristo de Paiva, Francisco das Chagas Melo, Francisco Baltazar de Sousa, Francisco André Ribeiro, Frutuoso Lopes Martins, Francisco Vieira Ramos, Francisco de Sousa Veras, Francisco Soares Pereira, Euclides Teixeira de Albuquerque, Estanislau Façanha Filho, Cândido Xavier de Sá, Bertol-

do Bezerra do Vale, Francisco Soares de Paiva, Francisco Soares de Oliveira, Francisco Peães, Francisco Pereira de Sousa, José Rodrigues da Silva, José Rodrigues de Pinho, José Pereira Martins, José Miguel, José Medeiros Lima, José Martins, José Manuel de Oliveira, José Leônidas Bezerra, Bento Martins Ribeiro, Francisco Moreira, Esaú Francisco de Oliveira, Ernst Goldschmidt, Edgard Correia, Domingos Pires Ferreira, Domingos Fontenele Damasceno, Domingos de Brito Mendes, Dagobert Goldschmidt, Cornélio Alvino do Vale, Coriolano Rodrigues de Oliveira, Clarindo Fernandes da Costa, Cordulino Pereira Marinha, Cirilo Moita, Cirilo Coelho Moita, Cícero Clemente de Oliveira, Pacífico Lins, Belarmino de Holanda Cavalcanti, Avelino Ferreira de Carvalho, Augusto Eufrásio de Oliveira, Antônio Tomaz da Silva, Antônio de Paula Sales, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Raimundo Nobre, Manuel Pereira do Rosário, Manuel Martins Chaves, Manuel Ferreira Braga, Manuel Fernandes Vieira, Manuel da Costa Oliveira, Manuel Borges de Medeiros, Manuel Bezerra de Medeiros, Luís Nogueira Gondim, Luís Madeira de Carvalho, Luís de Brito Cacurau, Luís Cursino de Melo, Lúcio Carneiro e Frota.

**Inscrição de fábrica e transferência de proprietários** — J. A. Peixe Abade & Irmãos — São Paulo — Deferido.

#### 54.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Voto de pesar** — O Sr. Joaquim Alberto Brito Pinto, em seu nome e no de sua família, agradece ao Sr. Presidente, aos seus colegas da Comissão Executiva e ao Sr. Gerente as manifestações de pesar pelo falecimento de seu pai, Sr. Francisco José Pinto.

**Balancete do mês de julho** — O Sr. Presidente apresenta à Comissão Executiva o balancete e seus anexos, relativos ao mês de julho, p. p., confeccionados pela Contabilidade do Instituto, o qual é aprovado.

**Abono de 10% aos fiscais autuantes** — Relata o Sr. Luís Rollemberg o requerimento do Inspector Fiscal Oscar Guedes de Sousa, pedindo que se conceda aos Fiscais autuantes o abono de 10% sobre o valor da taxa simples, quando recolhida por força de auto. Lido o parecer favorável da Seção de Fiscalização e Arrecadação, em face à praxe adotada há muitos anos pelo Fisco Federal e pela nova Lei do Imposto de Consumo (Decre-

to-lei n. 7.404, de 26/3/45), o Sr. Relator manifesta-se a favor do pedido, sendo aprovado o seu parecer.

**Concessão de prêmio** — Em ofício desta data, os Srs. Antônio Corrêa Meyer, João Soares Palmeira, Luís Dias Rollemberg e J. C. Belo Lisboa propõem a concessão de um prêmio ao Sr. Vasconcelos Torres, pela publicação do livro de sua autoria "Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar". A C. E. concede um prêmio de 3 mil cruzeiros.

**Venda de álcool carburante** — Em carta de 3/8/45, dirigida à Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro, a Cia. Usina Cambaíba comunica ter negociado com a firma S. M. Vasconcelos, de Campos, 100.000 litros de álcool, destinados a abastecer aquele Município. Declara ainda a mesma Companhia ter negociado mais 60.000 litros de álcool para o comércio do Município de Campos. No seu parecer, que é aprovado, conclui a Seção de Estudos Econômicos que não deve ser dada autorização para a saída do álcool vendido como carburante pela Cia. Usina Cambaíba, a não ser na proporção que lhe couber, de acordo com o plano a ser organizado pela Seção do Alcool.

**Distilaria Central de Ponte Nova** — Em memorial de 18/8/45, a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais Ltda., com sede em Ponte Nova, pleiteia que o Instituto lhe faça entrega, em caráter administrativo, de arrendamento ou de venda, da Distilaria Central de Ponte Nova, cuja construção vem de ser ultimada naquele Município. Pede a Cooperativa ainda que o I. A. A. conceda uma quota de 100.000 sacos de açúcar àquela fábrica, aparelhando-a o próprio Instituto para essa produção. Encarregados os Chefes da Seção de Estudos Econômicos e da Seção de Assistência à Produção de examinar a proposta em questão e apresentar parecer, se desincumbem os mesmos dessa atribuição, apresentando, a respeito, o seu relatório de 27/8/45. A C. E. resolve dar vista do assunto ao Sr. Álvaro Simões Lopes.

**Plano de defesa da safra de 1945/46** — Procede o Sr. Presidente à leitura de um telegrama do Sr. Brasília Machado Neto, Presidente da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do mesmo Estado, em que comunica ao I. A. A. as apreensões dos atacadistas paulistas em face do dispositivo do Plano da Safra 1945/46 que faculta ao produtor, em suas vendas a industriais e varejistas, a cobrança de uma margem de 3 ou 5% acima do preço fixado para o açúcar. O assunto é objeto de prolongados debates, sendo afinal aprovada, contra os votos dos Srs. Bezerra Filho e Dias Rollemberg, a seguinte fórmula interpretativa: "A margem do atacadista deverá ser atribuída aos compradores nas compras superiores a 3.000 sacos, feitas de acordo com o disposto no art. 14, quando se tratar de compradores habituais de quantidade superior a 3.000 sacos, limitadas as compras ao máximo correspondente à média das compras do último triênio 41/42, 42/43 e 43/44.

**Abastecimento** — Em telegrama de 16/7/45, dirigido ao Coordenador da Mobilização Econômica, e telegramas de 27/6 e 15/7/45, endereçados ao I. A. A., o Sr. Interventor Federal no Maranhão pede providências no sentido de embarques de açúcar para o Estado, denunciando a excessiva alta de preços a que atingiu, ali, esse produto. O assunto é objeto de debates dando-se vista ao Sr. João Soares Palmeira.

**Fabricação de açúcar em distilarias autônomas de São Paulo** — Em requerimento de 11/7/45, a firma Irmãos Ragazzo & Cia., instalada na Fazenda Tabajara, Município de Limeira, Estado de São Paulo, com fábrica de álcool, requer a montagem de maquinaria para produzir açúcar junto à distilaria. De acordo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, manda-se arquivar o processo.

**Transporte** — Em memorial de 7/8/45, o Sr. Manuel Raposo dos Santos, Superintendente do Pôrto de Angra dos Reis, se refere à situação daquele Pôrto, abandonado pelas exportações de açúcar do Norte. Depois de uma série de considerações, o Sr. Manuel Raposo dos Santos apela para o Instituto no sentido de que seja contemplado o Pôrto de Angra dos Reis, na distribuição da quota de açúcar, embarcada dos Estados do Norte, com destino à zona servida pela Rêde Viação Mineira. O parecer da Gerência, no sentido de que o assunto deve ser resolvido pelos vendedores e compradores, interessados no caso, é aprovado pela C. E.

**Montagem de fábricas** — Com o seu ofício de 23/8/45, a Seção Jurídica apresenta a minuta n. 19/45, relativa ao contrato a ser elaborado entre o Instituto e a Usina Paineiras S. A., concessionária de João Gomes de Campos e outros, regulamentando a concessão para a montagem e exploração de uma usina de açúcar e respectiva distilaria no Estado do Espírito Santo, nos termos da decisão de 21/3/45, da Comissão Executiva. Dá-se vista do caso ao Sr. Cassiano Maciel.

— A Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana de Gaspar, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, encaminha ao Instituto um memorial, pleiteando a concessão de uma quota de açúcar para a fundação de uma usina. À vista do parecer da Seção de Estudos Econômicos e por proposta do Sr. Presidente, resolve a Comissão Executiva aguardar a decisão da concorrência para as usinas do Rio Grande do Sul, nas condições do parecer da Seção de Estudos Econômicos.

— Datado de 28-2-45, o Sr. Adrião Caminha Filho, agrônomo do Ministério da Agricultura, apresentou ao Sr. Presidente do Instituto o seu relatório sobre "Possibilidades do Município de Morretes, no Estado do Paraná, para a colheita, em escala comercial, da cana de açúcar e para a instalação de uma usina de açúcar e de uma distilaria de álcool", assunto tratado em sessão da Comissão Executiva, de 26/7/45, e do qual foi dado vista ao Sr. Antônio Corrêa Meyer, cujo parecer é aprovado.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — Júlio Simão da Rosa — Espírito Santo — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 8/8/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de Júlio Simão da Rosa, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30-3-44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados:

Luís Ferrete, Luís Vimercati, Macário Ramos Judice, Manuel Alves da Silva, Manuel Eulálio Garcia, Manuel Pontes Jardim, Manuel Ribeiro França, Manuel dos Santos, Maria Augusta de Farias, Maria Guilhermina Garcia, Maria Supeleto, Maria Zandonadi Altoé, Mário de Abreu, Mário Baiense, Martiliano Pozzi, Natalino Spinola, Luís Sêco, Nemitor Cozendei, Otávio Lopes, Odorico Caldeira, Olívia Rosa Serafim, Pedro Bittencourt, Pedro de José Altoé, Pedro Passabom & Irmão, Pedro Peccino, Pedro Ribeiro, Perilo Gabriel Dias Neto, Rafael Altoé, Silvio Venturi, Teotônio Rafael, Tomaz Bergome, Vitorio Altoé, Zaquel Gomes Barbosa, Antônio Bispo da Rocha, Severiano Augusto Gonçalves, Pedro Charra ou Joaquim Francisco de Andrade, Francisco Espíndola de Ataíde, João José de Sousa Carpina, Joaquim Bispo da Rocha, José Antônio Teixeira, Marciano Ribeiro dos Santos e Benedito Ribeiro dos Santos, Conegundes Pereira Passos, Maria José de Jesus, Pedro Jorge Gonçalves, Sabina Rosa de Sant'Ana, Sinfrônio Rezende de Andrade, Amaro Maximiano de Rosário, Pelasia de Teffé, Virgílio Alves Toledo.

— Em petição de 26/10/42, André Rodrigues de Amorim — Bahia, pede reconsideração do despacho que cancelou a inscrição n. 04 — 070 — 257 — 1.252, referente ao engenho rapadureiro de sua propriedade, situado em Joazeiro, Estado da Bahia. Concede-se a inscrição. „

— Em petição de 29/9/43, Jerônimo José Sant'Ana — São Paulo, solicita ao Instituto a inscrição de um engenho rapadureiro de sua propriedade, situado em Jacareí, Estado de São Paulo. Manda-se arquivar.

**Inscrição de fábricas e transferência de proprietários** — Em petição de 26/8/43, Antônio Fernandes da Costa — Ceará, solicita a inscrição de um engenho produtor de rapadura, situado em Viçosa, Estado do Ceará, que adquiriu por compra a Dionísio Fernandes da Costa. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina no sentido de ser o engenho em causa inscrito em nome de Dionísio Fernandes da Costa, procedendo-se a seguir à transferência para o nome do interessado.

— Jônatas Malta de Alencar — Alagoas, requer a averbação da transferência de um fábrica de aguardente, adquirida de Antônio Cavalcante, para o seu nome, com remoção para a propriedade "Bom Jardim", em São Luís do Quitunde, Alagoas. O Dr. Procurador Regional em Alagoas, em parecer aprovado, opina no sentido de ser feita a inscrição do engenho em nome de Antônio Cavalcante, transferindo-se, em seguida, para o nome do requerente.

**Transferência de proprietários** — Alípio Silveira do Amaral — Minas Gerais — Em petição de 21/12/42, como proprietário de um engenho situado em Mariana, Estado de Minas Gerais, solicita a averbação de transferência da referida fábrica para o nome de Sr. Batista Camini, de nacionalidade italiana. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pelo deferimento do pedido, tendo em vista a informação da Seção de Estatística.

**Cancelamento de inscrição** — José Francisco de Sousa — Bahia — Deferido.

### 55.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro, Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Voto de pesar** — Aprova-se um voto de pesar pelo falecimento, em Ribeirão Preto, do Dr. Camilo de Matos, advogado das Usinas Junqueira.

**Exportação de benzol** — Relativamente ao problema da produção de álcool anidro, dependente da importação de desidratantes, informa o Sr. Presidente que não se tem dêle descuidado o Instituto, tendo examinado, por intermédio da Anglo-Mexican Petroleum Company, a possibilidade de obter o produto na Inglaterra. A referida companhia informa que a Inglaterra não está em condições de fornecer benzol. A C. E. toma conhecimento das negociações e lembra a conveniência de entendimentos com tôdas as fontes produtoras para obtenção de benzol.

**Plano de defesa da safra de 1945/46** — O Sr. José Carlos Pereira Pinto, declarando não ter estado presente à sessão anterior, quando fôra debatida a questão da interpretação do art. 14, da Resolução 107/45, o qual trata da venda do açúcar nas condições F. O. B., em lotes superiores a 3.000 sacos, consulta a Casa sobre a posição da Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda., em face da interpretação dada ao assunto. O Sr. Presidente presta os devidos esclarecimentos sugerindo que os produtores entrem em entendimento com o comércio atacadista para uma solução conciliatória.

**Preços legais** — Fleiteia a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco a inclusão nas faturas de açúcar, quando efetuada a venda C. I. F. do excesso do impôsto de vendas mercantis. A Comissão Executiva, em face das informações prestadas pelo Sr. Gerente, aprova a proposta da Cooperativa.

## ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, despachou os seguintes processos:

### ESTADO DE ALAGOAS:

7.268/40 — José Evilasio Torres — Viçosa — Inscrição de engenho — Deferido, em 16-8-45.

3.275/43 — Cabral Toledo & Cia. — Capela — Compra de um vácuo a Irmãos Mendonça Ltda. — Deferido, em 3-9-45.

26.103/44 — Cabral Toledo & Cia. — C. Paraíba — Modificação de firma — Deferido, em 3-9-45.

2.569/43 — Manuel Messias de Gusmão — S. L. Quitunde — Venda de maquinaria — Deferido, em 3-9-45.

5.737/45 — Antônia Rita de Barros — Água Branca — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 25-9-45.

8.260/45 — Cícero Marques — Murici — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 20-9-45.

24.958/45 — Hermínio de Aquino Medeiros — Anadia — Inscrição de alambique — Deferido, em 25-9-45.

### ESTADO DO AMAZONAS:

442/37 — Prelazia de Labrea — Labrea — Inscrição de engenho — Deferido, em 25-9-45.

### ESTADO DA BAHIA:

9.221/44 — Cândida Augusta da Silva Magalhães — Livramento — Transferência de engenho de rapadura e remoção do mesmo — Deferido, em 3-9-45.

— A Comissão Executiva, considerando as razões apresentadas, resolve aprovar o pedido dos refinadores de Pernambuco, no sentido de lhes ser permitido acrescentar ao preço do açúcar refinado a parcela de Cr\$ 0,45, como compensação pelo aumento do imposto de consumo sobre o açúcar refinado da própria produção das usinas dos refinadores.

**Inscrição de fábricas — De rapadura — Júlio Miliorim — Erpírito Santo.** A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 9/8/45, exarado no processo em epígrafe, de interesse de Júlio Miliorim, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30/3/44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante deste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer é abaixo relacionados:

José Zampirolo, José Peccini, José de Azevedo Brasileiro, João José Ribeiro, João Dezan, João de Almeida, Jesuino Coelho Sobrinho, Izaias de

590/36 — Isaque José da Silva — Paramirim — Inscrição de engenho — Deferido, em 3-9-45.

45.884/44 — João Bispo Lins — Esplanada — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 13-9-45.

45.003/44 — João Lício da Silva — Santo Amaro — Transferência de distilaria de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

3.288/41 — José dos Santos Oliveira — Bom Sucesso — Montagem de engenho de rapadura — Arquite-se, em 3-9-45.

5.960/40 — Manuel João de Sousa Andrade — São Miguel — Transferência de engenho para Brivaldo da Silva Nunes — Deferido, em 13-9-45.

1.183/39 — Pedro Soares Barreto — Nazaré — Transferência de engenho de Jesuína Maria Bonfim — Deferido em 3-9-45.

2.110/42 — Joaquim Mendes de Vasconcelos — Soure — Baixa de inscrição de engenho — Deferido, em 25-9-45.

47.730/44 — Maurício Vilas Boas — Nazaré — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 25-9-45.

6.834/44 — Raimunda Pereira do Rosário — Valença — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 25-9-45.

### ESTADO DO CEARA':

2.707/40 — Antônio Silvestre de Araujo — Cedro — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 28-7-45.

1.627/38 — Antônio Teixeira de Farias — Pacoti — Inscrição de engenho — Deferido, em 28-7-45.

743/39 — Joana de Mendonça Gurgel — Baturité — Transferência de engenho para João Ramalho Cordeiro — Deferido, em 17-8-45.

José Altoé, Heitor Grilo, Gilberto Carreiro Ferreira, Francisco Luchi, Francisco Guedes, Pedro Ribeiro Moreira, Pascoal Tonon, José Rodrigues de Almeida, Augusto Queiroz, Júlio Tosta, José da Silva Torres, José Campos Ribeiro, João Valiati, João Dezan, João Debona, João Adão Peterle, Izidoro Guilherme Emerick, Henock Pinheiro da Cunha, Guido José Mapeli, Francisco Nogueira, Francisco de José Altoé, Euzébio Caldeira, Antônio Almagro, Joaquim Caiado, Manuel Bueno Pedroso, Inácio Portela, Filomena Clarisse dos Reis, Marciano Camilo da Costa, João Carneiro de Moura, Eleutério Alves Linhares, Lindolfo Oliveira, José Rodrigues Marques, José Barbosa dos Santos, Armindo Mesquita, Custódio Teixeira Gonçalves (Herds.), Aprígio Mendes Maria, Sociedade Extrativa Dolomita Ltda., Júlio Cesar de Lima, Martins Venerando da Silva, Justiniano Correia e Silva (2 engs.), José Francisco Ferreira, Felix Bastos de Almeida, Antônio José Constâncio.

**De aguardente** — Elias de Oliveira e Silva — Piauí — Deferido.

5.080/40 — Antônio Lucas de Siqueira — Tianguá — Transferência do engenho de Clementino Francisco de Sá e aumento de quota de rapadura. Aprovado, em 13-9-45.

5.177/42 — Clovis Augusto de Sousa — Ubajara — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 3-9-45.

7.126/40 — Cornélio Januário Gomes — Tianguá — Aumento de limite de rapadura — Arquivado, em 3-9-45.

5.653/40 — Francisco Bezerra de Menezes — Tianguá — Transferência do engenho de Maria Trindade da Silva — Aprovado, em 13-9-45.

1.346/41 — João Galdino de Oliveira — Nova Russas — Inscrição de engenho — Arquivado, em 13-9-45.

1.951/42 — João Rodolfo Pessoa — Tianguá — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

750/43 — João Tomé Cardim — Campo Grande — Baixa de engenho de rapadura — Arquivado, em 1-9-45.

2.607/40 — Júlio Dourado — Massapê — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

3.808/41 — Maria da Costa Gadelha — Aquiraz — Aumento de quota — Deferido, 13-9-45.

7.350/40 — Racine Facó — Cascavel — Transferência de engenho e aumento de limite — Deferido, em 13-9-45.

15.551/44 — Raimunda Gomes Barbosa (Herds.) — Aquiraz — Restituição do depósito de Cr\$ 100,00 (art. 11 Dec. 1.831) — Arquivado, em 3-9-45.

419/41 — Raimundo Inácio Rodrigues — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Arquivado, em 3-9-45.

1.540/43 — Rósio Ageu Araruna — Milagres — Autorização para reformar seu engenho — Deferido, em 3-9-45.

4.614/43 — Camilo Néri de Paula — Baturité — Transferência de engenho para Raimundo Andrade Campos — Arquivado, em 20-9-45.

1.881/43 — Cesar Alves da Cunha — Muriti — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 25-9-45.

5.070/40 — Domingos Francisco de Sousa — Tianguá — Transferência do engenho de Manuel Antônio de Araújo e aumento de quota — Deferido, em 25-9-45.

4.569/41 — Francisco A. Linhares Filho — Redenção — Reclama contra o limite fixado — Arquivado, em 25-9-45.

6.971/40 — João Tito Monteiro — Aquiraz — Transferência de Bernardino Ferreira Lima (herds.) e aumento de quota de rapadura — Deferido, em 25-9-45.

32.043/44 — Joaquim Alves Pereira — Crato — Transferência de engenho — Deferido, em 25-9-45.

868/41 — Joaquim Rabelo Leitão — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquivado, em 25-9-45.

4.404/40 — Joaquim Saraiva Bandeira — Pacoti — Transferência para Luís Bandeira Queiroz — Deferido, em 25-9-45.

14.344/45 — Joaquim Soares & Cia. — Ipueiras

— Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 25-9-45.

30.389/44 — José Bernardino de Oliveira — Redenção — Transferência de engenho de rapadura e remoção do mesmo — Deferido, em 25-9-45.

29.921/44 — José Holanda de Lima — Cascavel — Transferência e remoção do mesmo — Deferido, em 25-9-45.

27.767/44 — Rosa Bezerra Colares — Crato — Transferência de engenho — Deferido, em 25-9-45.

2.003/42 — Vicente Rodrigues Souto — Baturité — Transferência de engenho — Deferido, em 25-9-45.

#### DISTRITO FEDERAL:

30.567/45 — Raimundo de Sá Araújo Neves — Rio de Janeiro — Solicita seja desentranhado o formal de partilha que instrui o processo 19.388/44 — Deferido, em 13-9-45.

#### ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

23.712/45 — Salime Tanure & Irmão — C. Itapemirim — Comunicam que não puderam completar suas quotas na safra 1943/44 — Arquivado, em 17-8-45.

1.133/43 — Thiers Monteiro de Barros — Mucuri — Solicita reconsideração no despacho do processo 1.260/38 e permissão para fabricar rapadura e açúcar — Arquivado, em 16-8-45.

2.939/43 — Usina Paineiras S. A. — C. do Itapemirim — Pede vista do processo n. 1930/42 — Arquivado, em 1-9-45.

3.472/38 — João Carleti — C. do Itapemirim — Inscrição de engenho — Deferido, em 3-9-45.

810/43 — Cirilo José da Costa — C. do Itapemirim — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Arquivado, em 25-9-45.

3.926/42 — João José Gazoni — Alegre — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 25-9-45.

3.772/40 — Saturnino Lougon Moulin — Alegre — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 15-9-45.

#### ESTADO DE GOIÁS:

5.616/40 — Urbano Berquó — Goiás — Transferência do engenho de Galdino Lemes dos Santos — Deferido, em 16-8-45.

724/35 — Belarmino Pereira Barbosa — Bananeiras — Montagem de engenho — Arquivado, em 13-9-45.

1.216/36 — Benedito Pereira de Sousa — Santa Luzia — Baixa de inscrição de engenho — Deferido, 13-9-45.

2.183/35 — Clarindo Vicente de Sousa — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquivado, em 13-9-45.

6.756/40 — Isabel Elias dos Reis — Santa Luzia — Transferência de engenho para Antônio Gonçalves Soares — Aprovado, em 3-9-45.

3.683/43 — Jeremias Gonçalves Soares — Santa Luzia — Transferência de engenho para Antônio Vieira Caixeta — Deferido, em 3-9-45.

4.115/43 — João Pereira da Mota — Campo Formoso — Transferência de engenho de açúcar para Durvalino Fernandes de Castro — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.762/35 — Joaquim Bento da Silva — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.236/35 — Joaquim Firmo dos Santos — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.765/35 — Teófilo Apolinário Martins — Morrinhos — Registro de engenho — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.231/35 — Virgínio Honório Alves — Morrinhos — Montagem de engenho — Arquivo-se, em 13-9-45.

5.482/41 — Ananias Inácio Caixeta — Santa Luzia — Transferência de engenho para Antônio Inácio Sobrinho — Deferido, em 25-9-45.

4.365/43 — Antônio Gonçalves Soares — Santa Luzia — Substituição de engenho — Deferido, em 20-9-45.

1.441/40 — Francisco Miguel Correia — Campo Formoso — Restabelecimento do engenho — Indeferido, em 20-9-45.

2.381/39 — Joaquim Martins da Assunção — Morrinhos — Inscrição de engenho — Deferido, em 20-9-45.

3.217/43 — José Aloísio de Sousa — Bomfim — Baixa de inscrição — Deferido, em 20-9-45.

#### ESTADO DO MARANHÃO:

25.191/44 — Homero Aguiar Andrade — Araiões — Montagem de engenho de rapadura e aguardente — Deferido, em 13-9-45.

5.930/40 — Antônio Almeida Ataíde — Vargem Grande — Instalação engenho aguardente e rapadura — Deferido, 20-9-45.

#### ESTADO DE MATO GROSSO:

1.721/41 — Alfredo Machado Brum — Miranda — Montagem de fábrica de açúcar e rapadura — Deferido, em 20-9-45.

4.184/43 — Generoso Antônio de Lima — Cuiabá — Baixa de inscrição — Deferido, em 25-9-45.

158/43 — José Dulce & Cia. — Cáceres — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 20-9-45.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS:

295/40 — Domicio Veloso Neves — Araguari — Instalação de engenho — Arquivo-se, em 28-7-45.

33.136/44 — Guimarães & Irmão — Leopoldina — Comunicam que não fabricaram açúcar no ano de 1943 — Arquivo-se, em 4-8-45.

243/43 — Joaquim Clementino Vieira — Itapeçerica — Transferência de engenho para Arceolino Fernandes Lima — Deferido, em 28-7-45.

16.263/45 — Usina Rio Novo Ltda. — Rio Novo — Permissão para adquirir algumas quotas de açúcar bruto, com o fito de transformar-se em usina — Arquivo-se, em 3-8-45.

18.856/45 — Domingos Francisco Marcolino — Pirapetinga — Pedindo devolução da importância de Cr\$ 5.594,90 referente a venda de açúcar apreendido — Deferido, em 17-8-45.

33.136/44 — Guimarães & Irmão — Leopoldina — Comunicam que não fabricaram açúcar no ano de 1943 — Arquivo-se, em 4-8-45.

6.696/45 — Isaque R. Primo — Belo Horizonte — Devolução da taxa de álcool, na importância de Cr\$ 1.200,00 — Deferido, em 16-8-45.

4.552/41 — José Braz Neto — Campanha — Solicitando devolução talões cobrança para pagamento — Arquivo-se, em 17-8-45.

24.785/44 — Luís Nunes da Costa — Luz — Solicita lhe seja informada a situação de seu engenho no I. A. A. — Arquivo-se, em 13-8-45.

68/40 — Nadir Andrade — Januária — Transferência de engenho de Josina Coutinho. — Deferido, em 16-8-45.

1.108/41 — Almino José Alves Torres — Vigosa — Transferência do engenho de herds. José Lopes da Silveira e Joana Andrade de Freitas — Deferido, em 3-9-45.

5.507/40 — Américo José de Sousa — Formiga — Transferência de engenho de José Joaquim de Sousa — Deferido, em 13-9-45.

845/43 — Antenor Evangelista Pereira — Muriaé — Transferência de engenhos de aguardente — Deferido, em 1-9-45.

1.309/43 — Benedito Amaro de Oliveira — Pequi — Montagem de engenho — Deferido, em 13-9-45.

4.729/42 — Caio Flausino da Silva — Guanhães — Protesta contra a transferência requerida por Enéas Rodrigues Coelho — Autorizada a transferência, em 3-9-45.

5.703/45 — Cia. Açucareira e Fluvial Passos Ltda. — Passos — Modificação de firma — Deferido, em 13-9-45.

42.342/44 — Crispim Vieira Cardoso — Pirapetinga — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 3-9-45.

970/42 — Elifio Jacinto Moreira — João Pinheiro — Transferência de engenho de rapadura. Deferido, em 3-9-45.

2.717/42 — Emídio Silvestre Machado — Guarará — Transferência de engenho de açúcar para Francisco Silvestre Machado Sobrinho — Deferido, em 1-9-45.

685/37 — Ilídio Martins Mundim — M. Carmelo — Baixa de inscrição de engenho — Arquivo-se, em 1-9-45.

2.676/43 — Joaquim Mateus Mendes — Cataguazes — Montagem de turbina, funcionamento da mesma, e revisão de limite — Arquivo-se, em 3-9-45.

712/43 — Joaquim Rodrigues da Cunha — Conquista — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 3-9-45.

348/43 — José Alves de Moraes — S. Gotardo — Modificação de inscrição rapadura e aguardente — Deferido, em 13-9-45.

3.137/40 — José Bernardes de Sousa — Formiga — Transferência de engenho de Tertuliano Francisco de Faria — Deferido, em 1-9-45.

2.930/42 — José Correia da Silva — Rio Branco — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 1-9-45.

26.418/45 — José Fernandes Caldas — Nova Era — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 27-8-45.

2.014/40 — José Júlio Ribeiro — Ponte Nova — Transferência de engenho para Ricardo Zinato — Arquivo-se, em 13-9-45.

232/43 — José Matis Pereira — Pedra Branca — Transferência de engenho para Joaquim Batista Rodrigues — Deferido, em 3-9-45.

925/37 — José Teles Sobrinho — Uberaba — Transferência de engenho para João Mendes de Sousa — Deferido, em 3-9-45.

1.358/41 — José Valentim Lana — Abre Campo — Inscrição de engenho — Arquivado, em 3-9-45.

6.686/35 — Josino José da Silva — Carmo R. Claro — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 3-9-45.

3.061/39 — Luís Nunes da Costa — Luz — Transferência de engenho de Nicodemos Garcia de Azevedo — Deferido, em 13-9-45.

393/43 — Manuel Alves Vilela — Piranga — Inscrição de engenho de aguardente. — Deferido, em 13-9-45.

115/37 — Manuel Ferreira de Andrade — Cássia — Instalação de turbina e aumento de limite transferência para José Maia de Andrade — Deferido, em 13-9-45.

3.697/40 — Odin Aarestrup Pimentel — Abre Campo — Transferência de fábrica para Franklin Augusto Mendes — Deferido, em 3-9-45.

45.290/44 — Saturnino José de Paula e outros — S. S. Paraíso — Transferência de quotas de açúcar — Deferido, em 1-9-45.

7.812/45 — Sebastião José Leonel — Bambuí — Transferência de engenho de rapadura e remoção do mesmo — Deferido, em 13-9-45.

3.369/42 — Teodoro José Antonio — Muriaé — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 3-9-45.

1.883/42 — Vicente Alves Torres — Alvinópolis — Transferência de engenho para Edmar de Vasconcelos Barros — Deferido, em 3-9-45.

3.500/44 — Ana Ferraz de Sousa — Carangola — Transferência de engenho para José de Siqueira Lopes — Deferido, em 25-9-45.

50/38 — Antônio Pereira de Mendonça — Uberaba — Pagamento da taxa — Arquivo-se, em 25-9-45.

2.471/41 — Aquiles Diniz Couto — Curvelo — Transferência de engenho de José de Castro Machado — Deferido, em 25-9-45.

2.310/38 — Aristides Teodoro da Costa — Pitangui — Inscrição de engenho e transf. de Miguel Antônio de Almeida — Deferido, em 20-9-45.

25.786/45 — Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais Ltda. — P. Nova — Solicita esclarecimento sobre preço de açúcar — Arquivo-se, em 25-9-45.

5.948/35 — Durval Silva — Jequeri — Cancelamento de engenho — Deferido, em 20-9-45.

3.993/43 — Jerônimo Antônio Pereira — Bon-sucesso — Transferência de engenho — Deferido, em 29-9-45.

5.982/35 — João Batista Correia — Prata — Transferência de engenho para Joaquim Bento da Silva — Arquivo-se, em 20-9-45.

5.056/42 — José Agostinho Borges — S. Ant. do Monte — Transferência de engenho para Pedro Henrique Kambeck — Deferido, em 25-9-45.

42.581/44 — José de Almeida Filho (herds). — Ubá — Transferência de inscrição de engenho rapadureiro e remoção do mesmo — Deferido, em 25-9-45.

2.989/39 — José Mateus de Oliveira — Leopoldina — Modificação de registro — Arquivo-se, em 25-9-45.

4.354/42 — José Proença — Cataguazes — Desistência do pedido de inscrição — Arquivo-se, em 25-9-45.

48.498/44 — Roquelino Marques de Assis — Pitangui — Transferência de inscrição de engenho — Deferido, em 20-9-45.

6.584/40 — Sousa & Irmão — Leopoldina — Transferência de engenho de A. Sousa & Filhos — Deferido, em 25-9-45.

#### ESTADO DO PARAÍ:

347/41 — Antônio Nunes do Rego — Abaeté — Inscrição de fábrica de açúcar — Deferido, em 3-9-45.

6.051/40 — Inocêncio Joaquim Pinheiro — Abaeté — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Deferido, em 13-9-45.

#### ESTADO DA PARAÍBA:

2.339/43 — Luís de Arruda Gouveia — Alagoa Grande — Permissão para fabricar aguardente em seu engenho — Deferido, em 3-9-45.

2.060/42 — Tomaz José de Oliveira — Piancó — Transferência de engenho para Balduino de Carvalho e Silva — Deferido, em 3-9-45.

5.941/35 — José Henrique da Silva — C. do Rocha — Permissão para montar engenho — Arquivo-se, em 20-9-45.

43.147/44 — Manuel Francisco Gomes — João Pessoa — Solicita que na inscrição do engenho Corvoadas seja também consignada fabricação de aguardente — Deferido, em 20-9-45.

#### ESTADO DO PARANÁ:

11.329/45 — Sociedade Agrícola e Industrial Santa Teresa — R. Claro — Inscrição de engenho aguardente — Deferido, em 20-9-45.

#### ESTADO DE PERNABUCO:

1.881/45 — M. C. do Rego Barros — Recife — Notificação (art. 20, do Decreto-lei n. 6969, de 19 de outubro de 1944) — Arquivo-se, em 8-8-45.

1.872/38 — Andrade Queiroz & Cia. — Timbaúba — Incorporação de limites — Arquivo-se, em 16-8-45.

23.814/45 — Antônio de Sá Barreto Sampaio Jr. — Pau D'Alho — Solicita lhe seja fornecido por certidão, o inteiro teor do parecer da Procuradoria Regional do I. A. A. no proc. 84/44 — D. R. — Indeferido, em 16-8-45.

44.905/44 — Florentino de Melo Ferraz — Morenos — Transferência de engenho — Deferido, em 16-8-45.

21.888/45 — Manuel Cesar de Moraes — Jaboatão — Transferência de engenho — Arquivado, em 16-8-45.

4.218/42 — Alfredo Keust — Morenos — Inscrição de engenho — Arquivado, em 13-9-45.

621/38 — Amaro Florêncio da Silva — Rio Formoso — Inscrição de fábrica — Arquivado, em 13-9-45.

205/36 — Benjamim Nunes Machado — Rio Formoso — Recurso — Arquivado, em 13-9-45.

3.622/43 — Daniel Moura & Filho — Qui-papá — Montagem de engenho de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

12.962/45 — Samuel Correia Lira — Canhotinho — Requer devolução de taxas pagas sobre produção de rapadura, referente à safra de 1943/44 — Indeferido, em 13-9-45.

28.647/45 — A. F. Sousa & Cia. — Rio Formoso — Majoração de quota — Arquivado, em 25-9-45.

28.648/45 — Alberes Coutinho do Rego — Carpina — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 25-9-45.

28.650/45 — Feliciano do Rego C. de Albuquerque — Rio Formoso — Deslacramento da maquinaria e ordem de moagem — Arquivado, em 25-9-45.

28.646/45 — H. Bandeira — Pau D'Alho — Modificação de firma — Deferido, em 25-9-45.

28.644/45 — João Vanderlei de Siqueira, Viúva e Herdeiros — Ribeirão — Transferência de razão social — Deferido, em 25-9-45.

6/38 — Severino Airton de Moraes Coutinho — Qui-papá — Inscrição de engenho — Deferido, em 20-9-45.

19.904/45 — Usina Água Branca S. A. — Qui-papá — Permissão para fabricar aguardente — Arquivado, em 25-9-45.

#### ESTADO DO PIAUÍ:

4.009/41 — Antônio de Holanda Pôrto — Queiras — Transferência de engenho de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

769/40 — Firmino Borges Filho — Belém — Montagem de engenho de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

3.482/41 — Hermínio Gomes da Silva — Valença — Montagem de engenho de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

2.879/42 — Antônio Ferreira da Costa — Paranaíba — Comunicando a produção de seu engenho ref. ano 1941 — Arquivado, em 20-9-45.

#### ESTADO DO R. G. DO NORTE:

5.450/35 — Hermínio Leopoldino — Ceará-Mirim — Transferência e remoção de maquinismos — Arquivado, em 25-9-45.

#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

4.384/43 — João Grendene — Farroupilha — Pede solução seu requerimento — Arquivado, em 1-9-45.

#### ESTADO DO RIO:

4.403/42 — Manuel Gonçalves Pinheiro — Sumidouro — Pede solução de um seu processo em andamento no I. A. A. — Arquivado, em 17-8-45.

26.608/45 — Amaro Peçanha Póvoa — São João da Barra — Solicita seja desentranhado do processo 9.287/44, o título de propriedade no qual é interessado — Deferido, em 13-9-45.

3.610/35 — João Paula de Azevedo — Sumidouro — Inscrição de engenho — Arquivado, em 13-9-45.

30.832/45 — Amaro Gomes dos Santos — Campos — Solicita retificação do nome de Amaro Simão para Amaro Gomes dos Santos, fornecedor da usina "Barcelos" — Deferido — 20-0-45.

2.547/42 — José C. Teixeira — Duas Barras — Baixa de inscrição de engenho — Deferido, em 20-9-45.

2.540/42 — Jovino Monnerat (espólio) — Duas Barras — Transferência de engenho de rapadura para Paulino Monnerat Sobrinho — Deferido, em 25-9-45.

917/37 — Maria Inácia da Conceição — Petrópolis — Isenção de imposto — Arquivado, em 25-9-45.

#### ESTADO DE SANTA CATARINA:

30.136/44 — João Pflieger — Palhoça — Venda de moenda — Deferido, em 16-8-45.

2.965/38 — Ernesto Schulz — Joinville — Cancelamento de inscrição — Deferido, em 13-9-45.

35.742/44 — Francisco Rodrigues Pereira — Itajaí — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 3-9-45.

766/43 — José Horn — Concórdia — Baixa de inscrição — Deferido, em 13-9-45.

47.566/44 — Lourenço Cesário de Simas — Tijucas — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 25-9-45.

39.990/44 — Nicolau Turnes — Palhoça — Solicita esclarecimentos sobre seu engenho de açúcar registrado em nome de Nicolau Pedro Turnes — Deferido, em 20-9-45.

#### ESTADO DE SÃO PAULO:

8.106/35 — Antônio Mingoto — Taubaté — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquivado, em 29-6-45.

1.578/42 — Antônio de Oliveira Soares (herds.) — Redenção — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 29-6-45.

998/43 — Antônio Pereira Ruivo — São Joaquim — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 29-6-45.

3.662/43 — Antônio Saturnino de Sousa — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 29-6-45.

5.164/42 — Associação dos Lavradores e Fornecedores de Cana — Garapava — Consulta sobre tabela de cana — Arquivado, em 3-8-45.

9.613/44 — Avelino Gonçalves — Novo Horizonte — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 29-6-45.

- 3.661/43 — Belmiro da Silva Godói — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.465/43 — Benedito Franco de Melo — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.436/43 — Benedito Quina de Siqueira — Santa Branca — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.435/43 — Benedito Rodrigues Cardoso — Santa Branca — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.705/43 — Bento Lino de Moraes — Taubaté — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 11.875/44 — Caetano Ferrante — Pitangueiras — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.476/43 — Carlos Sacomani & Irmãos — Ser-tãozinho — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 8.423/35 — Deolinda Carolina de Jesus — Presidente Prudente — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 22.380/44 — Emídio da Cruz Prates — M. Aprazível — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 9.614/44 — Euclides José Pôrto — N. Horizonte — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 10.287/44 — Francisco Batista de Almeida — Dois Córregos — Inscrição de engenho — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.477/43 — Francisco Gonçalves dos Santos — Descalvado — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.655/43 — Francisco Joaquim dos Santos — Itápolis — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 495/44 — Jerônimo — Basílio — Pedregulho — Inscrição de engenho — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 4.003/43 — João Franco de Mello Filho — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.753/43 — João Leite de Moraes — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 4.002/43 — João Simão Batista — M. Aprazível — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.422/43 — João Taurian — Bananal — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.524/43 — Joaquim Pedro Coelho — Areias — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.653/43 — Joaquim Pereira da Silva — Mogi-Mirim — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.651/43 — Joaquim Silveira Franco — Mogi-Mirim — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 8.107/35 — José Ambrosio da Costa — Taubaté — Inscrição de fábrica de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 30.527/44 — José Antônio dos Santos Sobrinho — Lagoinha — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 9.611/44 — José Antônio da Silva — Cunha — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 22.373/44 — José Colabressi — Torrinha — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.437/43 — José Laurindo — Santa Branca — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 306/44 — José Maria do Amaral — São Luís do Paraitinga — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 3.421/43 — José Osório Bueno — São Luís do Paraitinga — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 20.057/44 — José Pereira da Silva — Silveiras — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 38.529/44 — José Ramos — Borborema — Inscrição de engenho adquirido de Francisco Kallil — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 22.378/44 — José Rosa de Siqueira — Silveiras — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 22.366/44 — José da Silva Campos — Pedregulho — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.730/43 — Luís José Rodrigues — Silveiras — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 29-6-45.
- 2.403/42 — Antônio Arouca — Penápolis — Fixação de quota — Arquivo-se, em 16-8-45.
- 1.283/42 — Irmãos Biagi — Cravinhos — Substituição de turbinas — Deferido, em 16-8-45.
- 3.374/45 — Irmãos Monteiro — Penápolis — Pedindo informação sobre pagamento da taxa de mercadorias incendiadas. — Arquivo-se, em 17-8-45.
- 23.939/45 — José Caetano de Lima — São Paulo — Solicita devolução da escritura que se acha no processo 10.170/44 — Deferido, em 16-8-45.
- 3.615/42 — Abrão dos Santos Pinto — Ituverava — Montagem de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 15-9-45.
- 981/43 — Adolfo Barreto — Salto Grande — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.
- 3.582/38 — Amadeu Mancin — Pirassununga — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 3-9-45.
- 927/42 — Antônio Roma — Guaratinguetá — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.
- 4.002/43 — Armando Maroni — Joanópolis — Transferência de engenho de aguardente e remoção — Deferido, em 15-9-45.
- 2.227/42 — Benedito Pires — Penápolis — Montagem de engenho de açúcar turbinado — Arquivo-se, em 13-9-45.
- 9.117/35 — Carlos Augusto de Andrade — Cachoeira — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 1-9-45.

2.491/43 — Carlos Padovese — Rio das Pedras — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.

21.259/45 — Casimiro Kantovitz — Piracicaba — Inscrição de engenho de aguardente — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.487/43 — Eduardo Haberler — Presidente Wenceslau — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.716/43 — Estevam Vaz de Lima — S. J. da Boa Vista — Inscrição de engenho de açúcar e aguardente — Arquivo-se, em 13-9-45.

21.044/44 — Felice Botti — Itapeçerica — Montagem de engenho de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

1.292/36 — Fiori Massarutto — Piracicaba — Aumento de quota — Arquivo-se em 13-9-45.

1.219/44 — Francisco Antônio Maciel Jr. — Igarapava — Montagem de engenho de aguardente e açúcar batido — Deferido, em 13-9-45.

781/43 — Francisco Bernardes da Silva — Cajuru — Montagem de engenho de rapadura ou açúcar — Deferido, em 13-9-45.

3.950/39 — Francisco da Costa Sampaio — Piracicaba — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquivo-se em 13-9-45.

11.883/44 — Francisco Garcia do Amaral — Itápolis — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 13-9-45.

317/44 — Hatsusaburo Kawaguchi — Xiririca — Montagem de engenho de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

20.411/45 — Humberto Flores — Ribeirão Bonito — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.

17.262/45 — Ivaio Nakata — Presidente Prudente — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, 3-9-45.

22.709/44 — Januário Salvador e filhos — Itapira — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

7.931/45 — João Barbieri — Piracicaba — Modificação de maquinaria do engenho — Deferido, em 13-9-45.

6.739/45 — João Batista Cirino — Lins — Inscrição de engenho de rapadura e aguardente — Deferido, em 13-9-45.

1.075/43 — João Bento Ferreira — Cajuru — Montagem de engenho de rapadura ou açúcar — Deferido, em 15-9-45.

11.144/44 — Joaquim Alves Sobrinho — Guariba — Transferência de engenho de aguardente e remoção — Deferido, em 13-9-45.

17.260/45 — Kosem Taira — Presidente Prudente — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 3-9-45.

3.169/43 — Laurinda Adorno Teixeira — São Simão — Inscrição de engenho — Deferido, em 13-9-45.

21.407/45 — Lazaro Barbosa de Oliveira — Piracicaba — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivado, em 13-9-45.

4.204/39 — Luís Bortoleto — Piracicaba — Autorização para instalar motor a óleo — Deferido, em 13-9-45.

8.894/35 — Manuel de Castro Mendes — Pirassununga — Inscrição de fábrica de açúcar batido — Arquivo-se, em 3-9-45.

1.960/44 — Manuel Ferreira dos Santos — Paraibuna — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

3.525/43 — Manuel Martins Freire Neto — Areias — Inscrição de engenho de açúcar — Arquivo-se, em 13-9-45.

3.225/40 — Mateus Furlan — Piracicaba — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquivo-se, em 13-9-45.

2.742/43 — Narciso de Paula Alves — Guararema — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

3.590/38 — Nicola Batistela & Irmãos — Pirassununga — Inscrição de fábrica de açúcar batido — Arquivo-se, em 31-8-45.

23.080/44 — Plínio Fleuri — Monte Aprazível — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

2.605/43 — Rafael Tobias de Andrade — Paraibuna — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

32.876/44 — Rivadavia Marcondes de Andrade — S. J. Boa Vista — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 3-9-45.

3.884/43 — Rodolfo Hell — Presidente Prudente — Comunica instalação engenhos clandestinos — Arquivo-se, em 3-9-45.

3.449/43 — S. A. Agrícola Colonial — Ribeirão Bonito — Inscrição de engenho — Arquivo-se, em 13-9-45.

46.390/44 — S. A. Institutos Terapêuticos Reunidos "Labofarma" — Descalvado — Solicitando autorização para montar um aparelhamento destil. retific. álcool — Deferido, em 13-9-45.

1.866/42 — Saturnino Vitor de Ávila — Candonga — Inscrição de engenho de rapadura e aguardente — Arquivado, em 13-9-45.

810/40 — Sebastião Boava — Socorro — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 3-9-45.

6.840/40 — Sílvio César — Parnaíba — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 13-9-45.

2.721/43 — Sizenando Alves Capucho — Cachoeira — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, 13-9-45.

2.596/43 — Teodósio Lopes Pedroso — Duartina — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

989/37 — Teresa Ceribeli e filhos — Batatais — Inscrição de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 13-9-45.

2.846/36 — Vicente Ferreira Dias — S. J. do Rio Pardo — Solicitando autorização para substituição de turbina — Arquivo-se, em 13-9-45.

3.454/43 — Zeferino Soares de Siqueira — Paraibuna — Inscrição de engenho de rapadura — Arquivo-se, em 13-9-45.

11.154/44 — Alberto Coli — Joanópolis — Funcionamento de engenho de aguardente — Arquivo-se, em 20-9-45.

# EDITAIS DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

## CONCORRÊNCIA PARA MONTAGEM DE USINA DE AÇÚCAR E DISTILARIA NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

Pelo presente edital, pelo prazo de 30 dias, ficam notificados todos os interessados de que se acham abertas as inscrições para a apresentação de proposta para montagem de uma usina de açúcar cristal, com uma cota de produção de 30.000 sacos de 60 quilos, e respectiva distilaria de álcool anidro, nos termos do parágrafo único do art. 4.º da Resolução n. 103-45, observadas as seguintes condições:

I — A usina e respectiva distilaria deverão ser instaladas na região das cachoeiras de Itapemirim e Paulo Afonso, no Vale do Rio São Francisco.

II — O regime de exploração da usina será o de absoluta separação entre a atividade agrícola e a industrial, de acordo com o disposto no art. 54 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

III — A concessão para montagem da usina será condicionada à instalação de distilaria de álcool anidro, anexa à mesma, com a capacidade mínima de 15 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos, da cota legal atribuída à usina.

IV — Os proponentes se obrigam, nos termos deste edital, a reconhecer e admitir fornecedores de cana para a integralização da cota da usina, nos termos do item II.

V — Em suas propostas os interessados deverão declarar:

a) local onde pretendem instalar a usina e a respectiva distilaria, com a indicação da natureza do terreno, área do local, meios de comunicação e situação da exploração agrícola se existir.

b) as cotas máximas e mínimas de fornecimento, para transformação em açúcar e álcool,

não podendo ser as cotas mínimas inferiores a 500 toneladas;

c) natureza e constituição da empresa responsável pela exploração da usina e montagem do respectivo capital, se for o caso;

d) plano das instalações industriais de que se comporá o estabelecimento;

e) situação jurídica do imóvel em que serão instaladas a usina e a distilaria;

f) tratamento que pretende dispensar a seus fornecedores, trabalhadores e operários, com observância das condições estabelecidas no Estatuto da Lavoura Canavieira e o Decreto n. 6.969, de 19 de outubro de 1944.

VI — As propostas a que se refere o presente edital deverão ser acompanhadas:

a) de prova de nacionalidade brasileira dos proponentes;

b) de prova de idoneidade moral e financeira dos proponentes, mediante atestados de autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, e de estabelecimentos idôneos de crédito;

c) prova de depósito no Banco do Brasil da quantia de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

§ 1.º — O depósito a que alude a letra c far-se-á mediante guia expedida pela Gerência do Instituto ou por intermédio das Delegacias Regionais dos Estados do Nordeste.

§ 2.º — Julgada a concorrência, os depósitos aludidos na letra c ficarão à disposição dos depositantes não vitoriosos, sendo retirados mediante carta liberatória expedida pelo I. A. A. ao Banco do Brasil, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

671/40 — Bento Zanoli — Piracicaba — Montagem de motor — Deferido, em 20-9-45.

20.038/45 — Bernardo da Cunha Carvalho do Amaral — R. Bonito — Solicita devolução da certidão de hipoteca — Deferido, em 15-9-45.

2.483/42 — David Coleti — Piracicaba — Inscrição de engenho de aguardente — Arquivase, em 20-9-45.

6.696/40 — Francisco de Siqueira Pôrto — Agua Branca — Paralisação temporária de engenho de aguardente — Deferido, em 25-9-45.

11.148/44 — Irmãos Bacarin — Pôrto Ferreira — Baixa de inscrição de engenho de aguardente — Arquivase, em 20-9-45.

7.471/44 — Isabel Lerro Ortenblad e outros Tabapuã — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 20-9-45.

4.797/45 — Jerônimo Queiroz e outro — Guarará — Montagem de engenho de açúcar — Arquivase, em 20-9-45.

10.631/45 — João Alves de Melo — Mogi-Mirim — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 25-9-45.

3.882/43 — José Lourenço Francisco — Mogi-Mirim — Cancelamento inscrição engenho de açúcar — Deferido, em 20-9-45.

17.871/44 — José Rovina & Irmãos — Capivari — Substituição de moenda — Deferido, em 20-9-45.

### ESTADO DE SERGIPE:

27.527/45 — Jovino de Andrade Vieira — Japarutuba — Transferência de inscrição — Deferido, em 25-9-45.

§ 3.º — O depósito feito pelo proponente vitorioso ficará à disposição do mesmo logo que a usina esteja em funcionamento, e pelo I. A. A. tenham sido julgadas cumpridas tôdas as condições da concorrência.

VII — No julgamento das propostas terão preferência:

a) os candidatos que tenham apresentado os melhores e mais completos planos de assistência social e técnico financeira;

b) os candidatos que se proponham lotear a terra para venda aos fornecedores, desde que se responsabilizem pela execução das obras e serviços de interesse coletivo destinados a garantir a segurança e bem estar e abastecimento dos fornecedores e suas famílias, bem como de seus agregados e dependentes;

c) os candidatos que se comprometam manter maior número de fornecedores, observadas, porém, as cotas mínimas indispensáveis para assegurar ao lavrador uma existência digna e decente;

d) os candidatos que se propuserem construir distilarias de maior capacidade relativamente à cota pleiteada.

Parágrafo único — Na distribuição das cotas de fornecimento o Instituto procurará favorecer aos fornecedores do tipo referido no art. 76 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

VIII — O concessionário, mediante licença prévia do I. A. A., poderá organizar uma empresa de que participe para exploração da usina e destilaria, lavrando-se a competente escritura pública de cessão e transferência de direitos e de obrigações.

IX — O I. A. A. não admitirá à concorrência, nem à transferência de que cuida o item anterior, as sociedades anônimas que não tiverem o respectivo capital subdividido em ações nominativas.

X — Na concessão para montagem de novas usinas, terão preferência, em igualdade de condições, as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam proprietárias de usinas.

XI — A usina e a destilaria instaladas com base neste edital, participarão de todos os planos de safra do I. A. A. e estarão sujeitas aos dispositivos da legislação especial à economia açucareira, inclusive às disposições açucareiras da Resolução 105-45.

XII — Uma vez julgada a concorrência e assinado o respectivo contrato de concessão, o concessionário deverá dar início à montagem da usina e destilaria dentro do prazo de 6 meses, não devendo ser superior a 24 meses, contados da data da assinatura da escritura, o prazo para o funcionamento da usina.

XIII — O concorrente vitorioso dentro de trinta dias, a contar da data do julgamento da concorrência, deverá fazer prova de propriedade das terras em que será localizada a usina.

XIV — Se dentro do prazo de 6 meses, fixado para o início da montagem da usina, não estiver fundada a lavoura, começada a construção dos prédios, e feitos os contratos para aquisição dos maquinismos, caducará a concessão, que será deferida aos demais candidatos, na ordem da respectiva classificação na concorrência.

XV — As propostas apresentadas nos termos deste edital serão examinadas pelos órgãos técnicos do Instituto do Açúcar e do Alcool e julgadas pela sua Comissão Executiva.

XVI — Os requerimentos para os fins previstos neste edital deverão ser endereçados ao Exmo. Sr. Presidente do I. A. A. e entregues, mediante recibo, na Seção de Comunicações do Instituto, à Praça 15 de Novembro n. 42. 2.º andar, nesta Capital, e nos Estados, nas respectivas Delegacias Regionais, observada a lei do selo e reconhecidas as firmas dos signatários.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1945 — Guido Coaracy, Chefe da Seção de Comunicações.

### CONCORRENCIA PARA MONTAGEM DE USINA DE AÇÚCAR E DESTILARIA NO ESTADO DO MARANHÃO

Pelo presente edital, pelo prazo de 45 dias, ficam notificados todos os interessados de que se acham abertas as inscrições para a apresentação de propostas para montagem de uma usina de açúcar cristal, com uma cota de produção de 20.000 sacos de 60 quilos, e respectiva destilaria de álcool anidro, no Estado do Maranhão, nos termos da decisão da Comissão Executiva, de 4 do corrente mês, observadas as seguintes condições.

I — O regime de exploração da usina será o de absoluta separação entre a atividade agrícola e a industrial, de acordo com o disposto no artigo 54 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

II — A concessão para montagem da usina será condicionada à instalação de destilaria de álcool anidro, anexa à mesma, com a capacidade mínima de 15 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos, da cota legal atribuída à usina.

III — Os proponentes se obrigam, nos termos deste edital, a reconhecer e admitir fornecedores de cana para a integralização da cota da usina, nos termos do item II.

IV — Em suas propostas os interessados deverão declarar:

a) local onde pretendem instalar a usina e a respectiva destilaria, com a indicação da natureza do terreno, área do local, meios de comunicação a situação da exploração agrícola, se existir;

b) as cotas máximas de fornecimento, para transformação em açúcar e álcool, não podendo ser as cotas mínimas inferiores a 400 toneladas;

c) natureza e constituição da empresa responsável pela exploração da usina e montagem do respectivo capital, se fôr o caso;

d) plano das instalações industriais de que se comporá o estabelecimento;

e) situação jurídica do imóvel em que serão instaladas a usina e a destilaria;

f) tratamento que pretende dispensar a seus fornecedores, trabalhadores e operários, com observância das condições estabelecidas no Estatuto da Lavoura Canavieira e no Decreto-lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944.

V — As propostas a que se refere o presente edital deverão ser acompanhadas:

a) de prova de nacionalidade brasileira dos proponentes;

b) de prova de idoneidade moral e financeira dos proponentes, mediante atestado de autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, e de estabelecimentos idôneos de crédito;

c) prova de depósito no Banco do Brasil da quantia de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

§ 1.º — O depósito a que alude a letra c, far-se-á mediante guia expedida pela Gerência do Instituto ou por intermédio das Delegacias Regionais do I. A. A., sendo que no Estado do Maranhão a guia ao Banco do Brasil será expedida pela Secretaria do Interior.

§ 2.º — Julgada a concorrência, os depósitos aludidos na letra c, ficarão à disposição dos depositantes não vitoriosos, sendo retirados mediante carta liberatória expedida pelo I. A. A. ao Banco do Brasil, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte:

§ 3.º — O depósito feito pelo proponente vitorioso ficará à disposição do mesmo logo que a usina esteja em funcionamento, e pelo I. A. A. tenham sido julgadas cumpridas tôdas as condições da concorrência.

VI — No julgamento das propostas terão preferência:

a) os candidatos que tenham apresentado os melhores e mais completos planos de assistência social e técnico-financeira;

b) os candidatos que se proponham a lotear a terra para venda aos fornecedores, desde que se responsabilizem pela execução das obras e serviços de interesse coletivo destinados a garantir a segurança e bem estar e abastecimento dos fornecedores e suas famílias, bem como de seus agregados e dependentes;

c) os candidatos que se comprometam a manter maior número de fornecedores, observadas, porém, as cotas mínimas indispensáveis para assegurar ao lavrador uma existência digna e decente;

d) os candidatos que se propuserem a constituir destilarias de maior capacidade relativamente à cota pleiteada.

Parágrafo único — Na distribuição das cotas de fornecimentos o Instituto procurará favorecer aos fornecedores do tipo referido no art. 76 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

VII — O concessionário, mediante licença prévia do I. A. A., poderá organizar uma empresa de que participe para exploração da usina e destilaria, lavrando-se a competente escritura pública de cessão e transferência de direitos e de obrigações.

VIII — O I. A. A. não admitirá à concorrência, nem à transferência de que cuida o item anterior, as sociedades anônimas que não tiverem o respectivo capital subdividido em ações nominativas.

IX — Na concessão para montagem de novas usinas, terão preferência, em igualdade de condições, as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam proprietárias de usinas.

X — A usina e a destilaria instaladas com base neste edital, participarão de todos os planos de safra do I. A. A. e estarão sujeitas aos dispositivos da legislação especial à economia açucareira, inclusive as disposições da Resolução 105-45.

XI — Uma vez julgada a concorrência e assinado o respectivo contrato de concessão, o concessionário deverá dar início à montagem da usina e destilaria, dentro do prazo de 6 meses, não devendo ser superior a 24 meses, contados da data da assinatura da escritura, o prazo para o funcionamento da usina.

XII — O concorrente vitorioso, dentro de 30 dias, a contar da data do julgamento da concorrência, deverá fazer prova de propriedade das terras em que está localizada a usina.

XIII — Se dentro do prazo de 6 meses, fixado para o início da montagem da usina, não estiver fundada a lavoura, começada a construção dos prédios, e feitos os contratos para aquisição dos maquinismos, caducará a concessão, que será deferida aos demais candidatos, na ordem da respectiva classificação na concorrência.

XIV — As propostas apresentadas nos termos deste edital serão examinadas pelos órgãos técnicos do Instituto do Açúcar e do Alcool e julgadas pela sua Comissão Executiva.

XV — Os requerimentos para os fins previstos neste edital deverão ser endereçados ao Exmo. Sr. Presidente do I. A. A. e entregues, mediante recibo, na Seção de Comunicações do Instituto, à Praça 15 de Novembro n. 42, 2.º andar, nesta Capital, no Estado do Maranhão, na Secretaria do Interior do Estado, e nos demais Estados, nas Delegacias Regionais do Instituto, observada a lei do selo e reconhecidas as firmas dos signatários.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1945. — Guido Coaracy, Chefe da Seção de Comunicações.



## CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUÍMICAS S.A.

**CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr\$ 15.000.000,00**

Oficinas : **SÃO PAULO**  
Rua Passo da Pátria, 1515  
Alto da Lapa — Bela Aliança.  
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no **RIO**  
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav  
(Salas 301/302)  
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209



### **A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ALCÓOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS**

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m<sup>2</sup>  
600 operários, 60 técnicos e empregados

**Fundição de bronze, ferro e aço**

**Fábrica própria de moto-bombas**

**Construção de material de usinas de açúcar**

Contratou, de 1941 a fins de 1943, **51 distilarias de álcool etílico, todas construídas no Brasil**, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no ramo de **destilação**, distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

# O REGIME DAS CHUVAS EM PERNAMBUCO

Por determinação do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, a Seção de Estudos Econômicos desta autarquia organizou o quadro e o gráfico que publicamos às págs. 27 e 28, e relativos ao regime das chuvas no Estado de Pernambuco, durante os períodos em que foram fundadas e se desenvolveram as safras 1943-1944, 1944-45 e a safra pendente de 1945-46.

Encaminhando os referidos trabalhos, o Chefe daquela Seção fez as seguintes considerações:

“Os dados são os colhidos pelo serviço de pulviometria existente nesta Seção e publicados regularmente no Boletim da Seção de Estatística exceto quanto aos meses de junho e julho de 1945, por não terem saído ainda os respectivos números daquela publicação.

**Safra 1943-44.** — Do exame do quadro, verifica-se que a safra 1943-44 foi favorecida por uma acentuada regularidade na distribuição das chuvas ao longo dos 18 meses que constituem o ciclo vegetativo da cana. Esse, sem dúvida, o motivo de ter sido aquela a maior safra já produzida no Estado.

**Safra 1944-45.** A safra 1944-45, última colhida, foi, ao contrário, castigada por um período de escassez de chuvas que se estende de outubro de 1943 a fevereiro de 1944. Esse longo período de estiagem, compreendendo os meses de desenvolvimento dos canaviais e mesmo de plantio, afetou de modo sensível o volume da colheita. As primeiras chuvas depois do verão correspondente àquela safra só começaram a cair em março, intensificando-se em abril para atingir proporções excessivas no mês de maio. Além disso, os meses de outubro e novembro estiveram abaixo das normais.

Essa irregularidade do tempo foi seguramente o fator da grande redução, de cerca de um milhão de sacos, verificada na produção do Estado. Isso, se admitirmos, o que parece certo, não terem sido menores as áreas cultivadas.

**Safra 1945-46.** Durante o período de fundação e de desenvolvimento da safra 1945-46, cuja colheita terá início no próximo mês de outubro, verificou-se, também, certa irregularidade na distribuição das chuvas. Essa irregularidade torna-se

mais pronunciada quando em confronto com a safra 1943-44, época em que as condições do tempo foram excepcionais.

O período sêco iniciou-se em outubro de 1944, prolongando-se em posição inferior à da normal até janeiro de 1945. Ao contrário, porém, do que sucedeu na safra anterior, as chuvas começaram em fevereiro. Dêsse modo, as canas de ladeira com desenvolvimento atrasado tiveram oportunidade de recuperar um pouco o seu aproveitamento. Sabemos que, por isso, algumas usinas estão preferindo iniciar a moagem em outubro quando as canas estarão mais crescidas, e não a 20 de setembro, como de praxe.

Se a área cultivada não tiver sido inferior à de 1944-45, pode-se esperar uma colheita um pouco superior”.

---

mente de “seedlings” propagados na estação experimental de 1931 a 1937, três dos quais têm o P. O. J. 2878 como um dos seus ascendentes imediatos.

Essas novas variedades são assim caracterizadas: 31-2806. Mãe, P. O. J. 2878. Pai, H. 9811 (um “seedling” da Badila). 31-2806 é uma variedade destinada especialmente aos terrenos elevados dos distritos de Hamakua e Kohala, onde já foi plantada numa extensão de quase seis mil acres. Nos terrenos baixos não pode ser indicada como variedade comercial. 32-8560. Mãe, Co. 213 Pai, P. O. J. 2878. Essa variedade se faz notar pela sua versatilidade, sendo forte competidora em todos os distritos, onde vem registrando expansão sobre canas que a antecederam nas mais variadas condições. Em 1937 havia apenas alguns acres plantados, porém em dezembro de 1944 a sua área de plantio se estendia por 117.566 acres. Continua a expandir-se numa proporção de cerca de 20 mil acres por ano. 31-1063. Mãe, P. O. J. 2878. Pai, 28-4399 (um híbrido de Uba). Essa variedade estabeleceu-se nos distritos de Kau e Hilo, onde ocupa mais de 26 mil acres. Em condições de clima frio cresce vigorosamente. 37-1933, Mãe, 32-8560. Pai, 34-1874. Este “seedling” entrou em produção comercial há pouco tempo. No momento da colheita acusa alto teor de sacarose.

---

## VELHAS E NOVAS VARIEDADES CULTIVADAS NO HAVAI

No seu número de julho findo, “Sugar” registra uma publicação da Associação de Plantadores do Havai, na qual estão enumeradas tôdas as variedades de cana de açúcar ora existentes nos campos do arquipélago. Em cada caso, diz aquela revista, a origem e a ascendência, esta quando conhecida, são anotadas. As variedades mais antigas incluem Lahaina, atualmente abandonada, Caledônia Amarela, H. 109, D. 1135, Yellow Tip e Striped Tip, Badila, P. O. J. 36, P. O. J. 2878 e 31-1389. As novas variedades consistem principal-

## Alcoometria, estereometria e análise do álcool

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr\$ 15,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 17,00

Na Seção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Alcool

## INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCÓOL

## SEÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

CONFRONTO DAS PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS MENSIS OCORRIDAS NAS SAFRAS 1943/44, 1944/45 e 1945/46  
ESTADO DE PERNAMBUCO (\*)

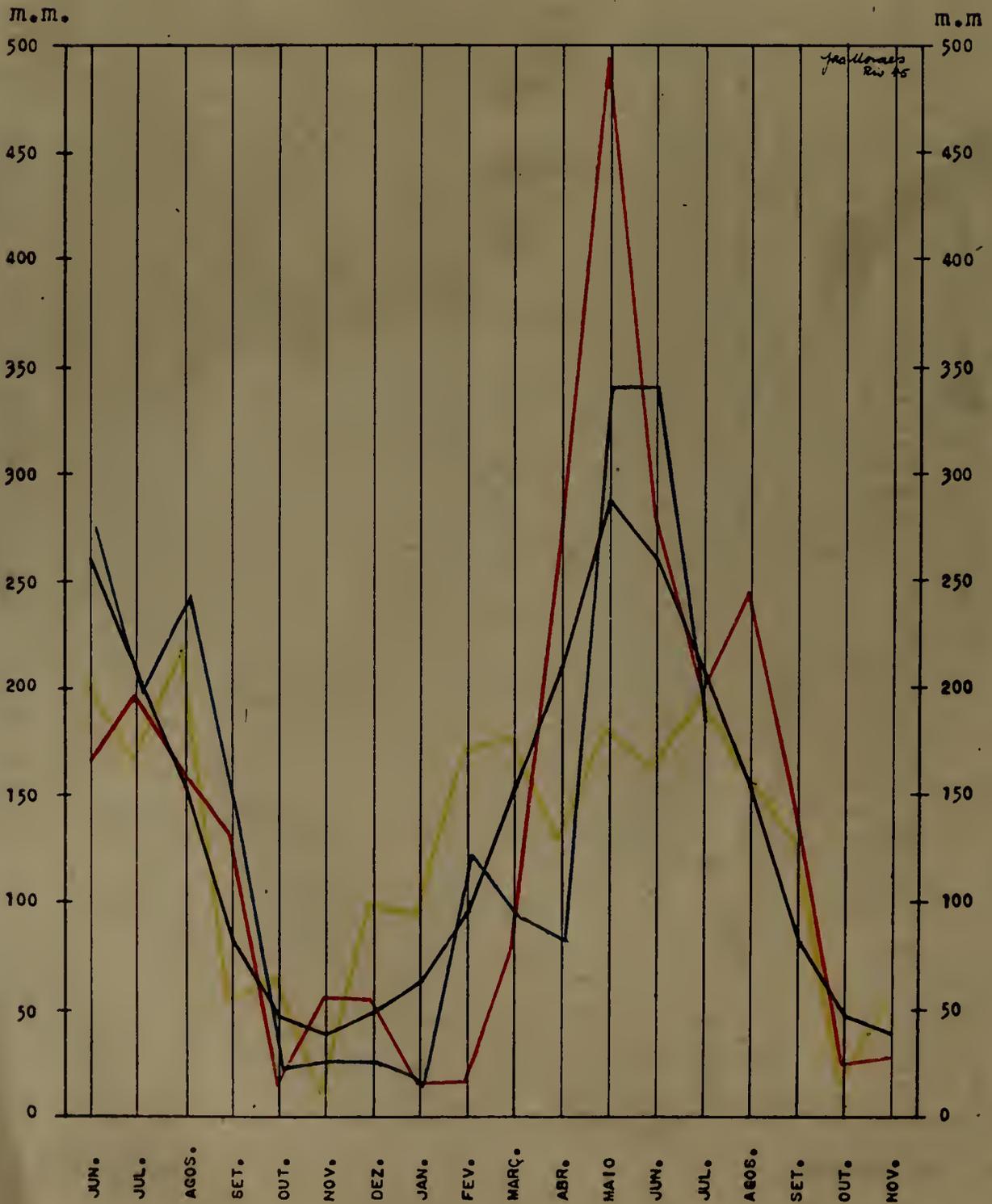
SAFRAS	CICLO VEGETATIVO DA CANA DE AÇÚCAR																	
	1 9 4 2						1 9 4 3											
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
1943/44	205	168	220	56	67	12	101	97	174	180	133	184	167	199	162	133	18	57
	1 9 4 3						1 9 4 4						1 9 4 5					
1944/45	167	199	162	133	18	57	56	18	19	81	268	496	281	200	247	145	26	30
	1 9 4 4						1 9 4 5						1 9 4 6					
1945/46	281	200	247	145	26	30	29	20	126	96	84	343	343	186	...	—	—	—
NORMAL	260	207	153	82	47	39	48	63	95	153	210	288	260	207	153	82	47	38

(\*) Os dados representam a média em mm. da chuvas caídas nas seguintes estações pluviométricas: Matari, Cruangi, Santa Teresa, Petribu, Tiúma, Capibaribe, Bulhões, Distilaria C. Presidente Vargas, Usina Ipojuca, Massauassu, União Indústria, Trapiche, Estreliana. Cúcaú, Barreiros, Sta. Teresinha, Catende, Roçadinho, Água Branca.

**PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS MENSAIS**  
**OCORRIDAS NAS SAFRAS**  
**1943/44 1944/45 E 1945/46**  
**EM PERNAMBUCO**

**LEGENDA:**

	SAFRA	43/44
	SAFRA	44/45
	SAFRA	45/46
	NORMAL	



# APV



Aparelhos de placas tipo HER para Pasteurização de Caldo de cana, com  
seções de Recuperação e de Vapor de baixa pressão

**LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA.**

AVENIDA IPIRANGA, 484—SÃO PAULO

Agentes

**THE ALUMINIUM PLANT AND VESSEL COMPANY, LTD.**

— London, S. W. 18 —

# QUOTAS DE FORNECEDORES JUNTO ÀS USINAS DE SÃO PAULO

*cul*  
Dalmiro Almeida

Os dados referentes ao estabelecimento de matéria prima destinada à produção industrial das usinas de açúcar do Estado de São Paulo que, por ocasião do preenchimento dos mapas M. F. 1, declararam manter o regime de fornecimento de

cana, nos permitem organizar, em relação aos fornecedores cujas quotas se acham publicadas no suplemento ao "Diário Oficial" da União de 2/3/43, o seguinte quadro expositivo:

Usinas	Municípios	Fornecedores quotistas	Volume das quotas
Albertina	Sertãozinho	9	4.312.800 Kg
Barbacena	Sertãozinho	1	5.080.700 "
Costa Pinto	Piracicaba	16	3.638.800 "
Da Pedra	Cravinhos	38	2.564.200 "
Ester	Campinas	87	12.074.300 "
Itaquara	Tapiratiba	13	1.633.800 "
Junqueira	Igarapava	68	38.107.400 "
Monte Alegre	Piracicaba	43	10.068.400 "
Piracicaba	Piracicaba	36	13.614.700 "
Pôrto Feliz	Pôrto Feliz	1	8.010.700 "
Rochelle	Santa Bárbara	11	1.464.300 "
Santa Bárbara	Santa Bárbara	67	16.284.400 "
Santa Elisa	Sertãozinho	3	616.500 "
São José	Coroadas	1	360.500 "
Schmidt	Sertãozinho	36	12.352.400 "
Vassununga	Santa Rita	3	6.876.700 "
Vila Raffard	Capivari	18	11.938.900 "
De Cila	—	43	
Irmãos Azanha	—	13	
		507	148.995.500 "

Obs.: — O volume das quotas dos fornecedores está, atualmente, majorado, porquanto estão acrescidos os montantes das quotas dos fornecedores das Usinas Junqueira e Albertina.

Não serão computados nos quadros seguintes dados referentes às Usinas De Cilo e Azanha.

Quanto aos dados referentes à Usina Rochelle, convém esclarecer que sofreram ligeiras alterações em relação às quotas publicadas no já mencionado "Diário Oficial".

Os mapas preenchidos pelas Usinas Santa Bárbara e Monte Alegre não são isentos de críticas. Um exame nos mencionados mapas mostra que as duas fábricas interpretaram com acêrto as instruções relativas ao preenchimento do M. F. 1 e M. F. 2 e portanto os dados referentes aos volumes das quotas dessas duas fábricas carecem de retificação.

A questão do abastecimento da Usina São José é confusa, pois a aludida fábrica relacionou um fornecedor quotista no M. F. 1 e entretanto existem dados nos quais essa Usina figura entre as que atualmente esnagam somente canas próprias.

Relativamente à distribuição de volumes das quotas apuradas pelos diversos municípios, temos os seguinte dados:

Municípios	Volume das quotas
Sertãozinho . . . . .	22.362.400 Kg
Cravinhos . . . . .	2.564.200 "
Campinas . . . . .	12.074.300 "
Tapiratiba . . . . .	1.633.800 "
Igarapava . . . . .	38.107.400 "
Piracicaba . . . . .	23.683.100 "
Santa Bárbara . . . . .	17.748.700 "
Coroadas . . . . .	360.500 "
Santa Rita . . . . .	6.876.700 "
Capivari . . . . .	11.938.900 "

Em relação à percentagem das quotas atuais, tendo em vista o total atribuído aos fornecedores das usinas localizadas no Estado de São Paulo, a situação é a seguinte:

Usinas	Percentagem
Albertina . . . . .	3,6
Costa Pinto . . . . .	2,2
Itaiquara . . . . .	1,0
Barbacena . . . . .	3,1
Da Pedra . . . . .	1,5
Ester . . . . .	7,5
Junqueira . . . . .	31,7
Monte Alegre . . . . .	6,2
Piracicaba . . . . .	8,4
Pôrto Felix . . . . .	4,9
Rochelle . . . . .	0,5
Santa Bárbara . . . . .	10,0
Santa Elisa . . . . .	0,3
São José . . . . .	0,1
Schmidt . . . . .	7,6
Vassununga . . . . .	4,2
Vila Raffard . . . . .	7,3

Quanto à distribuição dos fornecedores quotistas pelos diversos municípios do Estado o quadro demonstrativo é o seguinte:

Municípios	N.º de fornecedores quotistas
Sertãozinho . . . . .	49
Capivari . . . . .	18
Piracicaba . . . . .	95
Cravinhos . . . . .	38
Santa Bárbara . . . . .	77
Tapiratiba . . . . .	13
Santa Rita . . . . .	3
Pôrto Feliz . . . . .	1
Coroadas . . . . .	1
Igarapava . . . . .	68
Campinas . . . . .	87

Percentualmente, assim se apresentava a situação de cada comuna do Estado em relação ao total de fornecedores quotistas apurados, segundo os dados fornecidos pelas Usinas locais:

Municípios	Percentagem de fornecedores quotistas
Sertãozinho . . . . .	10
Capivari . . . . .	4
Piracicaba . . . . .	21,1
Campinas . . . . .	19,3
Cravinhos . . . . .	8,4
Pôrto Feliz . . . . .	0,4
Tapiratiba . . . . .	2,8
Santa Bárbara . . . . .	17,1
Santa Rita . . . . .	0,6
Igarapava . . . . .	14,9
Coroados . . . . .	0,4

Quanto ao volume das quotas de fornecimento apuradas, coube a um fornecedor junto à Usina Pôrto Feliz a maior quota do Estado de São Paulo.

Somente a Usina Schmidt tem fornecedores cujas quotas publicadas ultrapassam à percentagem de 40% de matéria prima utilizada para cobertura do limite efetivo.

Vejam os que representam, em cada uma das fábricas que recebem canas de fornecedores, as quotas apuradas pelo I. A. A. em função das necessidades de matéria prima para cobertura dos limites industriais, feita a conversão na base de 90 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada:

Usinas	Percentagem
Albertina . . . . .	25
Barbacena . . . . .	12,5
Costa Pinto . . . . .	25
Da Pedra . . . . .	25,5
Ester . . . . .	15,3
Itaiquara . . . . .	0,6
Junqueira . . . . .	19,25
Piracicaba . . . . .	14,72
Pôrto Feliz . . . . .	6,2
Santa Bárbara . . . . .	15,2
Santa Elisa . . . . .	6
Schmidt . . . . .	42,9
Vassununga . . . . .	22,4
Villa Raffard . . . . .	10,7

A Usina Piracicaba, de acordo com o plano por ela apresentado, de aumento das quotas dos antigos fornecedores e instituição de novos, passará a receber canas de fornecedores, representando 25,51% do seu abastecimento de matéria prima para cobertura de seu limite efetivo de produção.

Tendo em vista as anotações das terceiras vias do Livro de Registro de Fornecimento de Cana, preenchido pelas usinas localizadas no Estado de São Paulo, na safra de 1943/44, as entregas de canas realizadas pelos fornecedores quotistas e não quotistas elevaram-se a 177.287.658 quilos, quantidade essa recebida intra-limite. Há ainda fornecimentos num montante de 35.637.969 quilos de cana que se destinaram ao fabrico de álcool ou foram computados no extra-limite.

Em realidade o montante dos fornecimentos devem ter sido maiores que o acima indicado, porquanto nem tôdas as distilarias haviam preenchido, na época deste levantamento, os livros de Registro de Fornecimento de Cana.

Do total já mencionado, coube a maior parcela à Usina Junqueira, que, de acordo com as terceiras vias do L. R. F. C., esmagou 80.936.960 quilos de canas para o fabrico de açúcar e 10.548.740 quilos destinados à fabricação de álcool, pertencendo o segundo lugar à Usina Piracicaba, que recebeu (intra-limite) 21.869.352 quilos.

Se considerarmos que o limite efetivo das usinas de São Paulo a vigorar na safra de 1945/46 atinge a 2.122.035 sacos, verifica-se que o montante das quotas apuradas ou já fixadas, até a presente data corresponde percentualmente a 11,54 da matéria prima necessária à cobertura da quota de produção das usinas paulistas.

# ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS PLANTADORES DE CANA

A assinatura do contrato de empréstimo com a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de Minas Gerais amplia a iniciativa do Instituto do Açúcar e do Alcool no sentido de fomentar o esforço dos plantadores de cana do Brasil, assegurando-lhes o financiamento de entre-safra, em condições acessíveis, proporcionando, assim, crédito à lavoura a juros baixos e desenvolvendo, ao mesmo tempo, o movimento cooperativista entre aquêles agricultores.

Já antes fôra incentivada a constituição de

cooperativas de banguzeiros e fornecedores de cana, nos Estados produtores de açúcar, de modo a congregar em cada região canavieira todos os interessados em tôrno da sua organização. Os Estados de Alagoas, do Rio de Janeiro e Pernambuco tiveram os seus órgãos, bem como a seguir Bahia e Sergipe, agora Minas Gerais, e muito próximamente Paraíba e São Paulo.

Até a presente data, já foram postos à disposição dos plantadores de cana do país, pelo Instituto, as seguintes verbas:

	Cr\$	Cr\$
a) Estado de Alagoas	2.500.000,00	
I) para os banguzeiros .....	4.000.000,00	6.500.000,00
II) para os fornecedores de cana .....	<u>                    </u>	
b) Estado da Bahia	1.500.000,00	1.500.000,00
para os fornecedores de cana .....	<u>                    </u>	
c) Estado de Pernambuco	5.000.000,00	
I) para os banguzeiros .....	14.000.000,00	19.000.000,00
II) para os fornecedores de cana .....	<u>                    </u>	
d) Estado do Rio	5.000.000,00	5.000.000,00
para os fornecedores de cana .....	<u>                    </u>	
e) Estado de Sergipe	500.000,00	500.000,00
para os fornecedores de cana .....	<u>                    </u>	<u>                    </u>
		32.500.000,00

Adicionando-se a essa verba de Cr\$ ..... 32.500.000,00 o crédito de Cr\$ 1.500.000,00, agora concedido à Cooperativa de Plantadores de Cana de Minas Gerais, ficam os investimentos feitos pelo Instituto, a título de financiamento à lavoura canavieira, elevados para Cr\$ 34.000.000,00. E' de se notar também que as taxas de juros estabelecidas representam um aspecto novo naquelas atividades financeiras. As Cooperativas pagam apenas 2% sôbre as quantias recebidas do Instituto e sômente podem cobrar dos plantadores financiados 4% ao ano.

Mas essa assistência financeira não deve ser apreciada apenas através das cifras e das taxas de juros apontadas; tem maior significação, quando considerarmos que está criando novas possibilidades para o movimento cooperativista do país.

Em primeiro lugar, é de ser ter em vista o vulto das quantias movimentadas, sem contar com as verbas destinadas à aquisição de adubos e à warrantagem de açúcar, nos períodos de safra.

Ao lado disso, vale, igualmente, pôr em destaque a ampliação do capital das Cooperativas dos Plantadores de Cana. Para êsse fim, no final de cada safra, faz o Instituto reverter em favor de cada Cooperativa 50% do valor total da arrecadação de um cruzeiro por tonelada de cana

fornecida em cada Estado, quantia que é empregada na amortização dos seus empréstimos e, conseqüentemente, na ampliação do seu capital. Os benefícios atingem a Cooperativa e cada um dos seus associados, fornecedores de cana, que recebem a título de reversão, metade do valor da taxa recolhida, em cada safra, sob a forma de capitalização na sua Cooperativa.

Em cumprimento a essas normas, já em relação à safra de 1943-44, foram feitas reversões no valor de Cr\$ 1.056.266,30, que resultaram na ampliação do capital das seguintes entidades e nos valores indicados:

a) Cooperativa Mista de Fornecedores de Cana da Bahia . . .	117.900,10
b) Cooperativa Central dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco . . . . .	971.142,60
c) Cooperativa Central dos Plantadores de Cana de Sergipe . . .	87.214,60
	<u>                    </u>
	1.176.257,30

("Jornal do Comércio" Recife, 24-8-45).

# EXCELENTE ESCOLHA

Para Transportadores de Cana

## CORRENTES DE AÇO "REX"



**E**STA corrente de aço Chabelco funcionará durante as épocas mais intensas e longas de moagem sem que haja qualquer trans-tórno no transportador de cana. Ficou demonstrado em dezenas de usinas de açúcar que é insignificante o tempo exigido para reparar e pôr em serviço esta corrente. Repare na sua construção rígida e na sua largura, havendo um suporte com 4 rebites para cada talisca.

Para fazer esta corrente, perfilaram-se aços especiais em máquinas de precisão - com tolerâncias mínimas. As peças sujeitas a desgaste - pino, bucha e rôlo - são endurecidas e montadas sob pressão. O resultado é uma corrente muito eficiente e de grande duração para este serviço.

O distribuidor local lhe prestará tôdas as informações sobre correntes REX para usinas de açúcar. V. S. também poderá escrever à Chain Belt Company, 1735 West Bruce Street, Milwaukee 4, Wisconsin, U. S. A. Departamento de Exportação: 19 Rector Street, New York, N. Y., U. S. A.



### CORRENTES PARA USINAS DE AÇÚCAR

Transportadores intermediários de Bagaço e Cana

### CORRENTE "REX" PARA ESTEIRA INTERMEDIÁRIA



Repare no aspecto resistente desta corrente tipo tambor, de dois pinos, série 900-907-E, e as taliscas de paredes altas, com bordas que se superpõem em direção contrária à da marcha. O material não se acumula entre as taliscas ou entre os pinos e a corrente. Esta é fundida em ferro maleável ou metal Z; o metal férreo fundido que é 25% mais forte, altamente resistente ao caldo de cana.

### CORRENTES "REX" PARA TRANSPORTADORES DE BAGAÇO



São mais fortes do que correntes semelhantes de igual peso. O tipo fundido (mostrado acima) encontra-se em ferro maleável ou metal Z; o tipo de aço é fabricado com precisão e montado sob pressão.

Distribuidores poro o Brasil:

#### ALMEIDA FONTES IMPORTADORA S. A.

SÃO PAULO — Rua Florêncio de Abreu, 475  
RIO DE JANEIRO — Rua do Senado, 184-A  
PÓRTO ALEGRE — Rua Vig. José Inácio, 40

#### BRAZILCO LIMITADA

Av. Marquês Olindo, 222 - Recife

#### SIMTRAL SOC. IMP. DE MÁQUINAS, TRATORES E ACESSÓRIOS LTDA.

Coixa Postol, 1341 — Bohlo

#### DANTAS & KRAUSS

Coixa Postol 154 - Arocajú

## A SITUAÇÃO DO AÇÚCAR

Enquanto a produção do açúcar decresceu, sensivelmente, nos Estados-Unidos, Canadá, Pôrto Rico e Ilhas Virgínicas, Argentina e Peru ("Sugar Reference Book and Directory", vol. XIII, 1944), a do Brasil teve um aumento jamais registrado em iguais períodos. A guerra e as atividades industriais arrancaram muitos homens do trabalho agrícola; mas, ainda assim, o esforço do Brasil foi sem precedentes. No quinquênio das safras 1934/35 a 1938/39, o aumento verificado foi de 1.566.709 sacos de açúcar de usina; no quinquênio 1939/40 a 1943/44, o aumento foi de 2.611.723. Nada é mais expressivo do trabalho nacional do que êsses números, crescendo, ainda, que a nossa produção de álcool marcou um nível apreciável, pois, entre 1939 e 1943, obtivemos um aumento de 59.424.213 litros.

Para essa situação, devemos ressaltar a contribuição da zona açucareira sul do país. Quando foi fundado o Instituto do Açúcar e de Alcool, em 1933, a produção de açúcar de usina era de 9.049.590 sacos. Na safra 1943/44 atingia a 15.314.442 sacos. Para o primeiro total, o Norte contribuiu com 5.112.138 sacos, e o Sul com 3.937.452 sacos; no segundo, a do Norte se elevava a 9.524.073 e a do Sul a 5.789.560.

Já na safra última, a produção do Norte descia a 8.272.416 sacos e a do Sul aumentava para 6.712.789.

Pernambuco, que é maior produtor de açúcar do Brasil, como em outras safras, não tem produzido nem o açúcar de sua limitação. De 1941 a 1944/45, somente na safra 42/43, produziu acima de sua limitação 106.767 sacos. Nas safras 1943/44 e 1944/45, produziu menos, respectivamente, 268.386 e 1.276.373 sacos. E' que a limitação de Pernambuco na safra passada já era de 5.978.590 sacos e a sua produção chegou apenas a 4.792.217 sacos. Deveria ter concorrido para êsse decréscimo o rigor do inverno, que destruiu, como aconteceu em Alagoas, as safras dos vales. Mas o que é certo é que essa situação se vem reproduzindo com um aspecto normal da produção daquele grande centro açucareiro. No Sul, com exceção do Estado de Minas Gerais, a situação é de aumento da produção. Nestes últimos cinco anos, somente na safra 1942/43 o Estado de Minas Gerais produziu acima de sua limitação. Antes e depois dêsse ano, a produção mineira tem diminuído. Na safra 1943/44, Minas produziu menos do que a limitação 106.098 e na safra 1944/45 ainda maior foi a redução, pois produziu menos 174.098 sacos. E' conveniente assinalar que a produção autorizada de Minas Gerais tem sido sempre aumentada. Era de 376.572 sacos em 1940/41 e já agora se eleva a 586.593. Esse aumento não estimulou o produtor mineiro. Talvez tenha influído o êxodo de sua população atraída por outros trabalhos e pelas condições gerais da lo e Rio de Janeiro é onde vamos encontrar uma vida do homem mineiro. Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro é onde vamos encontrar uma produção acima dos limites autorizados.

O Estado do Rio com uma limitação de 2.024.002

de sacos, em 1939/40, produziu 2.308.122. Já na última safra, com uma limitação de 2.670.990, a sua produção se elevava a 3.009.408 sacos. Em São Paulo o crescimento da produção se exprime em altos números. Tendo sido a sua limitação em 1939/40 de 2.084.264, produziu 2.464.064 e, elevada essa limitação a 2.792.261, em 1944/45, a sua produção atingia a 3.067.307 sacos. Como vemos, foram êstes Estados do Sul, no cômputo geral da produção açucareira do Brasil, os que mais se esforçaram ou contribuíram para o aumento conseguido.

("Correio da Manhã", Rio, 9-9-45).

---

**"CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR" — Vasconcelos Torres, e "IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR" — Ademar Vidal — Edições do I. A. A.**

Transcrevemos do "Correio da Noite", Rio, edição de 21-9-45, a seguinte nota:

"No seu intuito de estudar a civilização do açúcar para melhor fixar a influência dessa produção no passado brasileiro e o papel que lhe deve competir em nosso futuro econômico, o Instituto do Açúcar e do Alcool vem entregando a intelectuais de valor o estudo dos diversos aspectos da cultura e da indústria do açúcar, tão profundamente vinculadas à evolução de certas regiões brasileiras. Nessa série tão útil ao conhecimento de nossa história econômica, os dois volumes que temos sobre a mesa constituem precioso manancial de informações essenciais, anotadas e transmitidas por dois escritores que honram a cultura nacional".

**"A economia dirigida na indústria açucareira"**

**Dr. O. W. Willcox**

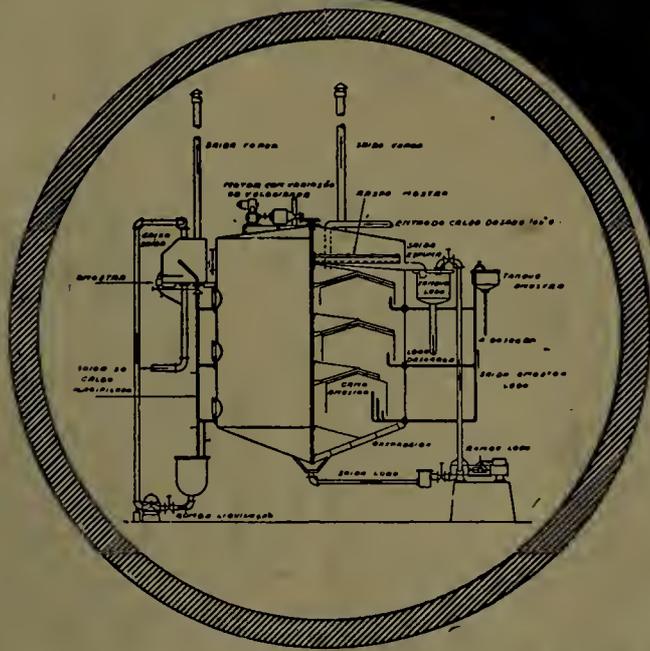
(Tradução de Teodoro Cabral)

Preço. . . . . Cr\$ 12,00

Pelo Correio. . . . . Cr\$ 13,00

A venda nas livrarias e no I. A. A.

# FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSORIOS HIDRAULICOS  
 CLARIFICADOR RONALD  
 DISTILARIAS DO ALCOOL  
 ESQUENTADORES RAPIDOS  
 FUNDIÇÃO DAS MOENDAS  
 FACAS PARA CORTADORES  
 FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS  
 GUINDASTES PARA CANA  
 MOENDAS COMPLETAS  
 TRATAMENTO D'AGUA  
 TRIPLES EFEITOS  
 VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO  
 DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usan-  
 do desidratante nacional  
 TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande  
 produção de gás combustível e ótimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

---

**CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.**

---



Rio de Janeiro

RUA FRANCISCO EUGENIO, 371  
 Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120  
 End. Tel. "ARTE"

# PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1945

Unidade: Saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformação em álcool	Consumo	Estoque final
MÊS							
Junho de 1945	2.010.202	603.218	—	—	—	936.348	1.677.072
Junho de 1944	3.391.814	762.826	—	—	—	1.143.108	3.011.532
Junho de 1943	3.408.514	984.729	—	929	—	1.178.736	3.213.578
SAFRA							
JUNHO							
1945/46	2.010.202	603.218	—	—	—	936.348	1.677.072
1944/45	3.391.814	762.826	—	—	—	1.143.108	3.011.532
1943/44	3.408.514	984.729	—	929	—	1.178.736	3.213.578
ANO CIVIL							
JANEIRO/JUNHO							
1945	4.855.153	4.962.331	—	173.000	—	7.967.412	1.677.072
1944	4.618.491	5.633.499	—	807.045	—	6.433.413	3.011.532
1943	4.821.697	4.789.017	—	171.421	4.378	6.221.337	3.213.578

# PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ALCOOL

SAFRA DE 1945/46  
 POSIÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1945

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS (Secs. 60 kg)			Produção de álcool de todos os tipos (Litros)
	Límite (1)	Estimada	Verificada até a presente data	
Guaporé .....	—	—	—	—
Acre .....	—	—	—	—
Amazonas .....	—	—	—	—
Rio Branco .....	—	—	—	—
Pará .....	17.552	5.000	475	4.694
Amapá .....	—	—	—	—
Maranhão .....	12.039	10.000	—	—
Piauí .....	3.292	2.000	—	—
Ceará .....	18.886	17.000	—	—
Rio G. do Norte .....	55.378	57.000	—	—
Paraíba .....	401.242	490.000	—	—
Pernambuco .....	6.087.670	4.500.000	—	—
Alagoas .....	2.065.551	1.500.000	—	—
Fern. de Noronha .....	—	—	—	—
Sergipe .....	1.058.048	850.000	—	—
Bahia .....	1.021.683	800.000	—	—
Minas Gerais .....	691.727	560.000	15.548	150.986
Espírito Santo .....	67.068	65.000	—	—
Rio de Janeiro .....	2.768.989	3.400.000	289.270	619.395
Distrito Federal .....	—	—	—	—
São Paulo .....	2.894.643	3.000.000	294.486	1.826.977
Paraná .....	10.000	35.000	2.986	18.900
Iguaçu .....	—	—	—	—
Santa Catarina .....	78.265	55.000	297	—
Rio G. do Sul .....	6.318	—	—	—
Ponta Porã .....	6.318	8.000	—	—
Mato Grosso .....	31.403	22.000	156	5.901
Goiás .....	5.125	—	—	—
<b>BRASIL .....</b>	<b>17.301.197</b>	<b>15.376.000</b>	<b>603.218</b>	<b>2.626.853</b>

NOTA: — Além do limite acima, foram concedidas pela Coordenação da Mobilização Econômica (Portaria n. 17, de 5/11/42) e pelo I. A. A. (Resolução n. 103, de 21/3/345), respectivamente, as quotas de 320.000 sacos (40.000 dos quais já estão sendo utilizados e figuram no limite citado) e 700.000 sacos, destinados à montagem de novas fábricas no Território Nacional, as quais passarão a figurar nos totais das respectivas Unidades Federadas, à medida que forem sendo utilizadas.

(1) — Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional.

**ESTOQUE DE AÇÚCAR**  
**DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1945**  
**POSIÇÃO EM 30 DE JUNHO**  
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	Total	Resumo por localidade			Nas Dis-tilarias do I. A. A.
								PRAÇA		Nas Usinas	
								Capitais	Interior		
R. G. do Norte . . . . .	—	4.130	—	—	—	4.839	8.969	8.801	—	168	—
Paraíba . . . . .	—	13.707	—	—	—	2.617	16.324	3.087	12.432	805	—
Pernambuco . . . . .	29.545	287.000	38.243	3.117	1.658	193.766	553.329	336.824	191.894	24.611	—
Alagoas . . . . .	32.010	154.169	62.936	—	—	9.137	258.252	237.423	7.065	13.764	—
Sergipe . . . . .	—	355.184	6.000	—	8.230	—	369.414	251.199	89.212	29.003	—
Bahia . . . . .	—	87.262	1.551	—	—	80	88.893	80.568	—	8.325	—
Minas Gerais . . . . .	—	18.486	1.350	—	1.980	8.255	30.071	22.808	—	7.263	—
Rio de Janeiro . . . . .	—	164.745	14.788	—	—	—	179.533	2.694	—	176.839	—
D. Federal . . . . .	—	54.004	8.663	—	—	10.213	72.880	72.880	—	—	—
São Paulo . . . . .	—	224.226	20.504	—	—	10.316	331.941	96.241	11.178	224.522	—
Demais Un. Fed. . . . .	—	5.427	1.262	—	—	—	6.689	—	—	6.689	—
<b>BRASIL . . . . .</b>	<b>61.555</b>	<b>1.368.340</b>	<b>155.297</b>	<b>80.012</b>	<b>11.868</b>	<b>239.223</b>	<b>1.916.295</b>	<b>1.112.525</b>	<b>311.781</b>	<b>491.989</b>	<b>—</b>

**ESTOQUE DE AÇÚCAR**

1 9 4 3 - 1 9 4 5  
 POSIÇÃO EM 30 DE JUNHO  
 Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Todos os Tipos			Tipos de Usina		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945
R. G. do Norte . . . . .	12.035	12.327	8.969	10.912	10.206	4.130
Paraíba . . . . .	6.579	38.973	16.324	4.523	33.991	13.707
Pernambuco . . . . .	1.694.836	1.397.618	553.329	1.588.620	1.117.791	359.563
Alagoas . . . . .	366.795	727.383	258.252	309.915	659.359	249.115
Sergipe . . . . .	442.803	416.323	369.414	442.803	416.323	369.414
Bahia . . . . .	164.666	136.912	88.893	164.609	136.912	88.813
Minas Gerais . . . . .	12.557	5.665	30.071	12.557	5.665	21.816
Rio de Janeiro . . . . .	181.661	165.451	179.533	181.661	165.451	179.533
D. Federal . . . . .	52.680	117.871	72.880	48.680	106.140	62.667
São Paulo . . . . .	446.111	355.380	331.941	446.111	355.380	321.625
Demais Un. Fed. . . . .	3.187	4.314	6.689	3.187	4.314	6.689
<b>BRASIL . . . . .</b>	<b>3.383.910</b>	<b>3.378.217</b>	<b>1.916.295</b>	<b>3.213.578</b>	<b>3.011.532</b>	<b>1.677.072</b>

# COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)  
1943 - 1945

JUNHO

Valor em Cruzeiros

## 1. TIPOS DE USINA

Praças	Cristal						Demerara							
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA		MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA			
	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1945	
João Pessoa . . .	73,0	101,0	73,0	101,0	73,0	82,0	101,0	—	—	—	—	—	—	—
Recife . . . . .	68,6	82,0	68,6	82,0	68,6	82,0	95,0	—	—	—	—	—	—	—
Maceió . . . . .	73,0	92,0	73,0	92,0	73,0	79,0	92,0	60,0	60,0	60,0	60,0	69,0	88,0	88,0
Aracaju . . . . .	65,0	94,7	62,0	94,7	64,0	88,4	94,7	—	—	—	—	—	—	—
Salvador . . . . .	68,6	108,1	68,6	108,1	68,6	84,2	108,1	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte . . .	110,0	129,0	110,0	129,0	110,0	129,0	129,0	—	—	—	—	—	—	—
Campos . . . . .	82,2	98,0	81,0	92,0	81,7	93,0	106,5	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal . . . . .	70,0	70,0	67,0	68,0	68,5	69,0	115,0	60,0	60,0	60,0	60,0	111,0	59,0	111,0
São Paulo . . . . .	N/	120,0	N/	120,0	N/	N/	120,0	—	—	—	—	—	116,0	116,0

## 2. TIPO DE ENGENHO

Praças	Bruto						
	MÁXIMA		MÍNIMA		MÉDIA		
	1943	1944	1943	1944	1943	1944	1945
João Pessoa . . .	58,0	69,0	58,0	69,0	58,0	69,0	84,0
Recife . . . . .	70,0	79,0	62,4	77,0	66,4	78,0	85,0
Maceió . . . . .	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju . . . . .	39,5	78,6	39,5	78,6	39,5	78,6	78,6
Salvador . . . . .	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	92,3
Belo Horizonte . . .	—	—	—	—	—	—	—
Campos . . . . .	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal . . . . .	54,0	54,0	52,0	52,0	53,0	53,0	108,2
São Paulo . . . . .	N/	N/	N/	N/	N/	N/	110,2

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA  
Chefe da Seção de Estatística

# A DIETA DA RAPADURA NO VALE DO S. FRANCISCO

Raimundo Estrêla

A lavoura da cana de açúcar na vasta região são-franciscana destina-se principalmente ao preparo de dois produtos de larga exploração comercial e de grande consumo regional: a rapadura e a aguardente. É uma cultura que se está desenvolvendo de modo apreciável nas terras marginais, nas ilhas, nos brejos e nas baixadas úmidas, graças ao primitivismo da indústria, contando com mão de obra baratíssima, que permite lançar no comércio produtos ao alcance do ínfimo poder aquisitivo das populares.

Antigamente os centros rapadureiros do São Francisco eram o município de Januária, em Minas, na parte superior do vale, o de Barreiras, no Rio Grande, e as terras do Rio Corrente, ambos afluentes do São Francisco. Toda a zona média são-franciscana se abastecia desses centros produtores, dos quais provinham milheiros e milheiros de rapaduras acumulados nos girais de numerosas barcas, as românticas barcas da grande bacia que hoje, infelizmente, vão desaparecendo por motivos que não adianta discutir aqui.

Adstrita antes ao alto São Francisco e aos pontos mais distantes dos afluentes citados, a cultura da cana de açúcar desceu para a parte média do grande vale, a princípio para as feracíssimas terras do Rio Salitre, estendendo-se em seguida a vários municípios ribeirinhos, onde hoje se fabrica rapadura destinada quase sempre, ao consumo local.

É interessante referir à qualidade dessas rapaduras provenientes dos antigos centros fornecedores já mencionados, pela qual se distinguem as rapaduras do Salgado (devido ao nome primitivo de Januária, que era Brejo do Salgado), das de Barreiras e do Corrente, distinção essa perfeitamente verificável pela côr e pelo sabor, naturalmente ligada ao processo de fabricação. O que é fato é que a diferença de qualidade existe, originando conseqüentemente a diferenciação de preço e a denominação conhecida de **rapadura do pobre** e **rapadura do rico**, porquanto é natural que a pobreza, cujo padrão de vida é miserabilíssimo, se incline para o produto mais barato, acessível aos seus poucos centavos, e que os mais favorecidos prefiram o produto melhor e mais caro. A rapadura do Salgado é de coloração amarelada, assim como gema de ovo, de sabor agradável, "sui generis", podendo tomar parte da sobremesa dos componentes da classe média como um doce fino, que não causa vergonha. Ao passo que as rapaduras de Barreiras ou do Corrente são escuras ou pretas, de gosto não tanto apetecível quanto o das outras, e o seu feitio dá a impressão de um fabrico descuidado, se é que não existem motivos de outra ordem que condicionem essa apresentação menos agradável, talvez ligados às condições do terreno ou à qualidade da cana, o que ignoramos. Inegável é que tais rapaduras são de tipo inferior e que o seu preço mais baixo atrai a preferência dos pobres, os maiores consumidores dessa espécie de açúcar. Mas é oportuno lembrar que os

numerosos engenhos e engenhocas que ultimamente têm surgido no médio São Francisco, apesar ainda de sua primitividade, já fornecem produto mais apurado, semelhante ao originário do antigo Brejo do Salgado.

Um fato evidentiíssimo é a influência da rapadura na alimentação dos habitantes da região são-franciscana, sejam os marginais citadinos, barranqueiros ou beiradeiros, sejam os homens do interior, vaqueiros, caatingueiros ou brejeiros, todos recrutam na rapadura, especialmente, a quota de hidratos de carbono com que o seu organismo procura fazer face às despesas calóricas. O elevado consumo do açúcar mascavo, na região, é alguma coisa digna de registro e de estudo por parte dos nutricionistas que queiram empreender um trabalho de pesquisas nesse sentido. O seu uso diário, constante, pode dizer-se, mesmo, imoderado, induz a que se pense na possibilidade de não ser muito deficiente o teor calórico na alimentação do habitante do São Francisco, relativamente ao de outras regiões em que se verificou, por meio de inquéritos conduzidos com rigorosa técnica, uma impressionante deficiência energética. Um destes inquéritos procedidos, aliás, em uma área geoeconômica semelhante à várzea são-franciscana, na cidade pernambucana de Salgueiro, em pleno sertão nordestino, pelo Dr. Orlando Parain, concluiu por uma "deficiência energética em face do regime de trabalho pesado exercido pela maioria dos operários sertanejos", apesar da apreciável quantidade de glicídios na ração diária do salgueirense em que figura a rapadura e o açúcar juntos, com 80 gramas de consumo diário por indivíduo, abrangendo 100% das duzentas famílias inqueridas. (1)

O especialista em alimentação, que se der ao trabalho de ler este artigo, considere o conceito acima emitido a respeito da possibilidade de não ser muito precária em calorias a ração alimentar do trabalhador do São Francisco, mercê do uso generalizado e excessivo da rapadura em sua dieta apenas como uma sugestão a quem queira investigar até que ponto esse elemento nutritivo influi no padrão alimentar daquela gente. É uma hipótese de trabalho para insinuar a empresa custosa, porém utilíssima, de um inquérito alimentar naquela zona central do país, visando apresentar mais uma contribuição criteriosa ao pleno conhecimento do intrincado e grave problema dietético brasileiro.

Evidentemente uma opinião lançada assim a esmo, sem uma base científica segura, não tem outro mérito que o de despertar interesse pelo assunto, de que resultará uma investigação rigorosa e honesta, tendente a confirmar ou refutar a suspeita. No caso em apreço, sabemos que não são

(1) Dr. Orlando Parain — "O problema alimentar no sertão nordestino" — Arquivos Brasileiros de Nutrição — maio de 1944.

apenas os hidrocarbonados os únicos fornecedores de calorías ao organismo. O total calórico de uma ração alimentar resulta da ingestão daquelas substâncias, aliadas proporcionalmente com os protídios e os lipídios, de maneira que a complexidade da questão está a exigir um estudo tènicamente exato como foi sugerido. Além disso, o sertanejo são-franciscano tem à sua disposição outras fontes de glicídios, como a farinha de mandioca. Por outro lado, segundo afirma o ilustre químico cearense Joaquim Juárez Furtado, citado por Orlando Paraim, "sobre ser rica em glicídios, a rapadura apresenta considerável teor em protídios e em sais". (2) Sabe-se que seu valor nutritivo é superior ao do açúcar comum e que já há quem admita encontrar-se nela pequeno teor de vitamina B.

Tudo isso, além dos fatores que condicionam a utilização e o metabolismo dos hidratos de carbono e dos que concorrem para o estabelecimento da ração energética, justifica uma pesquisa acurada para esclarecer o problema, uma vez que uma única afirmação assume aqui caráter definitivo: a dieta da rapadura no vale do São Francisco, dada a imoderação com que é feita, sugere e merece um inquérito alimentar cientificamente orientado.

Vejam agora as diferentes maneiras pelas quais a rapadura é usada no São Francisco. Já se vai tornando conhecida por meio de livros, descrições de viagens e pela boca dos que por lá passaram ou dos filhos da região, a mistura de rapadura, farinha e água que recebeu o nome de **jacuba**, a popular jacuba dos remeiros do "mais brasileiros dos rios", nome que já figura em alguns glossários de comidas e bebidas sertanejas (3) e do qual se originou o verbo **jacubar**, que quer dizer: tomar a jacuba. A bebida grosseira preferida dos valentes tripulantes das barcas, que têm a hora certa de jacubar, (4) e das classes pobres, não é desprezada pelas camadas sociais mais favorecidas, pois não é raro encontrar-se entre estas quem prefira merendar com jacuba. Os meninos, então, gostam de transformar em jacuba o pedaço de rapadura que lhes está reservado para a merenda.

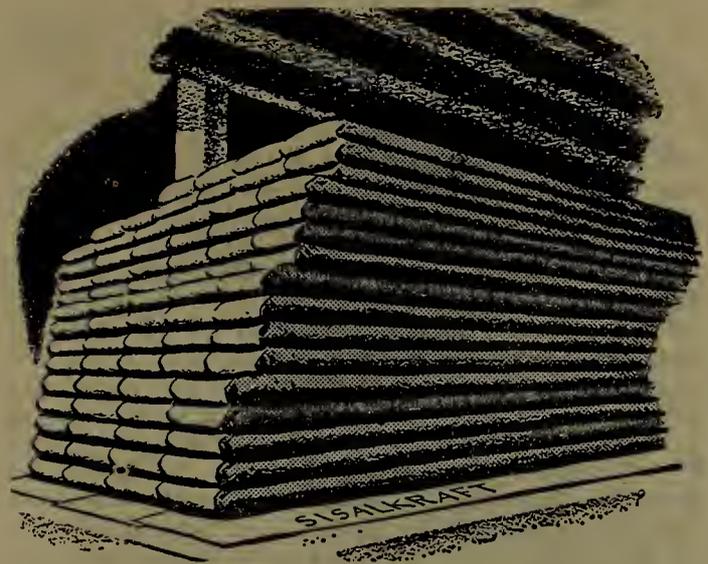
Podem ouvir-se comumente expressões como esta, proferida por um personagem do romance "O Canastra", de Raul Alves, um ilustre filho da zona: "Passa cá, Chico, um taco de rapadura. non é tu sozim quem aprecêa duçuras; iô sou doida por tudo quanto chêra a doces", como atestado eloqüente de que tal espécie de "doçuras" é apreciada principalmente por parte das populações de padrão de vida baixíssimo, o que é o mesmo que se dizer, pela imensa maioria dos habitantes daquela extensa gleba.

Quando não é ingerida em natureza ou com farinha sêca ou ainda sob a forma de jacuba, entra

(2) Veja-se o trabalho citado, pág. 31.

(3) Veja-se "Alimentação Sertaneja e do Interior do Amazonas" — A. J. de Sampaio — 2.<sup>a</sup> parte, contendo um importante glossário.

(4) Clovis Caldeira — "Da libertação dos escravos às modernas organizações açucareiras" — Brasil Açucareiro" — janeiro de 1945.

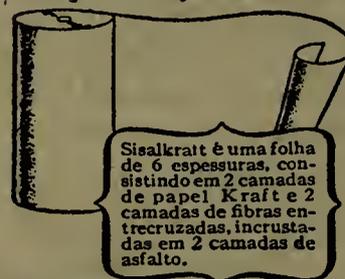


## Valha-se do SISALKRAFT para minorar as perdas de peso e por deterioração

O açúcar é um produto de inestimável valor nestes dias, tanto como alimento como na química de guerra. Por isso, é mais importante que nunca evitar a deterioração e a perda de peso por motivo da umidade.

Os armazenistas compreendem o caso e muitos deles se têm valido do método Sisalkraft de proteção contra a umidade. Em poucas palavras, eis o processo seguido, quer se trate de pavimentos de cimento ou de madeira. Cubra o pavimento do armazem com papel SISALKRAFT e amontoe sobre essa camada os sacos, na forma de costume. (Entre o SISALKRAFT e os sacos não é preciso usar nenhuma proteção). Sendo muito forte e à prova de água, o SISALKRAFT impede em absoluto a passagem de umidade através do pavimento e, conseqüentemente, a deterioração do açúcar ensacado. Em casos de extrema umidade, é também conveniente cobrir completamente os montões de sacos, para evitar que a umidade os atinja por cima ou dos lados.

Peça-nos hoje mesmo informações completas.



Sisalkraft é uma folha de 6 espessuras, consistindo em 2 camadas de papel Kraft e 2 camadas de fibras entrecruzadas, incrustadas em 2 camadas de asfalto.

*Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.*

**THE SISALKRAFT CO.**  
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.  
LONDRES, INGLATERRA · SYDNEY, AUSTRALIA

DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.  
Av. Rio Branco, 26 - 15.<sup>o</sup> andar — Rio de Janeiro

## A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL

O último número do "Australian Sugar Journal" aqui chegado, o de 15 de maio, examina, no seu editorial, as perspectivas da situação açucareira mundial, dizendo o seguinte:

"Em relação ao açúcar, convém lembrar que, durante a primeira guerra mundial, a produção de açúcar de beterraba no Velho Mundo caiu de uma cifra média de 8 e meio milhões de toneladas para três milhões e não logrou voltar aos níveis anteriores senão dez anos depois do armistício. As únicas áreas produtoras que estiveram diretamente envolvidas em operações bélicas foram as do norte da França e da Bélgica. Recordemos também que, no período aludido, a indústria do açúcar de cana expandiu-se consideravelmente em vários países, de sorte que, ao ser restaurada a produção de açúcar de beterraba, começou a superprodução, não obstante o aumento do consumo que passou de 18 milhões de toneladas em 1914 para 28 milhões em 1927.

A produção européia de açúcar de beterraba não ultrapassara a casa dos oito e meio milhões de toneladas, quando irrompeu a atual guerra, parecendo que tôdas as áreas açucareiras iriam cair dentro do campo de ação bélica, sendo portanto provável que a destruição das instalações fabris fôsse muito maior do que na guerra passada. De qualquer maneira, deve-se esperar que a produção européia tenha sofrido uma grande redução, particularmente na Alemanha, e que as possibilidades de recuperação sejam agora bem menores.

Embora as Filipinas estejam quase completamente libertadas dos invasores nipônicos, as perspectivas em matéria de produção de açúcar nessa área ainda não são claras. Algumas fábricas foram danificadas durante a luta e outras parciais ou totalmente desmontadas pelos japoneses, que as aproveitaram como ferro-velho. O que se pode dizer por enquanto é que as exportações das Fili-

pinas, de um milhão de toneladas antes da guerra, tão cedo não atingirão êsse nível.

Java, que antes da guerra exportava um milhão e meio de toneladas de açúcar, ainda não pode ser levada em consideração, por enquanto, embora esteja na iminência de libertar-se. Sabe-se que algumas fábricas foram desmontadas ou destinadas a outros fins, ignorando-se, porém, até que ponto o desmonte de usinas se processou. Ao que parece, os japoneses pouco precisaram do açúcar de Java e das Filipinas para as suas próprias necessidades. Êsse fato nos leva a levantar o problema da transferência de Formosa para o domínio da China. Como se sabe, essa ilha é o principal centro abastecedor do Japão, fornecendo mais de um milhão de toneladas por ano. Perdendo-a, o Japão estaria reduzido a importar grandes quantidades de açúcar para atender ao seu consumo.

Não há dúvida que houve e por algum tempo continuará a haver forte redução na quantidade de açúcar fabricado nos principais países produtores; nada indica, porém, que a produção venha a ser interrompida, como aconteceu nos fins da guerra passada. A escassez de mão de obra e de material tem sido, em muitos casos, um sério impedimento à expansão da produção. Não se deve esquecer o que aconteceu depois da última guerra, quando a expansão sem controle levou ao desastre alguns dos principais produtores de açúcar do mundo. Em alguns casos, sabe-se que os aumentos surgiram durante o período de guerra, mas isso não invalida a afirmativa geral que acima fizemos.

Nota-se por tôda parte o desejo de conservar um organismo de controle, nos moldes do Acôrdo Internacional do Açúcar, que durante a guerra teve uma existência "pro forma", não funcionando efetivamente. Nada se pode adiantar sobre se o Acôrdo será renovado na sua forma atual. Deve-se esperar, todavia, que vários fatores econô-

na composição de uma variedade de doces: leite, de ovos, de côco, de banana, de umbu, de batata, de goiaba, de buriti e outros mais. No centro das caatingas, onde a pecuária é mais desenvolvida do que a agricultura, por ocasião do "verde", o leite, a coalhada fresca ou escorrida, o requeijão e o queijo de leite de cabra são muito apreciados em associação com a rapadura. O vaqueiro, ao se dirigir para o campo, leva sempre na alforge, para o seu almoço, uma provisão de frito ou passoca de carne ou de peixe e um pedaço de rapadura. Na parte onde floresce o buriti, é utilizada ainda no preparo do doce de saeta e do refresco feito com a polpa do côco do buriti.

Mais uma aplicação interessante e digna de nota da rapadura, naquelas bandas, verifica-se no processo de torrefação do café rotineiramente ou quase sempre feita no melado, de modo que o açúcar refinado só acidentalmente é empregado para adoçar o café do homem do povo. Um in-

divíduo dêsses de classe inferior quando procura recurso médico, depois de examinado, procura logo saber do clínico qual é a **indieta do remédio** e se "ofende" tomar café torrado com doce. Outros, porém, já nem perguntam isso ao médico porque são convencidos de que faz mal o café assim preparado, pelo que cuidam logo de comprar meia libra de açúcar para adoçar o café ou o chá do doente. Acreditam convictamente que a rapadura só deve ser usada por pessoa sadia e que o açúcar é próprio para doentes; consideram aquela muito forte e êste um tanto fraco. Daí o motivo, entre outros de ordem econômico-social, porque as mães alimentam seus filhinhos de poucos meses de idade com garapa de rapadura e mingaus de farinha e rapadura, uma das causas da assombrosa mortalidade infantil naquela região.

A dieta da rapadura é, pois, um aspecto curioso da alimentação na bacia do majestoso São Francisco.

micos e de outra natureza, terão de ser levados em conta no após-guerra.

Desde o início da guerra poucas informações estatísticas se conhecem e a posição geral é pouco clara. Contudo, os informes que se podem colher levam à conclusão de que por algum tempo os suprimentos de açúcar serão inferiores à procura, somente não se podendo adiantar coisa alguma de concreto quanto ao tempo de duração dessa escassez. É significativo o fato de que as pessoas bem informadas sobre a matéria se recusam a fazer qualquer previsão além do ano de 1947. Os possíveis desenvolvimentos além desse ano não podem deixar de interessar os produtores australianos, uma vez que a lei reguladora do Acôrdio açucareiro expira em agosto deste ano e deverá ser renovado. O problema, aliás, foi objeto de debates em recente reunião da Associação dos Produtores de Açúcar da Austrália”.

\* \* \*

Sobre tais assuntos, o jornal londrino “The Economist” diz em resumo o que se segue:

“Antes da guerra, verificava-se no mercado mundial superprodução de açúcar. Embora o custo de produção da cana de açúcar houvesse baixado com o progresso técnico dessa cultura, os países da Europa e América do Norte haviam insistido em proteger a cultura da beterraba, em detrimento do interesse das populações consumidoras. O Conselho Internacional do Açúcar, no qual 21 países estavam representados, foi constituído, em 1937, com o objetivo de controlar e limitar a importação do açúcar de cana, de custo menos elevado, nos países produtores de beterraba. O Conselho controlava apenas 10 por cento da produção mundial de 30.000.000 de toneladas de açúcar bruto.

A escassez do açúcar tem duas causas principais: a invasão japonesa do Oriente e o declínio

da produção em outros países. Antes da guerra, Java e as Filipinas produziam 2.550.000 toneladas de açúcar bruto ou 13,8 por cento da produção mundial de cana de açúcar. Java ainda não foi libertada e as plantações das Filipinas, embora já outra vez em mãos dos aliados, ainda não foram restauradas em sua plena produção.

Na Austrália e nas Índias Ocidentais, a produção de cana de açúcar tem declinado desde 1939. Em 1944, a Austrália produziu 625.000 toneladas, comparadas com 815.000 toneladas produzidas em 1938. Cuba tem, entretanto, conseguido manter inalterada a sua produção, a maior do globo.

Os esforços desenvolvidos para o aumento da produção de beterraba não têm sido bem sucedidos. A produção nos Estados-Unidos da América manteve-se estável, de 1938 a 1940, em cerca de 1.630.000 toneladas e em 1943-44 decresceu a 875.000 toneladas. As instalações de beneficiamento de açúcar têm sido aproveitadas para a desidratação de batatas por falta de matéria prima, a beterraba. Para atender às suas necessidades em 1945, avaliadas em 6.490.000 toneladas, os Estados-Unidos terão que importar 5.350.000 toneladas de Cuba, Porto Rico, Havaí e América do Sul, suprimindo a produção nacional apenas 1.140.000 toneladas.

Na Grã-Bretanha, o consumo, durante a paz, era de 2.340.000 toneladas, e a produção nacional apenas de 441.000 toneladas, em 1937-38. O consumo, em 1944, foi de cerca de 69 por cento do verificado em tempo de paz. No ano de 1945, espera-se que os estoques se reduzam de 500.000 a 216.000 toneladas e os suprimentos para o ano atingirão 1.800.000 toneladas, suprida a produção nacional com importações da Domínica, Guiana Britânica, Índias Ocidentais, Maurícia e Fiji. A área total cultivada, como é demonstrado nos números abaixo transcritos, tem aumentado progressivamente durante a guerra. Mas a produção de beterraba tem diminuído, sendo a produção de açúcar em 1944 apenas de 400.000 toneladas.

#### PRODUÇÃO DE BETERRABA NA GRÃ-BRETANHA

	Área cultivada (acres)	Total da colheita (toneladas métricas)
1939 .....	345.000	3.585.000
1942 .....	425.000	3.987.000
1943 .....	417.000	3.820.000
1944 .....	434.000	3.935.000

No Canadá, a área plantada de beterraba diminuiu de 40.000 acres em 1942 a 9.000 acres em 1943. Em 1944 foram feitos esforços que resultaram no aumento para 14.500 acres e o objetivo para 1945 é de 40.000 acres. Espera-se que o Ca-

nadá, neste ano, supra 1/7 das suas próprias necessidades de açúcar.

A posição dos países libertados da Europa Ocidental é ilustrada no quadro abaixo:

	Produção de açúcar em bruto (toneladas métricas)			Total dos suprimentos
	1937/38	1943/44	1944/45	1937/38
França .....	950.000	610.000	300.000	1.100.000
Bélgica .....	239.000	233.000	150.000	240.000
			a	
			200.000	
Holanda .....	245.000	200.000	150.000	320.000
Dinamarca .....	250.000	215.000	200.000	250.000
Noruega .....			(Não produa beterraba)	100.000

## O PROBLEMA MUNDIAL DO AÇÚCAR

As dificuldades que encontram praticamente todos os países do mundo, para o aproveitamento do açúcar, não são causadas somente pela relativa escassez deste artigo, mas também pelos problemas relativos à sua distribuição. A falta de meios de transporte é um fator de grande importância nessas dificuldades. Mas também é certo que nos países que têm excedentes, o aumento de poder aquisitivo que esses excedentes criam para o consumo local, o qual diminui por sua vez tais excedentes para os mercados estrangeiros.

Isto explica o fato de que, apesar da produção açucareira mundial provavelmente não ser este ano muito diferente daquela do ano anterior, a quantidade de açúcar disponível para os países importadores seja limitada, pelo que é difícil que seu racionamento possa suspender-se muito prontamente.

Essas dificuldades para renovar, ou ampliar, suas existências de açúcar, obrigam tais países a ir esgotando suas reservas, temendo-se que em 1945 tenha que ser feito o consumo da própria produção anual. Tal diminuição de reservas tem sido considerável desde 1943. Nesse ano gastaram-se 1.300.000 toneladas (de 2.000 libras) delas; em 1944, 1.600.000 toneladas, e calcula-se que no presente ano será necessário utilizar 1.000.000 de toneladas das mesmas. Isto faz com que a situação açucareira atual seja a mais séria registrada desde a terminação da primeira guerra mundial, sem que se possa predizer uma pronta melhoria para ela.

Além das dificuldades para a importação, muitas áreas de produção registram deficits, em virtude de diferentes razões e tal é o caso nos Estados-Unidos, Inglaterra, Canadá, quase toda a Europa

e no Oriente Médio. Nos Estados-Unidos, por exemplo, a produção baixou 25% de 1942 a 1943 e um pouco mais ainda em 1944. Em 1942 foi de 2.200.000 toneladas, nos dois anos seguintes não passou de 1.500.000 toneladas, devendo-se esta des-

### Tecnologia da Fabricação do Álcool

Dr. Baeta Neves

PREÇO. . . . . Cr\$ 50,00

PELO CORREIO. . . . . Cr\$ 51,00

À venda no Instituto do Açúcar  
e do Álcool

O consumo dos cinco países referidos, antes da guerra, era de 2.000.000 de toneladas de açúcar. A Bélgica e a Dinamarca nada importavam e a Noruega importava todo o seu açúcar. As importações da Holanda somavam 80.000 toneladas e as da França cerca de 150.000. O consumo anual por pessoa nesses países e na Grã-Bretanha, durante o tempo de paz, está assim discriminado:

Grã-Bretanha . . . . .	50 quilos
França . . . . .	26 quilos
Bélgica . . . . .	31,4 quilos
Holanda . . . . .	39,6 quilos
Dinamarca . . . . .	54,8 quilos
Noruega . . . . .	34,4 quilos

A produção de 1944 só poderá fornecer 40 por cento do consumo de antes da guerra dos cinco países libertados. Em 1944, o consumo por pessoa na Grã-Bretanha foi de 32,1 quilos, mais alto do que o consumo da Bélgica e Holanda em tempo de paz.

A situação da União Soviética e dos países da Europa Central e Oriental não pode ser muito bem calculada. Antes da guerra, a União Soviética produzia 2.300.000 toneladas de açúcar e exportava 136.000. Supondo-se que a produção atual tenha descido a 1/4 da anterior à guerra, apenas 1/10 do consumo, em 1944, da Grã-Bretanha, poderia ser satisfeito com a produção russa. 70 por cento das regiões produtoras de beterraba da Alemanha, com a produção anual, em tempo de paz, de 1.400.000 toneladas, estão ocupadas pelo exército russo. A Checoslováquia produziu 755.000 toneladas e exportou 261.000 em 1937. A Polônia produzia 575.000 e exportava 52.000 antes da guerra. Os países balcânicos importavam todo o seu açúcar.

A cultura da beterraba é difícil e requer mão de obra, adubos e maquinaria, elementos que têm faltado durante a guerra. O beneficiamento para a obtenção do açúcar bruto e a refinação desse produto requerem também habilidade técnica e suprimentos adequados de carvão e certos produtos químicos. O aumento da produção na Europa depende, portanto, da restauração de certas condições de indústria e transporte".

cida, principalmente, à escassez de trabalhadores. Espera-se, não obstante, que este ano a produção seja maior, e o mesmo se pode dizer do Canadá e do México.

Nos países centro e sul-americanos espera-se que a produção dêste ano seja um pouco maior do

que a dos três anos anteriores, calculando-se que chegará a perto de 2.600.000 toneladas.

A produção mundial de açúcar durante os últimos anos está indicada na seguinte tabela, segundo dados de fontes oficiais, e em toneladas de 2.000 libras.

ÁREA	1942	1943	1944	1945
América do Norte .....	2.724.000	2.064.000	2.023.000	2.315.000
Zona do Caribe .....	6.329.000	5.527.000	6.679.000	5.906.000
América Central .....	82.000	84.000	90.000	84.000
América do Sul .....	2.424.000	2.429.000	2.499.000	2.535.000
S. O. Pacífico .....	1.750.000	1.532.000	1.688.000	1.719.000
África .....	1.537.000	1.394.000	1.271.000	1.255.000
Ásia .....	1.400.000	1.874.000	2.215.000	2.025.000
Europa .....	7.700.000	7.350.000	7.050.000	7.400.000
Total .....	23.776.000	22.254.000	23.515.000	23.239.000

Nestas cifras não se incluem as correspondentes às zonas que estão sob o controle japonês.

Nos países do Caribe a produção dêste ano, calculada em 5.906.000 toneladas, será menor em 773.000 toneladas à do ano anterior. Esta redução se deve, principalmente, aos efeitos da prolongada seca registrada em Cuba e na República Dominicana, assim como, em menor grau à escassez de abonos para as plantações.

Em Pôrto Rico e nas possessões britânicas (inclusive a Guiana Inglesa), espera-se que a produção seja um pouco maior do que a de 1944, mas sem alcançar nível da de 1942 e 1943, enquanto

que, nos países da América Central e da América do Sul, será provavelmente também maior que nos últimos três anos. Não obstante, para fazer frente às necessidades atuais, esses países viram-se necessitados a importar 150.000 toneladas de açúcar dos países do Caribe.

Destas informações se depreende que, em geral, as condições atuais se manterão sem grande variação durante um período cuja duração todavia não se pode prever.

(“Jornal do Comércio”, Rio, 9-9-1945).

RECIFE • SERRA GRANDE • MACEIÓ  
ALAGOAS

**USINA SERRA GRANDE S/A**

**ASSUCAR**                      **"USGA"**  
TODOS OS TIPOS                      O COMBUSTIVEL NACIONAL

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

De acôrdo com as estatísticas de Willet and Gray, divulgadas em fins de maio último, as safras de açúcar de cana para o ano agrícola 1944-45 em todo o mundo, são estimadas em 17.666.642 toneladas. Para êsse total, o continente americano dá a maior contribuição com um volume de 9.369.642 toneladas. Os três maiores produtores americanos são: Cuba, com 3.502.468 toneladas, Estados Unidos, com 2.005.517 toneladas, e o Brasil com 1.254.000 toneladas. A República Dominicana, Peru e México, seguem-se com os seguintes totais, respectivamente: 459.354, 440.000, 410.000 e 390.000.

O contingente da Ásia é estimado, na estatística de Willet and Gray, em 6.465.000 toneladas. A produção da Índia é de 3.665.000 toneladas de gur e 1.300.000 de açúcar branco. A de Java é de 400.000 toneladas, de 950.000 a do Japão e 150.000 a das Filipinas. A Austrália deverá dar uma produção de 665.000 toneladas e as ilhas Fiji 85.000. O total da África aparece com a cifra de 1.067.000 toneladas, sendo de 550.000 toneladas o contingente de Natal e

Zululândia. Seguem-se: Egito, 172.000 toneladas; Mauritius, 225.000; Reunião, 40.000 e Moçambique, 80.000. Como se sabe, a Espanha possui uma pequena lavoura de cana, sendo a produção de açúcar estimada em 15.000 toneladas.

Sôbre a produção de açúcar de beterraba, concentrada na Europa, Willet and Gray apresentam estimativas incompletas, em vista das restrições que a guerra determinou no tocante à divulgação de estatísticas.

## ARGENTINA

Dados definitivos sôbre a safra açucareira de 1944 acusam um aumento de 748.164 toneladas de cana moída (15,9%), e outro de 48.636 toneladas de açúcar produzido (11,9%), relativamente ao ano de 1943.

A safra de 1944 aparece desdobrada no quadro abaixo, que permite, também, a sua comparação com as safras dos últimos cinco anos.

### PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NA ARGENTINA

Ano	Total anual (Toneladas)			A ç ú c a r		
	Total de cana moída	Total de açúcar produzido	Rendimento %	Refinado	Sem refinar	Baixo produto
1944 .....	5.444.983	458.459	8,4	228.846	219.286	10.327
1943 .....	4.696.819	409.823	8,7	213.732	187.025	9.066
1942 .....	5.128.150	360.514	7,0	191.007	163.172	6.335
1941 .....	5.235.122	408.258	7,8	233.923	168.750	5.575
1940 .....	5.565.078	537.257	9,7	331.045	198.242	7.970
1939 .....	5.835.075	520.235	8,9	305.896	193.996	20.343

\*  
\* \*

De acôrdo com recentes cálculos do Ministério da Agricultura, a produção da presente safra de cana de açúcar da Argentina está calculada em 5.772.720 toneladas, assim distribuídas pelas diversas províncias canaveiras:

Tucuman . . . . .	4.012.740 toneladas
Jujuí . . . . .	1.000.430 "
Salta . . . . .	485.750 "
Santa Fé . . . . .	180.000 "
Outras Províncias e Terri- tórios . . . . .	93.800 "

Em relação ao total de 1944 a colheita dêste ano prevê o aumento de 259.989 toneladas ou sejam 4,7%. Em confronto com a produção média do último quinquênio, a safra esperada em 1945 representa um aumento de 277.976 toneladas.

Devido à baixa temperatura e à ação dos gafanhotos, a produção da Província de Corrientes foi totalmente perdida.

## AUSTRALIA

Atendendo a que a safra de beterraba açucareira dêste ano é reduzidíssima, o governo do Estado de Vitória decidiu não pôr em funcionamento a fábrica de açúcar de Maffra. "The International Sugar Journal", número de 31 de maio último,

informava que as plantações de beterraba não alcançaram mais do que 500 acres e por esse motivo a fábrica não podia trabalhar em bases econômicas. As autoridades estaduais estavam dispostas a fazer funcionar a fábrica, caso o plantio atingisse os 1.000 acres. Apesar de não ter sido atingido o limite mínimo previsto, não sendo possível o aproveitamento industrial da matéria prima, o governo manteve o compromisso assumido com os agricultores, pagando-lhes na base de 55 xelins a tonelada.

A indústria do açúcar de beterraba não foi considerada essencial pelo governo federal e por isso os trabalhadores foram desviados para outras atividades, do que resultou a pequena safra deste ano. Antes da guerra cerca de 300 agricultores cultivavam beterraba. Este ano, porém, apenas 32 fazendeiros plantaram.

## COLOMBIA

A produção colombiana de açúcar refinado em 1944 somou 73.110 toneladas contra 69.160 toneladas no ano anterior. O consumo subiu de 71.767 toneladas para 63.059, entre um e outro ano.

O açúcar refinado, incluindo o centrifugado, representa, porém, parte pequena da utilização da cana produzida na Colômbia. O melaço é tão importante quanto o açúcar, sendo utilizado sobretudo na fabricação de bebidas alcoólicas, especialmente da "chicha". O uso mais importante reservado à cana é a fabricação de "panela", um pão de açúcar escuro que se obtém fazendo ferver o suco da cana até a sua solidificação.

A produção de "panela", que é uma espécie de rapadura, em 1942, foi calculada, pela Seção de Economia Rural, em 488.873 toneladas. Os técnicos particulares calculam que a produção "panela" é quatro vezes superior à de açúcar refinado, devendo orçar em cerca de 300.000 toneladas anuais.

## CUBA

Na sua habitual correspondência de Havana para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número de 14 de junho, a firma Luís Mendoza & Cia. informava que a safra cubana deste ano pode ser estimada em 3.923.000 toneladas curtas, das quais 3.468.000 foram vendidas aos Estados-Unidos por intermédio da Commodity Credit Corporation. Acha a referida firma que do total vendido aos Estados-Unidos, estes apenas receberão 2.829.000 toneladas, devendo o restante ser embarcado para a Inglaterra, Canadá e outros países.

\*  
\* \*

Provocou grandes comentários e discussões a moção apresentada à assembléia geral da Associação Nacional de Fazendeiros de Cuba pelo Sr. Viriato Gutiérrez Valladón, antigo Presidente do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar, e coproprietário do grupo de usinas "Falla Gutiérrez", que tem capacidade de produção, verificada, de 934.000 sacos de açúcar.

Versou a moção sobre a necessidade de ser adotada nova política açucareira com vistas ao futuro e relacionada com o programa de política açucareira debatido pela Comissão Especial da Câmara de Representantes dos Estados-Unidos, presidida pelo novo Secretário da Agricultura desse país, Sr. Cliton P. Anderson.

A moção, no caso de ser aprovada significará mudança radical na orientação que até agora vem sendo seguida em matéria açucareira em Cuba.

A publicação "Cuba Economica y Financiera", destaca os seguintes trechos do trabalho do Sr. Viriato Gutiérrez Valladón:

"Recapitulando os estudos que venho fazendo desde o ano de 1939 sobre este problema que agora exige urgentes soluções, entendo que os objetivos a alcançar são os seguintes:

Primeiro: Cuba deve fazer quanto estiver ao seu alcance para que funcione imediatamente toda sua capacidade produtora de açúcar, que muitos estimamos em cerca de cinco milhões de toneladas largas anuais.

Segundo: Para que Cuba possa fazer funcionar imediatamente sua plena capacidade de produzir açúcar é indispensável importar, sem demora, implementos e maquinarias agrícolas modernas e fertilizantes que permitam desenvolver rapidamente os cultivos necessários, a fim de que a produção máxima se inicie na safra de 1947.

Terceiro: Cuba deve pôr todo o açúcar que possa produzir a pleno rendimento (cerca de cinco milhões de toneladas largas por ano menos 250 mil toneladas do consumo interno) à disposição do Governo dos Estados-Unidos e do Governo da Grã-Bretanha, a preços justos, que dêem uma vantagem razoável aos produtores e reciprocamente deve obter garantias de que os governos desses dois países comprarão durante vários anos, nessas condições de preços justos e razoáveis, tudo quanto rendeu a sua capacidade total de produção.

Na opinião do Sr. Viriato Gutiérrez Valladón esses objetivos poderão ser alcançados mediante as seguintes medidas, cuja consecução deve ser a base da política açucareira cubana:

Primeira: Suprimir o sistema legal de restrição, ainda vigente em Cuba, pelo menos quando prejudica a livre produção de açúcar e a livre disponibilidade dos açúcares que não se vendem aos Estados-Unidos e à Grã-Bretanha.

Segunda: Que os Estados-Unidos se comprometem a dar a Cuba as facilidades e prioridades adequadas para obter e importar a maquinaria agrícola e os fertilizantes necessários para poder utilizar a capacidade total de produção. Cabe observar que desde Pearl Harbor até a data do documento foram importados apenas 250 tratores de todos os tipos e que no ano corrente tal importação somou apenas 15 tratores, em 1944 sete, e em 1943 nenhum. Cabe observar, igualmente, que a agricultura de cana, quando os Estados-Unidos entraram na guerra, não estava mecanizada. Vale dizer: havia muito poucos tratores em uso.

Terceira: Que se assegure a Cuba, por meio de acordos internacionais permanentes uma parte do mercado açucareiro dos Estados-Unidos igual à que tinha antes de haver o nacionalismo econômico

(tarifa de dois centavos) expulsado dos referidos mercados grande parte dos açúcares cubanos; essa parte considerada justa deve consistir em um mínimo de 2.800.000 a 3.000.000 de toneladas largas anuais. Deve-se, igualmente, assegurar a Cuba uma parte do mercado britânico igual a 600.000 toneladas largas anuais. Recente declaração do Coronel Oliver Stanley, Secretário de Estado para as Colônias, falando em nome do governo britânico na Câmara dos Comuns, anunciando a necessidade de serem estudados acordos internacionais para manter o açúcar em um preço justo e razoável nos anos de inevitável escassez do após-guerra.

Quarta: Cuba deve colocar, desde agora, sua produção exportável de 1946 e a partir da safra de 1947, todo o açúcar de que possa dispor, produzindo a pleno rendimento, com a prévia dedução de 230.000 toneladas para o seu consumo, à disposição dos governos dos Estados- Unidos e da Grã-Bretanha, a preços justos que cubram o custo de produção de um lucro razoável aos produtores e reciprocamente deve obter garantias dos governos dos Estados- Unidos e da Grã-Bretanha de que lhe comprarão, durante vários anos, nessa base de preços justos e razoáveis, tudo quanto produzir sua capacidade integral, deduzido o consumo doméstico.

\* \* \*

Estêve em Cuba o Sr. Earl Wilson, Diretor do Departamento de Açúcar da Commodity Credit Corporation. Embora a versão oficial haja apresentado a visita como de simples inspeção do mercado, notícias extra-oficiais indicam que o delegado norte-americano aproveitou a sua estada em Havana para iniciar negociações sobre a aquisição das próximas safras açucareiras de 1946 e 1947. Ao mencionar a visita do Sr. Earl Wilson, "Cuba Economica y Financiera" acrescenta que o representante da Commodity Credit Corporation chegou a oferecer o preço de 3,45 centavos por libra, para a safra de 1946 unicamente.

#### ESPAÑA

O mercado espanhol está sendo abastecido de açúcar de Angola. Há alguns meses deu entrada no porto de Cádiz o navio "Manuchu", com um carregamento de açúcar dessa procedência.

#### ESTADOS-UNIDOS

Um telegrama de Denver, publicado no número de julho último de "Sugar", informava que as autoridades norte-americanas haviam destinado mais 12 mil trabalhadores de emergência para o Estado de Colorado, garantindo, dêsse modo, o bom êxito da campanha açucareira nessa área. Daquele total, mais de 7.000 são prisioneiros de guerra, 3.400 mexicanos e 1.990 jamaicanos. A área de plantio de beterraba no Colorado êste ano foi de 166.448 acres, superior em cerca de 50.000 acres à do ano passado.

\* \* \*

No seu número de julho último, "Sugar" informava que as condições em que se desenvolvia a

safra canavieira da Luisiana eram bastante favoráveis, esperando-se que a produção de 1945-46 se eleve a 450.000 toneladas curtas. Essa estimativa, por enquanto, não representa um cálculo de bases seguras, porque até o fim do período de moagem, em janeiro próximo, as condições podem modificar-se. E' evidente, porém, que a safra atual se apresenta em situação favorável, como não se observava desde o ano de 1938.

\* \* \*

A Comissão Estadual de Alimentação do Estado de Nova York, lê-se no número de julho último, de "Sugar", fêz um apêlo às autoridades de Washington no sentido de obter açúcar para alimentar as abelhas daquele Estado, que estão morrendo a fome. A Administração dos Preços foi solicitada a conseguir 25 toneladas de açúcar. A comissão obteve dentro do Estado 35 toneladas. A crise alimentar das abelhas, alegava-se no apêlo, decorria do fato de que o frio retardou a época de floração das plantas, de sorte que cerca de 60 mil colônias de abelhas careciam de assistência.

\* \* \*

As entregas de açúcar pelos distribuidores primários, durante os cinco primeiros meses dêste ano, foram de 2.775.154 toneladas curtas, valor bruto, não incluídos nessa cifra os açúcares destinados à exportação. No período correspondente do ano passado, as entregas foram de 2.549.032 toneladas. O açúcar consumido de janeiro a maio último proveio das seguintes fontes: refinadores de açúcar de cana, 2.372.959 toneladas; produtores de açúcar de beterraba, 387.071 toneladas; importadores, 157.930 toneladas; açúcar de cana da área continental, 43.656 toneladas. As entradas de açúcar bruto no período aludido somaram 2.460.792 toneladas, assim distribuídas: de Cuba, 1.926.902; de Havaí, 258.654; de Pôrto Rico, 237.668; das Antilhas Francesas, 37.538.

\* \* \*

Os jornais do Rio, em 15 de setembro último, publicam o seguinte telegrama:

"Washington (S. I. H.) — Os Estados- Unidos continuarão a racionar o açúcar durante o resto dêste ano. O Sr. Chester Browles, Diretor do Escritório de Administração de Preços, declarou que a presente ração de uma libra por pessoa mensalmente terá que continuar porque os suprimentos são escassos. Acrescentou que não há perspectivas imediatas de melhoria".

\* \* \*

O "Jornal do Comércio", desta capital, de 18 de setembro último, publica o seguinte telegrama:

"Washington, (R.) — O Presidente Truman declarou hoje que o govêrno dos Estados- Unidos se encontra em condições de satisfazer as principais necessidades da Europa com exceção de açúcar, gorduras e óleos, no período compreendido até 1.º de janeiro, de acôrdo com os pedidos feitos pelos govêrnos dos países libertados e pela U. N. R. R. A."

## FILIPINAS

No seu número de 7 de julho findo, "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" divulgou algumas informações sobre a situação açucareira nas Filipinas, dizendo que na ilha de Luzon as fábricas pouco sofreram em consequência da guerra, embora muitas peças se perdessem pela pilhagem. Em uma grande central dessa ilha, os japoneses construíram um tanque para estocar butanol, no local onde se achava instalada a fábrica. Em Mindoro, uma usina sofreu sérios danos, quando um avião norte-americano se precipitou sobre ela. Embora as informações não sejam bastante claras, parece que poucas linhas férreas e carros se salvaram nos distritos açucareiros.

Naquela data o jornal não havia recebido notícias seguras sobre a situação na ilha de Negros. Acredita-se, todavia, que, em 1946-47, as Filipinas estarão em condições de preencher as suas quotas de antes da guerra. A cana existente em Luzon é insuficiente para autorizar qualquer esperança de produção de açúcar, este ano, ou em 1945-46. Na província de Laguna havia 90 mil toneladas de cana, prontas para colheitas no momento em que desembarcaram as tropas americanas. Grande parte perdeu-se em consequência de manobras militares e também do aproveitamento para o fabrico de açúcar bruto de consumo entre os nativos. Em Batangas, uma central de propriedade de espanhóis estava moendo, em março, 8 mil toneladas de cana, as quais foram aproveitadas para álcool e não para açúcar. As autoridades filipinas e a Associação de Produtores estão fazendo esforços no sentido de conseguir que os agricultores plantem até o fim deste ano uma grande safra.

## HAITI

A situação da indústria açucareira em 1944 foi uma das melhores, de vez que os acordos de venda estimularam a colocação dos remanescentes da safra de 1943 e de quase toda a safra de 1944. A produção de açúcar bruto, pela principal firma exportadora, que praticamente representa toda a indústria do país, elevou-se a 57.674 toneladas métricas contra 43.377 em 1943, 34.669 em 1942 e 31.502 em 1941. As exportações no ano passado alcançaram a cifra de 70.349 toneladas, avaliadas em 3.946.346 dólares, ultrapassando todos os índices anteriores. Em 31 de dezembro de 1944, os estoques exportáveis estavam reduzidos à cifra insignificante de 2.597 toneladas.

Também acusou expressivo aumento a produção de melações, que foi de 3.224.988 galões. Esse total, somado ao remanescente da safra anterior, 2.357.832 galões, elevou-se a 5.582.820 galões destinados à exportação. Dêstes foram vendidos aos Estados-Unidos 5.559.490.

## ITALIA

Antes mesmo do dia da vitória na Europa, informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", em 7 de junho passado, já se tomavam medidas na Itália para restaurar a produção de beterrabas açucareiras nas zonas então ocupadas pelos aliados.

À medida que os alemães se retiravam, acrescenta o referido jornal, destruíam sistematicamente as fábricas de açúcar. Apesar disso, sempre foi possível salvar alguns equipamentos que foram logo reparados. A Comissão Aliada dizia que, no fim do outono, as usinas existentes nas províncias de Forli e Ravena, estariam em condições de produzir 6 mil toneladas métricas de açúcar, este ano, graças à assistência do Oitavo Exército.

\*  
\* \*

As autoridades aliadas e italianas estão empenhadas em restabelecer a produção de açúcar de beterraba no país. Antes mesmo da cessação das hostilidades como vimos acima, já haviam sido adotadas diversas providências neste sentido, embora a situação fôsse difícil por haverem os alemães destruído todas as fábricas de açúcar na retirada.

As tarefas de salvamento e reparação das instalações industriais começam a dar os resultados previstos. Esperava-se que em agosto uma fábrica na região de Emília começasse a funcionar. Ainda este ano as fábricas das províncias Forli e Ravena estarão aptas a produzir 6.000 toneladas, apesar dos graves danos causados pelos nazistas.

O quadro abaixo dá idéia da área plantada e da produção de beterraba na Itália, entre os anos de 1936 e 1942 inclusive; seguem-se cálculos para 1943 e 1944:

Ano	Acres (Hectares)	Produção (Quintais métricos)
1936	121.000	26.318.000
1937	133.800	35.235.000
1938	138.000	32.805.000
1939	146.900	36.709.000
1940	172.600	52.455.000
1941	148.300	41.712.000
1942	148.300	36.888.000
1943	68.100 (1)	13.394.000 (1)
1944	— (2)	1.986.000 (3)

(1) Cifras provisórias. Cálculos do Instituto Central de Estatística.

(2) Sem dados.

(3) Somente cerca de 5,7% da produção de beterraba foi alcançada das 38 províncias da Itália ocupada, compreendidas no censo de setembro de 1944.

## MADAGASCAR

A produção de cana na ilha e dependências somou em 1944 cêrca de 235.000 toneladas contra 227.500 obtidas no ano anterior. A produção de açúcar durante a época de moagem, de julho a dezembro, dis "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", foi de 12.197 toneladas. Os estoques disponíveis a 15 de março do corrente ano somavam 7.446 toneladas, incluídas nesse total as 2.650 toneladas adquiridas pelo exército francês.

Calcula-se que a produção da colheita 1945-1946 some 12.000 toneladas. O total da última safra teria sido mais elevado se a falta de combustível não houvesse determinado maior aproveitamento do melaço na produção de álcool carburante.

## PERU

Publicamos a seguir um quadro estatístico extraído de "El azucar peruana", livro editado pela União de Produtores de Açúcar do Peru:

## ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA PERUANA EM 1943

Reglões	Área de cana semeada Hectare	Área de cana cortada Hectare	Cana moída Toneladas	Produção total de açúcar e rapadura Toneladas	Rendimento de cana por hectare Toneladas	Rendimento de açúcar por hectare Toneladas	Rendimento de açúcar por tonelada de cana Quilos
Departamento de Piura	195	195	11.883	918	60-938	4-707	77
Departamento de Lambayeque .....	13.683	10.171	1.097.184	113.262	107-873	11-135	103
Chicama e Santa Catalina .....	26.479	16.506	2.019.628	221.745	122-357	13-434	109
Vale de Nepeña .....	1.833	797	71.841	8.438	90-139	10-587	117
Pativilca .....	3.697	1.782	217.843	19.756	122-246	11-086	90
Huaura e Sayan .....	426	200	21.414	2.000	107-070	10-000	93
Vale de Tambo .....	1.433	605	78.118	6.971	129-120	11-522	89
Outras regiões (1) ..	—	—	—	16.700	—	—	—
Totais .....	47.746	30.256	3.517.911	389.790	116-271	12-883	110

(1) Corresponde a pequenos produtores dos quais não se obtiveram dados diretos.

## TRINIDAD

O governo britânico concordou em pagar subsídios aos novos campos de cana plantados ou replantados em Trinidad, na base de 20 dólares por acre. Se a estimativa de 16.000 acres para pagamento do subsídio fôr excedida, êste será distribuído, tomando-se como base a importância de 320.000 dólares. O pagamento será feito em três prestações: a primeira de 5 dólares por acre em junho; a segunda de 10 dólares em outubro; a terceira de 5 dólares, caso a área total de plantio não exceder de 16.000 acres. Em 1943, o subsídio foi de 40 dólares por acre, mas nesse ano apenas 4.290 acres receberam pagamento. No passado, 15.300 acres apresentaram-se em condições de merecer o subsídio, motivo por que foi estabelecido para o ano corrente o limite de 16.000 acres.

## ESCOLAS DE MECANICOS

A falta de mecânicos habilitados vem causando grandes prejuízos à produção açucareira da Luisiana. Em consequência, a Liga Americana da Cana de Açúcar, em conexão com o Departamento de Educação do Estado, elaborou um plano para estabelecer escolas de adestramento nas regiões açucareiras, destinadas a formar mecânicos especializados em tratores, instrumental agrícola movido por tratores e colhedoras mecânicas.

O curso de adestramento durará doze semanas e será gratuito, encarregando-se o Departamento de Educação do transporte dos que o concluírem até os locais de trabalho, dentro de determinada área. O preparo desses mecânicos especializados tem sido retardado devido à carência de mão de obra nos Estados-Unidos, motivada pelas necessidades bélicas.

# S. A. LES USINES DE MELLE

## ALCOOL ANIDRO FERMENTAÇÃO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas	Litros
Amália..	10.000	10.000
Baixa Grande..	5.000	5.000
Barcelos..	20.000	20.000
Bom Jesus..	5.000	5.000
Brasileiro..	15.000	15.000
Catende..	30.000	30.000
Cambaíba..	10.000	10.000
Conceição..	15.000	15.000
Cucaú..	15.000	15.000
Junqueira..	20.000	20.000
Laranjeiras..	15.000	15.000
Maravilhas..	15.000	15.000
Miranda..	10.000	10.000
Paineiras..	5.000	5.000
Pontal..	10.000	10.000
Pumati..	22.000	22.000
Queimado..	15.000	15.000
Quissamã..	15.000	15.000
Santa Cruz..	15.000	15.000
Santa Luísa..	5.000	5.000
Santa Maria..	10.000	10.000
Santa Teresinha..	30.000	30.000
São José..	25.000	25.000
Serra Grande..	12.000	12.000
Tanguá..	15.000	15.000
Timbó-Assu..	7.000	7.000
Tiúma..	22.000	22.000
Trapiche..	15.000	15.000
Volta Grande..	5.000	5.000

### INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio..	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
<b>32 distilarias</b>	<b>553.000</b>

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

MELLE — BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS

Capacidade de produção por 24 horas

USINAS	Litros
Amália..	10.000
Baixa Grande..	5.000
Barcelos..	20.000
Bom Jesus..	5.000
Brasileiro..	15.000
Cambaíba..	15.000
Conceição..	15.000
Cucaú..	15.000
Cupim..	20.000
Fazenda Lídia..	5.000
Laranjeiras..	15.000
Leão (Utinga)..	10.000
Maravilhas..	15.000
Miranda..	10.000
Outeiro..	30.000
Paraíso (Tocos)..	15.000
Piracicaba..	15.000
Pontal..	10.000
Pôrto Feliz..	20.000
Pumati..	22.000
Pureza..	6.000
Queimado..	15.000
Quissamã..	15.000
Roçadinho..	7.000
Santa Bárbara..	8.000
Santa Cruz..	15.000
Santa Luísa..	5.000
Santa Maria..	10.000
Sapucaia..	6.000
São José..	30.000
Serra Grande..	15.000
Tanguá..	15.000
Timbó-Assu..	7.000
Tiúma..	22.000
Trapiche..	15.000
Vassununga..	5.000
Vila Raffard..	20.000

### INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas..	60.000
Distilaria Central da Bahia..	12.000
Distilaria Central Ponte Nova..	20.000
<b>40 distilarias</b>	<b>595.000</b>

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO  
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO  
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO  
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:  
açúcar, melaço, caldó de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

## ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel 23-308

# A CRISE DE AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos estudou recentemente, por intermédio da Comissão Especial Investigadora da Escassez de Alimentos, o problema da crise açucareira no mercado norte-americano. Do informe final elaborado pela referida Comissão, presidida pelo então Deputado Clinton P. Anderson, hoje Secretário da Agricultura, constam as declarações abaixo, cuja leitura se reveste de muito interesse para quantos acompanham a evolução do problema açucareiro no decorrer da segunda guerra mundial:

"Têm-se apresentado muitas razões para explicar a escassez atual de abastecimento de açúcar, as quais podem, de um modo geral, ser divididas em três grupos.

1 — As que resultam principalmente da guerra e, na sua maior parte inevitáveis, quase que inteiramente históricas. Neste grupo poderíamos relacionar a) — **a queda na produção europeia de beterraba**, que determinou a redução dos estoques, especialmente na Europa Ocidental, a níveis jamais alcançados e, em alguns casos, quase até o desaparecimento; (b) — **a perda das Filipinas** que privou o país de cerca de 1.000.000 de toneladas de açúcar anuais ou seja, aproximadamente, um sétimo do consumo anual; (c) — **a queda da produção das colônias e dos domínios ingleses, particularmente nos primeiros anos da guerra**; (d) — **a perda de Java**, que normalmente supre parte das necessidades de alguns países europeus e da China; (e) — **uma safra curta no Peru, em 1942-43**, paralelamente à procura sempre crescente nas repúblicas sul-americanas e não satisfeita pela produção doméstica, do que resultou o recente apêlo aos estoques cubanos.

2 — Temos no segundo grupo de causas da escassez:

(a) — **A redução da nossa colheita de açúcar de beterraba** que passou do nível normal de cerca de 1.500.000 toneladas cruas, no período de antes da guerra, para o de 1.000.000 de toneladas, média dos últimos dois anos.

Ao considerar os fatores que produziram grave queda na nossa produção doméstica de açúcar de beterraba, há que reconhecer que a Nação necessitou de grandes quantidades de outras colheitas que competiam diretamente com a beterraba no aproveitamento das terras. Ao fixar pagamentos estimuladores e totais de produção, foi necessário manter o equilíbrio entre estas colheitas essenciais concorrentes.

(b) — **A realização de um contrato em 1943 com o Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar**, pelo qual o Governo Americano negociou a compra da safra cubana de 1943 até o limite de 2.700.000 toneladas de açúcar com opção para mais 200.000 toneladas e estipulando que o Instituto Cubano não podia produzir mais de 3.225.000 toneladas.

A Comissão recolheu abundantes depoimentos sobre as razões que determinaram tal contrato. Grande parte desse material testemunhal é con-

traditório. É difícil, depois do tempo passado, reconstruir todos os detalhes e circunstâncias da operação. Foi devidamente esclarecido à Comissão que a Administração Marítima de Guerra havia notificado os funcionários americanos, já muito avançado o ano de 1942, que devido à ameaça submarina não podia garantir o transporte de grandes quantidades de açúcar em 1943; que o transporte seria possivelmente insuficiente para os estoques claramente existentes a 1.º de janeiro de 1943 e que seguramente estaria distante da tonelagem que no final contratariam os funcionários do Governo Americano.

A Commodity Credit Corporation recebeu do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar uma estimativa da quantidade de depósitos na ilha e um apanhado dos estoques, aceitando-os como exatos. O testemunho de alguns colonos e usineiros cubanos manifestava a crença na sua capacidade de produzir e armazenar quantidades maiores de açúcar.

Se os produtores cubanos houvessem pretendido nessa época uma produção maior isso teria sido menos uma alegação favorável ao direito de produzir quantidades adicionais de açúcar por sua conta e risco, que uma petição implícita, ainda que não francamente expressa, para que o nosso Governo comprasse a safra maior produzida.

Deve-se observar, também, que a seção americana da Comissão Anglo-Americana das Antilhas estudou a situação açucareira, ao terminar o verão de 1942 e recomendou que cada ilha da referida zona recebesse uma quota de produção que somasse a quantidade estimada do consumo local ou da exportação durante o ano de 1943 e uma quota adicional de produção para armazenar açúcares na região, baseada nos armazéns disponíveis. Afirmou-se, na informação da Comissão, que a seção inglesa concordou com as conclusões finais e julgamos que, de fato, foram aplicadas medidas restritivas nas Antilhas Inglesas, nesse ano.

É difícil agora fixar com alguma exatidão a responsabilidade precisa, por não se permitir aos produtores cubanos moer a safra completa e por não havê-la comprado o Governo Americano. Deve-se assinalar, no entanto, que a perda efetiva da produção não foi tão grande como parece à primeira vista, já que a cana não moída em 1943 contribuiu para a maior safra em 1944.

A comissão, porém, julga ter sido um grave erro não se permitir que os cubanos agissem por sua própria conta e risco, se estavam em desacôrdo a respeito da quantidade que se podia armazenar, embora também reconheça com que facilidade de retrovisão se pode revisar uma situação e chegar a conclusões sobre o que se deveria ter feito dois e meios anos antes.

Frente também à evidência dos métodos liberais de racionar o açúcar, que permitiram excessos sobre os limites fixados em 1944 e nos primeiros meses de 1945, e compreendendo também as solicitações feitas para usar o açúcar no programa de borracha sintética em 1943 e nos anos se-

guintes, a Comissão duvida se se poderia agora dispor de uma safra cubana muito maior para aliviar a situação atual, ainda que as atividades relacionadas com as compras se houvessem desenvolvido mais satisfatoriamente em 1943.

(c) — **A falta de uma coordenação adequada entre as várias repartições encarregadas do açúcar.**

Entre as propostas formuladas para esclarecer as questões açucareiras nos Estados-Unidos há uma tendente a designar uma única entidade para fixar normas sobre a matéria, possivelmente delegado do Administrador de Alimentos de Guerra, encarregado de obter, transportar e distribuir o açúcar e de supervisionar o racionamento. A obtenção, desde logo, envolve o problema da produção, tanto no país como fora dele, para determinar que estímulo se usará em relação a outras colheitas a fim de que a produção se emparelhe com as necessidades.

O controle do açúcar começou em uma divisão de alimentos da Junta de Produção de Guerra, a qual por sua vez delegou algumas das suas atividades e funções que foram a princípio assumidas pelo Escritório de Administração de Preços. Quando se transferiu o açúcar para a Administração de Alimentos de Guerra, o Escritório de Administração de Preços não renunciou às suas funções e o controle se dividiu, desde então, entre estas duas Repartições.

Além dessas Repartições, segundo indicam os testemunhos, têm voz e voto sobre o açúcar as seguintes: Departamento de Estado, Administração de Economia no Estrangeiro, Administração Marítima de Guerra, Escritório de Transporte da Defesa, Departamento de Governo, autoridades do Governo local de Porto Rico; a Junta Combinada de Alimentos e outras, no total de mais de vinte.

Na própria Administração de Alimentos de Guerra há, pelo menos, cinco grupos interessados no açúcar. São eles o Commodity Credit Corporation, o setor do açúcar do Escritório de Serviços de Mercados, o Escritório de Relações Agrícolas no Estrangeiro, a Agência de Ajustes Agrícolas e o Setor de Necessidades Cíveis do Escritório de Serviços de Mercados. Estas Repartições participam dos problemas açucareiros tanto na esfera nacional quanto na internacional.

A Commodity Credit Corporation tem como função principal obter e financiar em tempos de guerra as safras fora do país e manter programas de estímulo para a produção doméstica. Seu Escritório de Abastecimentos tem um Setor de Compras que adquire açúcar americano para a Lei de Empréstimos e Arrendamento e outras exportações do Governo. O Setor Açucareiro tem a responsabilidade de administrar a Lei Açucareira de 1937, as ordens da Administração de Guerra e a compilação da estatística açucareira. O Escritório de Relações Agrícolas no Estrangeiro cuida de colecionar dados estatísticos nas regiões do país e do exterior. A Agência de Ajustes Agrícolas supervisiona os programas de produção no campo e se encarrega de pagar benefícios aos produtores. O Serviço de Necessidades Cíveis de Es-

critório de Serviços de Mercados faz recomendações sobre a distribuição de açúcar entre as distintas classes de consumidores industriais e domésticos. Organizam o programa que orientará o Escritório de Administração de Preços nos trabalhos do racionamento.

Se há desacordo entre qualquer destes grupos a controvérsia deve ser encaminhada prontamente ao Juiz Marwin Jones, Administrador de Alimentos de Guerra.

Para dar exemplo concreto da forma na qual a falta de coordenação pode afetar prejudicialmente o abastecimento de açúcar, precisamos apenas citar como exemplo a compra que não se fez dos méis finais cubanos produzidos em 1943 e 1944. A safra açucareira desses anos foi adquirida pela Commodity Credit Corporation. As responsabilidades de comprar os méis finais em 1943 cabia à Defense Supplies Corporation. Em 1944, os Estados-Unidos tinham "preço-teto" interior de 18 1/2 centavos por galão de méis finais. Por qualquer razão, nas negociações para a compra da produção cubana de méis finais em 1943, fizeram-se esforços para adquirir a safra ao preço de 6 centavos. Essa oferta ficava tão por baixo da que os cubanos consideravam um preço justo, que se dedicaram à construção de destilarias e transformaram cerca de 100.000.000 de galões anuais em álcool. Dêse total parte entrou nos

## FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora

**ÁCIDO SULFÚRICO  
ÁCIDO CLORÍDRICO**

e  
**ÓLEO DE RÍCINO**

OFERECAM diretamente à consumidora  
**A SUA PRODUÇÃO  
DE ÓLEO FUSEL**

Dirijam-se à

**CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA**

Caixa Postal 1329

S. PAULO



**AGENCIAS :**

**S. Paulo** — Rua Benjamim Constant, 55

**Rio** — Rua Buenos Aires, 100-100 A

**Recife** — Rua da Assembléia, 1

**Porto Alegre** - Rua Chaves Barcelos, 167

Estados- Unidos na forma de álcool, mas a Comissão foi informada de que em 1943 e 1944 se perderam cerca de 150.000.000 de méis finais pelo fracasso das negociações de 1943. O consumo local de méis finais em Cuba em 1942 foi de 15.522.000 galões, em 1943 subiu para 108.124.000 galões e em 1944 para 125.000.000. Se o excesso de álcool representado por esse abastecimento de méis finais nos dois anos em questão, sobre o total efetivamente recebido, houvesse entrado nos Estados- Unidos, teria correspondido a cerca de 450.000 toneladas de açúcar.

(d) — **As grandes requisições das forças armadas e de outras repartições governamentais feitas sobre estoques escassos e decrescentes.**

A reserva em 1945 de 1.221.000 toneladas para os serviços militares e de guerra se refere aos 11.000.000 de homens que aproximadamente estão mobilizados nestes serviços. Este fato atribui às forças armadas um consumo "per capita" de cerca de 220 libras anuais, ao passo que o recente informe sobre alimentos da Comissão Inter-Departamental Coordenadora da Exportação de Abastecimentos Civis indica que o consumo civil "per capita" nos Estados- Unidos será de 70,8 libras durante o resto do ano. Em consequência, sugeriu-se à Comissão a questão de reduzir o uso do açúcar para as forças armadas mediante maiores retenções. Esta sugestão não pretende nenhuma redução na quantidade de açúcar necessária para manter o tipo completo da dieta militar e uma quantidade razoável para manter o moral. Sem embargo, em vista da crise de açúcar nos Estados- Unidos, pareceria razoável que algum oficial autorizado das forças armadas americanas informasse aos comandantes de zona sobre a restrição na situação civil do açúcar e pedisse a sua cooperação na preservação dos estoques de açúcar de todas as formas possíveis.

3 — O terceiro grupo e, possivelmente, o mais importante das causas que contribuíram à presente escassez de açúcar, é o seguinte:

(a) — **O desvio de 900.000 toneladas do abastecimento cubano de açúcar em 1944 para a produção de álcool no programa da borracha sintética.**

Quando se iniciou o programa da borracha sintética verificou-se ser necessária uma quantidade de álcool muito grande e o informe Baruch pretendia que se a obtivesse principalmente dos grandes excessos de grãos então existentes, sobretudo milho e trigo. Mas em 1943 ocorreu uma crise de grãos, devida em grande parte à procura para a alimentação do gado e das aves e, por isso, os grãos não chegavam aos mercados em quantidades suficientes para alimentar o público, os animais e para fabricar o álcool. Decidiu-se, portanto, no comêço de 1944 desviar o equivalente a 900.000 toneladas da safra cubana de 1944 para a produção de méis finais a serem utilizados na fabricação de álcool industrial. O problema teria de ser resolvido por menos carne, menos goma sintética ou menos açúcar. Com ou sem razão decidiu-se contra o açúcar.

(b) — **Forte sêca na área das Antilhas no segundo semestre de 1944 e comêço de 1945, que reduziu a produção total dessa região em cerca de**

um milhão e um quarto de toneladas em relação às safras normais.

Esse fato constituiu sério golpe para os nossos abastecimentos. Também é uma das razões ponderáveis em virtude da qual se devem considerar novamente tôdas as requisições do estrangeiro, especialmente se as quotas prévias para êstes solicitantes não civis se basearam no cálculo de uma produção maior.

(c) — **Crescentes pedidos de auxílio provenientes da liberação sucessiva dos países europeus, coincidindo, precisamente, com as baixas safras das Antilhas.**

(d) — **Excesso da distribuição na área continental dos Estados- Unidos em 1944, ultrapassando em cerca de 800.000 toneladas a quantidade inicialmente reservada pela Administração de Alimentos de Guerra.**

As cifras fornecidas a esta Comissão pela Administração de Alimentos de Guerra indicam que durante o primeiro trimestre de 1944, o Escritório de Administração de Preços foi notificado de que poderia fixar à população civil americana 1.025.200 toneladas de açúcar. No entanto, o que de fato se distribuiu foram 1.310.200 toneladas. O segundo trimestre manteve-se bem próximo ao nível fixado, mas no terceiro trimestre a quota fixada foi de 1.654.000 toneladas e a consumida de 1.833.600 toneladas. No último trimestre do ano a fixada foi de 1.224.700 toneladas e a consumida de 1.458.200.

Foi esse desconto excessivo na nossa conta bancária açucareira, somando cerca de 800.000 toneladas, que determinou um desequilíbrio tão grande. O que mais preocupa a Comissão é que o mesmo se pode repetir em 1945 e 1946.

A Comissão solicitou à Administração de Preços que explicasse essa extravasão ou filtração drástica do açúcar em 1944. A resposta se limita a apontar duas circunstâncias: 1) — O consumo industrial do açúcar em 1941 como período básico tinha sido calculado muito por baixo. Os relatórios de consumo de 1941 foram apresentados pelos consumidores industriais às juntas locais de racionamento em abril de 1942, mas, por motivos diversos, tais dados não foram resumidos até uma data avançada de 1944. Enquanto isso, os Escritórios de Administração de Preços, com referência ao conjunto da nação, calculava as quantidades necessárias para atender os consumidores industriais baseando-se em um cálculo aproximado do consumo de 1941, que repousava sobre dados reunidos pelo Censo de Fabricantes de 1939. Essas cifras deram um total de 2.400.000 toneladas.

Quando se reuniram as inscrições dos industriais no fim de 1944, somavam cerca de 3.000.000 de toneladas ou sejam 600.000 toneladas mais que a base utilizada pelo Escritório de Administração de Preços. Naturalmente, quando o Escritório de Administração de Preços emitia 80% da base de 1941 emitia 80% de 600.000 toneladas ou sejam 480.000 toneladas mais que a quota fixada. O programa de conservas domésticas para guardar o produto das hortas da vitória e as frutas frescas ultrapassou o cálculo inicial de 300.000 a 400.000 toneladas, devido sobretudo a se ter cal-

# CAUSAS FUNDAMENTAIS DA ATUAL ESCASSEZ DE AÇÚCAR

John C. Gardner

Considera-se que as causas fundamentais da atual escassez de açúcar são as seguintes:

## 1.<sup>a</sup> Perda das Filipinas.

Esse fato privou-nos repentinamente do abastecimento de um milhão de toneladas de açúcar ou seja cêrca de 1/7, do nosso consumo anual. Julgamos desnecessário ampliar êste ponto, pois dificilmente se poderia responsabilizar os agentes açucareiros pela suspensão desta fonte de abastecimento.

## 2.<sup>a</sup> Destruição dos meios de produção de açúcar na Rússia.

O Hemisfério Ocidental viu-se na contingência de partilhar suas provisões com êsse país. Êste ponto também não requer maior comentário.

## 3.<sup>a</sup> Escassez de armazenagem adequada e de tonelagem marítima durante 1942 e 1943.

A referida escassez provocou uma diminuição na produção das Antilhas, em 1943, dificultando a formação de reservas nas zonas produtoras.

Freqüentemente as autoridades são acusadas de imprevidência por não haverem estimulado Cuba a produzir o máximo em 1943, fixando-lhe um limite de 3.225.000 toneladas curtas, quando teria sido possível obter quatro ou mesmo cinco mi-

lhões de toneladas, opinião esta que não partilhámos.

O "Comité" recordará que a ofensiva submarina alemã alcançou seu ponto culminante em meados e na última metade de 1942, data na qual a nossa marinha mercante de ultramar estava dedicando os máximos esforços ao cumprimento das enormes exigências do aprovisionamento de caráter urgente e militar. Já então não era possível embarcar o açúcar produzido na zona das Antilhas. Estas ilhas começavam a experimentar dificuldades na obtenção de alimentos e de outras mercadorias. A Comissão Antilhana-Anglo-Americana investigou detidamente a situação apresentando informação cobrindo o período 1942-1943, na qual se faziam os seguintes comentários:

"Em meio ao verão de 1942, pôde-se comprovar uma notável mudança nas perspectivas da produção açucareira. A luta submarina chegou às Antilhas em março, restringindo de forma rigorosa a exportação de açúcar como resultado do entorpecimento da navegação. O provável volume do excedente dos estoques no fim do ano e as

**N. da R.** — Depoimento prestado pelo Sr. John C. Gardner, Vice-Presidente da firma Lowry & Company, perante a Comissão Especial Investigadora da Escassez de Alimentos da Câmara dos Representantes dos Estados-Unidos, em maio do corrente ano.

culado que havia bastante açúcar no país, o que levou as juntas de racionamento e os respectivos funcionários a serem mais indulgentes nas suas concessões e tolerantes no verificar a aplicação do açúcar. A Administração de Alimentos de Guerra chamou a atenção do Escritório de Administração de Preços para êste consumo excessivo, mas depois de constatar o que se consumia cada trimestre a Administração de Alimentos de Guerra continuou separando igualmente, para que o Escritório de Administração de Preços a racionasse, uma quota completa em cada trimestre sucessivo.

## RECOMENDAÇÕES

- 1 — Estabelecer uma autoridade e responsabilidade única para a obtenção, transporte, fixação de preços e distribuição;
- 2 — Abrir negociações imediatas para a compra das safras de 1946 em Cuba e Pôrto Rico;
- 3 — Suprir Havai de máquinas pesadas, tais como guindastes móveis e caminhões de propulsão dianteira para produzir açúcar;
- 4 — prover de maquinaria, abastecimentos e pessoal, na forma adequada, as áreas nacionais

de beterraba e de cana, mediante cooperação mais ampla entre a Administração de Alimentos de Guerra, a Comissão de Pessoal de Guerra, a Junta de Produção de Guerra e o Departamento de Guerra;

5 — Pôr à disposição dos países europeus amigos, que careçam de suprimentos para semear na primavera de 1946, nossos excedentes de sementes de beterraba. Deve-se cuidar de empregar outros carboidratos, particularmente cereais, em lugar do açúcar que hoje se intenta reservar para êsses países;

6 — Estimular a produção de milho e xaropes em 1945;

7 — Reforçar o contrôle do racionamento para não exceder os totais fixados;

8 — Estabelecer um limite mínimo além do qual não deve baixar o consumo civil de açúcar nos Estados-Unidos;

9 — Examinar novamente as quotas atribuídas a distintas classes de consumidores industriais; e

10 — Revisar todos os compromissos no estrangeiro e ajustá-los para preservar as quotas mínimas do consumo civil nos Estados-Unidos".

dificuldades de armazenagem de uma colheita normal para o ano de 1943 começaram a causar preocupações.

"A seção americana da Comissão Antilhana-Anglo-Americana levou a cabo um estudo da situação que atravessava a produção açucareira no fim do verão de 1942. Em vista das autoridades britânicas haverem concordado com as opiniões emitidas, decidiu-se submeter ao Presidente Roosevelt e ao Governo Britânico um informe sobre a mesma. Demonstrava-se, nesse documento, que a continuaram os embarques no baixo nível previsto, a moagem das quantidades normais de açúcar chegaria, em 30 de junho de 1943, a 8 milhões de toneladas, quantidade que excederia de muito a capacidade de armazenagem.

"A fim de evitar êstes inconvenientes, a Comissão recomendou: 1) que a cada zona produtora se atribuísse uma quota de produção representativa do provável consumo interno ou exportação de açúcar para 1943; e, 2) uma quota de produção adicional para o açúcar a ser armazenado na zona, baseada nas facilidades de armazenagem e nas seguintes suposições:

a) Que se estabeleceria uma reserva que não entorpeceria a referida zona durante 1944;

b) Que se disporia de depósitos para a armazenagem de alimentos e de outras provisões.

c) Que se aproveitaria ao máximo a terra cultivável para a produção de artigos alimentícios de consumo local.

"O saldo da cana na planta permaneceria sem cortar até a moagem de 1944.

"Complementando as propostas da Comissão Antilhana-Anglo-Americana, o "Comité" Inter-Ministerial do Açúcar propôs, no dia 28 de dezembro de 1942, que parte considerável da reserva se efetuasse conservando a cana na planta. Êste "Comité" incluía representantes dos Departamentos de Estado, do Interior, da Agricultura e do Comércio, as Juntas de Economia de Guerra e de Produção de Guerra, o Escritório da Administração de Preços e da Administração Marítima de Guerra.

"As propostas e recomendações que antecedem foram adotadas pelo Governo dos Estados Unidos ao formular o seu plano de ação para a safra do ano de 1943. Juntamente com outros organismos do Governo dos Estados Unidos, o Departamento de Estado iniciou negociações com o Governo de Cuba sobre o programa geral de economia a seguir. Como parte integrante do mesmo, os Estados Unidos concordaram em adquirir a totalidade da safra excedente do consumo local, consentindo, da sua parte, Cuba em limitar a produção para 1943 a 2.879.500 toneladas largas (em lugar das 3.366.000 produzidas em 1942)".

Estamos inteiramente de acordo com êste raciocínio já que, devido à situação reinante, o Governo se via limitado em sua determinação.

O argumento de que semelhante atitude resultou da perda de um milhão de toneladas é completamente insustentável. A cana que permaneceu na planta e não foi moída em 1943 o foi no ano seguinte, contribuindo assim para aumentar a colheita extraordinária de 5.653 toneladas cur-

tas, obtida em 1944. Admitimos que o rendimento da cana na planta tenha sido menor em 1944 do que o que seria alcançado em 1943, mas essa perda foi relativamente reduzida. Além disso, devido ao grande excedente de janeiro de 1943, duvidamos da possibilidade de armazenar todo o açúcar em Cuba, na hipótese de se haver tentado colher e moer toda a cana disponível. De todas as maneiras teria sido necessário armazenar parte da mesma ao ar livre ou em depósitos temporários nos quais se teria produzido certa depreciação, que compensaria a pretendida maior margem de aumento líquido da produção dos dois anos combinados.

#### 4.<sup>a</sup> Colheitas escassas e aumento do consumo na América do Sul.

A falta de transporte marítimo contribuiu, igualmente, para desanimar os produtores sul-americanos, especialmente no Peru, que normalmente exporta cerca de 200.000 toneladas anuais para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Suas colheitas também diminuíram nesse período, particularmente devido à seca e às pragas que atacaram a cana, ao mesmo tempo que aumentava a procura dos países latino-americanos, em consequência da acumulação de saldos de dólares e da escassez de outros artigos alimentícios e de provisões. Assim, em lugar de receber uma pequena quantidade de açúcar do Peru e do Brasil, constatamos que a produção total da América do Sul é absorvida atualmente pelo consumo interno, ao que se junta a maior procura do açúcar de Cuba e de outras zonas produtoras. Apesar das reduzidas provisões com que contam as nações aliadas considerou-se necessário, êste ano, separar 170.000 toneladas da produção cubana para os países sul-americanos.

#### 5.<sup>a</sup> Diminuição da nossa colheita interna de beterraba.

Esta colheita diminuiu aproximadamente de 1.600.000 a 1.100.000 toneladas anuais.

As repartições do governo encarregadas do problema do açúcar têm sido abertamente criticadas pela redução da nossa produção local. São elas acusadas de haver sido mesquinhas nos pagamentos de estímulo, de anunciar tardiamente os programas e finalidades da produção e, em geral, de atitude desencorajadora relativamente à indústria local. Da nossa parte concedemos a pessoas mais autorizadas na matéria o privilégio de julgar os méritos dessa argumentação.

Fomos informados de que a Administração de Alimentos para a Guerra (ou a Repartição sua predecessora) adotou deliberadamente com respeito às colheitas de 1943 e 1944 a política de fomentar a produção de certos artigos competidores à custa da produção de açúcar. Entre os artigos assim favorecidos figura em primeiro lugar o feijão. Era indiscutivelmente necessário saber se os nossos civis consumiriam mais açúcar e as forças armadas menos feijão ou vice-versa. Não procuramos abrir debates sobre se teria sido possível estabelecer um meio termo feliz.

### 6.<sup>a</sup> Utilização, em 1944, de 900.000 toneladas de açúcar cubano na produção de borracha sintética e em outros usos industriais.

Se essa tonelagem de açúcar estivesse agora armazenada em Cuba ou nos Estados- Unidos contribuiria enormemente para aliviar a situação. Desconhecemos as razões que decidiram o emprêgo do açúcar (em lugar de cereais) na produção de álcool. Supomos que tal se deve a um plano de ação preparado pelas altas autoridades e as mais indicadas para explicá-lo seriam, possivelmente, a a Administração de Alimentos para a Guerra ou a Divisão de Álcool da Junta de produção de Guerra. Seria temerário afirmar, sem pleno conhecimento dos fatos, se essa medida foi acertada ou não. Fomos informados, no entanto, de que havia cereais em quantidade suficiente para atender as nossas necessidades, mas que devido às dificuldades experimentadas por certos destiladores que trabalhavam à base de cereais, que haviam utilizado até então xarope ou melaço, decidiu-se continuar extraindo parte do álcool do melaço ao invés de efetuar a conversão total dos cereais.

### 7.<sup>a</sup> Distribuição excessiva nos Estados- Unidos.

Em 1944 esta ultrapassou sensivelmente a quantidade inicialmente reservada pela Administração de Alimentos para a Guerra.

Ao iniciar-se 1944, a Administração de Alimentos para a Guerra estabeleceu a quota de 6.529.098 toneladas para os Estados- Unidos durante o ano, total que subiu, no entanto, para 7.461.000 toneladas. Este excedente quase esgotou as reservas visíveis e invisíveis, provocando um desequilíbrio sério na distribuição do açúcar durante o primeiro trimestre de 1945.

Atribuiu-se semelhante estado de coisas à inadequada distribuição de conservas para o mercado interno, às operações no "mercado negro", à falsificação de cupões e a outras deficiências do racionamento.

A adoção de uma vigorosa e decidida política teria, sem dúvida, evitado semelhante situação, mas é muito provável que as nossas autoridades do racionamento se tenham mostrado indulgentes, iludidas pelos prognósticos de colheitas abundantes na zona das Antilhas e de uma maior semeadura de beterraba nos Estados- Unidos em 1945. Além disso, em princípios de 1944 havia grandes esperanças de que a guerra terminasse na Europa em setembro ou outubro. Admitindo uma pronta terminação da guerra, não era insensato esperar que a França e a Bélgica lograssem boas colheitas no outono de 1944, com perspectivas de alcançar colheitas ainda maiores em 1945. Mas, com a continuação da guerra, tais colheitas foram sumamente pobres e em lugar de se poderem abastecer, ainda que parcialmente, em 1945, esses países necessitaram quantidades consideráveis de açúcar, até pelo menos a próxima colheita do outono, que se inicia em setembro ou outubro.

### 8.<sup>a</sup> Aumento da procura para socorro.

A medida que as zonas do norte da África, Grécia, Itália, França, Bélgica, Holanda, etc., eram libertadas, aumentava a procura sobre os nossos estoques em forma crescente. Essa maior procura chega em momento inoportuno, já que coincide com as reduzidas colheitas das Antilhas. Da nossa parte não julgamos nos caiba opinar sobre a quantidade de açúcar que esses países recebem.

### 9.<sup>a</sup> A prolongada seca na zona das Antilhas.

Devido à prolongada estiagem que assolou a zona antilhana durante a segunda parte de 1944 e começos de 1945, a produção total viu-se reduzida ao redor de 1 1/4 a 1 1/2 milhões de toneladas abaixo da normal.

Colhida a cana de 1944, pôde-se estabelecer qual a produção de que era capaz a ilha de Cuba, prognosticando-se uma safra de 5 milhões de toneladas para 1945 e até de 6 milhões para 1946. A colheita excepcional de 1944 era conseqüência, segundo já se assinalou, de incorporação do excedente de 1943. Tornava-se, pois, completamente impossível duplicá-la em 1945, mas os campos se encontravam em excelentes condições, existindo suficiente mão de obra para o cultivo e numerosas novas semeaduras. Dessa forma seria possível, talvez, elevar a um recorde o total de 1946.

A seca que se iniciou durante a segunda metade do ano faz prever que a produção apenas excederá a 4.000.000 de toneladas e, como a referida estiagem se prolonga, as perspectivas para 1946 são igualmente desalentadoras.

Entre alguns críticos existe a tendência a responsabilizar a Commodity Credit Corporation pelo resultado da colheita de Cuba. Insinua ou afirmam abertamente que a C. C. C. negociou de forma demasiado exigente com Cuba, mantendo preços excessivamente baixos e desalentando, em conseqüência, os produtores de iniciarem novas plantações e maiores semeaduras.

Consideramos tais manifestações carentes, em absoluto, de qualquer base. Cuba aumentou as suas plantações quando os preços do açúcar se encontravam abaixo do nível corrente; e continuará a fazê-lo, ou, pelo menos, a manter cultivada a superfície atual, enquanto o nível geral de preços não sofrer maior inflação.

### 10.<sup>a</sup> A aparente falta de supervisão e regulamentação das apropriações para as forças armadas, Lei de Empréstimo e Arrecadação, e outras repartições oficiais, dos escassos e reduzidos estoques.

Embora falemos agora sem conhecimento total de causa, informam-nos de Washington que as forças armadas, por exemplo, têm uma quota trimestral nominal de açúcar para uso direto ou indireto. Esta se baseia, aparentemente, na quantidade, que, de acôrdo com sua declaração, as forças armadas calculam necessitarão durante esse período. Não se estabelece, no entanto, limite algum sobre a quantidade de açúcar que estão auto-

rizadas a adquirir nas refinarias. Se as compras chegam a ultrapassar a quota nominal não existe controle algum e se lhes facilita o açúcar.

O que, porém, estamos em condições de afirmar é que esses pedidos esgotam freqüentemente os estoques imediatos disponíveis nas refinarias, não permitindo aos civis ou possuidores de prioridades baixas conseguir o açúcar para o qual dispõem de cupões de racionamento. Não é nosso propósito recomendar uma redução no abastecimento das forças armadas; opinamos, unicamente que os seus pedidos poderiam distribuir-se uniformemente durante o ano ou ser administrados de forma tal que se limite ao mínimo a desorganização do abastecimento da população civil.

### 11.<sup>a</sup> Falta de coordenação entre as diversas repartições encarregadas do açúcar.

Criticou-se muito no passado a preparação dos programas gerais de ação e a falta de coordenação entre as diversas repartições oficiais, crítica que, a nosso juízo, é justificada.

O problema do açúcar tem estado em oportunidades diversas a cargo do Departamento de Estado, do Departamento do Interior, da Secretaria da Agricultura, do Escritório da Administração dos Preços, da Junta de Produção de Guerra, da Commodity Credit Corporation, da Administração Naval de Guerra e de numerosas outras repartições, departamentos ou autoridades. O comércio estava freqüentemente sob a impressão de que se praticava uma política contraditória e de que se baixavam dispositivos ou ordens que assinalavam claramente a absoluta falta de coordenação entre elas existentes. Em algumas oportunidades vários órgãos oficiais pareciam desconhecer em absoluto as atividades desenvolvidas pelos demais. Não nos animamos a calcular em quantas toneladas semelhantes atividades reduziram os nossos estoques de açúcar. O comércio está com a impressão, real ou não, de que os resultados obtidos poderiam ter sido muito mais vantajosos se se houvesse disposto de uma autoridade central encarregada de decidir se se cultivava feijão ou cana, se se devia manter o mesmo preço, ou se se devia dar a esta ou àquela zona maior estímulo de pagamento ou preços mais elevados.

Da nossa parte concordamos em que é absolutamente imprescindível maior coordenação administrativa.

### SOLUÇÃO PARCIAL DA ATUAL ESCASSEZ

Quando se trata de solucionar a escassez de açúcar podemos declarar, com toda segurança, que pouco ou nada se poderá fazer para melhorar a situação nos meses restantes de 1945. A semeadura de beterraba já foi efetuada ou, pelo menos, se levaram a cabo todos os preparativos para isso. As colheitas das Antilhas, estão quase totalmente terminadas e a produção das novas colheitas não começará até fins de dezembro deste ano, ou princípios de janeiro de 1946. Não existem zonas de produção excedente às quais se possa recorrer, nem há possibilidade de descobrir estoques na Alemanha, Checoslováquia, Filipinas ou Java, na

hipótese de que essa ilha fôsse reconquistada em futuro próximo.

Hoje podemos calcular de maneira bastante exata nossas provisões atuais e prováveis. Já que não há meio de aumentá-las, não temos outra alternativa senão nos contentarmos com as disponibilidades presentes. Isso significa que deverão ser aplicadas rigorosas medidas de racionamento.

Conhecemos, igualmente, quais são os principais pretendentes. Nosso primeiro problema para os meses restantes de 1945 consiste em decidir as quantidades que deverão ser atribuídas a cada um; estabelecer um plano rigoroso de racionamento e cumpri-lo estritamente. Tais medidas darão lugar a muitos protestos mas não conhecemos jeito de evitá-las. As provisões de açúcar podem, logicamente, ser retiradas de um grupo para ser atribuídas a outro, porém, jamais conseguirão satisfazer a todos.

Para 1946 prognosticamos uma situação difícil até que a nova produção das Antilhas se encontre novamente disponível em grandes quantidades. O novo ano se iniciará, sem dúvida, com estoques muito reduzidos em tôdas as zonas, e janeiro pode ser um mês sumamente difícil, em vista da entrada paulatina das novas colheitas.

Com clima favorável e fomento adequado, as colheitas das Antilhas poderão ter em 1946, um aumento de dois milhões de toneladas, aproximadamente, em relação às colheitas normais. Cuba está em condições de chegar a produzir 5 1/4 a 5 1/2 milhões de toneladas, embora êscse total seja discutido por alguns agricultores cubanos. Também seriam passíveis aumentos em Pôrto Rico, São Domingos e nas Ilhas Ocidentais Inglesas, se as chuvas durante os próximos cinco ou seis meses forem suficientes.

Baseando-se nos resultados obtidos no passado, a zona dedicada ao cultivo da beterraba seria capaz de produzir de 1 1/2 a 1 3/4 milhões de toneladas em 1946 e Havai poderia aumentar um pouco a colheita respectiva.

A fim de fomentar uma produção máxima em tôdas essas zonas, consideramos que as seguintes medidas resultarão proveitosas.

Estas sugestões são feitas no pressuposto de que a guerra com o Japão continue e de que continuaremos de alguma forma sob controle belico:

1 — Fornecer suficiente mão de obra, equipamentos e demais elementos necessários às zonas produtoras de beterraba, distribuindo equitativamente os pagamentos de estímulo entre as colheitas concorrentes, de forma tal que a produção de açúcar de beterraba se torne relativamente mais sedutora ao agricultor.

2 — Fomentar a indústria portorriquenha reorganizando o caos de regulamentos e decretos contraditórios e antagônicos que entorpecem atualmente a indústria. Embora não sejamos autoridade em administração de Pôrto Rico, tomamos a liberdade de sugerir que o Sr. Dudley Smith, Secretário da Associação Portorriquenha de Produ-

tores de Açúcar, seja consultado sobre a matéria, ou que à mesma associação se permita rever os arquivos de negociações sobre açúcar em poder da Commodity Credit Corporation, correspondentes aos anos recentes.

3 — Na hipótese de que a guerra com o Japão só acabe muito depois de iniciado 1946 ou ainda mais tarde, acreditamos que o nosso governo voltará a negociar a safra cubana de 1946, sobretudo devido à provável perspectiva de escassez de açúcar, prolongue-se ou não a guerra com o Japão. Cabe assinalar que não é possível de forma alguma aumentar a produção de Cuba para o próximo ano. A cana a colhêr em 1946 já está semeada no todo ou, pelo menos, em grande parte. A questão do preço terá pouca ou nenhuma influência.

Ainda que a oferta de preços suficientemente elevados pudesse induzir certos produtores a cortar a cana prematuramente ou a aproveitar a das plantações de reserva, isso contribuiria apenas a aumentar o volume da safra normal.

4 — Consideramos que deveriam ser tomadas medidas para acudir imediatamente às Filipinas. E' reduzida ou nula a quantidade de açúcar que se pode esperar dessas ilhas no transcurso do corrente ano. Apenas poderão bastar-se a si próprias em 1945, se chegarem a fazê-lo. No entanto, se os seus canaviais forem restaurados durante o ano em curso, estarão em condições de nos fornecer uma quantidade considerável de açúcar em 1946 e outra maior em 1947.

De maneira geral podemos afirmar que em fins de 1946 teremos vencido as principais dificuldades e que em 1947, sob o estímulo da crescente procura, a situação melhorará ainda mais, podendo, inclusive, chegar a uma superprodução. E' bem conhecida a evolução açucareira depois da Primeira Guerra Mundial, situação que hoje se repete com muita semelhança. E' possível que entre fins de 1946 e 1950 nos encontremos novamente a braços com o problema da superprodução disponível, tal como sucedeu entre 1920 e 1930.

Em todos os instantes nos opusemos decididamente a que o nosso governo assumisse compromissos abrangendo longos períodos. Há que reconhecer, em face das exigências bélicas, a necessidade de assegurar a compra de colheitas de ano para ano e de estabelecer um contróle adequado, mas, uma vez terminadas as mesmas, consideramos um erro muito sério comprometer-se em contratos extensos ou em acordos subsidiando zonas produtoras demasiadamente distantes.

No nosso entender, as empresas particulares, que dispõem de técnicos e peritos na matéria, conhecedores a fundo dos problemas açucareiros, se encontram em melhores condições para resolvê-los que um reduzido grupo de funcionários do governo, não obstante sua capacidade e boas intenções.

## PROGRESSO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DO BRASIL

O "Boletim Mensal do Escritório de Propaganda do Governo do Brasil", em Buenos Aires, em seu número de julho último, estuda o desenvolvimento da indústria açucareira do Brasil, a qual "quase duplicou nos últimos quinze anos, desde a fundação do Instituto do Açúcar e do Alcool, que controla e regula a produção deste alimento".

Escreve também o Boletim: "Vem-se notando a melhora da produção. Deve-se observar, a respeito, que na safra de 1924/25 os engenhos contribuíram para o total da produção com 57% e as refinarias com 43%. Com o aperfeiçoamento e o aumento da capacidade das refinarias, a percentagem que lhes corresponde foi subindo em relação ao total da produção. Já na safra de 1940/41 os engenhos contribuíram com apenas 34% da produção, correspondendo às refinarias 66%. Não há dúvida de que estes dados esclarecem admiravelmente a tendência para o aperfeiçoamento da produção brasileira de açúcar".

### E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,  
Manganês

e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias  
em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar

TELEFONES : { 22 - 5535  
22 - 5849  
22 - 8058  
42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

Telegramas A FONTES - RIO

Rio de Janeiro

# O PERU COMO EXPORTADOR DE AÇÚCAR

O açúcar figura nas exportações peruanas desde os tempos da Colônia. Nos últimos anos do século XVIII as vendas de açúcar do Vice-Reinado subiam a cerca de 150.000 arrobas (1.725 toneladas), quantidade apreciável para a época. No século seguinte tais vendas aumentaram de forma substancial até chegar a 100.000 toneladas pouco antes da guerra com o Chile. Houve depois da luta armada uma queda da produção, reagindo posteriormente a economia canavieira até alcançar outra vez o total de 100.000 toneladas, exportadas pouco antes de terminar o século.

O quadro seguinte, tirado juntamente com as demais informações, do livro "El Azucar Peruana", permite acompanhar a evolução das exportações peruanas de açúcar e derivados a partir de 1900.

Quinquênio	Toneladas
1900/04	120.771
1905/09	125.364
1910/14	143.382
1915/19	228.284
1920/24	262.340
1925/29	301.798
1930/34	336.144
1935/39	308.417
1940	309.094
1941	381.866
1942	309.648
1943	180.413 *

(\*) Açúcar somente, sem derivados.

Para melhor compreender o alcance destes números convém confrontá-los com os relativos à produção e ao consumo de açúcar, sem derivados:

Ano	Produção	Exportação	Consumo
1939	403.546	272.179	94.639
1940	470.524	301.954	100.416
1941	462.142	377.587	109.656
1942	468.340	308.680	117.403
1943	390.000	180.413	126.200

Em geral, pois, o Peru deve exportar ao redor das três quartas partes da sua produção de açúcar ou sejam mais de 300 mil toneladas nos anos normais, proporção muito elevada e que evidencia a dependência em que se encontra a indústria dos

mercados externos. Os dados referentes ao quinquênio anterior, 1934-38, ainda não deflagrada a guerra, confirmam esta dependência, pois sobre uma produção anual média de 389.761 toneladas as exportações foram em média de 306.080 toneladas por ano.

O quadro seguinte dá um apanhado das exportações mundiais açucareiras. Os dez principais exportadores que nêle figuram somam em conjunto dois terços das exportações de todo o mundo. Avai e Pôrto Rico não aparecem no quadro, pois na qualidade de possessão e território dos Estados Unidos remetem livremente o seu açúcar para este país. Os números constantes do quadro se referem ao ano anterior á guerra (1938) e incluem, para fins de comparação, a média quinquênio 1930/34:

## EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR (Mil toneladas)

País	1930/34	1938
Todo o mundo . . . . .	9.057	8.547
Cuba . . . . .	2.642	2.604
Java . . . . .	1.518	1.078
Filipinas . . . . .	949	868
República Dominicana . .	347	406
Checoslováquia . . . . .	347	254
Peru . . . . .	336	250
Austrália (Queensland) . .	303	476
Ilha Maurício . . . . .	195	293
África do Sul . . . . .	157	220
Guiana Inglesa . . . . .	128	186

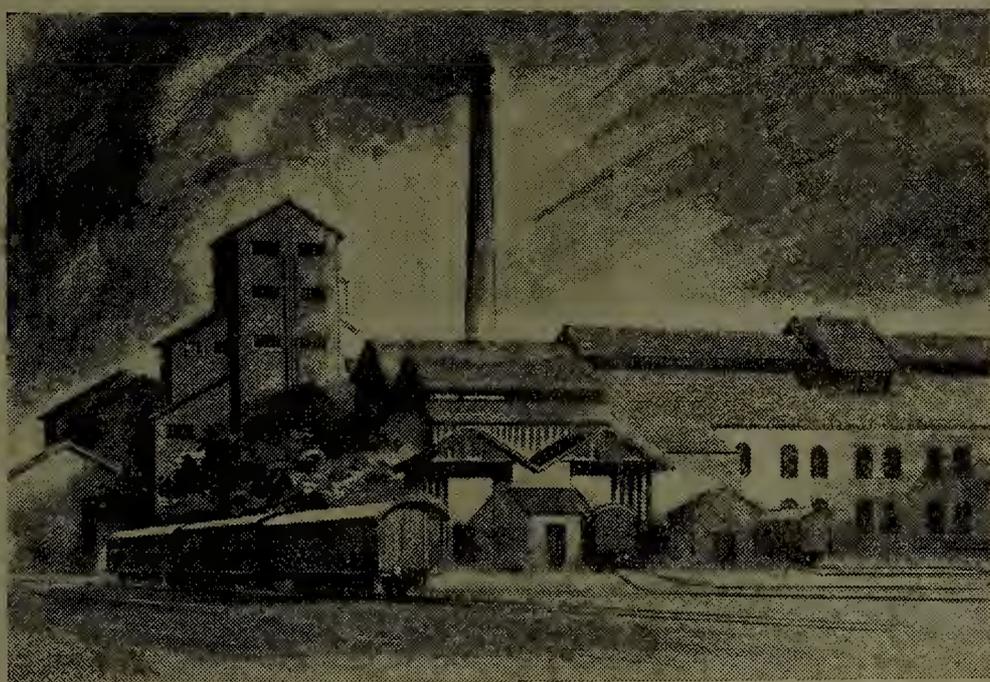
**"Açúcar e Alcool no Brasil"**

**Dr. Anibal R. de Matos**

Preço . . . . . Cr\$ 15,00  
Pelo Correio . . . . . Cr\$ 17,00

Vejamos agora, alguns dados sôbre a exportação do Peru, em 1943:

Países de destino	Qualidades			Totais Toneladas	%
	Branco Toneladas	Exportação Toneladas	Rapadura Toneladas		
Argentina .....	1.997	—	—	1.997	1,10
Bolívia .....	18.449	828	—	19.277	10,69
Chile .....	500	115.943	2	116.445	64,55
Equador .....	2	—	—	2	—
Estados-Unidos	—	3.595	—	3.595	1,99
México .....	2.165	—	—	2.165	1,20
Panamá .....	1.721	—	—	1.721	0,96
Paraguai .....	1.212	—	—	1.212	0,67
Uruguai .....	14.806	18.697	—	33.503	18,57
Zona do Canal	500	—	—	500	0,27
Totais .....	41.352	139.063	2	180.417	100,00



As máquinas das Usinas de Açúcar dependem, para seu bom funcionamento, da sua lubrificação com *óleos de qualidade e aplicação correta dos lubrificantes*. Com tantos anos de experiência e pesquisas científicas, SHELL dispõe de todos os recursos para ajudar a V. S. na solução dos seus problemas, e convida-o a consultar o Departamento de Serviços Técnicos SHELL.

PRODUTOS  
DE PETRÓLEO

# SHELL

ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.



# A UNIÃO SOVIÉTICA RESTAURA SUA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

A indústria açucareira foi das que mais sofreram em consequência da ocupação alemã na Rússia Ocidental e na Ucrânia. Antes da guerra, mais de oitenta por cento da indústria açucareira da

das. Os edifícios das fábricas foram dinamitados, as instalações destruídas e arrasados todos os armazéns, escritórios e residências. Nos primeiros dias, após a libertação dessa zona, a tarefa de res-



Aspectos da indústria açucareira russa: no alto, à esquerda, camponesas de Tchernigov examinando beterrabas na Exposição Agrícola de Moscou; à direita: um trator em funcionamento num campo de beterrabas; em baixo, trabalhadores de uma fazenda coletiva de Kursk lavando outro campo de beterraba



União Soviética estava concentrada no sudeste da Ucrânia. Muitas das refinarias existentes nas principais províncias produtoras de Kharkov, Sumy, Poltava e Tchernigov foram seriamente danifica-

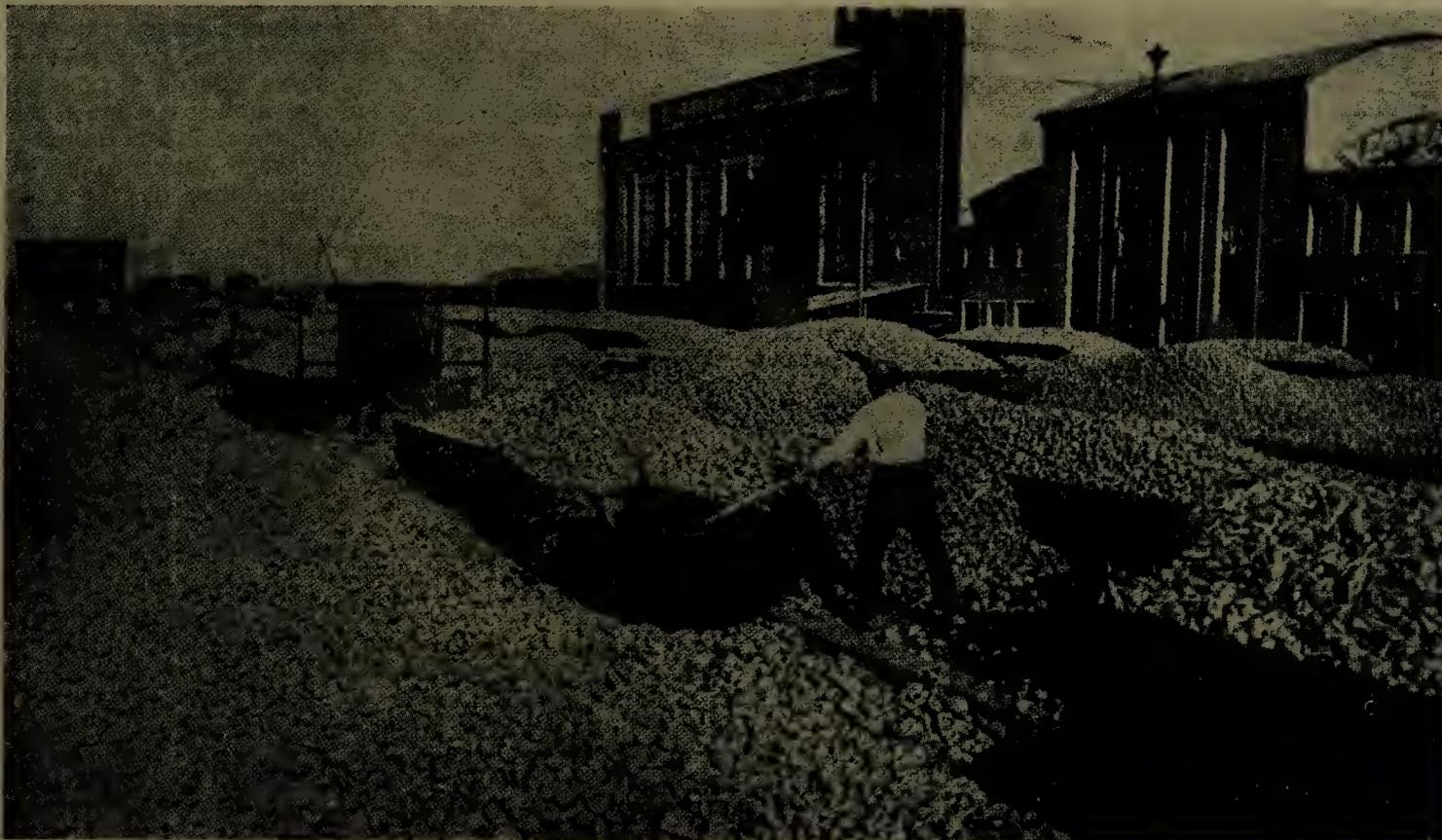
tauração da indústria parecia impossível. Contudo, em março de 1944, onze refinarias estavam restauradas e em pleno funcionamento. Nas seis primeiras semanas de trabalho, após a sua restau-

ração parcial, essas refinarias produziram apenas 4.000 toneladas de açúcar.

Em alguns lugares, a reconstrução começou logo após o término da luta. A refinaria de Starin, perto de Kiev, por exemplo, começou a produzir quando a frente de batalha apenas se afastara oito milhas para oeste. Operações dessa espécie eram apenas o início da tarefa de restauração. Na Província de Kursk, os alemães destruíram quinze das dezoito refinarias ali existentes; em Kharkov, seis em nove; em Sumy quatorze em dezessete; em Poltava nove em onze. Nessas regiões a produção em 1943-44 foi pequena. Kursk; Kharkov e Poltava reunidas produziram somente 9 mil toneladas. Durante o ano passado, todavia, a reconstrução caminhou a passos firmes. No verão

tivo nessa mesma área, acreditando-se que a capacidade industrial poderá aproveitar toda a matéria-prima. Temos aí um indicio da extensão em que já se fez o trabalho de reconstrução.

Convém não esquecer que durante os anos da invasão operou-se uma apreciável mudança no centro de gravidade da indústria. Novas refinarias foram instaladas em Kirghizia, Kasakastan, Sibéria, Geórgia e em outras regiões. No Uzbekistan, particularmente, a indústria açucareira deitou raízes profundas. Nesse mesmo período, os limites da cultura da beterraba ao norte foram prolongados até o círculo ártico. As fábricas existentes nas áreas não afetadas pelas operações militares continuaram a trabalhar. Nas áreas recentemente incorporadas à União Soviética, a indústria sofreu



A União Soviética desenvolveu uma importante indústria açucareira no seu território oriental. A gravura mostra um flagrante do transporte de beterrabas para uma das fábricas (Sovifoto reproduzido de "Sugar")

passado, cinco refinarias da Província de Kursk haviam sido restauradas. Além dos danos causados às fábricas, uma das maiores dificuldades experimentadas nas áreas libertadas foi a falta de beterrabas. Os invasores adotaram uma política de explorar as terras conquistadas de maneira ruínoza. Os campos não eram convenientemente tratados nem se faziam aplicações de adubos. Foi preciso, assim, realizar um trabalho de restauração nos campos à semelhança do que se fez nas fábricas. No ano passado, foram semeados na Ucrânia 365.200 acres, que produziram um volume de beterraba suficiente para suprir as fábricas em condições de funcionar. Este ano, 880.000 acres estão em cul-

danos semelhantes aos que a atingiram no território russo propriamente dito. Assim aconteceu na Letônia, onde foi destruída a fábrica de Yelgava, a qual só agora começou a ser reconstruída. Ao fim do verão deste ano, espera-se que esteja em condições de funcionar.

Na reconstrução da indústria, os técnicos soviéticos têm encontrado uma dificuldade desde muito sentida, porém, nunca com a intensidade de agora. É o problema do trabalho nas estações e a necessidade complementar de transportar beterrabas para fábricas situadas a distâncias relativamente longas, problema que se agravava pela sobrecarga de trabalho nas estradas de ferro da Ucrânia

# A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA AUSTRALIANA NO APÓS - GUERRA

O Presidente da Associação de Produtores de Açúcar da Austrália, Sr. W. A. Brand, publicou, em março deste ano, no jornal "Courier Mail", um artigo em que discute as perspectivas que se apresentam para a indústria açucareira australiana no período do após-guerra, considerando particularmente a procura que deverá surgir no mercado interno e no de exportação.

Comentando o artigo acima referido, "Tre Australian Sugar Journal", de 15 de março, diz o seguinte:

"Quando se consideram as possibilidades de expansão da indústria açucareira australiana depois da guerra, deve-se tomar como base a produção e os mercados normais de antes da guerra e relacioná-los com uma estimativa das condições do após-guerra, articulando êsses elementos com a produção australiana. Foi na safra de 1930 que se verificou o máximo de produção na Austrália, quando a nossa indústria fabricou 928.000 toneladas de açúcar, utilizando canas colhidas em 271.500 acres. Nessa safra, as condições climáticas foram particularmente favoráveis. Desde, porém, que se restaurem as condições normais de mão de obra, suprimento de adubos, máquinas e tempo, não há razão forte para que não se admita a possibilidade de se atingir novamente aquele índice. É preciso levar em conta, também, que a tonelagem obtida em 1939 excedia de cerca de 150.000 toneladas a quantidade para a qual estava assegurada colocação e se não fôsem as maiores necessidades da Inglaterra em face da guerra, aquelas 150 mil toneladas teriam de ser entregues às destilarias para conversão em álcool industrial.

Nas condições vigentes antes da guerra, eram os seguintes os mercados ao alcance da indústria açucareira australiana: a Comunidade da Austrália, com uma capacidade de absorção de 363.000 toneladas por ano, para o consumo interno e outros fins de transformação; a Inglaterra e o Canadá, até o volume de 412.000 toneladas — a quota de exportação fixada para a Austrália, de con-

formidade com o Acôrdo Internacional do Açúcar. Outros mercados possíveis eram êstes: destilarias produtoras de álcool-motor e álcool-industrial, mediante um preço baseado nos valores de exportação. Esse mercado, contudo, não se podia considerar firmemente estabelecido, num base anterior à guerra, de vez que não passava de um escoadouro para os açúcares que excediam a procura dos mercados interno e externo.

Em relação ao futuro, as destilarias devem ser consideradas apenas como válvula de segurança e, mesmo nesse caráter, pode não haver procura por parte das destilarias, caso as vendas de álcool não sejam mantidas, porquanto os melaços eram a sua principal fonte de matéria prima. Conseqüentemente, nas condições de antes da guerra, o limite seguro da produção australiana era de cerca de 775.000 toneladas.

Diante disso, pergunta-se: Pode o nosso mercado expandir-se?

No que se refere ao consumo e uso do açúcar na Austrália, as condições de guerra provocaram naturalmente um aumento substancial. Pode-se adiantar que, no período do após-guerra, decorrerá algum tempo antes que o consumo interno se estabilize numa cifra que exceda de muito a anterior à guerra.

Chegamos agora ao intrincado e difícil problema dos mercados ultramarinos.

Nesse terreno, a única certeza com que podemos contar é a de que a Inglaterra mantenha os direitos preferenciais concedidos aos domínios e colônias e que sejam conservadas disposições do Acôrdo Internacional do Açúcar, pelas quais a Austrália teria direito a uma quota de exportação de 412.000 toneladas aproximadamente, porém não muito mais.

Imediatamente depois de encerradas as hostilidades, a procura de açúcar se fará sentir de maneira mais intensa nos países que não tiveram tempo suficiente para restaurar as suas indústrias de açúcar de beterraba. Tudo indica que Java e

e de outras regiões. Para enfrentar esse problema, resolveu-se no verão do ano passado construir pequenas instalações para desidratar e transformar em briquetes as beterrabas. Um engenheiro do Instituto Central de Pesquisas sobre o Açúcar, A. Freml, descobriu um processo para realizar essa operação de maneira simples e econômica. De acôrdo com esse técnico, a beterraba desidratada e reduzida a briquetes diminui a um quinto o peso do material a ser transportado para as fábricas. O volume, porém, se reduz de oito por cento apenas. O mais importante é que os briquetes podem ser armazenadas por longos períodos sem perdas, com o que se abre a possibilidade de ficarem as fábricas habilitadas a trabalhar durante todo o

ano com os estoques de matéria prima. A primeira instalação para briquetes só recentemente ficou pronta, em Kobelyski, na Província de Poltava. A construção dessa fábrica, que custou sérias dificuldades, está servindo de estímulo a novas instalações similares, cogitando-se de construir mais 300. Por esse meio, acredita-se que o número de trens necessários para transportar a safra ficará reduzido de alguns milhares para 200 apenas. Entrementes, o açúcar continua a ser uma mercadoria escassa na União Soviética. Estas notas foram adaptadas de uma correspondência publicada no número de julho último de "Sugar", vinda de Moscou, sob a responsabilidade de Raymond Arthur Davies.

# PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

## ARGENTINA

A União Industrial Argentina, em memorial enviado à direção Geral das Estradas de Ferro, solicitou preferência na distribuição de vagões para o transporte de álcool. Este produto, alega a citada entidade, ocupa lugar destacado no quadro das atividades industriais do país, não só como resultante do aproveitamento de matéria prima da agricultura, mas também como elemento primordial em numerosas indústrias de elevado rendimento fiscal. Além disso, na atualidade, o álcool vem sendo consumido em funções que dizem com o bem estar da população, com a higiene, calefação, iluminação, etc.

Por outro lado, o próprio Estado tem sido prejudicado pela situação, pois em diversas oportunidades não apareceram interessados nas concorrências para fornecimento de álcool, abertas pela administração pública. As prioridades de trans-

porte solicitadas contribuiriam para solucionar vários desses problemas com vantagens gerais.

## CUBA

A produção cubana de álcool nos primeiros cinco meses do ano corrente subiu a 98.977.510 litros, contra 80.620.144 e 34.185.058 em igual período de 1944 e 1943, respectivamente.

Nos seis primeiros meses do corrente ano, somou 114.646.821 litros. Para melhor apreciar o vulto desta produção convém compará-la com a do primeiro semestre dos anos anteriores, a saber, respectivamente: 9.473.871 litros em 1942; 42.533.079 litros em 1943 e 92.885.568 litros em 1944.

O volume da produção alcooleira da ilha cresceu consideravelmente nos últimos anos, tendo passado de pouco mais de 22 milhões de litros em 1942 para cerca de 212 milhões em 1944.

as Filipinas precisarão pelo menos de dois ou três anos para restaurar as suas indústrias. Mas essas condições são evidentemente temporárias e mais cedo ou mais tarde a Inglaterra e o Canadá serão os únicos mercados permanentes para a nossa quota de exportação. Aliás, teremos de partilhar esses mercados com a União Sul-Africana e as colônias britânicas, não se devendo esquecer a possibilidade de que uma nova perspectiva econômica mundial provoque a abolição gradual das tarifas preferenciais.

Resumindo, chega-se a esta conclusão: mesmo aumentando a procura mundial de açúcar e ainda que os preços sejam animadores no após guerra, o mais certo é que não se pode antecipar com segurança a expansão da indústria açucareira da Austrália, antes que se verifique um aumento definido da população consumidora do país. Mesmo que o consumo interno atinja a casa das 400 mil toneladas, não se pode considerar essa cifra como um aumento permanente e tão grande que não possa ser atendido pela atual capacidade produtiva das plantações e usinas. Todavia, mesmo admitindo-se que a produção no após-guerra não vá além da base de 1939, a indústria açucareira, embora não ofereça apreciáveis oportunidades de expansão — seja na área cultivada, seja no pessoal produtor — poderá ser um campo de possibilidades para aqueles que procuram emprego.

Um relatório preparado pelo governo de Queensland em 1941 e apresentado à Comissão de Inquérito do Alcool-Motor, mostrava que um total de 27 mil homens era necessário para equipar a indústria em termo de trabalho integral de 14 mil. Pode-se avaliar que, de 1941 a 1944, um máximo de 15 mil homens em vez de 27 mil, no apogeu da estação de colheita, tem sido empregado nos trabalhos de colheita e de moagem e outras tarefas agrícolas. Essas cifras dizem respeito a Queensland somente.

Os trabalhos na indústria açucareira, tais como o corte da cana e o transporte do açúcar exigem alta eficiência física. Os homens, que em 1939 foram chamados a desenvolver um imenso esforço físico, não podem estar em condições adequadas em 1946. O mesmo se pode dizer dos trabalhadores das fábricas, que voltam do serviço de guerra e daqueles que trabalharam nas penosas condições em que decorreram as cinco últimas estações e que têm diante de si a perspectiva de duas estações idênticas, antes que se volte à normalidade.

Conseqüentemente, a indústria açucareira aparece como um campo propício para os trabalhadores que desejem tomar o lugar daqueles que, nos serviços de guerra, se perderam definitivamente para a indústria ou dos que por motivos de idade e má saúde serão compelidos a abandonar a indústria. Os salários e condições de vida na indústria açucareira são favoráveis, como bem o sabem os trabalhadores, devendo-se notar ainda que a vida nos distritos canavieiros oferece outras oportunidades de trabalho.

Citando mais uma vez o relatório do governo de Queensland, podemos adiantar a seguinte estimativa de emprego direto e indireto na indústria açucareira: emprego direto (inclusive donos de fazendas e famílias) — 39.640; emprego indireto — distritos açucareiros, 35.600; outros distritos, 15.750. Total — 90.990.

Os distritos açucareiros, como os demais, perderam nos últimos cinco anos definitivamente uma grande parte da sua população rural trabalhadora, o que quer dizer que não faltam ali oportunidades para a geração mais nova e suas famílias ingressarem em uma indústria que oferece trabalho remunerador para o responsável, ao mesmo tempo que os membros mais jovens podem qualificar-se para os cargos técnicos.

# PROCESSO "AMATOS" -- PARA FERMENTAÇÕES ALCOÓLICAS INDUSTRIAIS CONTÍNUAS (\*)

Anibal R. Matos

Os processos e aparelhagens atualmente em uso para fermentações alcoólicas industriais, podem ser classificados em quatro grupos:

a) **por enchimento sucessivo**, em que certo número de cubas são dispostas em série de forma que terminado o enchimento de uma delas e, estando em plena fermentação, transporta-se uma parte do mosto fermentado para a cuba seguinte, completando-se o volume com garapa fresca e assim sucessivamente, descarregando cada cuba quando termina a fermentação;

b) **por cortes**: em que as cubas estão ligadas entre si por meio de canalizações, podendo distribuir rapidamente o conteúdo de uma delas por todas as outras. O pé ou semente recebido em cada cuba, é completado o volume total com garapa fresca; terminada a fermentação, o conteúdo de uma das cubas servirá para corte em todas as outras já esvaziadas, reiniciando o processo;

c) **por alimentação contínua**: sistema introduzido por Guillaume, consiste em alimentar de per si, cada uma das pequenas cubas dispostas em série, por meio de mosto fermentado em uma cuba principal, de grandes proporções, completando em seguida o volume total das cubas por meio de garapa fresca. A capacidade da cuba principal é mantida sempre pela adição de garapa fresca, substituindo a que foi distribuída pelas cubas secundárias;

d) **com recuperação de leveduras**: processo patenteado por MELLE e BOINOT, utiliza como pé ou semente um leite de levedos fortemente concentrado, previamente tratado por ácido até um pH = 3,0. Em seguida completa o volume das cubas, dispostas em série, por meio de garapa fresca.

Quando termina a fermentação, o mosto fermentado passa a um centrifugador, onde se processa a separação das leveduras, que são conduzidas para uma dorna volante, para tratamento pelo ácido, sendo depois diluídas em água e recebendo uma certa quantidade de açúcar fermentescível destinado a manter a sua vitalidade durante o tratamento; o leite de levedos retorna ao processo de fermentação, enquanto que o líquido desprovido de leveduras, segue para a destilação.

Nos processos correntes de fermentação usa-se o ácido sulfúrico, o ácido clorídrico, ou ainda, fluoretos, sulfato de cobre e outros produtos químicos como antissépticos bactericidas, a fim de manter puro o mosto durante a fase fermentativa.

Em certos casos emprega-se também a esterilização por meio de vapor. Dadas as dificuldades em se fermentar garapa de açúcar demerara ou cristal, que de acordo com as teorias correntes não oferecem elementos necessários à nutrição

e propagação das leveduras, costuma-se usar nessas garapas como estimulantes, sais minerais (sulfato e nitrato de amônio, superfosfatos de cálcio e outros) ou substâncias orgânicas (uréia, malte, peptona e outros mais).

Sucedee, entretanto que, levando-se em consideração observações feitas em laboratórios e diretamente nas destilarias, nota-se existir grande disparidade entre as teorias vigentes, que procuram explicar os processos de fermentação e os fatos comprovados na prática.

Assim, o autor afastando-se dos modelos comuns de aparelhagem e modificando os processos usuais de fermentação, aplicou os princípios estabelecidos em suas observações e obteve resultados muito favoráveis em grande número de experiências em laboratório, quer em tempo de atenuação, como em rendimento e concentração de mosto:

(\*) Memória apresentada ao 4.º Congresso da Associação Química do Brasil — São Paulo, julho de 1945.

## "Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr\$ 12,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 13,00

À venda nas Livrarias

## EXPERIÊNCIAS DE FERMENTAÇÃO COM O APARELHO DE LABORATÓRIO

Data da exp.	Mosto utilizado	Volume de cargas	Atenuação	Tempo de fermentação	Alcool no mosto (Saleron)
6	Caldo de cana	1000 cc.	20/1,5° Brix	± 10 h	—
11	" "	1000 cc.	15/1,5° "	8	—
23	" "	1000 cc.	21/0,3° "	9½/10	10,2%
65/6/7	" "	1000/500/500	18/1,0° "	6/6/8	8,6
62/3/4	90% caldo/10% mel	1000/500/500	21/3,2° "	7/6/8½	8,6
12	Melaço	1000 cc.	15/1,5° "	8	—
13	" "	1000 cc.	15/2,0° "	7½	—
20	" "	1000 cc.	20/1,7° "	9½	8,3
21	" "	1000 cc.	21/2,8° "	8½	8,3
14	50% mel/50% açúcar	1500 cc.	15/1,5° "	9	—
52/3	" "	1000/500	20/2,5° "	13/8	8,5
54/5	" "	1000/500	20/2,5° "	10½/8½	9,0
16	25% mel/75% açúcar	400 cc.	15/1,2° "	7	6,8
31	" "	1000 cc.	15/2,8° "	?	7,2
17	Açúcar demerara	1000 cc.	15/0,5° "	11½	—
18	" "	1000 cc.	15/0,5° "	13	7,1
35/6	Açúcar cristal	2250 cc.	15/1,5° "	12	—
70	" "	1500 cc.	20/0,6° "	13	8,6
71	" "	1000 cc.	20/D-0,990	17	10,2
72	" "	1000 cc.	20/D-0,985	17	10,5
73	" "	1000 cc.	20/D-0,985	13	10,5
74	" "	1000 cc.	20/D-0,985	13	10,2
56/7/8	" "	1000/500/1000	20/0° Brix	23/19/9	9,8/11,0
59	" "	500 cc.	20/D-0,990	16	11,0/9,8

Tempo de fermentação contado da carga inicial e da complementar, até para a fermentação. Nas experiências 56 a 59 as amostras foram tiradas do Decantador, antes e depois da carga.

Construído em seguida um aparelho piloto de reduzida capacidade (volume total 100 litros), foram realizadas novas séries de experiências, comprovando as observações feitas anteriormente em laboratório, e justificando um pedido de privilégio

de invenção para os processo e respectiva aparelhagem para realização de fermentações alcoólicas industriais contínuas, cuja patente foi concedida ao autor, sob n. 31.604, em 26 de maio de 1945.

## EXPERIÊNCIA DE FERMENTAÇÃO COM APARELHO PILÓTO

Data da exp.	Mosto utilizado	Volume de cargas	Atenuação	Tempo de fermentação	Alcool mosto (Saleron)
20/ 6/44	Açúcar cristal	15 lt (20% cap)	14°Bx/D-0,990	9 h	7,8%
21/ 6/44	" "	15 " "	18°0/D-0,990	12	8,4
22/ 6/44	" "	15 " "	19,0/0° Bx.	12	9,0
23/ 6/44	Açúcar refinado	15 " "	18,5/D 0,985	12½	9,4
25/ 6/44	" "	15 " "	18,5/D 0,985	15	10,0
27/ 6/44	Melaço	15 " "	21,0/3,0 Bx.	11	9,4
30/ 6/44	" "	15 " "	18,0/3,6 Bx.	12	8,5
1/10/44	" "	40 " (55% cap)	15,5/2,8 Bx.	12	7,0
3/10/44	" "	40 " "	15,5/2,8 Bx.	12	7,2
8/12/44	Açúcar cristal	20 " (27% cap)	18,0/D-0,990	16	10,5
10/12/44	" "	20 " "	16,0/0,5 Bx.	18	9,5
17/12/44	10% mel/90% açúcar	20 " "	22,0/1,3 Bx.	20/22	10,6
18/12/44	" "	30 " (40% cap)	20,0/2,0 Bx.	20/22	11,4
19/12/44	" "	30 " "	20,0/2,1 Bx.	20/22	11,6

Finalmente, por oferecimento da "CODIQ" — Construtora de Distilarias e Instalações Químicas S/A. foi construída em São Paulo uma pequena instalação industrial do processo de fermentação contínua "AMATOS", calculada para alimentação diária de uma destilaria de 1.000 lts. de álcool.

Em fins de abril último, obtida pequena quantidade de melaço, foi realizada a primeira série de provas na citada aparelhagem sob a direção do técnico da "CODIQ", Sr. Júlio Arcoverde Cavalcanti e do Sr. José Assis P. Melo, representando o autor, cujos resultados, constantes de Relatório, podem assim ser resumidos:

"Média das atenuações obtidas: 0,43° Bx. por hora

$$\text{Relação} \frac{\text{Fermentador} + \text{Decantador}}{\text{Álcool}} = 16,8$$

#### EFICIÊNCIA DE FERMENTAÇÃO:

- a) 7,0% de álcool em mosto 15° Brix
- b) 92,0% rendimento sobre Pasteur, em redutores
- c) 94,2% rendimento sobre Pasteur, em fermentescíveis.

Nota: o melaço empregado nas provas era muito caramelizado, tamponado e pobre em redutores, com muitos açúcares infermentescíveis.

**CONCLUSÕES:** — De acôrdo com os dados obtidos numa experiência muito rápida com melaço, o aparelho mostrou-se eficiente e simples de manejo, apresentando sobre o processo clássico as seguintes vantagens:

Redução de volume, redução de espaço;  
eliminação de aparelho para cultura;  
redução de encanamentos.

Simplificidade de manejo;  
eliminação de aparelhos acessórios,  
com mesmo volume de dornas.

Trabalhou-se com bom rendimento e rapidez de fermentações sem emprêgo de drogas auxiliares, verificando-se assim, durante a curta experiência feita, as observações de eficiência do autor nesse sentido.

Trabalhamos com mosto de 18° Brix, verificando a eficiência idêntica à observada com mosto de 15° Brix.

A produção de álcool nas experiências acima atingiu a cerca de 1.400 litros diários, usando melaço como matéria prima".

#### FUNCIONAMENTO DO APARÉLHO DE FERMENTAÇÕES "AMATOS":

De acôrdo com o desenho adiante publicado, a garapa a fermentar (caldo de cana, de melaço, de açúcar ou de outra substância fermentescível), preparada por qualquer dos processos usuais, vem do "Tanque misturador — A", cujo escoamento é regulado por meio de válvula e entra na parte inferior do "Fermentador — B".

O Fermentador pode ser considerado como dividido em três partes:

a) em baixo, a Zona de leveduras, onde se encontram as células de fermentos, em grande concentração;

b) acima, a câmara de reação, em que se processa a fermentação com o máximo de intensidade;

c) na parte média e superior as câmaras de separação, nas quais a fermentação continua, crescendo de atividade à proporção que o mosto se eleva no aparelho, concentrando o seu teor alcoólico.

— O gás carbônico (CO<sup>2</sup>), naturalmente produzido durante o processo fermentativo, é orientado de tal forma que produz íntimo contato das células de lêvedo com o mosto a fermentar, aumentando o número de choques não elásticos das moléculas de glucose com as leveduras, realizando assim um grande desenvolvimento do poder fermentativo, próximo à sua atividade limite.

Aliás, essa atuação do gás carbônico, como acelerador na fermentação, foi determinado experimentalmente por Slator (J. Inst. Brewing 17:147-1911) e comprovada ultimamente por Y. V. Mendved, em trabalhos sobre velocidade máxima da fermentação alcoólica (Chem. Abstracts 37 n. 21-6399/1943).

Na zona de leveduras é mantido o máximo de concentração de células, dentro das quantidades conhecidas como "cifra limite", valor já estabelecido por Brow, conforme literatura bastante divulgada.

O extraordinário número de células de leveduras, mantido sempre acima de 100 milhões por ml., em íntimo contato com o mosto de alimentação, permite uma fermentação muito rápida e de elevada eficiência.

Experiências realizadas por P. Kolachov e outros técnicos da Seagram, nos Estados-Unidos, demonstram que uma solução com 12% de açúcar pode ser completamente fermentada em um período entre 8 a 10 horas, quando intensamente agitada por meio de gás carbônico e devidamente semeada com leveduras em alta concentração, explicando assim os resultados obtidos pelo autor.

Nas câmaras de separação quebra-se a velocidade do gás carbônico, dirigindo-se o seu escoamento e regulando a pressão interna no aparelho, ao mesmo tempo que as células de fermentos se precipitam, voltando à zona de leveduras à proporção que o mosto em fermentação se eleva no Fermentador, diminuindo de densidade por aumento do teor alcoólico.

Quando o mosto bastante atenuado atinge as câmaras superiores do Fermentador, realizada a fermentação principal, se escoam pelas canalizações, reguladas em vários níveis por meio de válvulas e passa para o "Decantador — C".

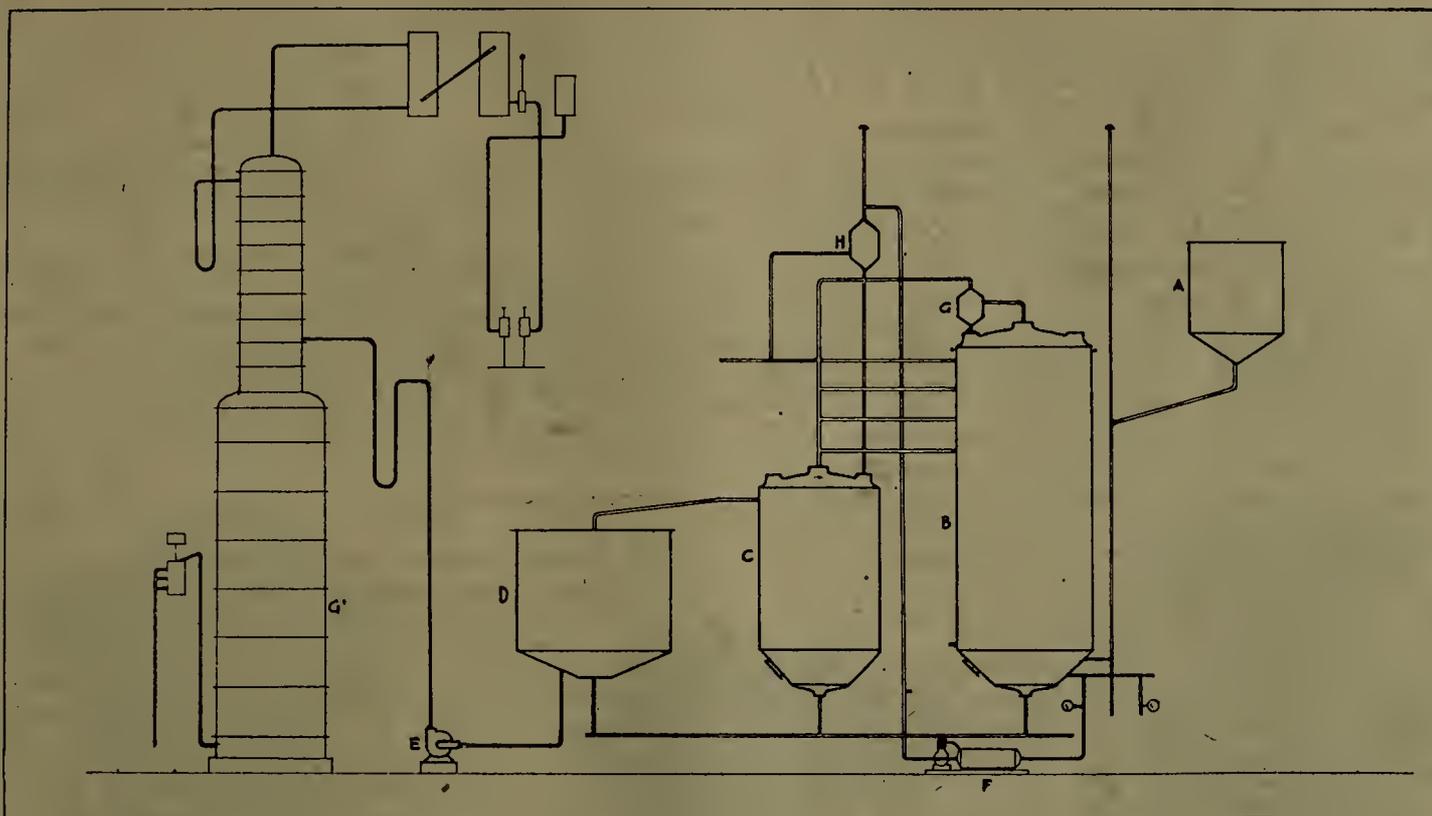
No decantador de dupla câmara, se processa a fase final da fermentação, utilizando-se também as células de leveduras que se depositaram na parte inferior do aparelho, atingindo grande concentração, ao mesmo tempo que o gás carbônico se escoam na parte superior, juntando-se aquele proveniente do Fermentador, para ser lavado e purificado, recuperando-se assim o álcool dissolvido.

Do "Depósito — D" o mosto fermentado passa à "bomba — E", de alimentação para o aparelho da "Distilaria — G".

O "Compressor — F", juntamente com o sistema de recuperadores (G) e lavadores (H), permite o beneficiamento e aproveitamento do gás

densidade são arrastadas para as camadas superiores pelo gás carbônico, que satura a atmosfera ambiente, diminuindo assim as possibilidades de infecção no mosto;

h) tempo de fermentação mais curto e mosto fermentado mais puro, desde que o processo fer-



carbônico, bem como sua utilização em circuito fechado.

Válvulas de lama descarregam as células de leveduras mortas e escoam os detritos e impurezas arrastados pelo mosto de alimentação, podendo ser aproveitados para adubação nos canaviais.

#### VANTAGENS DO PROCESSO:

- a) economia na construção e aparelhagem;
- b) barateamento da instalação, desde que são dispensadas as cubas, em grande número, substituídas pelo conjunto de fermentação contínua;
- c) economia de drogas e produtos químicos, como antissépticos e estimulantes;
- d) facilidade de manejo e manutenção, dispensando controle técnico permanente;
- e) recuperação natural das células de levedos, que precipitam à medida que o mosto atenua, voltando ao processo de fermentação;
- f) descarga das células mortas, substituindo-as por novas leveduras, à medida que estas se formam no próprio aparelho;
- g) eliminação progressiva das bactérias, vindas no mosto de alimentação, pois devido à fraca

mentativo se opera em condições ótimas, agindo o máximo de células de levedos sobre o mosto, completamente isolado do ar por meio do gás carbônico, produzido naturalmente na fermentação.

#### O ROTARY CLUBE DE CAMPOS E O I.A.A.

Em reunião efetuada, a 16 de setembro último, pelo Rotary Clube de Campos, o Presidente, Sr. Julião Nogueira, Presidente também do Sindicato dos Industriais do Açúcar do Estado do Rio, fez um circunstanciado relatório sobre a safra de açúcar campista do corrente ano. S. S.<sup>a</sup> teve palavras elogiosas quanto à atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool no Estado do Rio, destacando o espírito patriótico do Sr. Barbosa Lima Sobrinho à frente da autarquia açucareira. Ao terminar, o Sr. Julião Nogueira solicitou dos presentes uma calorosa salva de palmas em homenagem ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

## MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

Em declarações à "Revista del Ministerio de Agricultura", o Engenheiro Francisco Grau Alsina, Sub-Secretário do Ministério da Agricultura de Cuba, prestou informações sobre o plano de mecanização agrícola que vem sendo desenvolvido nesse país. Trata-se de um ensaio inspirado no absoluto respeito às reais necessidades de Cuba e no dever do Estado de prestar auxílio eficaz para solucionar a crise alimentícia nacional.

O instrumento mecânico está trabalhando nas diversas zonas agrícolas para os lavradores sem recursos, que comprovaram as suas necessidades e desejos de intensificar a produção. Os serviços são prestados por um preço mínimo, tão reduzido que até os sitiantes mais modestos podem satisfazê-lo. Quando os beneficiários do serviço são as cooperativas, os resultados se traduzem, sem demora, no aumento do número dos associados, transformando-se, assim, o ensaio em eficiente estímulo ao movimento cooperativista.

Declarou textualmente o engenheiro Francisco Grau Alsina: "A mecanização da agricultura é um dos mais valiosos agentes do progresso agrário em todos os sentidos. O seu amplo desenvolvimento constitui uma verdadeira revolução agrária, como se comprovou na Grã-Bretanha a partir de 1939. Uma revolução incruenta, mas de vastas projeções sobre toda a economia nacional. A ação das máquinas deixa para o agricultor maior rendimento em menos tempo de trabalho e possibilita o cultivo de maiores extensões de terra. Diminui, portanto, o custo da produção com o aumento do volume respectivo. Além deste imenso valor material, que não desajusta a economia do país se se coordena a mecanização com um plano geral de reformas agrárias, possui o empreendimento outro mérito verdadeiramente inapreciável na ordem psicológica: incorpora o lavrador à corrente do progresso, tirando-o do marasmo da rotina, que é o mais pesado lastro na sua marcha lenta pela estrada da civilização e da cultura. A maior facilidade nas tarefas e o melhor rendimento do trabalho, são estímulos para o trabalhador do sulco, que se vê libertado da fadiga e da sujeira inevitáveis na luta

manual com a terra, desde o nascer até o pôr-do-sol. O contato com esta maravilha da ciência e do progresso do engenho humano, que é qualquer máquina, produz inevitavelmente uma comoção espiritual no lavrador, que não mais se sente um ser vencido, à margem do progresso, senão um participante direto das vantagens da civilização.

\* \* \*

A Austrália, país altamente progressista em matéria de legislação favorável ao trabalhador, acaba de dar um passo revolucionário no mundo canavieiro. A "Gazeta do Governo" informa, ter sido conferido ao Conselho Canavieiro de Queensland poderes adicionais para "estimular e ajudar a introdução, desenvolvimento e uso de máquinas carregadoras de cana". O Conselho foi autorizado a cobrar a taxa de um pên, por tonelada de cana colhida durante a safra que terminou a 28 de fevereiro de 1945, para custear as despesas realizadas nesse sentido.

to de Investigações do Açúcar, declarou que entre as plantas domésticas que convertem os raios do sol em carboidratos comestíveis, a cana de açúcar e a beterraba são as melhores. "Nossa sociedade está portanto obrigada a considerar plenamente a importância do açúcar como uma comum e acessível provisão de energia solar. Nós o fazemos de uma forma que está de acordo com o espírito e as necessidades do período do pós-guerra e promoveremos investigações que nos informarão sobre o funcionamento e comportamento do açúcar no corpo humano e animal. Como alimento, o açúcar deve ser exatamente valorizado, suas qualidades determinadas e seus defeitos dominados, reconhecidos e vencidos ou compensados. Como composto orgânico, deve-se apreciar sua utilidade atual e potencial na medicina, bem como investigar-se o seu uso nas indústrias. A fim de que estas observações sejam de um valor prático máximo, a própria sacarose, tal qual chega às nossas mãos das fontes vegetais, precisa ser a base das nossas investigações".

### INVESTIGAÇÕES SOBRE O AÇÚCAR

O Dr. Karl T. Compton, Presidente dos Institutos de Tecnologia de Massachusetts, anunciou o estabelecimento de uma série de prêmios sobre trabalhos de investigação em torno ao açúcar, somando o total de 45.000 dólares. Estes prêmios consistem em um anual de 5.000 dólares durante quatro anos e um final de 25.000 dólares. A partir de 1.º de março de 1946 será outorgado um dos prêmios de 5.000 dólares ao invento ou descoberta mais importante. No dia 1.º de março de 1950 será concedido o prêmio máximo de 25.000 dólares ao invento ou descoberta mais decisivo nos cinco anos precedentes.

Falando sobre o objetivo destes prêmios, o Dr. Robert C. Hockett, Diretor Científico do Institu-

Índice alfabético e remissivo

de

**"Brasil Açucareiro"**

Do Iº ao XIIIº volume

Preço . . . . . Cr\$ 5,00

# LINK-BELT



## REDUTORES DE VELOCIDADE

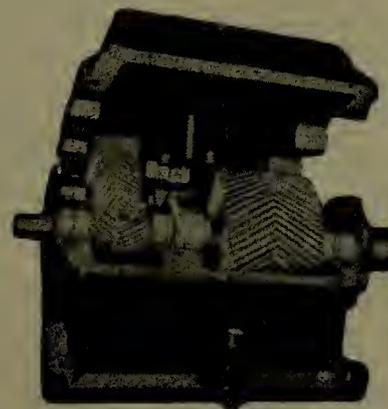
ECONOMIZE TEMPO E DINHEIRO  
USANDO A EXPERIÊNCIA E A  
ALTA QUALIDADE DOS  
**REDUTORES LINK-BELT**



REDUTOR DE ENGRE-  
NAGEM SEM FIM



REDUTOR MOTORIZADO  
HELICOIDAL



REDUTOR DE ESPINHA  
DE PEIXE

### OUTROS PRODUTOS LINK-BELT

Descarregadores basculantes para carros de cana — Guindastes — Transporta-  
dores — Alimentadores — Esteiras intermediárias — Esteiras de bagaço —  
Correntes — Rodetes — Equipamento para Transmissão de Fôrça —  
Secadores, etc.

Distribuidores Exclusivos :

## CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

RIO DE JANEIRO  
Rua Visconde de Inhaúma, 65 — 3.º andar  
Caixa Postal 1979  
Telefone: 23 - 5885

NEW YORK

SÃO PAULO  
Rua José Bonifácio, 93 — 7.º andar  
Salas 7 e 8 — Caixa Postal 41 - A  
Telefone: 3 - 5808

Enderêço Telegráfico "COIMAC"

# ATIVIDADES DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BARBADOS

O oitavo comunicado anual da Estação Experimental das Índias Ocidentais Britânicas compreende o trabalho realizado até setembro de 1941. Pela primeira vez e de acôrdo com a política recentemente adotada, o trabalho de hidratação foi confiado a nobilizações. As razões que ditaram essa orientação decorreram do fato de que as possibilidades das canas nobres puras se esgotaram nos anos anteriores e também do fato de que as produzidas na Estação devem servir agora a tôdas as possessões inglêsas na América.

A estação de cruzamento, outubro a dezembro de 1940, foi bastante favorável, por isso que o flechamento foi abundante. Os 60 cruzamentos feitos renderam cêrca de 60 mil "seedlings" dos quais mais de 17 mil foram plantados nos viveiros. Os cruzamentos foram feitos entre canas das mais variadas origens, entre as quais podem ser apontadas a cana nobre B-3439, as modificações de glagah B-3335, B-3354, B-34102 e P. O. J. 2878. e nobilização de chunnee B-3365.

**Experiências de um ano (série B-40)** — Os 10.398 "seedlings" desta experiência incluíam apenas 437 de origem nobre e foram colhidos em 1942.

**Experiências de um ano (série B-42)** — Dos 5.998 "seedlings" colhidos de cruzas verificadas, fêz-se uma seleção final de 120, e dêstes 24 eram de pura origem nobre. Dos 2.637 "seedlings" selecionados de cruzamentos experimentais, 79 foram conservados. O cruzamento de B-3013 com P. O. J. 2878 teve por fim produzir "seedlings" resistentes ao mosaico para Jamaica.

**A série B-40** — Os 68 "seedlings" nobres que restam desta série foram submetidos a testes de resistência à gomose. Estão sendo multiplicadas as 184 nobilizações que sobreviveram.

**A série B-39** — 61 "seedlings" nobres desta série sobreviveram às primeiras experiências. As nobilizações foram agrupadas em finas e grossas, sendo estas confrontadas com B-2935 e P. O. J. 2878 e aquelas com Co 213. Sete "seedlings" acusaram rendimentos maiores que o de B-2935, que foi de 24,48 toneladas por acre, enquanto 18 tiveram rendimentos superiores aos de P. O. J. 2878, que foi de 19,22 toneladas. Seis "seedlings" tiveram mais altos rendimentos do que o de Co 213, que foi de 23,62 toneladas por acre.

**A série B-38** — Dos "seedlings" desta série, B-3856, uma cana de pura origem nobre, que se tem comportado bem em relação a várias canas padrão de diferentes estações, está sendo explorada.

**A série B-37** — Nenhum "seedling" aproximou-se quanto ao rendimento da cana padrão B-3856, tanto nos primeiros como nos últimos grupos.

## SÉRIES MAIS VELHAS

As seleções sobreviventes foram confrontadas, sob variadas condições ecológicas. Ao todo, foram colhidas canas de 36 experiências, sendo as seguintes as mais importantes:

B-3439 — ficou definitivamente demonstrado que se trata de uma cana excelente, tanto na planta como na soca, em tôdas as categorias ecológicas.

B-35187 — exige uma estação de crescimento longa e favorável; na categoria D produziu altos rendimentos e caldo de boa qualidade, quando deixada em pé por algum tempo. Sugere-se o seu emprêgo como substituta de BH 10 (12). Serve também como cana tardia para as categorias B e C.

B-35245 — sugere-se a sua utilização para substituir parcialmente B-726 na categoria D e, em menor escala, nas categorias B e C.

B-37161 — apesar de ter sido submetida a experiências menos severas, pode ser considerada como uma excelente cana para todos os fins e em tôdas as categorias; tem um alto rendimento e o seu teor de sacarose se aproxima do de B-2935, sendo apenas ligeiramente inferior ao de BH 10(12). A pureza do seu caldo é muito alta, devido às baixas cifras encontradas para glicose.

## IMPORTAÇÕES

Várias importações foram feitas, entre as quais algumas formas de *S. spontaneum*, indiretamente derivadas de Java, Burma e das Celebes; duas formas de *S. robustum*, *Erianthus arundinaceus*, cruzas entre *S. officinarum* e *S. robustum* e algumas cruzas de *E. arundinaceus* com uma cana nobre e de P. O. J. 2878 com *S. robustum*. Tôdas estas vieram dos Estados-Unidos; da Índia, vieram Co 419 e Co 421.

## COMPORTAMENTO DOS "SEEDLINGS" FORA DE BARBADOS

Em Antigua, B-35245, B-35187, B-38233 e B-37161 estão sendo multiplicadas. Antecipa-se a opinião de que a última variedade citada pode ser estendida a tôda a área de plantio.

Em St. Kitts, B-2935 substituiu completamente SC 12/4 e Ba 11569 nas zonas de pequena precipitação e agora ocupa 50 por cento da área de plantio. As experiências mostram, contudo, que a variedade B-3439 é superior. B-3013 aproxima-se bastante de BH 10/12 nas zonas de alta precipitação. Em Granada, as canas B-2935 e B-3439 são aproveitadas nas zonas de baixa precipitação e B-726, BH 10/12 e B-3013 nas áreas mais úmidas. Em Trinidad, realizou-se uma série de experiências, incluindo 29 variedades, nos diversos solos da ilha. Nas experiências foram incluídas canas que não eram da Estação Experimental e os resultados variam de acôrdo com a classe do solo. PR 803 é uma cana promissora para substituir BH 10/12 nos solos férteis e tem ainda a vantagem de ser resistente à cigarrinha. B-3439 e B-34104 mostram qualidades que podem torná-las capazes de substituir BH 10/12, Co 213 e Uba nas áreas mais extensas de solos de fertilidade intermédia e baixa. A reação da primeira à cigarrinha ainda não é conhecida; a última é suscetível.



## MAIORES LUCROS TIRADOS DO AÇÚCAR

— com carregadores de cana modernos

O carregador de cana P&H coloca nos vagonetes, de cada vez, até 3 toneladas de cana. Este método moderno de colheita proporciona um lucro extra. Poupa potencial humano — desembaraça mais depressa os campos — e reduz ao mínimo os custos de carregamento.

A maior estabilidade dos carregadores de cana P&H é uma razão importante para a sua "performance" notável em centenas de lugares. Esteiras perfeitas tipo trator asseguram facilidade de manobra e marcha firme nos lugares mais difíceis. O controle de baixa pressão torna a operação fácil e sem esforço. A construção inteiramente soldada, de liga de aço, evita aborrecimentos na conservação.

Somente a fábrica Harnischfeger lhe oferece estas e outras vantagens, que asseguram uma "performance" com a qual V. S. pode contar durante muitos anos de serviço. Obtenha informações com o

# P&H

## CARREGADORES DE CANA

### HARNISCHFEGER

CORPORATION

ELETRODOS PARA SOLDAR - MOTORES - ESCAVADORAS - SOLDADORES DE ARCO - CRANES - CRUIAS ELÉTRICAS

Estabelecida em 1884

ESCAVADORAS - PONTES ROLANTES  
TALHAS ELÉTRICAS - MOTORES

REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA TODO O BRASIL

1332

## CIA. DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

CAIXA POSTAL. 194 - RIO DE JANEIRO

# FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

*A medicina popular — O papel da flora no folklóre — A cana de açúcar e a medicina — O receituário popular — Origem euro-asiática.*

## XXIV

Há um capítulo, no domínio do folklóre, que se ocupa dos recursos e dos processos da medicina utilizada pelo povo.

Nas camadas populares, as mezinhas, as rezas para curar, os processos de magia simpática, etc., enfim, a terapêutica transmitida pela tradição oral constitui, na verdade, os meios habituais usados pelos doentes e seus curadores.

A medicina popular, em tôda parte, entra com o seu contingente de conhecimentos e, no meio rural, principalmente, goza de inegável e absorvente prestígio.

Quando exerci as funções de Promotor Público numa das Comarcas de nosso interior, pude verificar, pessoalmente, a larga influência dos “curandeiros”, dos “rezadores” e dos meios populares da prática da medicina.

Não há dúvida de que, nos meios rurais do país, a medicina popular leva vantagem à medicina idônea dos profissionais legalmente habilitados.

E’ que a medicina popular, mais perto da magia, tem a seu favor o halo místico que faz dos que a necessitam crentes convictos.

Esse caráter místico alia-se ainda à eficiência de certos recursos do **meio ecológico**, que só aumentam o prestígio das curas tidas por milagrosas.

Ao me referir ao **meio ecológico** tenho em vista, sobretudo, a grande contribuição da flora medicinal.

É comum a todos os povos do orbe o conhecimento direto das virtudes medicinais de certas plantas e de certas raízes.

Em nosso país, a flora sempre granjeou largo prestígio.

Desde os tempos colonais, a tradição proclamou as virtudes curativas de nossa fitologia.

Nos próprios centros urbanos, os “herbanários” comprovam a popularidade de seu uso.

A flora, em todos os tempos, sempre ofereceu ao homem os seus admiráveis recursos

terapêuticos. E, no Brasil, dada a riqueza dessa oferta, estamos diante de um mundo enorme de dádivas.

Aqui, entretanto, desejamos apenas focalizar um aspecto: a influência da cana de açúcar na medicina popular.

Sendo o Nordeste, a região de maior extensão da lavoura canavieira, é claro que é lá que se deve pesquisar êsse influxo.

A êsse respeito um escritor, Manuel Diêgues Júnior, num artigo informativo intitulado “O açúcar na medicina popular”, publicado no “Diário de Notícias” (9-setembro-1945), da Capital da República, trouxe esclarecimentos dignos de exame.

“E’ rica, neste campo (escreve) a medicina popular do Nordeste ao aconselhar mezinhas onde o açúcar é a parte principal. Mezinhas destinadas à cura da tuberculose, de coceiras, de hemorragias, de sarna, de rouquidão e também de doenças da vista, de embriaguez, de gripe. Para as doenças há sempre o remédio. E não só o povo o consome; as classes menos ignorantes também o utilizam e o aconselham”.

Bem curiosas são as receitas mencionadas pelo articulista. Vejamo-las:

### I — Gripe

“Para a gripe, também conhecida no Nordeste como “defluxo” ou “constipação”, o remédio está num preparado de fôlhas de hortelã da fôlha miúda com açúcar. Faz-se assim: depois de bem lavadas, as fôlhas da hortelã (deve ser da fôlha miúda, isto é importante) são colocadas em uma vasilha; sobre elas põe-se uma camada de açúcar; coloca-se-lhe outra camada de fôlhas e por cima desta mais outra de açúcar; por fim mais uma camada de fôlhas. Leva-se tudo isso ao fogo até derreter. O paciente toma três colheres ao dia”.

### II — Fraqueza

“O mel aparece numa mezinha para curar fraquezas: mistura-se mel de açúcar branco com geléia de mocotó bem cozido e toma-se”.

Este remédio é também conhecido na zona canavieira do Sul (Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro).

### III — Coceiras e sarna

“Para coceiras: tomar aguardente com carôço de algodão pisado”.

“Para sarna: pisar carôço de algodão e misturar com aguardente; tomam-se três cálices por dia. O remédio não impede que o doente possa banhar-se — é esclarecimento que acompanha a receita”.

### IV — Embriaguez

“Um copo de aguardente com três pingos de sangue de urubu é a mezinha aconselhada para acabar com o vício de beber, de beber bebidas alcoólicas”.

### V — Campainha caída

“Uma mistura de pimenta do reino com açúcar é aconselhada para curar campainha caída”.

### VI — Tuberculose

“Mistura-se agrião e açúcar em uma panela de barro, a qual se coloca, depois, em um buraco cavado no chão. Cobre-se com terra este buraco e sobre ele acende-se uma fogueira, deixando-a arder durante o dia. A mistura feita e assim cozinhada produz um inel que o paciente tomará em colheres”.

Esta fórmula, diz o informante, foi colhida em Alagoas pelo folklorista Lages Filho, que se dedica ao estudo do folclore médico.

### VII — Uso local do açúcar

Refere-se ainda Diégues Júnior ao uso local do açúcar:

“Nos casos de **hemorragia** o bastante é colocar açúcar bruto sobre o local”.

### VIII — Uso local da aguardente

“Também local é o remédio para a vista: uma gôta de aguardente no olho doente”.

### IX — Rouquidão

“Para rouquidão, porém, aconselha-se um chá: o chá de um tijolo novo, o chamado tijolo virgem, com açúcar”.

Aí está o receituário nordestino, deveras curioso e pitoresco.

Manuel Diégues Júnior, comentando-o, escreve:

“E’ inegável que para bom resultado do remédio se reclama do paciente absoluta crença. Dessa crença na eficiência da mezinha é que depende, em grande parte, a cura do doente. Admite-se mesmo que, tomando-se indiferentemente o remédio, sem a fé necessária na sua influência, não é possível obter o efeito desejado”.

Procura, então, o comentador determinar as origens:

“E isto é natural que se verifique desde quando as origens mais remotas do curandeirismo, quer o de natureza **indígena**, quer o de fundo **africano**, repousam em defeitos psicológicos”.

Ora, essa determinação, no caso relativo ao aproveitamento medicinal da cana de açúcar, me parece profundamente ociosa, senão mesmo errada.

O indígena não conhecia a cana de açúcar. E o negro somente a conheceu através do elemento branco.

Entretanto, já entre os brancos, antes mesmo da descoberta da América, a cana de açúcar era utilizada como remédio.

Se quisermos pesquisar origens, é fácil apontar até a antiguidade **euro-asiática** dessa terapêutica vegetal.

Basta abrir o livro “Remèdes d’Autrefois” do eruditíssimo médico francês, Dr. Cabanès.

Justamente a parte intitulada “Remèdes tirés des végétaux” inicia-se com um erudito estudo sobre o açúcar. E é ele quem diz:

“L’usage du sucre comme remède remonte aux époques les plus reculées”. (Obra citada, pág. 211).

E documenta a asserção, com os dados que, aqui, reproduzimos.

Teofrasto, no seu fragmento **De Melle** diz que há três espécies de mel: um formado nas flores e nas plantas, onde se elabora a sua doçura; o outro, proveniente do ar, donde tomba em estado líquido, distilado pelo sol, o que se dá no tempo das messes; e o terceiro, que se encontra nos caniços.

O geógrafo Estrabão relata que há, na Índia, um caniço, que produz mel sem abelhas.

O filósofo Sêneca (Carta LXXXIV) refere-se que “na Índia se acham caniços, cujas folhas destilam mel, proveniente do rocío do céu ou da seiva da própria planta, com a sua consistência e sua doçura naturais”.

Arrianus (*In Periplo maris Erytiroli*) assegura que o mel dos caniços se chama açúcar.

Dioscórido (Livro II, cap. LXXV) pretende que se denomina açúcar uma espécie de mel que se acha nas Índias e na Arábia Feliz, concretizada nos caniços, semelhante ao sal por sua consistência.

Os poetas antigos também se referiram ao açúcar.

Lucano (Livro III) menciona os povos que bebem a seiva doce de um delgado caniço.

Varrão (*apud Isidorum originum*, livro XVII) se exprime assim: “O caniço da Índia cresce como uma árvore; suas raízes destilam, lentamente, uma seiva agradável, que o próprio mel não poderia imaginar a doçura”.

Statius Papinus, no livro I de seu poema sobre as “Florestas” fala da ilha **Ebosita**, onde florescem canaviais.

Na Antiguidade, entretanto, basta tão somente a voz mais autorizada, a do imortal Plínio (XIII, 17). E é ele quem diz textualmente:

“A Arábia produz açúcar (*saccharum*); mas o da Índia é mais famoso. É uma espécie de mel colhido sobre os caniços (*in arundinibus collectum*), branco como a goma e que trinca sob os dentes. Não se emprega senão em medicina”.

Por aí se vê, através do testemunho de Plínio, que o açúcar, na Antiguidade, só era empregado como medicamento.

Na Idade-Média, a cana de açúcar foi levada à península ibérica pelos árabes.

Os médicos árabes, principalmente Razes e Avicena, recomendavam remédios de base com açúcar.

Nos países europeus conheciam esse remédio denominado **penidium**.

Cabanés aliás, registra um remédio contra a tosse feito com açúcar:

“Les apothicaires du moyen-âge préparaient, à l’usage des malades atteints de toux, une boisson, nommée **diapenidium** sans doute parce que le **penidium** en était le principal élément”. (Obra citada, pág. 218).

Os **xaropes** árabes tiveram grande voga em toda a Europa e em toda a Ásia arábica.

Todos esses documentos, antigos, orientais e europeus, provam de sobejo a origem **euro-asiática** da utilização do açúcar como remédio.

Julgo erro (e nesse ponto contesto Diégues Júnior) atribuir tal utilização ao curandeirismo indígena e negro-africano.

O uso veio da Europa e tem a sua razão de ser.

“Le sucre est avant tout un pectoral: c’est l’ami de la poitrine” (Cabanés, obra cit., pág. 228).

Entre a sua utilização externa, informa ainda o erudito médico:

“Le sucre cristallisé, en poudre, est insufflé sur les taies et les ulcères de la cornée, comme topique medicamentueux”.

Europeu, ainda é o uso como purificador: “on brûle du sucre pour purifier des apperments, chasser les mauvaises odeurs”.

O mesmo uso observa-se entre nós. É costume queimar açúcar a fim de afugentar os miasmas.

Tudo isso confirma a já demonstrada origem euro-asiática.

Este capítulo da medicina popular do açúcar esclarece, ainda uma vez, os nossos elos culturais com a Eurásia.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** — Manuel Diégues Júnior, O Açúcar na medicina popular (*in* “Diário de Notícias”, 9-setembro-1945); Canabés, Remèdes d’Autrefois (Paris, 1905); Joaquim Ribeiro, Folklore brasileiro; João Ribeiro, Folklore.

## “Geografia do açúcar no Leste do Brasil”

Prof. Afonso Várzea

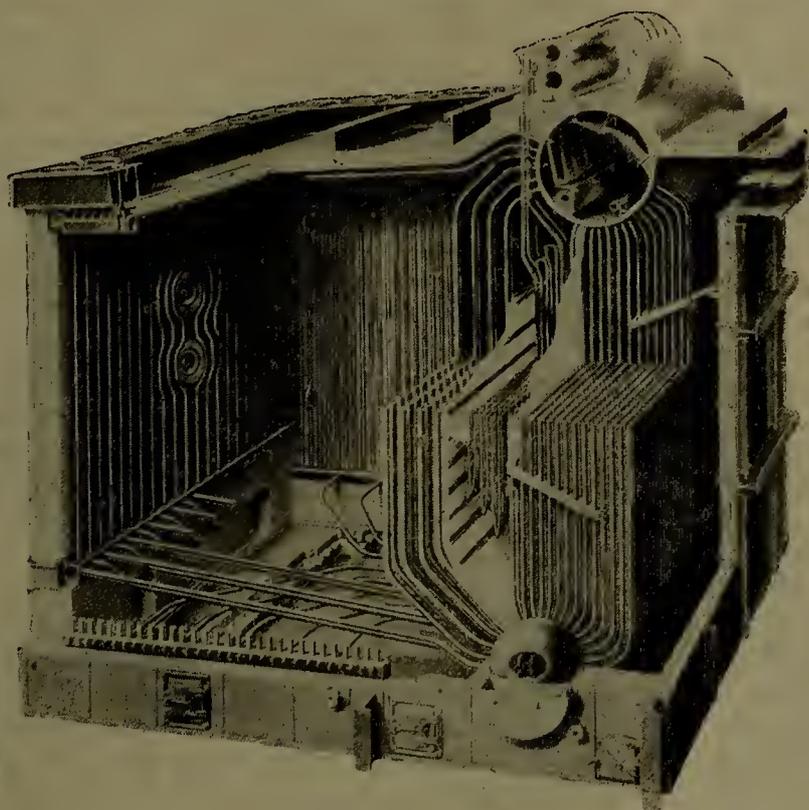
À venda nas Livrarias

# Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin Ltda.

REPRESENTANTES DA

**Combustion Engineering Company, Inc.**

NEW YORK — E. U. A



**ECONOMIZE  
COMBUSTIVEL**

MEDIANTE

**NOSSOS EQUIPAMENTOS**

PARA A QUEIMA  
RACIONAL DE

**LENHA,  
CARVÕES NACIONAIS,  
RESIDUOS VEGETAIS  
BAGAÇO, ETC.**

Caldeira C. E., Tipo SS seccional de tambor transversal, tipo este

instalado em várias e importantes firmas de todo o país

**ECONOMIZADORES, PRAQUECEDORES DE AR, CALDEIRAS DE TODOS  
OS TIPOS — EQUIPAMENTOS COMPLETOS DE PRODUÇÃO A VAPOR**

**MONTAGEM — PROJETOS — CONSULTAS**

Escritório Central: Rio — RUA BUENOS AIRES, N.º 100 - 6.º andar

TELS. 43 - 2199 e 43 - 9249

Filial de São Paulo: — RUA 7 DE ABRIL, N.º 34 - 6.º andar - Salas 603/604

TEL. 4 - 1467

# O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basílio de Magalhães

## X

### COMPÊNDIO DE "HISTÓRIA DO BRASIL" DE JOAQUIM SILVA E ORESTES ROSOLIA — O CASO DE PERO CÁPICO

Um dos compêndios que mais aceitação lograram por parte de grande número dos institutos de ensino secundário da terra dos bandeirantes foi a "História do Brasil" do Sr. Joaquim Silva. No volume destinado à 3.<sup>a</sup> série ginásial (São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1942), às págs. 83-84, diz êle o seguinte: — "A lavoura da cana de açúcar, trazida dos Açores e de Cabo-Verde prosperou em vários pontos próximos da zona litorânea: primeiramente em S. Vicente, Pernambuco e Bahia, e depois no interior; à margem dos rios navegáveis, caminhos fáceis para a penetração. Além dessa cultura, que, pela produção do açúcar veio a ser a base da riqueza agrícola colonial, desenvolveram-se as do algodão, da mandioca, do cacau, do milho e do feijão; outras, mais próprias dos climas temperados se ensaiaram sem grande proveito; ainda assim, a cultura do trigo, da cevada, da vinha e de várias árvores frutíferas foi notável em São Vicente. Junto às enormes plantações de cana erguia-se o engenho, de maior ou menor rendimento, segundo os recursos do proprietário; plantadores pobres havia que os não possuíam e levavam a cana a moer no engenho do senhor das terras que arrendavam. O **senhor de engenho**, que veio a constituir a nobreza ou aristocracia da terra precisava ter grande cabedais para o rendoso beneficiamento da cana, apesar de o trabalho ser feito por escravos, índios a principio e depois africanos. Um cronista do tempo afirmava serem necessários ao menos 200 escravos para o serviço dum engenho. Assim, cada engenho era um centro de intensa vida, com os trabalhos das roças, das moendas, do preparo do açúcar, do transporte aos mercados e outras atividades. A cultura do tabaco, de menos dispendioso beneficiamento que a da cana de açúcar, desenvolveu-se notadamente na Bahia".

A seguir, o Sr. Joaquim Silva, — certamente por desconhecer a informação dada pelo erudito Roberto Simonsen, à pág. 229 do

vol. I de sua excelente "História Econômica do Brasil", de que o primeiro gado vacum, vindo de Portugal para o Brasil, foi o que D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso de Sousa, mandou em 1534 para a capitania de São Vicente, — ousou assegurar o seguinte: — "Outra grande forma da vida econômica foi a criação do gado, iniciada desde os primeiros colonizadores com as reses que o 1.<sup>o</sup> Governador fizera vir de Cabo-Verde". E o imprudente compendiógrafo não tardou a ter condigno discípulo, qual o Sr. Hélio Viana, que à pág. 127 da sua "História do Brasil Colonial" (errada desde o título), também não vacilou em escrever o seguinte: — "O gado vacum foi introduzido no Brasil pelo Governador-Geral Tomé de Sousa".

Se a obra didática do Sr. Joaquim Silva se ressentia de graves defeitos, quanto à correção da linguagem e particularmente quanto à topologia extíxica, mais sérios ainda são os erros de heurística, que a maculam e improriam para um bom ensino em cursos secundários do nosso país.

No trecho que transcrevemos, vê-se que o referido autor só admite a procedência dos Açores e Cabo-Verde para a *saccharum officinarum*, como se esta não nos pudesse ter vindo de São Tomé ou da Madeira, principalmente desta; estabelece, como coisa certa, que em nossa zona litorânea a cana de açúcar foi plantada primeiro em São Vicente, Pernambuco e Bahia, tendo pôsto em completo olvido as capitâncias de Ilhéus, São Tomé (ou Paraíba do Sul) e Espírito Santo, e ainda deu como **notável**, naturalmente para a mesma época, o cultivo do trigo e da cevada na donataria de Martim Afonso de Sousa!

As págs. 167 e 169 do seu compêndio, ainda consagra o Sr. Joaquim Silva algumas poucas palavras à nossa sacaricultura, após as quais não hesitou em assegurar que o cafeeiro foi introduzido no Brasil em 1723, quando a verdade é que Francisco de Melo Palheta só trouxe as primeiras mudas e sementes da *coffea arábica* da Guiana Francesa para o Grão-Pará em 1727. A terra dos bandeirantes, a qual passou a ser a terra do café, pasmou certamente ante o tal "1723".

Agora, passemos a analisar, também sucintamente, o que noticiou sobre a *saccharum*

**officinarum** em nossa pátria outro recente compendiógrafo, o Sr. Orestes Rosolia, em sua "História do Brasil — para a 3.<sup>a</sup> série ginasial" (Rio, Livraria Francisco Alves, 1944).

Eis o que afirmou êle ali, à pág. 89: — "Depois de ser introduzida desde 1503 na América Espanhola, a cana de açúcar só apareceu no Brasil em 1526, data em que, segundo se admite, Pedro Cápico instalou em Pernambuco o primeiro engenho. Regularmente, êsse início deve ser admitido com Martim Afonso, em 1533, pela instalação do engenho do Governador, em São Vicente. A iniciativa de Martim Afonso e de seu irmão Pero Lopes parecia ser ampla pois nessa época êles se associaram a flamengos e alemães para instalação de outros engenhos, tornando-se famoso o dos Erasmus, de Antuérpia".

A obra didática, acima citada, é um típico exemplo do solene pouco caso com que, em pleno meado do século XX, ainda se redigem e são aprovados para uso da nossa juventude estudiosa livros que deveriam ser objeto de pacientes e proibidas pesquisas, assim como passar pelo rigoroso crisol da competente comissão fiscalizadora.

Com efeito, tão somente com relação à heurística da nossa sacaricultura, o trecho acima transcrito encerra nada menos de sete erros graves, que são os seguintes:

1) A cana de açúcar não foi introduzida na América Espanhola em 1503. Dez anos antes, com o Sr. Orestes Rosolia pudera ter lido na "História do Açúcar" (pág. 23 do vol. II) de von Lippmann, já Cristóvão Colombo, em sua segunda viagem ao Novo Mundo, havia trazido "cana das Canárias para Hispaniola (São Domingos)".

2) Se em 1526, como se lê à pág. 222 do vol. 1 (da 3.<sup>a</sup> ed. integral) da "História Geral do Brasil" de Varnhagen, já açúcar produzido no Brasil era recebido pela alfândega de Lisboa, — o que igualmente consta da pág. 31 do vol. I da aludida obra de von Lippmann, a cana sacarina devera ter sido plantada em nossas plagas um pouco antes do ano admitido pelo Sr. Orestes Rosolia.

3) O reinol que êle considera como tendo sido o primeiro que instalou no Brasil um engenho de açúcar, não se chamava **Pedro Cápico**, e, sim, **Pero Cápico**.

4) Ninguém pode afirmar com segurança, por falta de elementos probantes, onde foi que Pero Cápico montou fábrica de açúcar na terra brasileira (se é que, de fato, a montou),

pois tanto podia ser em Pernambuco, quanto em Itamaracá, ou em qualquer outro ponto da nossa extensa região litorânea.

5) O início regular da indústria açucareira não "deve ser admitido com Martim Afonso, em 1533", pela simples razão de que o contrato por êle firmado para instalação de um engenho na capitania de São Vicente data de 1534, e em 1532 e 1533 já haviam sido levantados os engenhos dos irmãos Góis (Luís e Pero de Góis) e dos irmãos Adornos (José e Francisco).

6) Não é verdade que os irmãos Sousa (Martim Afonso e Pero Lopes) se hajam associado a flamengos e alemães "para instalação de outros engenhos". No litoral da terra dos bandeirantes só se ergueu o Engenho-do-Trato ou Engenho-do-Senhor-Governador, oriundo da escritura de 1534 e pertencente a Martim Afonso de Sousa, ao flamengo João van Hielst, ao português Francisco Lôbo e ao também reinol Vicente Gonçalves (pilôtomor).

7) Tendo a referida fábrica de açúcar passado a pertencer somente aos flamengos João van Hielst e Erasmo Schetz, tomou a denominação de Engenho-dos-Armadores; mas, retirando-se van Hielst da sociedade, a qual ficou reduzida ao velho comerciante dos Países Baixos e a seus filhos, recebeu o estabelecimento industrial a etiquêta de Engenho-de-São-Jorge-dos-Erasmos (não dos Erasmus, como grafa o Sr. Orestes Rosolia), com a qual se conservou até começos do século XVII, sendo assim conhecidas até hoje as suas vestustas ruínas.

Aproveitemos o ensejo e liquidemos um dos casos acima citados e que é o mesmo a que se referiu von Lippmann, à pág. 31 do vol. II de sua "História do Açúcar", pela forma seguinte: — "Em Pernambuco, como se afirma, um almirante português levantou um engenho, presumivelmente antes de 1520, e o açúcar brasileiro, de que dão notícias os registros da alfândega lisboeta, em 1520 e 1526, pode ter vindo daí; contudo, há que investigar ainda sobre essa questão".

O "Almirante português", de que cogita o tratadista alemão, não pode deixar de ser o mesmo Pero Cápico, cujo nome consta do Alvará de D. João III, em data de 5 de julho de 1526, o mesmo Pero Cápico que retornou ao Brasil na expedição de Martim Afonso de Sousa e que acabou os dias de sua existência objetiva, não como explorador da rendosa

indústria açucareira em nossa pátria, porém, sim na burocracia cartorária, como escrivão em São Vicente ou Santos, como se pode ler à pág. 169 do vol. II dos "Apontamentos históricos" de Azevedo Marques".

Em nossa língua, o primeiro a referir-se à atividade de Pero Cápico em relação à sacaricultura foi Varnhagen, à pág. 124 do vol. I (da 3.<sup>a</sup> ed. integral) de sua "História Geral do Brasil", da maneira seguinte: — "... já no reinado de D. Manuel, e pelo menos desde 1516, haviam sido dadas algumas providências em favor da colonização e cultura do Brasil. Sabemos, além disso, que depois o mesmo rei, ou pelo menos o seu sucessor, apenas começou a reinar, criou no Brasil algumas pequenas capitânicas, e que de uma delas foi capitão um Pero Cápico, o qual chegou a juntar algum cabedal. Iguamente sabemos que os produtos, que iam então do Brasil ao reino, pagavam de direitos, na Casa-da-Índia, o quarto e vintena dos respectivos valores, e que no número desses produtos entravam não só alguns escravos, como, em 1526, algum açúcar de Pernambuco e Tamaracá".

Em nossa "História do Brasil" (pág. 33 do vol. I), noticiando os arrendamentos da terra de Santa Cruz, efetuados por D. Manuel-o-Venturoso, dissemos, apoiados nas "Épocas de Portugal Econômico" de João Lúcio de Azevedo, que o primeiro contrato trienal foi celebrado com um consórcio mercantil, dirigido por Fernão de Noronha, e durou de 1503 a 1506, tendo sido renovado por duas vezes, de 1506 a 1509, e de 1509 a 1512; e acrescentamos, já com o testemunho de Damião de Góis, em sua "Crônica de El-Rei D. Manuel", que "o trato do pau-brasil, em 1513, teve como arrematante Jorge Lopes Bixorda, armador e capitão de navios"; concluímos, entretanto, asseverando não saber quando foi que expirou esse novo contrato", isso, é bem de ver, para a hipótese de haver sido o mesmo prorrogado, porque o prazo de tais atos era sempre trienal.

Agora, ponderando melhor o acima citado trecho do "pai da nossa história", somos levados a crer que Bixorda fez apenas a arrematação de um triênio, o qual, expirado em 1516, levou o rei no mesmo ano a substituir tal sistema pelo de pequenas capitânicas temporárias, destinadas a iniciar em nossas plagas a colonização e a cultura, conjuntamente com a defesa do litoral contra os contrabandistas da **ibirá-pitanga**.

Continuemos, porém, a examinar a influência de Pero Cápico em nossa sacaricultura.

Plantar alguma cana e fazer açúcar pelo processo primitivo, usado até nas ilhas Canárias, era perfeitamente possível que houvesse ocorrido no Brasil, entre 1516 e 1526, tanto mais que não foi Pero Cápico o único a chefiar capitânicas temporárias em nossas plagas. O Alvará de 5 de julho de 1526, mediante o qual D. João III autorizou o regresso aos penates do seu referido servidor na colônia luso-americana, deixa isso bem claro.

Ei-lo: — Eu, el-rei, faço saber a vós, Cristóvão Jacques, que ora envio por governador às partes do Brasil, que Pero Cápico, capitão de **uma das capitânicas do dito Brasil**, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo de sua capitania, e que queria vir para este reino, e trazer consigo tôdas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse. Hei por bem e me praz que, na primeira caravela ou navio, que vier das ditas partes, o deixeis vir, com tôdas as suas peças de escravos e mais fazendas, contanto que virão diretamente à Casa-da-Índia, para nela pagarem os direitos de quarto e vintena, e o mais que a isso forem obrigados, na forma que costumam pagar tôdas as fazendas que vêm das sobreditas partes".

E' bem provável que, com a mira de defender o nosso litoral contra os estrangeiros que, contrabandeando o precioso pau-brasil, tentassem também a ocupação do território, de enorme extensão na orla atlântica, tanto D. Manuel-o-Venturoso (que só veio a falecer em 1521), quanto seu sucessor D. João III, hajam nomeado capitães para ter assento nas feitorias já existentes em nosso país e transformá-las em pontos estratégicos da vigilância da costa.

E sabe-se que elas não eram poucas, ao tempo em que navegou para cá a importante expedição dos irmãos Sousas, porque a tal quantidade se refere o próprio Soberano, que empunhou o cetro português de 1521 a 1557. Com efeito, Varnhagen, à pág. 147 do vol. I (da 3.<sup>v</sup> ed. integral) da sua "História Geral do Brasil", conta que a armada de Martim Afonso, mal atingiu às costas de Pernambuco, apresou três naus francesas, carregadas de pau-brasil, duas a 31 de janeiro e a outra a 2 de fevereiro de 1531, das quais mandou imediatamente, uma para Portugal (não só atulhada de toros de **ibirá-pitanga**, mas também

# AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRAS NO SÉCULO XVIII

José Honório Rodrigues

## V

Parece-nos conveniente registrar neste ensaio os inícios açucareiros de São Paulo nos fins do século XVIII.

Segundo o Marechal Arouche, achava-se a Capitania de São Paulo em mau estado ainda por volta de 1788. A ocupação de Juiz das Medições o conduziu a várias partes da Capitania, fazendo com que as suas observações possam ser consideradas fidedignas (1).

A causa primeira do atraso da Capitania provinha, segundo Arouche, da ociosidade e preguiça de seus lavradores. Além disso, havia falta de ferro para instrumentos rústicos e abundância de saúva, "que comia mais pastagens nesta Capitania do que os gados". Nas vilas marinhas, só Iguape possuía lavouras de cana, mas era especialmente em Itu que se localizava a maior produção açucarei-

(1) José Arouche de Toledo Rendon, Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de S. Paulo, 2.º semestre de 1788. Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo, vol. 44.

com a notícia do apresamento, endereçada a D. João III), queimou outra e conservou consigo a restante. Na carta do monarca lusitano ao conde de Castanheira (datada de 17 de maio de 1531), e publicada pelo egrégio Capistrano de Abreu, às págs. 159-160 da obra do Visconde de Pôrto Seguro, há o trecho seguinte: — "... poderia mui bem ser que os franceses fariam o que não deviam em algumas de minhas feitorias, **que eu lá tenho muitas**, ou também êles seriam os acometedores, como se acontece (como sói acontecer?), e por certo tendes que Martim Afonso **nem meus capitães** não haviam de fazer nenhuma coisa senão com muita rezão e de que possam dar boa conta a todo tempo e lugar...".

Se, no período que vem desde 1516 até 1530, como se deduz dos elementos probantes

ra. Afirma contudo Arouche que nas zonas do litoral os "matos fertilíssimos" podiam produzir melhor cana.

Quando Arouche escreveu sua Memória, governava D. Bernardo de Lorena, a quem atribuía "o novo calor" que principiava a se infundir na lavoura e no comércio. O govêrno que se seguiu — o de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça — foi o introdutor do arado na lavoura paulista, por volta de 1800, e o distribuidor pela Capitania das primeiras obras de ensino agrário com que o govêrno da Metrópole desejava iniciar a reforma geral da agricultura brasileira. No ofício já citado dêste Governador se vê que a lavoura da cana e o fabrico do açúcar começavam, então, a predominar na Capitania, agora refeita do despovoamento provocado pelas bandeiras, pelas guerras com os espanhóis e pela mineração.

A verdade é que ao assumir Melo Castro o govêrno, as vilas de Ubatuba e São Sebastião, com seus engenhos abandonados, tinham decaído bastante. Atribuía Melo Castro esta decadência ao sistema de obrigar os povos daquelas vilas a conduzir para Santos os seus gêneros, onde eram comprados pelos negoc-

acima citados, existiram no Brasil algumas capitánias temporárias e muitas feitorias, — não é de estranhar que, tanto na sede das primeiras, quanto nas segundas, se haja iniciado o cultivo da *saccharum officinarum*, de que resultou o fabrico de açúcar, produto a que se referem os registros aduaneiros da capital portuguesa, de 1520 e 1526.

Dos aludidos documentos também se infere, corroborando a asserção de Varnhagen, que os gêneros coloniais do nosso país, que mal amanhecia, então, para a vida civilizada, eram enviados diretamente à Casa-da-Índia, onde estavam sujeitos ao pagamento dos impostos de "quarto e vintena", modificados pouco depois, quando foi aqui estabelecido o sistema feudal das capitánias hereditárias.

antes monopolizadores daquela praça aos preços que queriam. (2).

As vilas de Serra Acima, situadas no caminho que conduz ao Rio de Janeiro, apenas principiavam seus estabelecimentos de açúcar e as de Jundiá, Campinas, Mogímirim, Atabaia, Itu, Pôrto Feliz, Sorocaba, que transportavam para Santos seus produtos, somente fabricaram 83.435 arrobas no ano de 1797. (3).

Ao deixar o govêrno em 1802, época em que escrevia a Memória que citamos, havia multiplicado o número de engenhos e crescido bastante o tráfico, produzindo a capitania 200.000 arrobas de açúcar. Embora a Memória tenha sido escrita já no segundo ano do século XIX, serve-nos para mostrar o crescimento agrícola de São Paulo entre 1797 e 1802.

Foi realmente em 1797 que os moradores de Campinas pleitearam sua elevação a vila, a fim de evitar os gravíssimos prejuízos causados à lavoura pela subordinação daquela freguesia à vila de Jundiá. A maior parte da população ocupava-se da lavoura de açúcar. (4).

Eram os primeiros passos do desenvolvimento açucareiro em São Paulo. Tanto assim que desejando a Rainha, em 1796, isentar o sal e o ferro, (5) quis saber sobre que gêneros se deveriam impor as taxas retiradas daqueles dois. Consultados os povos da Câmara de Itu, responderam que não se podia fazer recair sobre os açúcares "ou outras novas fábricas, pela razão de se acharem ainda em princípio do seu estabelecimento".

As medidas propostas por Melo Castro, tais como a criação de uma Mesa de Inspeção (6), que evitasse o mau beneficiamento e a alteração no seu fabrico, e a construção

(2) Memória apresentada ao Governador de São Paulo Antônio José da França e Horta pelo seu antecessor Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a 28 de dezembro de 1802. Documentos interessantes, vol. 44.

(3) Melo e Castro, Memória..., Documentos interessantes, vol. 44, p. 137.

(4) "Representação em que os moradores de Campinas pedem sua elevação à categoria de vila". "Portaria do Governador, elevando à categoria de vila a freguesia de Campinas". Documentos interessantes, vol. III, p. 3 e 11.

(5) Contrato de sal. Documentos interessantes, vol. III, p. 97.

(6) José Honório Rodrigues. Agricultura e economia açucareira no sec. XIX. Brasil Açucareiro, fevereiro de 1943.

de nova estrada para a vila de Santos, assim como o concerto da antiga, parecem ter estimulado o crescimento lento, mas continuado, da produção açucareira de São Paulo. O ciclo açucareiro ali não irá além da primeira metade do século XIX. (7).

A verdade é que a partir desta última década do século XVIII a aprendizagem açucareira em São Paulo é vertiginosa. Melo Castro observou: "é incrível a facilidade com que nesta Capitania se prepara êste gênero; qualquer negro novo, que em uma safra se ocupou na sua manipulação, já na seguinte pode servir de mestre na direção de semelhantes trabalhos". Descreve o Capitão Geral o processo de fabricação do açúcar em São Paulo, (8) mostrando que se não conseguia ainda a perfeição desejada. Lembra que em ofício de 5 de junho lastimara D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, tendo mandado imprimir excelentes obras para instrução de seus vassallos, não os tinham êstes fabricado com a requerida perfeição.

Denuncia Melo Castro dolos praticados pelo agricultar paulista ao oferecer ao mercado açúcar não totalmente purificado, com o fim de obter maior número de arrobas, de vez que o purificado diminuía, então, um quarto do pêso primitivo. O comprador uma vez lesado com semelhante falsificação não tornava a comprar.

Parece que pouco se importavam os fabricantes daquela Província, (9) pois Melo Castro escreve com pessimismo: "Mas, como ordinariamente só se sente o mal presente e se despreza o futuro, pouco importa que a decadência futura do açúcar traga após si a ruína dos senhores de engenho, se ainda neste ou nos anos próximos subsequêntes êles acharem a quem iludir com o mesmo produto mal fabricado". (10).

(7) Proposta em 31 de janeiro de 1799. Cf. Memória citada, n. 143.

(8) Antônio Manuel Melo Castro e Mendonça, Memória..., ob. cit., p. 139-142.

(9) Várias vezes, nestes artigos, temos apontado falcatruas e processos ilícitos que nos legou a sabedoria comercial portuguesa.

(10) Memória citada, p. 143. O anotador acha que o Capitão estava exagerando, com o fim de intervir na economia interna das fazendas de açúcar. Ora, não havia naquela época necessidade de tais processos para a intervenção do govêrno na propriedade privada; além disso, já temos, como dissemos acima, apontado várias denúncias dessa ordem.

Quisemos registrar aqui apenas os primórdios da economia açucareira paulistana, segundo os documentos da época.

A pobreza da bibliografia entre 1710/1711 e 1791 é, assim, fartamente compensada pela riqueza da documentação e pela legislação da época de Pombal e de Rodrigo de Sousa Coutinho. O mais importante a se extrair desta peregrinação pelos escritos do século XVIII é a confirmação de que o lapso bibliográfico significa apenas a penúria das condições da economia açucareira. Durante êsses oitenta anos, cuidou-se de melhorar a vida agrária e de vencer a crise que ameaçava tôda a Colônia. Não houve quem se propusesse a descrever ou noticiar o que parecia exigir ação e esforço. Houve, sim, quem descrevesse, em forma oficial e burocrática, a grave situação que atravessava a produção açucareira. Houve, também, quem procurasse controlar o estado dos negócios açucareiros. Intervindo na economia, concertando aqui, emendando ali, impediu-se que continuasse a ruínosa decadência que nos atrapalhava desde 1687.

Quando Rodrigo de Sousa Coutinho começa suas reformas decisivas, ensinando, divulgando e incentivando as iniciativas as mais ousadas, já a situação melhorara. Em 1781, como vimos, o alívio era geral. Refletindo as circunstâncias favoráveis, discutindo a elevação do preço, que a partir daquela data prosseguira sempre, aparece em 1791 a primeira obra que, no século (excetuando-se Antonil), discute o açúcar, seu preço e sua condição. O preço, primeiro sintoma da restauração econômica, haveria de sugerir a primeira obra sobre o açúcar.

Do mesmo modo que Pombal representa para Portugal os novos tempos capitalistas, a nova doutrina do liberalismo econômico encontra no Brasil seu ardoroso defensor em Azeredo Coutinho. Os interesses da grande lavoura, dos grandes proprietários rurais, não poderiam servir-se de melhor voz.

A Memória publicada em 1791 tem por objetivo imediato impedir que se fixasse o preço do açúcar, defendendo, assim, o liberalismo individualista. (11).

Sua atitude contra a introdução das fábricas no Brasil, no fundo, não contradiz êste

(11) Sérgio Buarque de Holanda, Azeredo Coutinho, 1742-1821. Brasil Açucareiro, dezembro 1944, p. 114.

mesmo avanço liberal. Como representante da aristocracia colonial e semi-feudal, o interesse nacional para êle se resumia no interesse dos senhores de engenho.

Ao pleitear a libertação do preço do açúcar, Azeredo Coutinho favorecia-se das circunstâncias internacionais. Já apontamos como nossa conjuntura se equilibrava ou desequilibrava de acôrdo com as injunções da hora internacional. As lutas nas colônias francesas, fazendo desaparecer do mercado o açúcar de Guadalupe, tornavam procurado o nosso. As condições econômicas sugeriam a idéia da liberdade para o preço do açúcar.

Nos fins do século XVIII, a literatura açucareira reanima-se e reaparece, tratando não somente de descrever ou narrar a atualidade dos seus processos e de sua situação, mas procurando remediar os antiquados métodos de cultura e fabrico.

O reboliço doutrinário, as tentativas de concorrência ao comércio francês e inglês surgido durante o período pombalino e a administração de Sousa Coutinho, renovam as correntes da teoria agrícola e econômica.

#### LISTA DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO AÇÚCAR (\*)

REQUERIMENTO de André Corsino de Sá, Tenente do 4.º Regimento de Milícias da Bahia, contra **Manuel Lourenço da Costa**, senhor do Engenho de **S. José**, situado na costa da Enceada de Itapagipe, por este lhe ter roubado uma canoa de pesca, rede e pescaria e maltratado os seus escravos. 24.011.

SENTENÇAS (2) proferidas contra Manuel Lourenço da Costa, a requerimento de **André Corsino de Sá** e de **Paulo José de Sant'anna** e o termo da sua prisão nas cadeias da Relação da Bahia.

Certidões (**Annexas ao n. 24.011**).  
24.012 — 24.014.

REQUERIMENTO do Capitão Bento Martins de Lima e Mello, relativo à anulação da arrematação do Engenho **Boca do Rio**. 24.111.

(\*) — Continuação da Lista publicada no mês passado.

REQUERIMENTO de Francisco José da Silva e Almeida, no qual pede a confirmação regia da doação que lhe fizera sua sogra D. Leandra Maria de Sant'Anna.  
24.181.

REQUERIMENTO do Capitão-mór João Filipe de Sequeira, da cidade da Bahia, no qual pede a abolição da capela instituída por sua bisavó **D. Catharina de Goes**, no Engenho Moribeca, que herdara de seu pai o Capitão-mór **Ignacio de Sequeira Villasboas**, alegando ser insuficiente o rendimento dos bens para cumprimento dos encargos.  
24.244.

AUTOS da vistoria e avaliação dos bens legados por **D. Catharina de Goes** para satisfação dos encargos da capela que instituíra no Engenho Moribeca.

(Anexos ao n. 24.244). 24.245.

REQUERIMENTOS (2) de José Moreira do Rio, relativos a uma ação judicial que tinha pendente com o Padre **Manuel Rodrigues Pereira**, por causa dos terrenos em que estava edificado o Engenho do Papussú, que comprara no distrito da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde.  
24.456 — 24.457.

REQUERIMENTO do Padre Martinho Ribeiro de Sousa Lobo, residente no termo da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, em que pede a demarcação de uns terrenos que possuía no termo da mesma vila e que confinavam com os do Engenho do Papagaio, pertencente ao Capitão **Antonio de Bettencourt Berenguer Cesar** e os de outros vizinhos, sem vestígios de qualquer divisão.)

Tem anexos dois requerimentos do Conselho Ultramarino, datados de 27 de julho e 7 de agosto de 1801, em que se ordena a demarcação requerida.  
24.757 — 24.759.

OFICIOS (2) do Governador Francisco da Cunha Menezes e do Escrivão da Junta da Administração da Real Fazenda Mathias José Ferreira Abreu, nos quais dão os seus pareceres sobre os alvitres apresentados por **José Borges da Cunha**, para

a cobrança dos dizimos dos açucares na Comarca de Segipe de Elrei.

Bahia, 30 de junho de 1803.  
25.194 — 25.195.

CARTAS (6) de José Borges da Cunha, Procurador Geral dos Dizimos dos açucares na comarca de Sergipe de Elrei, relativas à cobrança dos mesmos dizimos.

V. d. (Anexas ao n. 25.194)  
25.196 — 25.201.

“MINUTA das utilidades que a Fazenda Real auferiria com a cobrança dos Dizimos dos açucares nos trapiches, a dinheiro”.

(Anexa ao n. 25.194) 25.202.

REQUERIMENTOS (2) de Bento Martins de Lima e Mello, natural da Bahia, nos quais reclama contra a nula e injusta arrematação que, a pedido de **Manuel do O' Freire**, se fizera do seu Engenho Sant'Anna, situado na boca do rio Cotigipe, depois de ilegalmente lhe ter sido o mesmo penhorado.  
25.395 — 25.396.

REQUERIMENTO de José da Silveira Menezes, residente no seu Engenho de Giricó, termo da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, em que pede licença para edificar uma capela no seu engenho, alegando a grande distancia a que ficava da freguezia.  
25.407.

REQUERIMENTO de Felix de Bettencourt e Sá e Anna de Bettencourt e Sá, residentes no Engenho de Capamerim, termo da Vila de S. Francisco da Barra de de Sergipe do Conde, em que pedem autorização para demandar o Desembargador **Manuel de Macedo Pereira Coutinho e Horta**.

Tem anexo o despacho favorável do Conselho Ultramarino.  
25.446 — 25.447.

REQUERIMENTO de Filipe Thomaz de Almeida Calmon, residente no Engenho de Santo Antonio do Acú, freguezia de S. Thiago do Igoape, termo da Vila da Cachoeira, filho do Tenente Coronel Filip-

pe da Silva Bezerra de Almeida e de **D. Antonia Caetana Calmon de Almeida**, neto, por parte paterna, do Capitão mór **Amaro Ferreira de Almeida Monteiro** e de **D. Barbara de Sousa de Almeida**, e bisneto do Capitão **Francisco de Almeida Monteiro** e de **D. Luiza da Silva Bezerra**, e neto, pelo lado materno, do Coronel **Miguel Calmon de Almeida** e de **D. Margarida Pereira de Andrade**, em que pede a justificação da sua ascendência nobre e dos seus serviços. 25.449.

REQUERIMENTO de Joaquim Bernardo Falcão de Gouvêa Argolo e Queiroz, da Bahia, no qual pede a demarcação das terras pertencentes ao seu Engenho Gorchaes. 25.581.

REQUERIMENTOS (2) de José Alvares Pinto de Almeida, residente na Bahia, nos quais pede autorização para adquirir alguns terrenos encravados no seu engenho **Tanque**, situado no termo da Vila de S. Amaro da Purificação, e para a reconstrução de uma capela do mesmo engenho, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. 25.601 — 25.602.

REQUERIMENTO de D. Maria Violante Telles de Menezes e Mattos Albuquerque Cavalcante, residente na Bahia, no qual pede licença para exigir judicialmente a **Luiz José Barreiros**, nos termos legais, a venda de um pequeno terreno, encravado nas terras da sua Fazenda do Espinheiro. 25.697.

REQUERIMENTOS (2) de D. Maria Violante Telles de Menezes e Mattos Albuquerque Cavalcante, nos quaes pede a demarcação judicial das terras da sua Fazenda do Espinheiro, situada na Praia da Giquitaia, suburbios da Bahia. 25.598 — 25.699.

OFÍCIO de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para José da Silva Lisboa, em que o louva pelo seu zelo e lhe comunica diversas resoluções relativas aos serviços da Mesa da Inspeção e a concessão do habito de Cristo a **Joaquim Ignacio de Sequeira Bulcão** pelas modificações que introduziu nos engenhos de açúcar.

Queluz, 14 de novembro de 1799.  
(Copia). **Anexo ao n. 26.048)** 26.054.

AVISO regio dirigido à Mesa da Inspeção da Bahia, em que se louvam o Presidente e Deputados pelo seu zelo no serviço e se aprova a subscrição voluntaria dos proprietarios dos Engenhos para pagamento do premio de 24.000 cruzados pela construção de uma maquina para moer a cana de açúcar.

Queluz, 1 de dezembro de 1800.  
**Copia. (Anexo ao n. 26.048).** 26.056.

REQUERIMENTO de D. Anna Francisca da Cruz, recolhida no Convento de Santa Clara da Bahia, no qual pede a reivindicção da posse do Engenho de S. Bernardo, que herdara de seu pai o Coronel **Manuel de Brito Quesada**, e que sem seu consentimento vendera seu irmão o Padre **Paschoal Rodrigues de Brito**.

(Tem anexa uma carta particular de **José Antonio Rodrigues Ribeiro**, relativa ao assunto). 26.341 — 26.342.

REQUERIMENTOS (2) do Capitão Antonio de Bettencourt Berenguer Cesar e de sua mulher D. Raymunda Maria Teixeira de Bettenucourt, nos quais pede a entrega de documentos e licença para edificar uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda, no seu Engenho do Papagaio, situado na freguezia de S. Pedro do Rio Fundo. 26.351 — 26.352.

REQUERIMENTO de Antonio Jacinto Lopes, residente na Bahia, no qual pede a carta de insinuação e confirmação regia da doação do Engenho Velho, sito à Ilha de Masi, que lhe fizera o **Dr. Domingos Ribeiro Guimarães** para casar com sua filha natural **D. Francisca de Paulã da Purificação**. 26.357.

REQUERIMENTO de Dionisio José da Costa Barbosa, no qual pede autorização para vender a seu genro José Alexandre de Queiroz a parte que lhe pertencia no Engenho do SS. Sacramento do Senunga, situado no distrito da Vila de Maragogipe. 26.444.

REQUERIMENTO de Manuel Jacinto de Sampaio e Mello, no qual pede provisão ou alvará, que o faça manter no direito

de aproveitar a agua do Rio Caquende que fosse necessaria para o funcionamento do seu Engenho de S. Carlos, no termo da Vila da Cachoeira, cuja posse tinham pretendido perturbar-lhe.

26.874.

**PORTARIA** do Corregedor da comarca da Bahia, pela qual convocou todos os officiais da Camara da Vila da Cachoeira para uma reunião no dia 25 de julho de 1804, para se pronunciarem sobre se havia ou não prejuizo publico com o aproveitamento das aguas do Rio Caquende por **Manuel Jacinto de Sampaio e Mello**.

(Anexa ao n. 26.874) 26.875.

**ATESTADO** em que alguns moradores da Vila da Cachoeira afirmam que nenhum prejuizo publico causava **Manuel Jacinto de Sampaio e Mello** colhendo as aguas do Rio Caquende para a laboração do seu engenho de S. Carlos.

S. d. (Anexo ao n. 26.874) 26.876.

**AUTO** de vistoria a que procederam os veadores da Camara da Vila da Cachoeira, na preza do Rio Caquende ou levada do Engenho de S. Carlos.

Cachoeira, 25 de junho de 1804. (Anexo ao n. 26.874) 26.877.

**OFICIO** da Camara da Vila da Cachoeira para o corregedor da comarca, favoravel à pretensão de **Manuel Jacinto de Sampaio e Mello**.

Cachoeira, 25 de junho de 1804. (Anexo ao n. 26.874). 26.878.

**INFORMAÇÃO** juridica sobre a posse que **Manuel Jacinto de Sampaio e Mello** pretendia ter nas aguas do Rio Caquende.

(Anexa ao n. 26.874) 26.879.

**DESPACHO** do Conselho Ultramarino pelo qual mandou passar provisão a **Manuel Jacinto de Sampaio e Mello** para se manter na posse de tirar agua do Rio Caquende, junto da Vila da Cachoeira, para

o seu Engenho de S. Carlos, deixando a necessaria para o uso publico.

Lisboa, 10 de dezembro de 1804. (Anexo ao n. 26.874). 26.880.

**REQUERIMENTOS** (2) de Manuel José Goes, Moedeiro da Casa da Moeda da Bahia, em que pede a entrega de certos documentos e que não fosse restituída a posse do Engenho de Mombaça a **Theotônio Mendes Barreto**, alegando a execução que lhe movera para pagamento das quantias que emprestara a seu pai **João Mendes Barreto**.

26.883 — 26.884.

**PLANTA** das terras ocupadas pelo Padre **Manuel Rodrigues Pereira**, nas margens do Rio Jacuipe.

(Anexa ao n. 26.888).

Indica a freguezia de S. Sebastião, os **Engenhos da Sununga, Alegre, do Jarraré, parte do curso do Rio Jacuipe, terras pertencentes aos Jesuitas, etc.**

26.889.

**REQUERIMENTO** de Dionisio José da Costa Barbosa, no qual pede a confirmação da seguinte escritura de venda. 27.785.

**ESCRITURA** de venda, compra, debito, obrigação e hipoteca que fizeram o Alferes **Dionisio José da Costa Barbosa** e de sua mulher **D. Maria Francisca da Conceição** e o Reverendo **Luiz Fagundes de Brito** a seu genro **José Alexandre de Queiroz** do seu Engenho SS. Sacramento, no distrito da Vila de Maragogipe.

9 de janeiro de 1804. (Anexa ao n. 27.785). 27.786.

**REQUERIMENTOS** (5) de José Maria dos Santos Lopes, negociante matriculado e estabelecido na cidade da Bahia, nos quais pede licença para edificar fora da mesma cidade, à sua custa, com previa aprovação medica, uma casa para deposito de escravos, com a obrigação de pagarem os donos deles 600 rs. de entrada por cada cabeça, com o privilegio exclusivo de se não venderem, nem desembarcarem noutra sitio, sob pena de os perderem e de serem confiscados a favor da Real Fazenda. 28.366 — 28.370.

PROVISÃO da Real Junta do Comercio, pela qual se fez mercê a **José Maria dos Santos Lopes** do privilegio exclusivo, durante dez anos, em todos os portos do Brasil, dos engenhos que inventara para a moagem dos açucares.

Lisboa, 4 de agosto de 1802. **Copia.**  
(Anexa ao n. 28.370). 28.371.

PROVISÃO do Conselho Ultramarino, pela qual ordenou que o Governador da Bahia informasse com o seu parecer a pretensão a que se referem os documentos antecedentes.

Lisboa, 16 de junho de 1806. **Copia.**  
(Anexa ao n. 28.370). 28.372.

INFORMAÇÃO do Governador Conde da Ponte, desfavoravel a todas as pretensões do negociante **José Maria dos Santos Lopes**.

Bahia, 7 de outubro de 1806. (Anexa  
ao n. 28.370). 28 373

AGUARELAS a tinta da China, que representam os modelos dos Engenhos para moer canas de açúcar, que inventara **José Maria dos Santos Lopes**.

(Anexas ao n. 28.370).  
28.374 — 28.375.

REQUERIMENTO do Capitão Luiz Manuel da Silva Mendes, no qual pede a mediação e demarcação judicial das terras pertencentes ao seu Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Quitanta, situado no termo da Vila de Santo Amaro da Purificação.

Tem anexo o despacho favoravel do Conselho Ultramarino, datado de 22 de outubro de 1805. 28.489 — 28.490.

REQUERIMENTO de Polycarpo Borges de Barros, residente no termo da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao seu Engenho denominado de Nossa Senhora Rainha dos Anjos.

Tem anexo o despacho favoravel do Conselho Ultramarino, datado de 23 de março de 1805. 28.715 — 28.716.

REQUERIMENTO de D. Anna Maria Francisca Romana de Albuquerque, no qual pede a demarcação judicial das terras pertencentes ao seu Engenho **Brotas Itapitingui**, no termo da Vila de Nossa Senhora da Purificação.

(Tem anexo o despacho favoravel do Conselho Ultramarino, datado de 23 de Janeiro de 1806).

28.952 — 28.953.

REQUERIMENTOS (2) de Antonio de Sousa Barroso, nos quais pede a entrega de um documento e que lhe fosse passada provisão relativa à ação que tinha em juizo com **João Alemão de Cisneiros**, sobre a demarcação do Engenho Maragôgipe.

29.011 — 29.012.

REPRESENTAÇÃO da Mesa da Inspeção dos tabacos e açucares da Capitania da Bahia, na qual, relatando os seus serviços, pede para ser ouvida sobre todas as reclamações das camaras, dos magistrados ou partes, e que fossem expedidas ordens aos ouvidores e camaras para darem conhecimento à mesma Mesa de todas as posturas que se estabelecessem.

Bahia, 12 de junho de 1807. 29.960.

COPIA do § 15 do capitulo 3.º do Regimento da Mesa da Inspeção, em que se estabelece a privativa e exclusiva jurisdição dos Inspetores para a pesagem, exame e verificação dos tabacos e açucares.

(Anexa ao n. 29.960). 29.964.

COPIA do § 21 do alvará de 15 de julho de 1775, pelo qual se determinou que a Mesa da Inspeção elegeisse em agosto de cada ano os dois inspetores, dos tabacos e dos açucares, para obviar aos inconvenientes de serem eleitos pelos officiais do Senado da Camara da Bahia, como preceituava o regimento da mesma Mesa.

(Anexa ao n. 29.960). 29.965.

OFICIO do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, no qual informa ser conveniente a conservação da Mesa da Inspeção dos tabacos e açucares no interesse do publico e do comercio.

Bahia, 27 de agosto de 1807. 29.985.

# OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

## XII

### MANUEL PINTO NETO DA CRUZ (Barão de Muriaé)

Foi o mais rico e humanitário fazendeiro de Campos. Durante a sua vida, os engenhos de açúcar só possuíam a aparelhagem primitiva.

As moendas das suas fazendas eram movidas por grandes rodas, impulsionadas por animais que eram tangidos por um escravo, assentado em um balancim fixo no centro das mesmas.

Ainda, assim, o açúcar produzido por êses engenhos era bastante avultado, nessa época, todavia, muito inferior ao fabricado mais tarde, quando o surto do progresso da indústria açucareira atingiu o município com o levantamento dos pequenos Engenhos Centrais.

Se compararmos a produção de 1855, ano em que faleceu o Barão de Muriaé, com a do ano de 1882, verificaremos que, naquele ano, Campos exportou para o Rio de Janeiro 8.305.860 quilos que vendidos a 152 rs. alcançaram a cifra de 1.262.490\$720 e, nesse último ano, o açúcar ali entrado procedente da mesma fonte foi de 429.220 sacos de 60 quilos vendidos a 12\$000 o saco.

Quanto ao fabrico da aguardente, não havia grande diferença na quantidade, porque os alambiques não tinham sido melhorados, mas somente nos preços orçava a produção em 8.000 pipas, que eram compradas em 1855 por 50 e em 1882 por 100\$000 cada pipa.

E' evidente que não computamos aqui o açúcar e aguardente consumidos no município de Campos ou exportados para outros centros.

O Barão de Muriaé, possuía em suas fazendas mais de 600 escravos, tratados como pessoas livres e que, pelos favores recebidos do seu senhor, não encolhiam os seus braços às tarefas que lhes eram designadas.

Isto mesmo notou o viajante Antônio Muniz de Sousa, quando visitou uma das suas fazendas em 1830, deixando as suas impressões no raro livro: "Observações de um brasileiro", que publicou 4 anos mais tarde.

"À respeito da conservação dos escravos, é preciso que faça vir ao público o que acabo de observar na fazenda de Manuel Pinto Neto da Cruz, que merece a primazia entre as propriedades, a qual fica à margem do norte da foz do Muriaé, meia légua, mais ou menos, distante do canal do rio, 10 ou 12 braças. Êsse proprietário é dotado de razão natural, por isso que se desvela na conservação dos seus escravos, do que resulta o aumento e prosperidade de sua fazenda, onde nada falta para a comodidade da vida social.

Êle não usa de castigos físicos, à exceção de algum grande delito. Todos os demais crimes, que qualquer escravo cometa, são punidos com castigos morais.

O seu zêlo e caridade, à respeito das escravas grávidas e paridas, é vigilantíssimo.

Em tórno da casa principal e do engenho, tem muitas outras propriedades que formam, juntamente, um composto de oficinas.

A sua escravatura chega a 500, compreendendo os que trabalham em outra fazenda, nos fundos e entre elas, há de todos ofícios — carpinteiros, marceneiros, pedreiros, calafates, obreiros, ferreiros, barbeiros, alfaia-tes, sapateiros, etc.

Todos êses serviços e trabalhos seguem uma direção metódica e suave e todos êses escravos são sadios, alegres e satisfeitos e o que me admirou foi que entrando nos dois asseados hospitais, não vi em ambos mais de quatro doentes, entre os 500 que tem a fazenda, dos quais nem um só se acha fugido, o que é raro.

Em muitas outras, em que a população escrava não excede de 40, observei que metade estava doente pelos tratos e outra metade fugida".

Êle construiu na cidade um belo palacete onde hoje se acha o quartel de polícia e nêle se hospedaram sempre D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina, quando visitaram Campos em 1847, 1875, 1878 e 1883 e o Conde d'Eu e Princesa Isabel em 1868.

Nessas viagens D. Pedro II sempre visitava a principal fazenda do Barão de Muriaé, a quem muito considerava.

Wanderley Pinho, no seu precioso livro "Salões e Damas do Segundo Império" descreveu um das visitas em 20 de março de 1847.

"Nesse dia "atravessou o rio Paraíba na barca "Pêndula".

Ali assistiu com dobrado interêsse da novidade, a essa cerimônia tão pitoresca a "botada" num engenho de açúcar. Os trabalhos começaram, atirando S. M. às moendas uma cana enfeitada de flores, no que foi secundado por damas e cavalheiros, entre vivas ao imperante. Tal foi o entusiasmo que produziu esta cena de família que no mesmo momento fêz-se sinal à banda de música, que estava executando diversas peças, para tocar a polca e imediatamente improvisou-se no salão contíguo à fábrica, uma contradança francesa, na qual S. M. se dignou tomar parte, convidando para seu par uma das filhas do proprietário (D. Maria Antônia Neto da Cruz, casada com o Sr. Ribeiro de Castro (Dr. João Ribeiro de Castro).

A etiquêta, a contenção cerimoniosa, o respeito medroso que inspiram os monarcas, mesmo rapazes, tudo cedia ao som da polca e lá foi S. M. num armazém de açúcar, aos volteios com a futura Viscondessa de Santa Rita. Não bastava esta expansão e após o jantar, às 4 horas da tarde, e uma volta pelo jardim e pomar, S. M. não falta ao pequeno baile que lhe oferecia Muriaé, no qual S. M., para honrar as senhoras da casa, tomou parte em tôdas as contradanças".

O Barão de Muriaé era um espírito filantrópico. O seguinte fato atesta a bonomia do seu coração.

Em 1840, desabou a Igreja de Guarus e o culto divino era celebrado em uma casa imediata, mal construída e encimada por uma tôsca cruz que indicava aos que passavam que ali era a igreja da rica e populosa freguesia de Santo Antônio dos Guarus.

Vendo êle amesquinhado o culto católico, resolveu com os da sua família, levantar um novo templo.

De fato, o seu genro, Dr. José Ribeiro de Castro, futuro Visconde de Santa Rita, adquiriu um terreno de 50 braças de testada por 100 de fundos a alguns quilômetros da antiga igreja e ofereceu para nêle ser levantado um novo templo.

Em 12 de fevereiro de 1855, seguiu pelo rio Paraíba, em uma canoa enfeitada, a pedra fundamental da atual matriz, que foi assentada nesse dia.

Acompanharam a pedra, o Barão de Muriaé e muitos membros da sua família.

Falecendo alguns meses depois, a Baronesa e seus filhos continuaram a concorrer por muito tempo, com 4:000\$000 para a construção da igreja que ficou concluída em 1874, sendo aberta ao público em 6 de setembro dêsse ano.

---

O Barão de Muriaé era casado com D. Raquel Francisco de Castro Neto da Cruz, depois Viscondessa de Muriaé, filha do 1.º Barão de Santa Rita, Manuel Antônio Ribeiro de Castro e de D. Anna Francisca Pinheiro e irmã da Viscondessa de Araruama e do Visconde de Santa Rita.

Era filho do Capitão Jerônimo Pinto Neto e de D. Antônia Joaquina da Cruz.

Faleceu em 12 de junho de 1855 e a Viscondessa, sua espôsa, em 28 de outubro de 1881, com 83 anos de idade.

O Barão deixou uma fortuna de mais de 1.000 contos, representada em 609 escravos, prédios em Campos e Guarulhos e as fazendas de S. Francisco de Paula, de S. Pedro, à margem do Muriaé, de Santa Maria, de S. Plácido, do Periquito e em terras em Santa Rita, Grumarim e S. Fidélis.

O velho solar que é hoje conhecido com o nome de **Fazenda da Viscondessa**, que hospedou testas coroadas e fidalgos, em cujos salões faiscentes de prataria e cristais tiveram lugar os mais pomposos bailes e banquetes, hoje desocupado e triste, entregue à voragem do tempo, ainda chama a atenção dos que por ali passam, aguardando que seja inscrito pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como monumento nacional.

Pertence hoje aos proprietários da Usina da Sapucaia, que pensam em reformá-lo.

Foram os seguintes os filhos do casal:

1 D. Maria Antônia Neto da Cruz, casada com o Visconde de Santa Rita, Dr. José Ribeiro de Castro.

2 D. Ana Joaquina Neto da Cruz, com o Dr. Antônio Ribeiro de Castro.

3 D. Francisca Neto da Cruz Tinoco, com o Dr. José Siqueira Tinoco.

4 D. Raquel Francisca Neto da Cruz, com o Conde de Araruama, Bento Carneiro da Silva.

# OS ENGENHOS ALAGOANOS DURANTE O DOMINIO HOLANDÊS

Manuel Diégues Júnior

**1. Retrospecto histórico. 2. Os cronistas holandeses. 3. Os engenhos de Pôrto Calvo. 4. Os engenhos da Alagoa do Norte. 5. Os engenhos da Alagoa do Sul. 6. Os senhores de engenho na restauração.**

1. E' fora de dúvida que foi o açúcar o principal fator a atrair os holandeses para o nordeste brasileiro. A cultura da cana nesta região iniciada ainda com Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco — ou talvez antes dêle — havia chegado nas primeiras décadas do século XVII a constituir a base econômica da Capitania e a própria razão de ser de sua existência, quer do ponto de vista da organização econômica, quer do ponto de vista da formação social, pois esta girava em torno dos engenhos e dos senhores de engenho.

A Jerônimo de Albuquerque deve-se a fundação do primeiro engenho em território pernambucano, fato histórico absolutamente indiscutível (1). Admite-se, entretanto, que antes dêle já existisse fabrico de açúcar em Pernambuco. Varnhagem refere-se ao pagamento, em Lisboa, de direitos sobre açúcar pernambucano, isto em 1526. Estudando exaustivamente o assunto, com base em material histórico de primeira ordem, Gil de Metódio Maranhão documentou as razões dessa importação de açúcar de Pernambuco, admitindo tenha sido êle levado por Pero

(1) Cf. Pereira da Costa — **Origens históricas da indústria açucareira em Pernambuco**, in "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", n. 55, ano V.

Cápico (2). Contudo, a rudimentar organização açucareira de Pernambuco não subsistiu até a criação da donataria com Duarte Coelho.

Sòmente nos fins do século XVI, porém, é que aparecem engenhos em território alagoano. Deve-se sua fundação a Cristóvão Lins, que, participando de uma expedição exploradora do sul do feudo duartino, veio a localizar-se na região de Pôrto Calvo. Em terras do hoje Município de Passo de Camaragibe fundou o engenho "Buenos Aires", tido assim como o mais antigo do atual Estado de Alagoas.

Da existência do "Buenos Aires" em 1601, dá notícia o cronista Knivet, ao narrar a viagem do Governador Salvador Correia de Sá, cujo navio sofreu avarias nas proximidades de Coruripe. Os passageiros desembarcaram e dirigiram-se por terra para Pernambuco, sendo, no decorrer da viagem, hospedados por Cristóvão Lins no seu engenho "Buenos Aires" (3). Todavia, o "Buenos Aires" é mais antigo, pois que em 1590, mais ou menos, Cristóvão Lins estava em Pôrto Calvo.

E' o que se deduz das declarações de seu filho Arnal de Olanda, perante o Santo Ofício, em Pernambuco. Em 1595, Arnal de Olanda declarou, em seu depoimento, que "no Pôrto do Calvo além do Cabo de Sancto Agostinho nesta Capitania que averá ora quatro pera cinco annos... a igreja da fazenda do ditto seu pai onde então residião no

(2) Cf. Gil de Metódio Maranhão — **O açúcar no Brasil antes das donatarias**, artigo no "Diário de Pernambuco", de 12 de junho de 1938.

(3) in "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", n. 41.

5 D. Maria Pinto Neto da Cruz, com Manuel Pinto dos Reis, filho do Conde de Carapebus.

6 Jerônimo Pinto Neto da Cruz, com D. Raquel de Almeida Neto da Cruz.

7 Manuel Pinto Neto da Cruz, com D. M. Pinto Neto, filha do Comendador Joaquim Pinto Neto dos Reis e de D. Ana Joaquina Neto dos Reis.

8 D. Antônia Carolina Neto da Cruz, com Aires Pinto de Miranda.

ditto Porto do Calvo" (4). Conclui-se daí que nas imediações de 1590 Cristóvão Lins já era possuidor de "fazenda", o que quer dizer engenho, em Alagoas. E talvez não tivesse sido o único, porquanto está comprovado que a êle se deve a fundação de outros engenhos em Alagoas, inclusive o "Escurial", em terras do hoje Município de Pôrto Calvo.

Sabe-se ainda que em 1608 Cristóvão Lins dividiu sua sesmaria, que abrangia quase todo o norte de Alagoas, doando a zona do sul — de parte do atual Município de Pôrto de Pedras até possivelmente o rio Santo Antônio Mirim — a Rodrigo de Barros Pimentel, aliás seu sobrinho-afim, que, segundo os dizeres do doador, então alcaide-mor de Pôrto Calvo, foi dos primeiros que o acompanharam no desbravamento da região: "Ihe a dou por respeito de ser hu dos primeiros que no Povohar deste Porto Calvo me acompanhou sempre e ter nas ditas terras gados e criações e feito cazas e assistir com as çuas pessoa e escravos" (5).

No ano seguinte, era feita a demarcação das terras doadas, conforme documento conhecido, em poder ainda hoje de pessoa da família a que veio a pertencer o engenho "Santo Antônio Grande". Foram demarcadores Brás de Araujo e Miguel Rodrigues; no citado termo de demarcação, como na escritura de doação, Cristóvão Lins aparece como Alcaide-mor da povoação de Santo Antônio dos Quatro Rios.

Dos engenhos da região da alagoa somente no século XVII há as primeiras notícias. Por elas fica-se sabendo que, em 5 de agosto de 1591, foi feita a doação dos terrenos do atual Município de Marechal Deodoro (ex-Alagoas) a Diogo Soares da Cunha, o qual se encontrava em Lisboa. Constituiu seu procurador a Henrique de Carvalho, mais tarde sogro de seu filho Gabriel Soares. A êste é que se deve o levantamento do primeiro engenho naquela zona, o engenho "Velho", onde hoje se ergue a cidade de Manguaba (ex-Pilar). Ter-se-ia dado isto já na primeira década do século XVII.

(4) Cf. **Primeira Visitação do Santo Offício às partes do Brasil** — "Denunciações de Pernambuco" (1593-1595) — ed. Paulo Prado, São Paulo, 1929.

(5) Documento publicado por A. L., no "Jornal de Alagoas", de Maceió.

Na região da lagoa do Norte o primeiro engenho foi fundado por Antônio Martins Ribeiro, a quem Diogo Gonçalves Vieira doou, a 13 de abril de 1610, uma légua de terra para fazer engenho, dentro de quatro anos, sendo que àquela data já estava levantando o citado engenho (6). Êste engenho foi, sem dúvida, o "Garça Torta", como se deduz, não só de informações do genealogista Borges da Fonseca, como de outros elementos históricos que seria supérfluo minuciar aqui.

Dêste modo verifica-se que, ao começar o domínio holandês, a cultura da cana de açúcar em Alagoas já estava desenvolvida, não só por existirem engenhos fundados desde fins do século anterior, senão ainda pelo aumento do número dêstes engenhos, principalmente na região de Pôrto Calvo que continuava a ser — compreendendo nela os municípios vizinhos, servidos pelos vales do Manguaba, do Camaragibe e do Santo Antônio Grande — o centro mais importante da cultura canavieira em Alagoas. As notícias deixadas por cronistas brasileiros e os documentos conhecidos a respeito comprovam êsse adiantamento da indústria do açúcar de engenho no território alagoano, quando se verificou a invasão holandesa e, em consequência, do domínio da gente batava.

2. Também o demonstram os próprios cronistas holandeses, uns mais particularizados quanto à região alagoana, outros falando de modo geral sobre a Capitania de Pernambuco. O primeiro dêles, e primeiro ainda no aspecto de particularizar informações sobre Alagoas, é Adriano Verdonck, na sua conhecida Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil, em maio de 1630 (7), isto é, três meses depois da invasão.

Verdonck refere-se à existência de "5 ou 6 engenhos" nas imediações de Alagoas (deve ser a povoação da Madalena, depois Alagoas e hoje Marechal Deodoro); poderia precisar o número de seis, pois são os da Alagoa do Sul e os três da Alagoa do Norte. Adiantava que êstes engenhos "fazem pouco assucar e annos ha em que alguns não moem".

(6) in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico", vol. , n. 2.

(7) **Descrição das Capitâneas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte**, in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco", n. 55, ano XXXIX, 1901.

No povoado de Pôrto Calvo “existem 7 ou 8 engenhos, alguns dos quaes fazem um pouco de assucar”. Creio que na época deveriam existir os mesmos nove que, em 1638, foram arrolados no “Breve Discurso”. Trata-se da segunda referência particularizada sôbre Alagoas: “Breve Discurso sobre o Estado das quatro Capitánias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande do Norte, situadas na parte septentrional do Brasil” (8).

O autor considerou as povoações de Penedo, Alagoa do Sul, Alagoa do Norte e Pôrto Calvo como compreendendo o primeiro distrito da Capitania de Pernambuco, a começar do Sul. Adiantando não ter podido obter informações completas, refere o número dos engenhos e os nomes dos proprietários. Em Pôrto Calvo há nove engenhos: de Manuel Ramalho, de Rodrigo de Barros Pimentel (dois), dos Alpões, de Manuel Camelo, de Cristóvão Botelho (dois), de João Lins e de Cristóvão Dias Delgado. Na Alagoa do Sul há os de Sebastião Dias, Antônio Martins e Lucas de Abreu; na Alagoa do Sul os de Gabriel Soares, Henrique de Carvalho e de Barbalho.

Em 1643 o relatório de Johannides van Walbeek e Henrique Moucheron sôbre o Estado das Alagoas (9), mas, detendo-se apenas na região das duas Alagoas — a do Norte e a do Sul — enumera os mesmos engenhos de 1638, modificados apenas os proprietários: na Alagoa do Norte o de Sebastião Dias passa a figurar como de Huybrecht e Jacob Cloet, e na Alagoa do Sul o de Gabriel Soares foi vendido a Domingos Rodrigues de Azevedo, aparece outro de Gabriel Soares e, finalmente, o de Barbalho foi vendido a Marten Meynderse. Nada diz a respeito de Pôrto Calvo.

Cumprе referirmo-nos ainda a autores de obras mais completas sôbre o período holandês. Cabe destacar três: Nieuhof, Barleus e Johannes de Laet. Êste último preocupou-se mais com a história político-militar da conquista (10), não entrando em maiores minú-

(8) in “Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco”, n. 34, dezembro de 1887.

(9) Relatório sôbre o Estado de Alagoas, em outubro de 1643, etc., in “Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco”, n. 33.

(10) História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, trad. de José Higino e Pedro Souto Maior, Rio de Janeiro, 1916.

cias acêrca dos engenhos e seus proprietários, salvo quando se refere, às vêzes nominalmente, a fatos em que os mesmos estiveram, ou estavam, envolvidos.

Nieuhof informa a existência de 7 ou 9 usinas de açúcar em Pôrto Calvo, a que chama “aldeia”, considerando Alagoa do Norte e Alagoa do Sul “cidades” (11). Barleus, por sua vez, não pormenoriza notícias acêrca dos engenhos alagoanos (12). Descreve o fabrico do açúcar, cita os arrematantes dos dízimos de miúças em Pôrto Calvo, Camaragibe e Alagoas até o rio São Francisco, refere-se aos trabalhos de lavoura e dos engenhos; não se encontram nêle os subsídios que o presente trabalho reclamaria.

Contudo, num holandês vamos encontrar as melhores informações sôbre engenhos alagoanos durante o período batavo; são as que se acham na relação de Adriaen van Der Dussen, em relatório de 1639. Trata-se de uma peça importantíssima sôbre o nordeste açucareiro, e embora ainda inédito devemos o seu conhecimento à gentileza do nosso companheiro de estudos históricos e pesquisas, José Antônio Gonçalves de Melo, neto, que está traduzindo e anotando aquêle excelente documento para o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Aí se encontram os nomes de alguns dos dez engenhos de Pôrto Calvo e os nomes dos das duas Alagoas, exceto o de Lucas de Abreu, onde só aparece o nome do proprietário. Também informações sôbre o estado em que se encontrava cada engenho, se moente ou não, bem assim acêrca dos lavradores. E’ com base nesta relação que procuraremos estudar os engenhos alagoanos do período holandês, isto é, da fase de domínio.

3. Dos dez engenhos de Pôrto Calvo nossas pesquisas ainda não conseguiram identificar inteiramente quatro: o de Manuel Ramalho, o dos Alpões, o de Cristóvão Dias Delgado e o de Domingos Gonçalves Moarjaen. O primeiro, informa o cronista, pertencia, na época do relatório, a David de Uries, estando arruinado, mas estava sendo reparado e re-

(11) John Nieuhof—Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil — Livraria Martins, São Paulo, 1942.

(12) Gaspar Barleus — História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, etc., ed. do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, MCMXL.

plantado. Nenhuma indicação temos par admitir qual seja êste engenho; van Der Dussen não lhe dá o nome, nem mesmo a invocação religiosa, elementos que poderiam servir de pista. Por outro lado, nem nas crônicas alagoanas, nem em genealogistas, nem em qualquer outra fonte encontramos subsídios para identificar o seu proprietário Manuel Ramalho.

Quase o mesmo sucede com o engenho dos Alpoins que, aliás, estava arruinado. O quase vai por conta de haveremos encontrado dois Alpoins nas "Denominações de Pernambuco". Um, Cristóvão Alpoim é Vereador da Câmara (13); outro, João Alpoim, é morador na freguesia de Santo Amaro (14). Um João Alpoim aparece citado por Laet entre os senhores de engenho que, em 1635, receberam intimação dos holandeses (15). Talvez se trate de uma mesma pessoa: o morador de Santo Amaro e o senhor de engenho em Alagoas.

Do de Cristóvão Dias Delgado sucede o mesmo. Johannes de Laet (16) refere-se a êste engenho como sendo nas proximidades do engenho "Santo Antônio", de Rodrigo de Barros Pimentel, embora, em outro passo, chame o próprio engenho de Delgado de "Santo Antônio", o que nos parece um lapso. O engenho situava-se em Paripueira, ao sul do rio Santo Antônio Grande, e, ao que supo-nho, corresponde ao chamado engenho "São Cristóvão" do mapa de Vingboons, ficando no vale entre os rios Getituba e Castanha. Foi um dos incendiados na excursão de Arciszewsky em 1636; figura na relação de van Der Dussen como destruído, e, ao que parece, não mais foi reparado e replantado, desaparecendo inteiramente. É certo que no vale citado há atualmente engenhos; nenhum, entretanto, com qualquer tradição de antiguidade.

Nenhuma informação mais pormenorizada colhemos, do mesmo modo, sobre o engenho de Domingos Gonçalves Maorjaen, moente e tendo lavradores com tarefas plantadas. Cremos tratar-se de engenho novo à época do relatório a que nos reportamos; não figura no "Breve Discurso", do mesmo modo

(13) Cf. "Denunciações de Pernambuco", cit.

(14) Cf. idem, idem.

(15) Cf. Laet, cit.

(16) Of. Laet, cit.

que não vem citado por outros autores contemporâneos do domínio holandês. Contudo, encontramos no 'diário' de Mattias van Der Broeck, que é de 1645, referência a êste engenho; por ela se fica sabendo que se situava nas proximidades do engenho "Santo Antônio" (17), ou melhor ao norte, pois a expedição vinha descendo para o Sul. O nome do proprietário é registrado Marzagão — Domingos Gonçalves Marzagão.

Dos demais conseguimos todos os elementos identificadores, não sendo, por isso, difícil reconstituir sua evolução. Dos dois de Rodrigo de Barros Pimentel, um — o do "Morro" — ainda hoje existe. Foi uma das vastas sesmarias do norte alagoano, e é ainda uma propriedade de grande extensão. Seu nome aparece na crônica holandesa em várias ocasiões. Inclusive em episódios meio românticos como o do rapto de uma filha de Rodrigo de Barros Pimentel. No século passado era conhecido como "sesmaria da Conceição do Morro", conforme um documento de demarcação existente no cartório de Pôrto Calvo, e do qual possuímos cópia.

O outro, o "Santo Antônio", também chamado "Santo Antônio Grande", creio ter sido o primeiro levantado pelo próprio Rodrigo de Barros, devendo ser o recentemente feito a que alude o "Breve Discurso", em 1638. É isto porque o "Morro" foi, a nosso ver, um dos erigidos por Cristóvão Lins, tendo chegado às mãos de Rodrigo de Barros por herança, da mesma forma que, posteriormente, quando das lutas da restauração, estava em poder de Manuel Camelo Quiroga. O "Santo Antônio Grande" foi levantado à margem do rio do mesmo nome, e é hoje usina.

O "São Francisco", que figura como de Manuel Camelo Quiroga, é o mesmo "Escurial", também levantado por Cristóvão Lins. No "Valeroso Lucideno", encontram-se referências a Manuel Camelo como senhor do "Escurial" (18), nome com que o engenho aparece em vários episódios das lutas que se travaram quando da insurreição de 1645.

Êste e os dois de Rodrigo de Barros Pimentel moíam à época do relatório citado e tinham lavradores, estando plantadas 43 tare-

(17) Cf. *Diário ou narração histórica*, etc. in "Revista do Instituto Histórico do Brasil", tomo XL, parte 1.<sup>a</sup>, Rio de Janeiro, 1877.

(18) *Valeroso Lucideno*, Edições Cultura, São Paulo, 1943, tomo I.

fas no "Morro", 49 no "Santo Antônio" e 23 no "São Francisco" ou "Escurial".

Os dois engenhos de Cristóvão Botelho estavam arruinados; foram também vítimas do incêndio de 1636. De um não aparece o nome. Presumimos, porém, tratar-se do "Buenos Aires", e isto em virtude da ascendência de seu proprietário de então que era neto de Cristóvão Lins. O outro, com o nome de "Novo", admitimos seja o "Maranhão", também construído por Cristóvão Lins, numa parte da sesmaria do "Buenos Aires".

Temos, finalmente, o engenho de Bartolomeu Lins, com 63 tarefas plantadas e moendo. E' o engenho do "Meio", depois "Bom Jesus", e hoje usina dêste nome. Confirmam esta afirmativa: primeiro, ser Espírito-Santo a sua invocação religiosa, nome com que aparece localizado, no mesmo ponto onde ainda hoje está, no mapa do livro de Barleus (edição holandesa); segundo, porque numa escritura de 1686, José de Barros Pimentel declara havê-lo recebido (era então chamado do "Meio") por doação de sua irmã, Brites Pimentel, viúva de Cristóvão Lins, o restaurador de 1645, que, por sua vez, era filho de Bartolomeu Lins.

4. Três são os engenhos da Lagoa do Norte arrolados na relação de van Der Dussen: o de "Nossa Senhora da Ajuda", pertencente então a Jacob Cloet, o de "Nossa Senhora da Encarnação", de Antônio Martins Ribeiro, e o de Lucas de Abreu. Os dois primeiros estavam moendo e tinham, respectivamente, 57 e 41 tarefas plantadas; o terceiro estava destruído e fôra confiscado.

Já vimos que o de Antônio Martins Ribeiro é o mais antigo da região, e também que se chamava "Garça Torta", onde êle residiu, como se verifica de referência de Borges da Fonseca (19). Com o nome de "Garça Torta" chegou até nossos dias, e Nossa Senhora da Encarnação deveria ser a invocação de sua capela. Todavia, essa invocação desapareceu no correr dos tempos para dar lugar à de Nossa Senhora da Anunciação. Tanto a capela como a casa-grande do engenho foram remodeladas entre 1890 e 1899 pelo então proprietário José Antônio Rodrigues Braga.

Tal fato — o da substituição do padroei-

(19) *Nobiliarquia Pernambucana*, "Anais da Biblioteca Nacional", vol. XLVII, vol. I.

ro do engenho — era comum. A mudança do proprietário acarretava a adoção de outro padroeiro, de acôrdo com o Santo ou a Santa de devoção de cada dono no caso, aliás, de cada dona, a senhora de engenho, que, na espécie, deveria ter sua vontade sobreposta à do marido. Em vários engenhos alagoanos se encontram essas alterações de invocação. O São Francisco do "Escurial", passou depois a Nossa Senhora da Conceição; e há outros casos a registrar.

Da mesma época do de Martins Ribeiro é o engenho "Nossa Senhora da Ajuda", invocação religiosa do hoje engenho "Mundaú", nome com que vem sendo conhecido desde muitas dezenas, senão centenas, de anos. O "Mundaú" ou "Nossa Senhora da Ajuda" data de quase o mesmo ano que o "Nossa Senhora da Encarnação"; a diferença talvez deva ser de dois a três anos.

O Dr. Leite e Oiticica que foi senhor do "Mundaú", encontrou, em escavações realizadas na Capela do engenho, uma inscrição com data de 1613 (20), donde se deduz que àquele ano já existia a Capela do engenho. Ou melhor: deve tratar-se do ano da própria construção. Antes de Cloet, foi proprietário do "Mundaú" Sebastião Dias.

Êste Sebastião Dias deve ser o próprio construtor do engenho, e se bem não tenhamos à mão material genealógico suficiente, quer parecer-nos ser êle avô de Sebastião Dias Manelli, herói da guerra contra os Palmares. Em 1660 era proprietário do "Mundaú" o Capitão Tomé Dias de Sousa, cujo pai se chamava Sebastião Dias Madeiro. Tomé Dias casou com Isabel Manelli e do seu consórcio nasceu Sebastião Dias Manelli que haveria de figurar com tanto brilho na luta final contra os negros palmarinos, constituindo-se uma das três principais figuras — êle, Bernardo Vieira de Melo e Domingos Jorge Velho.

Não será o primeiro Sebastião Dias o já referido construtor do engenho? Não teria êle próprio, posteriormente, ou seu filho Tomé reavido o engenho em virtude da expulsão dos holandeses? São perguntas que, a meu ver, merecem respostas afirmativas, baseando-se, sobretudo, na circunstância de que, por anos seguidos, o engenho continuou na posse da família Dias.

Sòmente para o engenho de Lucas de Abreu não encontramos suficientes elemen-

(20) in "Revista do Instituto Arqueológico Alagoano", vol. V. 1913.

tos para uma completa identificação. Talvez por estar destruído, não se encontram notícias do seu nome, nem da invocação religiosa. Em nenhum cronista contemporâneo acham-se informações que possam trazer melhor luz ao assunto. O que adianta, por exemplo, o relatório de Walbeek e Moucheron, é que somente estava de pé a Capela.

5. Com referência aos três engenhos da Alagoa do Sul, nenhuma dificuldade oferecem à identificação. Conservaram os nomes através dos tempos, e seus proprietários foram figuras conhecidas na obra do povoamento e colonização de Alagoas. O primeiro fundado na região foi o chamado "Velho", devido a Gabriel Soares.

Na relação de van Der Dussen o "Velho" aparece como de Domingos Rodrigues de Azevedo. A este Gabriel Soares havia vendido o engenho, como se verifica do registro feito no relatório de Moucheron e Walbeek: "Domingos Rodrigues comprou este engenho a Gabriel Soares" (21). A esta venda também se refere Gabriel Soares em seu testamento, preciosa fonte documental sobre os primórdios alagoanos. "Deveme Domingos Rodrigues de Araujo duzentos e cinco mil, novecentos e secenta reis e mais deveme do engenho Velho, por hua escritura quatro mil e quinhentos cruzados", diz Gabriel Soares (22).

Vendido o "Velho" Gabriel Soares passou a ser senhor do engenho "Novo". Teria construído este engenho, a que, aliás, não se refere no testamento, ou o teria herdado de Henrique de Carvalho, seu sogro? Esta última hipótese parece-nos mais aceitável, pois que Henrique de Carvalho, incluído como senhor de engenho no "Breve Discurso" (1638), não figura na relação de van Der Dussen (1639), nem no relatório de Moucheron e Walbeek (1643). É admissível esta hipótese, isto é, do falecimento de Henrique de Carvalho neste espaço de tempo, ficando o engenho para sua filha e, conseqüentemente, para Gabriel Soares.

(21) Cf. **Relatório**, cit.

(22) O original do testamento de Gabriel Soares encontra-se no arquivo do Instituto Histórico de Alagoas, e foi publicado na seção "Velharias", da "Gazeta de Alagoas", pelo Sr. Bonifácio Silveira, que o encontrou na cidade de Alagoas.

Entretanto, Gabriel Soares, em seu testamento, alude a estar fazendo engenho. O que parece é que, nesta época, êle estava reconstruindo ou remodelando o engenho, o que se pode concluir em face de dois pontos: a informação de Moucheron e Walbeek de que "a casa de moenda não está completa, nem a casa de purgar coberta" e, por outro lado, a circunstância de ser engenho novo, ou mais novo, e de ter a mesma invocação religiosa do engenho figurante na relação van Der Dussen, isto é, Nossa Senhora do Rosário.

A outros engenhos refere-se ainda Gabriel Soares em seu testamento: "Gorjaú" "Mangue" e "Penamduba". Do "Mangue" não conseguimos notícia exata. Os outros dois, porém, não se situam em território alagoano; estão localizados em Pernambuco, como é fácil verificar pelo "Breve Discurso". Os nomes dos proprietários, aí arrolados, coincidem inteiramente com os das pessoas a quem Gabriel Soares refere, no testamento, haver vendido as propriedades "Gorjaú" e "Penamduba". Atribuimos, igualmente, que o "Mangue" como os outros, se situava, também, em território pernambucano.

O engenho "São Miguel", pentecente a Marten Meyderse, fôra antes de Antônio Barbalho Feio. Não moía, e com certeza estava arruinado. É o mais antigo engenho do vale de São Miguel, onde floresceu, depois, a lavoura canavieira com a fundação de novos e importantes engenhos.

Este "São Miguel" é o mesmo engenho "Sinimbu" ou "Sinimbi", com que aparece em outras referências contemporâneas, inclusive no mapa de Barleus (edição holandesa), em que tanto o rio como o engenho trazem o nome de "Sinimby". O papel do engenho "Sinimbu" na história política de Alagoas foi dos mais importantes, e à sua existência está ligada a ação heróica de D. Ana Lins, mãe do Visconde de Sinimbu. A dedução de tratar-se do mesmo engenho fazemo-la ainda em virtude de encontrarmos no mapa de Vingboons o "São Miguel" situado no mesmo ponto em que veio a existir o engenho "Sinimbu".

Do seu fundador, Antônio Barbalho Feio, não conseguimos, entretanto, maiores informações; nem mesmo na genealogia de Borges da Fonseca encontramos elementos que melhor o identificassem.

6. Era esta a situação dos engenhos alagoanos na época do domínio holandês; ela desenha também o panorama da agricultura da cana de açúcar na região. Não foi, entretanto, de felicidade para a região alagoana o período de sujeição ao batavo. Nos habitantes da região portocalvense encontraram os invasores completa reação, sendo poucos os casos de mancomunação de elementos luso-brasileiros com o holandês, embora alguns tenham sido de figuras ilustres, mais tarde reabilitadas pela participação intensa e corajosa na campanha de expulsão.

Da mesma forma, na região das lagoas, a resistência ao invasor foi completa. Aí encontraram sempre os holandeses hostilidade da parte dos habitantes que não se curvaram ao seu domínio; a vila da Madalena foi incendiada e a de Santa Lusía do Norte invadida, mas não conquistada em virtude da resistência de Antônio Lopes Filgueiras e de D. Maria de Sousa e seus filhos.

Gabriel Soares sofreu tôda sorte de maus tratos, como se verifica da informação de Frei Calado (23); do mesmo modo, isto já na insurreição, Rodrigo de Barros Pimentel. Em 1636, por sugestão de Arcizewsky, a região canavieira entre Pôrto Calvo e Paripueira sofreu incêndio e quase integral destruição, a ponto de ficar inteiramente desabitada. O relatório de Moucheron e Walbeec constitui, aliás, o resultado da inspeção realizada por ordem do supremo conselho, para verificar as possibilidades de repovoamento daquela área, e ainda da região das lagoas, vítima, do mesmo modo, do fogo lançado pelo invasor em Madalena e outros sítios. Os engenhos que figuram como destruídos, em relações ou cronistas atrás citados, devem tê-lo sido no incêndio de 1636.

De fato, sabe-se que a destruição abrangeu a área de Paripueira e Camaragibe, principalmente, sendo incendiados os engenhos de Rodrigo de Barros Pimentel, de Cristóvão Dias Delgado, de Bartolomeu Lins e os dois de Cristóvão Botelho.

Nada disso, porém, arrefeceu o espírito combatente dos senhores de engenho em Alagoas. São êles que organizam e realizam a insurreição, à frente Cristóvão Lins, o segundo dêste nome, chamado o Restaurador. Era neto do primeiro Cristóvão Lins, povoador da região. Senhores de engenho participam das

(23) Cf. Valeroso Lucideno, cit.

lutas, transformando seus engenhos em focos de combate; dirigem guerrilhas e emboscadas. Finalmente, a 17 de setembro de 1645, chefiados por Cristóvão Lins, os luso-brasileiros forçam os holandeses à rendição no forte de Pôrto Calvo.

Terá sido, talvez, esta, a primeira vila a libertar-se dos holandeses, restaurando-se o domínio lusitano. Deve-se a senhores de engenho o êxito da campanha, através das lutas em que se empenharam, tornando vitoriosa a causa de libertação do solo pátrio.

Ao lado de Cristóvão Lins, nesta campanha restauradora, figuram Rodrigo de Barros Pimentel, que foi o primeiro senhor de engenho a ser aprisionado durante a insurreição, já estando possivelmente em idade avançada, Vasco Marinho Falcão, senhor de engenho e tronco da família dêste nome, largamente ramificada no Estado, Zenóbio Acioli de Vasconcelos, Manuel Camelo Quiroga, Cibaldo Lins, e muitos outros.

E' expressivo que esteja à frente da restauração um senhor de engenho do mesmo nome do descendente do povoador da região; um, desbravou a terra, conquistando-a e povoando-a; outro restaurou-a, dando-lhe a liberdade destruída pelo invasor holandês. E' a oportunidade de Frei Calado, expandindo sua veia poética, cantar êstes versos no "Valeroso Lucideno", a propósito de Pôrto Calvo:

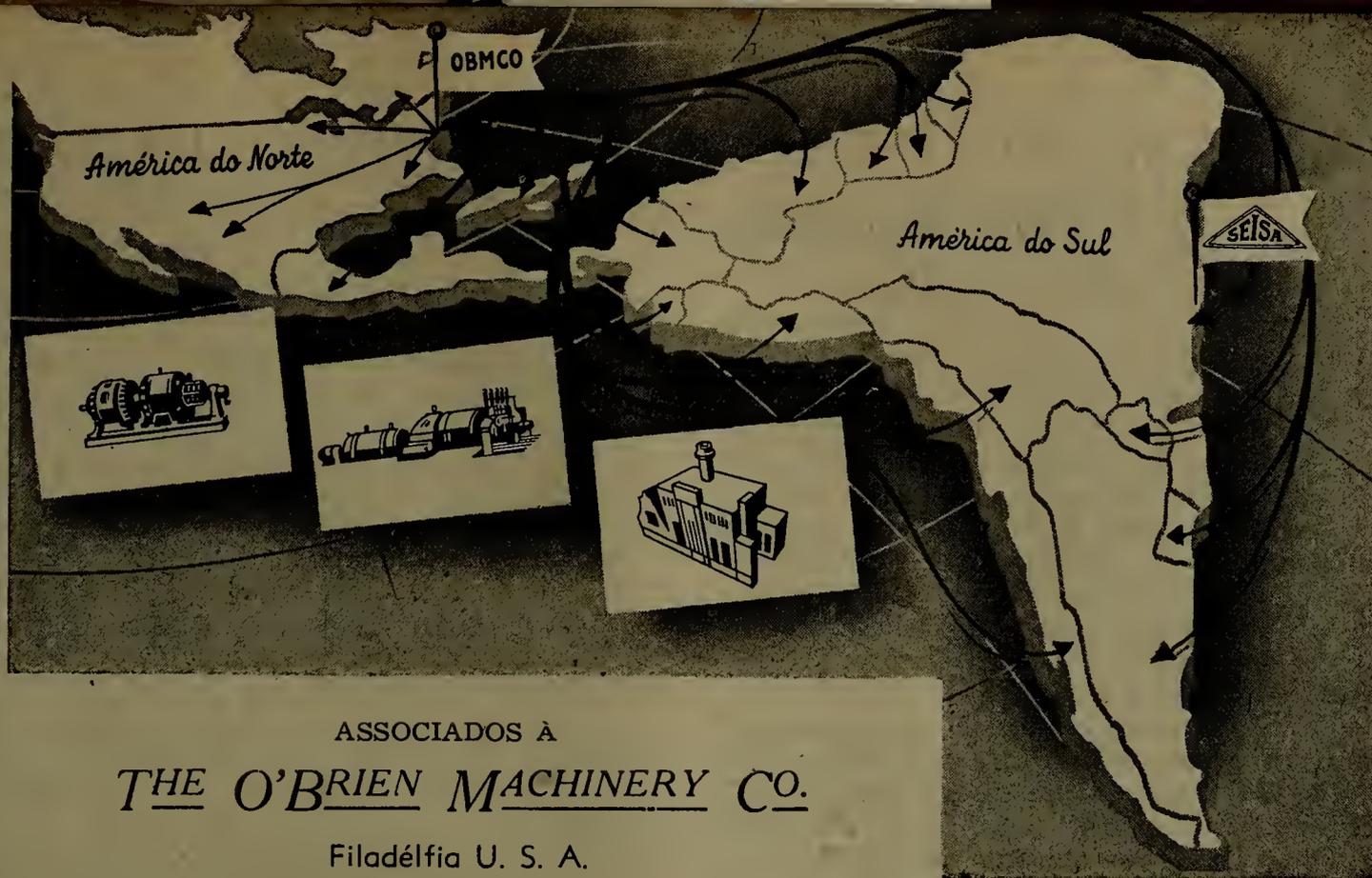
"... se pelo avô foi conquistada,  
Também foi pelo neto restaurada".

## "A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

*Leonardo Truda*

Preço. . . . . Cr\$ 12,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 13,00



ASSOCIADOS À

**THE O'BRIEN MACHINERY CO.**

Filadélfia U. S. A.

**CENTRÍFUGAS** de alta velocidade "ROBERTS", fabricadas pela THE WESTERN STATES MACHINE CO. — Hamilton, Ohio, U. S. A.  
**MOENDAS** e demais maquinarias para Usinas de Açúcar — GOSLIN BIRMINGHAM MANUFACTURING CO. INC. — Birmingham 1, Alabama — U. S. A.  
**CORRENTES E ESTEIRAS** — THE UNION CHAIN AND MANUFACTURING CO. — Sandusky — Ohio — U. S. A.  
**BALANÇAS** para todos os tipos industriais — THE HOWE SCALE COMPANY — Rutland Vermont — U. S. A.  
**CALDEIRAS** — UNION IRON WORKS — Erie — Pa. — U. S. A.  
**MOTORES DIESEL** — Estacionários e Marítimos até 50 HP. — R. H. SHEPPARD COMPANY  
**TURBINAS A VAPOR, VENTILADORES, QUEIMADORES DE ÓLEO, E FILTROS DE AR** — COPPUS ENGINEERING CORPORATION  
**MAQUINAS A VAPOR VERTICAIS, DE ALTA VELOCIDADE** — ASWORTH & PAKER LTD.  
**MOTORES ELÉTRICOS — TURBO-GERADORES, ETC.** — Novos — reconicionados e garantidos — THE O'BRIEN MACHINERY CO. — Filadélfia, U. S. A.  
**ENXOFRE** — GULF STATES SULPHUR CO. INC. — Gretna — La. — U. S. A.  
**PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS** nos Estados-Unidos — FACTORY SALES AND ENGINEERING INC. — La. — U. S. A.  
**MAQUINAS NACIONAIS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS "COMBRAL"**



**Soc. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA**

Rua da Candelaria, 9

**RIO DE JANEIRO - BRASIL**

Telegramas:

9º andar — Salas: 902/4

**CAPITAL Cr\$ 2.000.000,00**

**"RIOSEISA"**

Fones: 23-6241 e 43-1609

Agente em São Paulo:

**COMÉRCIO BRASILEIRO DE MÁQUINAS "COMBRAL" LTDA.**

Rua Florêncio de Abreu, 364 — São Paulo

End Teleg. Combrali — Tel. 3 - 5600

BRASIL AÇUCAREIRO

OUTUBRO, 1945 — Pág. 97

# O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO “O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL”

Jerônimo de Viveiros

## XIV

A idéia da aplicação da força centrífuga na depuração e classificação do açúcar é obra do engenheiro Seyrig, realizada em 1848.

No Brasil, cabe ao município de Campos a glória de haver iniciado a adoção do famoso aparelho. Fê-lo a partir de 1856, oito anos após a descoberta, graças aos inteligentes esforços do lavrador C. da R. Pacova, proprietário do engenho Fundão.

Sobre este extraordinário empreendimento no progresso da indústria açucareira nacional o “O Auxiliador” deixou-nos, como sempre, comentários dignos de nota. Diz o magnífico periódico no seu número de outubro de 1857 :

“Os aparelhos ora empregados na depuração do açúcar são precisamente os que se vêm usando para enxugar os panos e tecidos nas fábricas. Do seu fim primitivo passou a ter outra aplicação de muito maior importância”.

“O novo processo tem por fim separar os cristais de açúcar das soluções mais ou menos impuras e saturadas de açúcar cristalizável que os rodeiam, ficando à parte ou em separado cada um dos dois produtos, um sólido, outro líquido”.

“Por meio destes aparelhos obter-se-á a depuração e a clarificação de um modo tão rápido como econômico. Em vez de recorrer à purgação ordinária (em voga entre os nossos fazendeiros), que demanda uma temperatura de 28 a 35° no decurso de várias semanas, lança-se no vaso cilíndrico as aglomerações de cristais”.

“O aparelho Seyrig consiste em um duplo vaso cilíndrico e concêntrico. O vaso interior ou tambor móvel tem paredes circulares crivadas de furos; o vaso exterior ou a capa imóvel do precedente tem tôdas as paredes cheias. O primeiro vaso é munido, na parte superior, de uma borda anular interiormente. O meio do vaso, chamado turbina, tem um fuste vertical imóvel, cujo pé é fixo. As partes móveis deste aparelho são submetidas a um movimento de rotação que lhes é dado por meio do vapor”.

“O cilindro girando sobre o seu eixo é pôsto por graus em movimento, desde que a celeridade chegue a 1200 voltas por minuto, a força centrífuga expelle o xarope, apesar da viscosidade, através do clarificador metálico especial, que retém os cristais de açúcar, ainda mesmo quando diminutos”.

“São inúmeras as vantagens por este processo :

Desaparecem as dispendiosas, fatigantes e insalubres manipulações dos tendais”;

“Evitam-se as alterações do açúcar e do xarope, provocadas pela temperatura”;

“Apuram-se grandes valores, outrora perdidos”.

Estas vantagens, porém, pelo que informava a revista da “Sociedade Auxiliadora”, não eram reconhecidas pelos lavradores até o dia em que o Dr. Paçova se dispôs a tirar a incredulidade dos seus companheiros de classe.

No seu engenho — Fundão — e na presença dos principais lavradores fluminenses, fez funcionar o aparelho de Seyrig desde o lançamento do mel no vaso até a última clarificação do açúcar.

A notícia da grande prova constitui a parte final do artigo a que nos referimos :

“Tudo assim disposto, diz a referida notícia, e presentes vários senhores de engenho, de subida inteligência, como os Srs. Dr. Wanderley, Domingos Pinto, Baglione, Oliveira e Sousa, Antônio Custódio de Araujo, Carlos Dubois e outras pessoas, pôsse a máquina em ação”.

“Daí a três minutos ninguém mais duvidava da realidade dos famosos aparelhos centrífugos. Todos acudiram a ver na panela, convertidos em pequenos cristais enxutos e granados, o que três minutos antes era mel escuro e líquido! Todos tiraram com a própria mão a prova do belo açúcar, cheiraram e provaram, como que se ainda duvidassem do que se passava ante seus olhos!”

“O Sr. Dr. Pacova recebeu as merecidas felicitações dos circunstantes. Reconhecia-se no semblante de todos, e no do Sr. Dr. Pacova principalmente, os eflúvios de uma

completa satisfação pelo feliz resultado de suas provas. Tinha efetivamente resolvido o problema perante os homens práticos do país, os quais mal compreendiam a possibilidade de obter em três minutos apenas, sem os suores e as fadigas de um pessoal considerável, o que êles poderiam difficilmente conseguir dentro de um mês”.

Como se vê, a introdução da turbina nos velhos engenhos brasileiros foi um acontecimento notável, que, de certo modo, veio dissipar os temores de maus dias para a indústria açucareira, ocasionados pela lei que suprimiu o tráfico africano.

Esta brisa benfazeja não vivificava apenas a lavoura do sul do Império. No Norte, outros fatores contribuíam igualmente para levantar as forças combalidas da lavoura.

E' o que se depreende do relatório do Presidente da Província do Maranhão acerca do estado da agricultura da mesma Província, o qual o excelente periódico, que nos vem fornecendo elementos para êstes artigos, publicou no seu número de setembro.

Ressaltamos dêste relatório dois pontos, ambos reveladores do desejo de que se procedesse um forte soerguimento da lavoura nacional.

Informava o relatório :

“Últimamente o Comendador Luís José Henriques, de cuja atividade incansável e força de vontade folgo de ter recebido testemunho de todos que o conhecem, apresentou à consideração da presidência um projeto de contrato para a fundação de uma fazenda normal de agricultura, sob as seguintes bases : O empresário obriga-se, mediante o empréstimo de 40:000\$000, feito em prestações e sem juros, e que serão restituídos aos cofres da província no prazo de oito anos, a fundar na ilha ou em lugar próximo dela um estabelecimento de agricultura prática, em que se façam plantios de tôdas as espécies cultivadas na Província, e pelo emprêgo de instrumentos agrários usados nos países mais adiantados, cujos produtos são similares: compromete-se a pessoalmente ir examinar nas Províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina o método por que se cultiva a cana, e a maneira de usar das máquinas ali conhecidas, tanto para os efeitos desta planta, como para o preparo da massa da mandioca e sua torrefação, e que maiores vantagens possam oferecer, e intro-

duzi-las no dito estabelecimento, quer tenham por motor a água ou o vapor, quer sejam movidas por animais”.

O outro tópico do aludido relatório é assim expresso:

“Foi instalada no aniversário natalício de Sua Magestade o Imperador a Sociedade de Agricultura e Indústria Maranhense, que tem por fim melhorar a nossa agricultura”.

“Pelo exemplo, que deu em alguns ensaios de trabalhos feitos com os instrumentos aratórios, que fêz vir dos Estados-Unidos, conseguiu convencer a algumas pessoas de quanta vantagem seria o uso dêsses instrumentos, e, como é notório, já dentre os nossos lavradores alguns têm dado comêço a ensaios, que, na minha opinião, serão de suma utilidade para a prosperidade da Província”.

---

#### CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Na sessão da Comissão Executiva do I. A. A., realizada em 13 de junho último, procedeu-se ao julgamento das monografias apresentadas no concurso aberto por esta autarquia. Foram apresentados os seguintes trabalhos: “História de um engenho do Recôncavo”, do Sr. Wanderley de Araújo Pinho; “O açúcar no Brasil”, dos Srs. João de Sousa da Fonseca Costa e Luís Autuori; “O tributo e a penhora”, do Sr. Paulo da Fonseca Costa Couto; “O engenho Jussaral”, do Sr. João Clímaco da Rocha. A Comissão julgadora era composta dos Srs. Oliveira Viana, Eugênio de Castro e Barbosa Lima Sobrinho.

Por decisão unânime dos julgadores, o primeiro prêmio, no valor de 10 mil cruzeiros, foi concedido ao trabalho do Sr. Wanderley de Araújo Pinho.

A Comissão Executiva ratificou a decisão, autorizando o Sr. Presidente a tomar as providências adequadas.

---

## “Álcool Absoluto”

Livro do

**Dr. Anibal R. de Matos**

Preço. . . . . Cr\$ 6,00  
Pelo Correio. . . . . Cr\$ 7,00

À venda no Instituto do Açúcar  
e do Álcool

## A GUERRA DOS ENGENHOS

Mário Sete

As lutas contra o holandês, no Brasil, foram bem a guerra do açúcar, ou, talvez, mais poeticamente: a guerra dos engenhos.

Se motivos políticos não se fizeram rogados na política agressiva da República das Sete-Províncias-Unidas contra Castela, como é de sobejo sabido, desde as oriundas da reação flamenga contra seus antigos dominadores, extremados os embates em nome da soberania e da fé, as razões econômicas pesaram imperiosamente, máxime ao ser vedada aos barcos de bandeira holandesa o comércio com os portos ibéricos. Surgiria dessa proibição a defesa do princípio de "liberdade dos mares", por isto que decididos os homens de comércio e de governo da Holanda a irem buscar os artigos de mais cobiçada procura na Europa em as próprias fontes de cultivo ou produção. O Oceano Índico iria deixar de ser uma estrada portuguesa como o Pacífico era dos espanhóis. Os conceitos de Grotius vão se firmar nas diretrizes internacionais, orientando o rumo dos barcos da Companhia das Índias Orientais.

As quilhas da empresa congênere que se dizia das Índias Ocidentais iria, porém, nor-tear o açúcar, essa "droga de luxo" virada, agora, de consumo generalizado mercê dos canaviais que já se estendiam pelas terras do Novo Mundo. Sabia-se bastante do fausto e da prosperidade proporcionados pelo açúcar aos habitantes da Bahia e de Pernambuco. Da vila de Duarte Coelho, a famosa Olinda, contavam visitantes de penas autorizadas magnificên-

cias de riquezas, de conforto e de elegância permitidos pelos milhares de cruzados a gol-farem das moendas como brotava também o caldo das canas.

Os engenhos seduziam e provocavam a conquista já não apenas de mercados, mas da posse da terra. As tentadoras caixas do produto em grande aprêço, que não lhes era mais consentido ir carregar em Lisboa, essa maravilhosa Lisboa do século XVII, a bem dizer um belo "bôlo de açúcar", os flamengos estavam decididos a arrebatá-la da Bahia de Todos os Santos ou do Povo da Ribeira Marinha dos Arrecifes, fôsse-o à investida de co-



Velho engenho (Da coleção Mario Sete)

lunbrinas e falcões. A trégua decenal com a Espanha terminara e, na Holanda, vencera o partido da guerra com Usse-  
linx, enquanto os planos pacifistas de Oldenbarnevelt, cuja queda política ensejaria afinal a criação da W. I. C., se tinham dissipado. E, em-

bora dessem à W. I. C. um caráter mais militar do que comercial, ao contrário do que sonhara Usselinx, ia-se iniciar sua aventura de domínio do país do açúcar. O Conselho dos XIX trataria de congregar os elementos para a campanha de 1624. A Bahia seria a prêsia inicial: era a cabeça da colônia, agora de Castela, e jugulada a cabeça, o resto seria fácil aquietar.

Os barcos fizeram-se ao largo para começar a guerra do açúcar. Conhece-se de que modo o assalto à Bahia, pôsto triunfante a princípio, viera a ter um desfêcho adverso um ano depois, forçados os flamengos a evacuar

a praça conquistada sem dela haver tirado os proveitos visados. Caberia a Pernambuco, um lustro após, bafejada a Companhia das Índias Ocidentais com a prêsna magnífica dos galeões da prata do Peru, a escolha para a tentativa de conquista. E, dessa vez, firmada durante duas décadas e meia, quase. A frota de Lonck e as tropas de Wanderbruck esmagariam a defesa de Matias de Albuquerque e favorecidos pelo gesto de Calabar, dariam a W. I. C. a ambicionada faixa dos engenhos de açúcar.

Todavia, e enquanto Nassau não estabelecesse sua política inteligente de tolerância e de cordialidade, a vitória teria sido de Pirro... Watjen depõe: "Bem triste era o aspecto das coisas em Pernambuco. Para onde quer que se volvesse o olhar, só se viam engenhos incendiados, e vastos canaviais cobertos de cinzas, dos quais emergiam negros restolhos. Os bois necessários ao funcionamento das moendas eram levados ou mortos pelo fugaz inimigo. Muitas das caldeiras e utensílios que serviam para a fabricação do açúcar achavam-se espalhados pelos matos — e os prêtos escravos haviam fugido em tôdas as direções".

Esse período demonstra como realmente as lutas contra o holandês foram a guerra dos engenhos. Seus nomes, pitorescos, evocativos, sonoros, pontuam tôda a campanha, quer se investissem as terras do interior, quer as da banda do sul, quer as do setentrião. Engenhos, sempre engenhos... Vencidas as estiradas de léguas de permeio, o que se avistava eram os toscos boeiros ou as mortas rodas d'água. Transpunham-se os aceiros de canaviais em abandono e penetravam-se as alpendradas das almanjarras sem vida. O gado, se não rompera as cêrcas tresmalhando-se, pastava em abandono. Em muitos dos engenhos o fogo proposital devastara plantações. E as casas-grandes trancadas ou abertas impunham no seu silêncio contrastador do ruído e da vibração de dantes seu protesto contra o invasor. Onde as chamas não conseguiam destruir, faziam-no as facões e as enxadas. Nada que servisse ao inimigo e traçavam assim a divisa que deve orientar tôdas as gerações.

Os engenhos eram os baluartes da repulsa. E os flamengos viram-se de posse da terra sem tirar dela os proventos sonhados. O Conde de Nassau olharia a conquista por um prisma de habilidade construtiva: chama os antigos donos de lavouras à volta de suas

propriedades, prometendo-lhes garantias e auxílios. Aos que não acreditassem nas suas promessas, então, substituiria por patrícios e judeus mediante hasta pública. E os canaviais novamente enverduraram as várzeas e as encostas. As rodas d'água moveram-se e os animais rodaram as almanjarras para que o caldo corresse ao parol e o mel engrossasse nas tachas. Fazia-se açúcar... Lá se íam de caminhos argilosos em fora os carros de bois a rechinar e a bagaceira alastrava-se pelas vizinhanças dos açudes onde as jaçanãs bicavam a água. Negros golpeavam canas e outros encaixotavam o ouro doce que já abundava bastante para não precisar ser legado em testamentos reais.

A grandeza, a popularidade, a animação da Mauricéia decorriam da fartura dos engenhos. Os das Alagoas, os de Serinhaem, os do Ipojuca, os de Itamaracá, os da Paraíba, os do Rio Grande. Moíam 120, em 1840, afirma Netscher. Engenhos d'água e engenhos de animais. Aos balanceiros, mestres purgadores, barcaceiros, homens dos banguês não faltavam tarefas. Açúcar... Engenhos...

E nêles, ao regresso do Conde, estalaria a insurreição. Os conspiradores comunicar-se-iam no recesso das casas-grandes. A Várzea do Capibaribe seria um mundo de segredos, de projetos, de ousadias. Em terras de Ipojuca, Amador de Araujo. Luís Bezerra para as bandas de São Lourenço. E mais Berenguer, Fernandes Vieira, Antônio

## "Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeek — Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.º Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues.

A venda nas Livrarias ..... Cr\$ 5.00

Cavalcanti, Belchior Covas, Arnão de Holanda, Fernão de Campos, tantos outros. Novamente os nomes dos engenhos vinham à baila não como centros de resistência, mas, agora, núcleos de impetuosa ofensiva libertadora: o sentimento nativista e a revolta às extorções impunham-no. Engenhos de nomes todos nossos que os flamengos estropiavam no seu sotaque exótico: Pindoba, Salgado, Bom-Jesus, Guaxapi, Maciape, Nossa Senhora de Nazaré, Santo Antônio dos Apipucos, Camassari, Muribeca, São Bartolomeu, Covas, São João...

Cada engenho era como que um arcabuz em riste. Os flamengos vigiavam-nos como se espreita a trincheira de onde se pode esgueirar o adversário para um golpe mortal. Tudo parecia suspeito. Até o toque de chamada para a missa que um sacerdote fôra dar no sinozinho da ermida do engenho de sua capelania. E' prêso e é morto. Quanta violência, quanta perfídia, quanta vingança!...

Mas os engenhos teriam sua desforra. Eles proporcionariam aos lutadores os frutos de suas terras enquanto os flamengos passavam fome dentro dos muros do Recife. O açúcar tornava-se-lhes tão raro que em breve teriam de mandar buscá-lo da Europa, numa ironia flagrante aos propósitos de sua conquista brasileira, como o acentua José Honório Rodrigues em "Civilização Holandesa no Brasil". Por fim, as jornadas gloriosas de Tabocas, de Casa-Forte e de Guararapes pronunciarão o voto decisivo na expulsão dos flamengos. Terras de engenhos, campos de batalhas.

Canaviais que acoitam os rebeldes e possibilitam emboscadas. Canaviais que ardem hostilizando e afligindo. Canaviais que estremecem às surriadas dos mosquetes. Canaviais que farfalham aos toques dos atabaques e das buzinas em sinal de triunfo.

Canaviais de engenhos cujas páginas de reação e de destemerosidade constituem a história da guerra do açúcar. Engenhos bem simbolizados naquele de D. Ana Pais, na Casa-Forte, no qual, em o dia 17 de agosto de 1645 o arrogante Henrique Huss manda arvorar uma bandeira branca e "com duas pistolas, viradas as bôcas para baixo, e o chapéu na mão, se mostrou rendido a todos os nossos", como se conta no Castrioto Lusitano.

Os engenhos salvaram a unidade do Brasil.

## PURIFICAÇÃO DO CALDO

A revista venezuelana "Producción" faz referência, em um dos seus últimos números, aos esforços realizados pelos produtores de açúcar brasileiros e norte-americanos na obtenção de um substituto de carvão para a purificação nas operações de refinação do açúcar.

A notícia destaca o emprêgo de bauxita, favorecido pelos técnicos brasileiros, que procuram utilizar os grandes depósitos desse minério existentes no Brasil para superar as dificuldades encontradas no abastecimento de carvão ativado, normalmente empregado na refinação.

Os norte-americanos, de seu lado, dedicam particular atenção ao estudo da modificação iônica, propriedade destinada a desempenhar importante papel no futuro da técnica.

Com a descoberta de uma resina de "modificação iônica sintética" encontrou-se um novo processo apto a eliminar as impurezas do caldo da cana e da beterraba. Os ensaios realizados mostram que filtrando o caldo através de uma camada desta resina consegue-se eliminar de 60% a 80% das substâncias não sacarosas e de 80% a 90% da coloração do caldo clarificado.

A resina primeiramente desdobra os sais ou os converte em ácidos, pois o metal do sal é substituído pelo hidrogênio que a resina provoca e estes ácidos são desalojados pelo poder absorvente da resina. Como o carvão ou a bauxita esta resina perde o seu poder de atividade, que nos dois primeiros corpos não se regenera totalmente. Na resina, porém, a regeneração é total apenas com um lavado em solução de ácido diluído.

Estas descobertas mostram que uma das operações mais delicadas da indústria se tornará mais fácil e econômica, possibilitando a obtenção de um produto de melhor qualidade.

**"Álcool Absoluto"**

**Dr. Anibal R. de Matos**

Preço . . . . . Cr\$ 6,00

Pelo Correio . . . . . Cr\$ 7,00

**À venda no Instituto do**

**Açúcar e do Álcool**

# COMPAGNIE DE FIVES - LILLE

SOCIEDADE ANÔNIMA

CAPITAL: 200.000.000 Frs.

Sede social e Administração — 7, RUE MONTALIVET, 7 — Paris

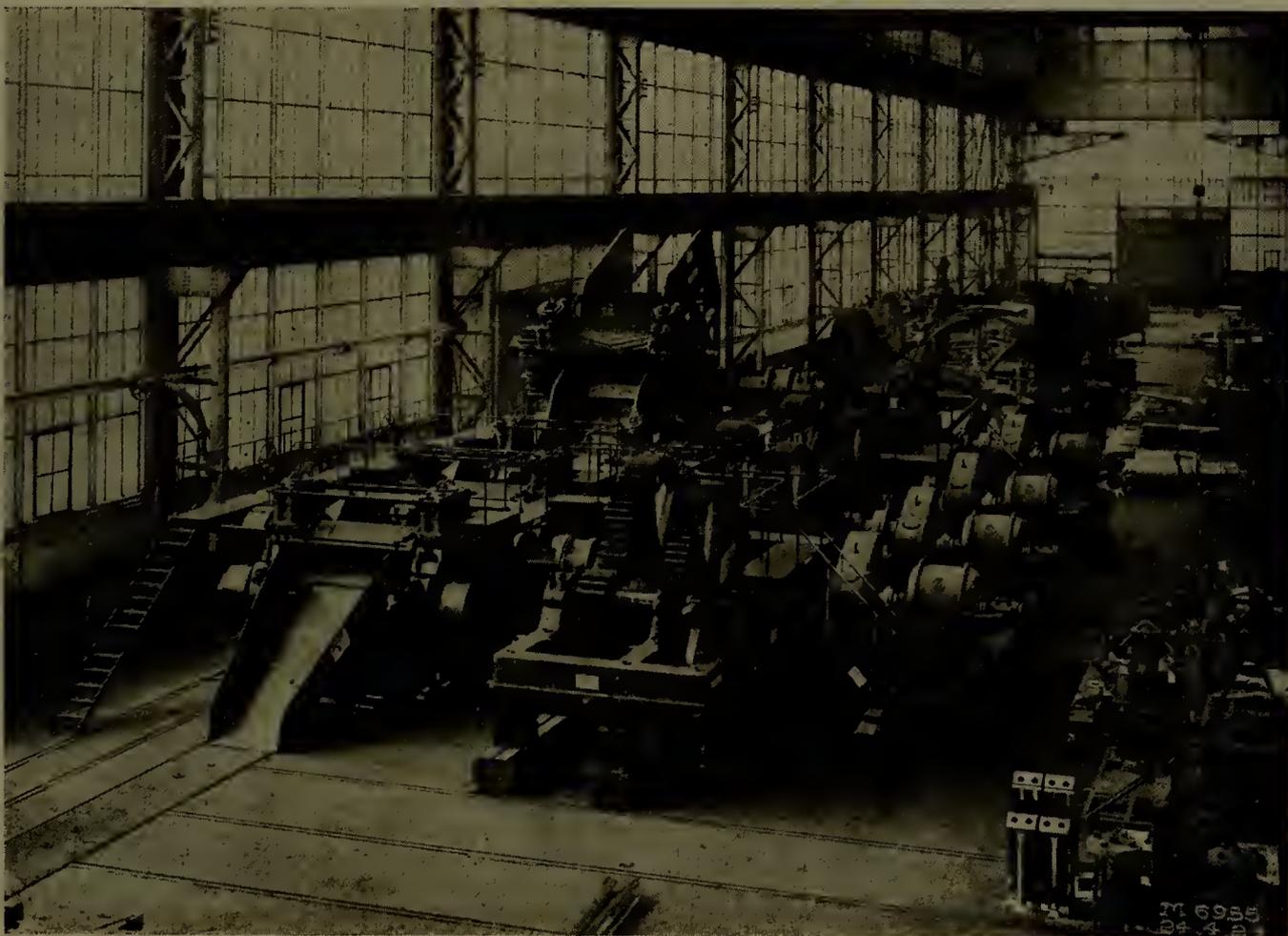
Usinas do Norte Em Fives-Lille  
Fresnes Sur  
Escout & Lille

Usina do Centro  
Em Givors  
Rhône

TÔDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA USINAS DE  
AÇÚCAR E REFINARIAS

INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA FABRICAÇÃO DE ALCOOL

DISTILAÇÃO — RETIFICAÇÃO — DESIDRATAÇÃO



INSTALAÇÃO ELETRICA 32" X 72"

Representante para o Brasil :  
SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES HENOT LTDA.  
Edifício Castelo — Avenida Nilo Peçanha, 151 - Sala 110  
RIO DE JANEIRO

Agentes em Campos: MACHADO VIANNA & CIA.

## HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA COOPERATIVA DE USINEIROS DE PERNAMBUCO

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, ofereceu, no dia 4 de setembro último, no Restaurante do I. A. A., um almôço ao Sr. Luís Dubeux Junior, Presidente da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco.

Oferecendo a homenagem àquele industrial, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho pronunciou o seguinte discurso:

“Não é objetivo do Instituto apenas a aproximação das classes de plantadores de cana e de industriais do açúcar do Brasil. Procuramos, também, de região a região, estabelecer vínculos de entendimento recíproco, que permitam a compreensão por todos os produtores de que, se é a mesma a paisagem canavieira, também são os mesmos os interesses das classes que produzem a cana de açúcar em tôdas as regiões brasileiras.

Temos por isso a maior satisfação em ver reunidos, em torno desta mesa, representantes de vários centros produtores de Pernambuco como do Estado do Rio, de Sergipe como da Bahia. Através dessa aproximação crescente, a classe chegará a uma compreensão nítida de seus deveres e de sua unidade de ação, e o Instituto terá obtido a maior de suas vitórias se, em qualquer ponto do Brasil, o plantador de cana ou o industrial de açúcar tiver sempre presente, diante dos olhos os interesses comuns de toda a sua classe e de toda a economia que representa milhões e milhões de vidas.

Neste momento, reunimo-nos, com a presença de representantes de todos os Estados, para uma homenagem ao Sr. Luís Dubeux, Presidente da Cooperativa de Usineiros do Estado de Pernambuco.

Entre o Instituto e a Cooperativa de Usineiros do Estado de Pernambuco, as relações não têm sido sempre de concordância e mesmo não o poderiam ser, porque devemos considerar que o Instituto representa o interesse dessa unidade e não o de cada região distinta e toda a vez em que os interesses dessa unidade se opuseram ao interesse de determinada região, é bem de ver que teriam de prevalecer, para a vitória dos interesses comuns, os de tôdas as classes açucareiras do Brasil. Entretanto, através do debate, da divergência, da discussão é que se forma muitas vezes o entendimento entre as criaturas humanas, sobretudo quando temos a consciência de que, de nossa parte, sempre houve a defesa de interesses legítimos, como sempre o é a defesa de interesses legítimos por parte da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco. O respeito mútuo que se forma nesses debates vai constituindo uma base tão sólida de entendimento e de compreensão, que não há mais perigo de divisões ou de divergências, porque se todos podemos sair desses prélios com a consciência perfeita de que soubemos defender os nossos deveres e de que soubemos corresponder às nossas responsabilidades, somos, afinal, dignos de nós mesmos.

A Cooperativa de Usineiros de Pernambuco é realmente uma organização que só pode merecer louvores pela expressão de sua força econômica, pela grandeza de seus propósitos, pela felicidade de suas realizações. Creio não haver, no Brasil, em nenhum setor, uma organização que represente interesses tão amplos quanto os que estão sob a responsabilidade da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco. Basta dizer que seu movimento anual não será inferior a Cr\$ 600.000.000,00, para que se possa ter realmente uma idéia das proporções dessa organização econômica que distribui anualmente mais de 5.000.000 de sacos de açúcar, em média. O que, entretanto, se pode e se deve salientar na organização da Cooperativa de Pernambuco, é que não se trata mais de uma empresa de caráter individualista, mas de uma associação de interesses, não de classe, mas de classes, porque através de suas operações é que se forma, com todos os lucros obtidos, o preço médio para o usineiro e o preço médio para o plantador de cana. Uma realização dessas representa, de fato, dentro do Brasil, uma façanha de tal ordem que não podemos deixar de render homenagens aos que estão à frente dessa entidade, aos que a sabem levar, de maneira tão segura, a uma vitória — vamos dizer — tão esplendente.

Quero, por isso, em nome do Instituto do Açúcar e do Alcool, erguer a minha taça em homenagem ao homem a quem se deve, acima de todos os outros, uma vitória tão grande, porque, com a sua experiência do setor comercial, com a sua operosidade insuperável, com o seu espírito público, soube encontrar, através de todos esses problemas, a harmonia geral. O Sr. Luís Dubeux é, sem dúvida, o homem a quem, acima de todos, se devem, nesta realização, os maiores louvores.

Quero, por isso, em nome do Instituto, erguer a minha taça em homenagem ao Sr. Luís Dubeux”.

Depois, usando da palavra, o Sr. Luís Dubeux Júnior leu as seguintes palavras de agradecimento:

“Quis o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, com o seu cavalheirismo e a sua requintada finura, brindar-me com este almôço de despedida. Quero agradecer-lhe esta atenção que muito me desvanece e o faço pelos usineiros de Pernambuco, pois, de fato, é em nome da minha classe que recebo esta homenagem.

Não sou dos que criticam almoços e jantares, dando-lhes classificações depreciativas. Ao contrário, penso, que através de tôdas as idades, foram êles veículos de bom entendimento, bem como ambientes e momentos oportunos para que possamos expressar nossas opiniões.

Os ingleses, por exemplo, aproveitam as refeições coletivas para tratarem, muitas vezes, de magnos problemas sociais e políticos.

Não me proponho cansar os ilustres amigos presentes com uma longa explanação do quanto tem si-

do benéfica a ação do Instituto do Açúcar e do Alcool, tanto para os produtores quanto para os consumidores.

Bastaria apontar o quadro comparativo da situação das fábricas de açúcar no Brasil em 1930 e em 1945; a disciplina dos preços de açúcar e o magnífico impulso que obteve o álcool como combustível nacional para demonstrar o êxito e o equilíbrio desta grandiosa obra que devemos ao Governo patriótico e de orientação cem por cento nacional do grande Presidente Vargas.

A atual administração da autarquia açucareira está entregue a homens de bem, sob a presidência de um brasileiro culto e honrado como o Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Estou perfeitamente à vontade para falar sôbre o assunto. Poderão dizer que divergi várias vezes do Instituto. E' verdade, e ainda posso vir a divergir outras tantas. Sempre me bati, por exemplo, contra a anomalia do preço diferencial para o Distrito Federal. E' justo, porém, salientar que o Instituto se tem esforçado para corrigi-la e, ultimamente, levou a efeito uma distribuição de prejuízo muito mais equitativa que anteriormente, quando o mesmo recaia, exclusivamente, nos produtores de Campos e do Norte.

Não me constroem os pontos de vista que possa ter externado, sempre no ardor da defesa da classe que represento, mas êstes foram sempre ditados pelo sincero desejo de colaboração. Nem por isto posso perder o direito de proclamar as benemerências da autarquia açucareira.

Não sei de nenhuma outra autarquia no País que lhe seja superior no rigor e na moralidade dos seus atos. Sem desmerecer a sua digna Comissão Executiva e seus altos funcionários, penso fazer justiça em salientar as pessoas de seu Presidente e de seu operoso Gerente como principais fatôres dêste exemplo de retidão e probidade.

Seria de grande alcance que tôdas as demais autarquias nacionais e até mesmo importantes organizações particulares imitassem o gesto do Instituto, que se submete à fiscalização indiscutível de peritos contabilistas de renome mundial.

Se, de um lado, o Instituto dá aplicação correta aos fundos que arrecada, de outro lado também atende perfeitamente à sua finalidade básica — o equilíbrio entre a produção e o consumo. Fêz o Instituto a defesa do produtor e do consumidor. Pergunto: o que seria de ambos se não fôsse a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool?

Já tenho 25 anos de prática no comércio do açúcar, e posso dizer ao produtor que já vendi açúcar cristal a Cr\$ 17,00 o saco, como posso dizer ao consumidor que já vendi, em época em que tudo valia muitíssimo menos que hoje, — açúcar cristal a mais de Cr\$ 100,00 por saco. Tudo isto em períodos nos quais produtores e consumidores não tinham defesa de espécie alguma.

O que adquiriram os produtores com o Instituto, foi a segurança de uma organização que vela por seu equilíbrio econômico. O que adquiriram os consumidores foi a estabilidade dos preços, que são apenas alterados depois de estudos meticolosos e não ao sabor das especulações como em tempos idos.

Está o Instituto sendo culpado da falta momentânea de açúcar no País, apesar da constante ascensão da produção; embora com alternativas. São Paulo, por exemplo, que antes da organização do Instituto não produzia mais que um milhão de sacos, produz hoje três vezes mais e não resta a menor dúvida que foi um dos maiores beneficiários da política açucareira.

Ninguém procura culpar as enchentes, as secas e nem as dificuldades de guerra que atrofiaram as possibilidades do recebimento de novas maquinarias e de fertilizantes adequados em quantidade.

O Instituto tem aumentado sistematicamente, e à luz da experiência, os limites de produção. Reclama-se contra as medidas prudentes do Instituto fixando estas limitações de produção que foram a base do êxito em proveito do produtor e do consumidor.

Se não tivéssemos limite e pudéssemos conseguir meios de produzir sem restrições, não haveria razão para a existência do Instituto. Chegaríamos cedo, porém, novamente ao período de superprodução, da ruína e do abandono das fábricas com enormes problemas sociais no País. E depois, em virtude de tudo isto, viria, a seu tempo, a escassez e a alta desenfreada do produto.

Enfim, a renovação de tudo o que já assistimos em épocas passadas.

Tem, pois, o Instituto do Açúcar e do Alcool uma elevada função a desempenhar em nossa Pátria. São problemas complexos e que, não há dúvida, provocarão sempre as mais variadas controvérsias, entretanto posso dizer sem receio de contestação que abrangendo tão vasto setor e tendo de fazer frente a tão grandes choques de interesses, sômente elementos ponderados, justos e honrados, como o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, poderão levar a bom têrmo a espinhosa missão de presidir o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Agradecendo, mais uma vez, a Sua Excelência, a distinção com que honra a indústria açucareira de minha terra por meu intermédio, eu peço aos ilustres convidados que me acompanhem bebendo pelo crescente desenvolvimento e pelo mais completo êxito do Instituto do Açúcar e do Alcool".

Participaram do almôço, membros da Comissão Executiva do I. A. A., usineiros, banguzeiros, fornecedores, altos funcionários do I. A. A. e outras pessoas gradas.

---

## "JEEPS" NA AGRICULTURA

O Conselho Nacional de Engenharia Agrícola do Canadá, após demoradas investigações, informou ao Departamento de Agricultura que se não devem alimentar esperanças quanto ao emprêgo dos "jeeps" nas fainas agrícolas.

Nem a construção, nem a velocidade normal, nem a capacidade de reboque (fôrça tratorial) para cargas contínuas tornam o "jeep" apto para esta classe de serviços.

## BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

## "EL AZUCAR PERUANA"

A União dos Produtores de Açúcar do Peru reuniu em livro uma série de publicações, saídas em 1943 e 1944, sobre a situação açucareira naquele país. Trata-se de um trabalho gráfico recomendável e, quanto ao texto, a objetividade e clareza de exposição justificaria atenção mais demorada ao assunto.

Constitui o açúcar, no Peru, uma das maiores fonte de renda nacional, superando o valor de sua produção ao de todos os demais produtos agrícolas do país. Grande exportador, o Peru tem no açúcar um dos maiores esteios do valor exterior de sua moeda; o valor da exportação de açúcar supera ao das importações de alimentos efetuados pelo país. Depois de Havai e Java, possui aquêle país os mais altos rendimentos mundiais por hectare.

O livro ainda detém-se sobre outros aspectos da indústria açucareira peruana. Uma síntese, bem documentada, da vida do açúcar, numa economia nacional em grande parte dependente dos êxitos e insucessos do produto.

O exemplar foi ofertado à biblioteca do I. A. A. pelo Sr. W. R. Grace, de Lima.

## DIVERSOS

BRASIL: — O Florescimento da Cana de Açúcar, de Jaime Rocha de Almeida, Otávio Valsecchi e Frederico Pimentel Gomes; Glossário dos nomes vulgares das plantas do Herbário da Seção Botânica, de Henrique Delforge; Geradores de Vapor nas Usinas de Açúcar, de Jaime Rocha de Almeida; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 108 e 109; Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 131; Boletim Econômico, ns. 7 e 8; Boletim Informativo da Associação Comercial e Rural de Gravataí, n. 2; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 57; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 48; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ns. 1 e 2; Boletim da S. O. S., n. 125; O Campo, ns. de julho e agosto de 1945; Cooperação, n. 36; Ceres, n. 33; Digesto Econômico, n. 10; Economia, n. 75; Indústria e Técnica, n. 7; Imprensa Médica, n. 377; Imposto de Consumo, n. 76; O Mundo Motorizado, n. 197; Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, tomo 42; Ministério da Agricultura: S. D. A. ns. 56, 57, 249 e 263; O Observador Econômico e Financeiro, n. 115; Revista do I. R. B., n. 32; Revista do Serviço Público, ns. 2 e 3; Revista Bancária Brasileira, n. 152; Revista do D. A. C., ns. 6 a 8; Revista do D. N. C., n. 145; A Rodovia, n. 66-67; Revista Duperial do Brasil, n. 26; Revista Industrial de São Paulo, n. 8; Revista de Agricultura, n. 7-8; Saps, n. 10; Vitória, ns. 612 a 616.

ESTRANGEIRO: — A Determinação dos Açúcares Redutores no Vinho do Pôrto, de Mário da Cunha Ramos e Manuel de Bessa Ribeiro, publicação do Instituto do Vinho do Pôrto; Boletim

Americano, ns. 446 e 461; Boletim Informativo de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Colômbia, ns. 10 e 11; Boletim Estatístico, República Argentina, ns. 571 a 575; Caterpillar Magazine, n. 91; Cuba Económica y Financiera, n. 231; Cuadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Pôrto, n. 63; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 358; Elaboraciones y Envases, n. 1; Fortnightly Review, ns. 226 a 229; Foundryman's News Letter, n. 2; Gaceta Algodonera, n. 258; La Industria Azucarera, n. 621; The International Sugar Journal, n. 559; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 29 a 31; El Mundo Azucarero, n. 4; Noticias de Mexico, ns. 106 a 108; Producción, n. 18, Planificación Económica, ns. 28 e 29; Revista del Ministerio de Agricultura, Cuba, n. 2; Revista del Comercio Exterior, ns. 2 e 3; El Rotariano Argentino, n. 221; Revista de Estadística, ns. 6 e 7; Revista Industrial, n. 8; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n. 75; The Sugar Journal, n. 1; Sugar, n. 7; Técnica Azucarera, n. 35-36; Uruguay Industrial, n. 4; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 28 e 30.

## CENTRO AÇUCAREIRO ARGENTINO

Nos começos de 1894, a indústria açucareira argentina encontrava-se em péssima situação. A grande fase de especulação, que começara alguns anos antes, terminara e em seu lugar manifestavam-se a depressão e o pânico. Estoques invendáveis estavam acumulados. De sua parte, o governo cuidava de uma reforma de tarifas, desfavoráveis à indústria do açúcar; outras dificuldades surgiam. Os produtores, até então desorganizados, verificaram que era chegado o momento de uma articulação de forças e, em 5 de março de 1894, fundaram o Centro Açucareiro Argentino, que tem sido neste meio século o sustentáculo dos interesses políticos, econômicos e técnicos da indústria açucareira argentina.

No seu número de julho, último, "Sugar" registra o aparecimento de um livro dedicado à história do Centro Açucareiro Argentino, de autoria do Sr. Emilio J. Schleh, que desde 1903 desempenha as funções de Secretário da referida organização. Aproveitando o seu largo contato com os negócios do Centro Açucareiro e o seu conhecimento das principais figuras da indústria, o autor reúne no volume amplo material informativo. Primeiro faz curtas biografias dos grandes vultos da indústria, no presente e no passado. Em seguida, apresenta um esboço histórico das fábricas e refinarias existentes no país, ao todo 40, descrevendo as respectivas instalações e equipamentos. Por fim reúne abundantes dados estatísticos sobre a produção argentina, informando também sobre os diferentes grupos organizados dentro da indústria. O livro é profusamente ilustrado.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 31 DE AGOSTO DE 1945

## A T I V O

Inversões	Cr\$	Cr\$
Biblioteca do Instituto.....	138.967,10	
Construção de Distilarias Centrais.....	26.929.780,50	
Distilarias Centrais — Custo de Instalação.....	69.181.949,34	
Imóveis .....	4.711.679,90	
Laboratórios .....	129.446,80	
Móveis e Utensílios.....	2.872.689,70	
SAM/Material Permanente .....	97.945,00	
SAM/Tanques, Maq. Bombas, Aces. e Instalações .....	2.733.494,63	
SAM/Terrenos e Edificações.....	230.065,60	
SAM/Vagões-Tanques .....	500.000,00	
SAM/Vasilhames e Tambores.....	1.170.320,18	
SAM/Veículos .....	695.050,06	
Títulos e Ações.....	10.707.000,00	120.098.388,81
<b>Operações de Crédito e Financiamento</b>		
Caixa de Empréstimos a Funcionários.....	400.970,90	
Empréstimos Diversos .....	47.535.811,50	
Empréstimos a Produtores de Açúcar.....	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias.....	3.809.831,90	
Financiamento a Distilarias Particulares.....	19.519.481,85	
SAM/Adiantamento para Compras de Alcool.....	2.797.294,53	74.075.748,48
<b>Contas de Regularização</b>		
Açúcar c/Despesas .....	271.037,70	
Aluguéis .....	474.473,20	
Anuário Açucareiro. . . . .	945,00	
Bonificações .....	38.481.714,80	
Comissões .....	754.983,90	
Contas a Classificar (Saldos Devedores) .....	11.279.982,00	
Despesas de Viagem .....	699.833,40	
Despesas do Edifício Taquara.....	293.419,10	
Despesas Gerais .....	2.076.796,50	
Diárias .....	518.696,50	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação.....	4.854.400,76	
Distilarias Centrais — Mão de Obra.....	531.627,00	
Estampilhas .....	11.716,70	
Fundos para Propaganda .....	1.025.601,13	
Gratificações .....	1.354.815,20	
Instituto Nacional de Tecnologia C/Subvenção .....	58.333,00	
Portes e Telegramas .....	256.203,40	
Prêmios e Demais Despesas de Seguro.....	5.274,80	
Revista Brasil Açucareiro.....	89.141,60	
Salário Família .....	189.700,00	
SAM/Despesas do Alcool-Motor. ....	1.536.314,00	
SAM/Despesas s/Alcool Anidro.....	2.863.488,90	
Vencimentos .....	4.333.042,00	71.961.540,59
<b>A transportar .....</b>		
		266.135.677,88

Transporte.....		266.135.677,88
<b>Material de Consumo e de Transformação</b>		
Distilarias Centrais — Almoxarifado.....	2.202.244,30	
Distilarias Centrais — Matéria Prima.....	2.430.542,55	
Material de Escritório.....	609.315,40	5.242.102,25
<b>Valores Realizáveis</b>		
Compras de Açúcar C/Retrovenda.....	5.473.345,00	
Compras de Açúcar C/Reversão.....	15.888.002,00	
Distilarias Centrais — Produtos Elaborados.....	273.926,10	
Livros e Boletins Estatísticos.....	1.058.587,20	
SAM/Álcool Anidro C/Depósito Geral.....	18.161,60	
SAM/Álcool-Motor C/ Fabrico.....	7.586.776,20	
SAM/Compras de Álcool.....	1.668.956,00	31.967.754,10
<b>Créditos Diversos</b>		
Contas Correntes (Saldos Devedores).....	9.701.998,80	
Distilarias Centrais — Contas Correntes (Idem).....	877.844,50	
Letras a Receber.....	53.063,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores).....	9.200.162,74	19.833.069,04
<b>Disponibilidades</b>		
Banco do Brasil — C/Arrecadação.....	85.997.428,70	
Banco do Brasil — Créditos à Disp. da Seção de Câmbio.....	8.134,60	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento.....	10.993.428,00	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos.....	9.297.846,10	
Caixa.....	78.599,50	
Delegacias Regionais C/Suprimentos.....	13.116.083,20	
Distilarias Centrais C/Suprimentos.....	4.027.913,10	123.519.433,20
<b>Contas de Compensação</b>		
Açúcar Depositado em Penhor.....	6.000.000,00	
Banco do Brasil — C/Caução de Açúcar.....	5.473.345,00	
Banco do Brasil — C/Créditos.....	74.526.655,00	
Depositários de Títulos e Valores.....	2.001,00	
Títulos Depositados em Garantia.....	300.000,00	
Títulos e Valores Apenhados.....	1.003.000,00	
Valores Cauçionados.....	465.181,00	
Valores em Hipoteca.....	30.544.012,80	118.314.194,80
TOTAL.....	Cr\$	565.012.231,27

**PASSIVO**

	Cr\$	Cr\$
<b>Patrimônio</b>		
Reserva Patrimonial Geral.....	80.976.478,40	
Reservas Patrimoniais Especiais:		
Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições.....	3.679.173,50	
Reserva p/Substituições .....	11.599,90	84.667.251,20
<b>Reservas</b>		
Reservas p/Depreciações .....	1.201.798,70	
SAM/Locação de Vagões-Tanques.....	250.000,00	
SAM/Reserva do Alcool-Motor .....	9.636.094,91	
SAM/Reserva p/Depreciações .....	1.717.711,90	12.805.605,51
<b>Fundos Especiais</b>		
Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana.....	21.080,40	
Fundo de Assistência Financeira.....	2.022.423,30	
Fundo de Assistência Social.....	1.710.695,90	
Fundo de Bonificações .....	18.527.322,20	
Fundo de Donativos.....	1.480.380,45	23.761.902,25
<b>Reserva de Previsão</b>		
Reserva de Previsão .....		152.772.422,15
<b>Exigibilidades</b>		
Banco do Brasil — C/Financiamento.....	5.473.345,00	
Contas Correntes (Saldos Credores).....	3.322.837,30	
Depósitos de Engenhos.....	111.300,00	
Depósitos Especiais .....	5.174.759,94	
Distilarias Centrais - Contas Corr. (Saldos Credores)...	523.999,20	
Distilarias Centrais — Depósitos Especiais.....	758.258,00	
Ordens de Pagamento.....	5.929.015,90	
SAM/Contas Correntes (Saldos Credores).....	831.617,01	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor.....	1.274.048,80	
SAM/Vales Emitidos S/Alcool Motor (Em Liquidação).....	2.909,96	23.402.091,11
<b>Contas de Regularização</b>		
Arrecadações Diversas .....	28.757.985,00	
Contas a Classificar (Saldos Credores).....	9.528.694,10	
Distilarias Centrais — Alcool Anidro.....	3.377.544,60	
Distilarias Centrais — Alcool Industrial.....	1.145.770,20	
Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel.....	900,00	
Juros .....	1.966.312,30	
Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos.....	32.126,10	
Multas .....	31.770,00	
Rendas do Edifício Taquara.....	508.299,50	
Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos.....	48.306,70	
SAM/Alcool-Motor- — Filtragem .....	30.324,30	
SAM/Sobras e Vazamentos .....	3.190,50	
SAM/Vendas de Alcool-Motor .....	6.992.391,75	
SAM/Vendas de Alcool S/Mistura .....	513.472,00	
Taxa de Açúcar de Engenhos.....	2.037.487,30	
Taxa de Açúcar de Usinas.....	46.802.528,00	
Taxa de Estatística.....	44.612,60	
Taxa S/Aguardente .....	975.731,10	
Taxa S/Alcool .....	42.865.058,40	
Taxa S/Fornecimento de Cana.....	3.626.259,80	149.288.764,25
<b>Contas de Compensação</b>		
Açúcar Cauçionado .....	5.473.345,00	
Créditos à N/Disposição.....	74.526.655,00	
Depositantes de Títulos e Valores.....	465.181,00	
Depósitos de Títulos em Garantia.....	300.000,00	
Outorgantes de Hipoteca.....	30.544.012,80	
Penhor Mercantil .....	7.003.000,00	
Títulos e Valores Depositados.....	2.001,00	118.314.194,80
<b>TOTAL</b> .....	<b>Cr\$</b>	<b>565.012.231,27</b>

RIO, 31/8/945.

LUCIDIO LEITE — Contador Geral.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1945

POSIÇÃO EM 31 DE AGÓSTO DE 1945

VERBAS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				DESPESAS ESTATUTÁRIAS			
	ADMINISTRAÇÕES: CENTRAL E REGIONAIS							
	Despesa mês: AGÓSTO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual	Despesas mês: AGÓSTO	Total Despesas	Crédito Anual	Saldo Crédito Anual
VERBA 1. <sup>a</sup> — PESSOAL . . . . .	633.142,80	4.938.443,80	11.601.600,00	6.663.156,20	194.815,50	1.536.631,90	3.892.474,00	2.355.842,10
VERBA 2. <sup>a</sup> — MATERIAL . . . . .	44.471,30	422.679,40	1.057.800,00	635.120,60	5.275,00	356.707,00	79.500,00	277.207,00
VERBA 3. <sup>a</sup> — SERVIÇOS DE TERCEIROS	226.666,40	1.632.579,90	3.236.440,00	1.603.860,10	54.614,00	449.599,40	900.000,00	450.400,60
VERBA 4. <sup>a</sup> — ENCARGOS DIVERSOS .	137.261,40	662.677,50	1.896.200,00	1.233.522,50	894,50	17.873,00	36.500,00	18.627,00
TO T A I S Cr\$ . . . . .	1.041.541,90	7.656.380,60	17.792.040,00	10.135.659,40	255.599,00	2.360.811,30	4.908.474,00	2.547.662,70

RIO, 31/8/45.

LUCÍDIO LEITE — Contador Geral.

# BANCO DO BRASIL

## O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil,  
Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

### Condições para as contas de depósitos:

<u>SEM LIMITE</u> . . . . .	2% a. a. (retiradas livres)
<u>POPULARES</u> (limite de Cr\$ 10.000,00) . . . . .	4% a. a. ( " " )
<u>LIMITADOS</u> (limite de Cr\$ 50.000,00) . . . . .	3% a. a. ( " " )
<u>PRAZO FIXO</u> — de 6 meses. . . . .	4% a. a.
— de 12 meses. . . . .	5% a. a.

### Prazo fixo com renda mensal:

- de 6 meses. . . . . 3,1/2% a. a.
- de 12 meses. . . . . 4,1/2% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente**,  
por meio de cheques.

**DE AVISO** — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante  
aviso prévio :

- de 30 dias. . . . . 3,1/2% a. a.
- de 60 dias. . . . . 4% a. a.
- de 90 dias. . . . . 4,1/2% a. a.

————— :: —————

### Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

- de 6 meses. . . . . 4% a. a.
- de 12 meses. . . . . 5% a. a.

————— :: —————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

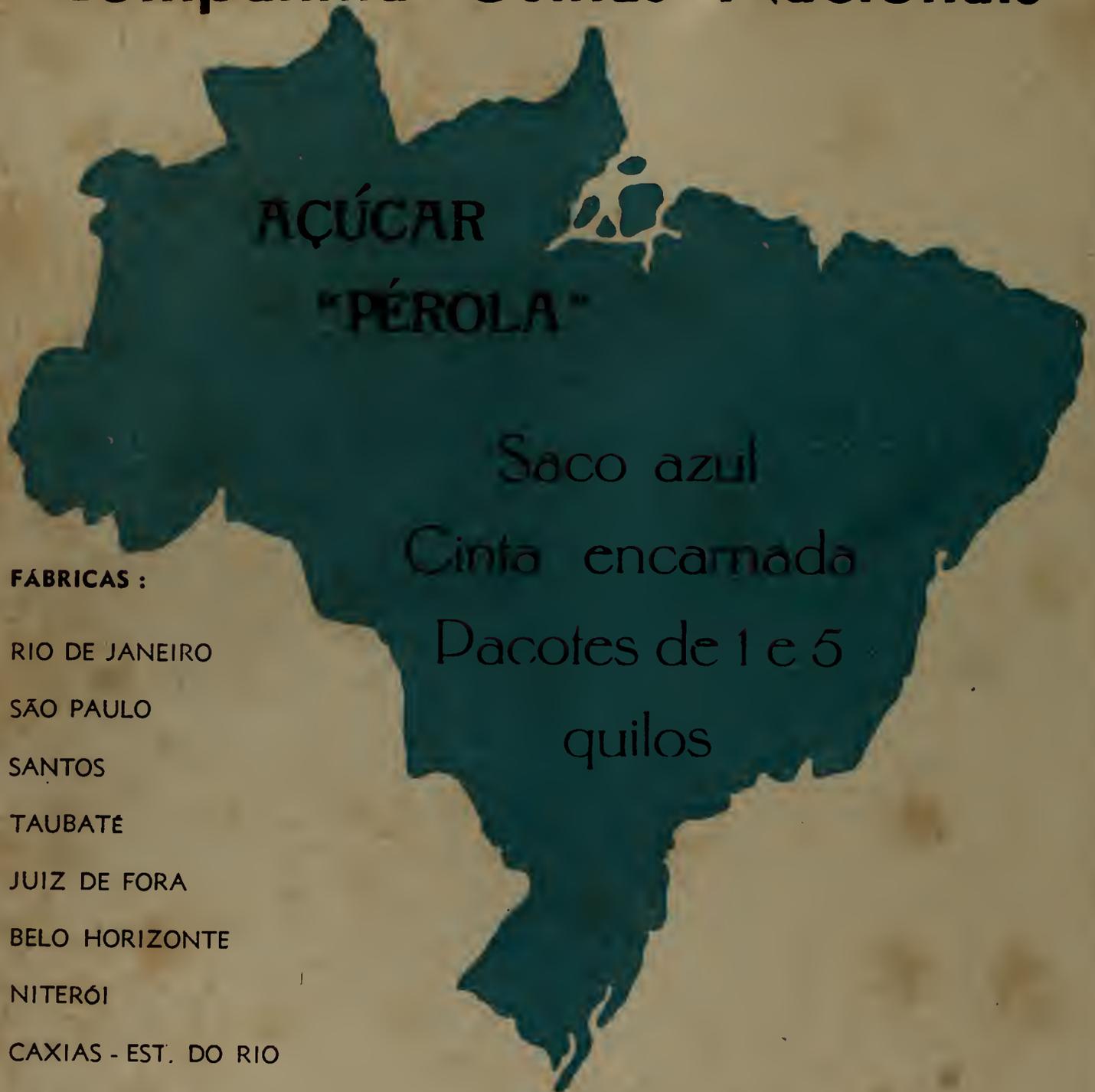
**66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66**

**R I O D E J A N E I R O**

### AGÊNCIAS METROPOLITANAS :

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)   | MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299 |
| BANDEIRA - Rua do Matoso, 12                | MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27      |
| TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52 |                                       |
| CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100        |                                       |
| RAMOS — Rua Leopoldina Rêgo, 78             | SAÚDE — Rua do Livramento, 63         |

# Companhia Usinas Nacionais



**FABRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

**SEDE :**

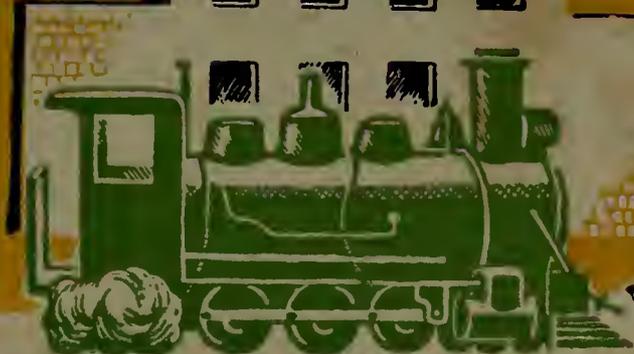
**RUA PEDRO ALVES, 319**

**TELEGRAMAS "USINAS"**

**TELEFONE 43-4830**

**RIO DE JANEIRO**

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



Paulo Wernick

**BRASIL**

**AÇUCAREIRO**

ANO XIII — VOL. XXVI NOVEMBRO — 1945 N.º 5

OREGON RULE CO. 1 U.S.A. 2 3 4 5

0  
OREGON  
RULE  
CO.  
1  
U.S.A.  
2  
3  
4  
5

30

